



## Amazônia Sustentável:

# Empreendedorismo, Desafios Humanos e Caminhos para o Futuro

Edney Costa Souza  
Renato Fernandes Caetano  
Eva da Silva Alves  
Rafael Ademir Oliveira de Andrade  
Letícia Nunes Nascimento Martins  
José Otacílio Leite  
(Organizadores)

Realização



Apoio



Edney Costa Souza  
Renato Fernandes Caetano  
Eva da Silva Alves  
Rafael Ademir Oliveira de Andrade  
Letícia Nunes Nascimento Martins  
José Otacílio Leite  
**(Organizadores)**

**AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL:  
EMPREENDEDORISMO, DESAFIOS HUMANOS E CAMINHOS  
PARA O FUTURO**

EDUCAR  
Porto Velho – Rondônia  
2023

**Copyright**© Edney Costa Souza, Renato Fernandes Caetano, Eva da Silva Alves,  
Rafael Ademir Oliveira de Andrade, Leticia Nunes Nascimento Martins e José  
Otacílio Leite

Projeto gráfico: Rogério Mota

Capa: Banza Inovação e Comunicação

Preparação do texto: Abel Sidney e Eva da Silva Alves

Revisão: Silene Espinosa Quintão

### **Conselho Editorial da EDUCAR – Editora Universitária Católica de Rondônia**

Dom Roque Paloschi – *Chanceler* da Faculdade Católica de Rondônia

Márcia Abib Hecktheuer – Reitora

Fabio Rychcki Hecktheuer – Representante da AASCAM (Mantenedora)

Pedro Abib Hecktheuer – Diretor Administrativo

Edney Costa Souza – Diretor Acadêmico

Fabio Abib Hecktheuer – Diretor Executivo

Renato Fernandes Caetano – Representante do Curso de Filosofia

Carolina Simões Correia – Representante do Curso de Direito

Sâmia Laíse M. Benevides – Representante do Curso de Psicologia

Leticia Nunes Nascimento Martins – Representante do Curso de Administração

José Otacílio Leite – Representante do Curso de Teologia

Rafael Ademir Oliveira de Andrade – Coordenador de Pesquisa e Extensão

Andreimar Martins Soares – Coordenador de Pós-graduação *Stricto Sensu*

Paulo Márcio Cruz - Convidado Externo (PPGCJ/UNIVALI)

Denise Schmit Siqueira Garcia – Convidada Externa (PPGCJ/UNIVALI)

Alfredo Alejandro Gugliano – Convidado Externo (PPGCPol/UFRGS)

### **Grupos de Pesquisa e de Estudos**

Grupo de Pesquisa: “Desafios Socioambientais, Saberes e Práticas na Amazônia” (FCR)

### **Endereço da Editora**

Avenida Governador Jorge Teixeira de Oliveira, n. 4100, bairro Costa e Silva, CEP 76803-281, Porto Velho-RO – Brasil. Telefone: (69) 3211-4505. E-mail: [educar@fcr.edu.br](mailto:educar@fcr.edu.br).

## Fomento

Este livro é fruto da realização do evento científico intitulado “I Congresso Interdisciplinar Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: rumos para uma realidade humanística”, que foi organizado pelos docentes Dr. Edney Costa Souza, Dr. Renato Fernandes Caetano, Dra. Eva da Silva Alves, Dr. Rafael Ademir Oliveira de Andrade, Ma. Letícia Nunes Nascimento Martins e Me. José Otacílio Leite, recursos financeiros provenientes do Edital 10/2022/FAPERRO-DC: Programa de Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos (PAE) da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERRO) e a instituição executora foi a Faculdade Católica de Rondônia (FCR).



### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A489

**Amazônia sustentável: empreendedorismo, desafios humanos e caminhos para o futuro.** -- 1. ed. -- Porto Velho-RO: EDUCAR, 2023.  
p. 289

ISBN e-book digital: 978-65-86431-33-9

Disponível em: [www.fcr.edu.br/editoracatolica/ebooks/](http://www.fcr.edu.br/editoracatolica/ebooks/)

1.Administração. 2. Filosofia. 3. Teologia. I. SOUZA, Edney Costa. II. CAETANO, Renato Fernandes. III. ALVES, Eva da Silva. IV. ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de. V. MARTINS, Letícia Nunes Nascimento. VI. LEITE, José Otacílio. VII. Título.

CDD: 100

Bibliotecária responsável: Júlia Cristina A. Meinhardt Queiroz – CRB 11<sup>a</sup> 1027

## SUMÁRIO

**Apresentação** 7

**Reconectando rios e cidades: parque linear no Igarapé do Belmonte em Porto Velho** 10

Nathalia Fonseca de Lima

Giovanni Bruno Souto Marini

**Visitando o passado para o futuro: proposta de museu energético – Samuel** 34

Ana Luiza Pereira Pinto

Ranna Kaillanny Santos da Rocha

Guilherme Silveira Simões

**Ética ambiental e o agir humano em Hans Jonas** 51

Robson Matos da Silva

Renato Fernandes Caetano

**Igreja do Evangelho Quadrangular em Santarém-Pará: sistema de crenças, “batalha espiritual” e socioespacialidade no Baixo e Médio Amazonas** 81

Diego Darlisson dos Santos Sousa

**As personalidades influentes na busca da liberdade moçambicana: Ngungunhane, Eduardo Mondlane e Lurdes Mutola em *As andorinhas*, de Paulina Chiziane** 101

Fernanda de Oliveira Lopes

**Novo homem? A desconstrução do ideal masculino em “Singularidades de uma rapariga loira”, do escritor português Eça de Queirós** 111

Fernanda de Oliveira Lopes

**Produção científica sobre desenvolvimento na Amazônia 133**

Andrea Sampaio de Oliveira

Mariluce Paes-de-Souza

Rosália Maria Passos da Silva

**Desenvolvimento regional, Amazônia e os presidenciáveis em 2018: análise dos planos de governo 147**

Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Miriã Ortiz Passos de Andrade

Artur de Souza Moret

**A Amazônia Protege como projeto de proteção ao meio ambiente natural: um olhar sob a ótica do Ministério Público Federal na proteção do direito humano ao meio ambiente 177**

Amanda Costa Vieira

Lauren Cristina Pereira Rodrigues dos Santos

**Racismo ambiental e os (des)caminhos para o futuro 200**

Valdenia Guimarães e Silva Menegon

Ronald Lopes de Oliveira

Jairo Carioca de Oliveira

**Efeitos negativos em barragens amazônicas – revisão de situações passadas e consequências do presente 214**

Antônia Monica Sousa Ferreira

Filipe Medeiros de Araujo

Guilherme Silveira Simões

**A criatividade como um dos fatores estratégicos para o avanço das organizações 234**

Denilson Nunes Moreira

Daniel Ribeiro Rodrigues

Melria Larque Santos de Souza

Edney Costa Souza

**Educação, linguagem, língua portuguesa, literatura, leitura e impactos da linguagem e da cultura na formação da personalidade e da cultura do lugar e do poder local 260**

Natiele Cardoso Ciríaco

Maria Cristina Victorino de França

Dorosnil Alves Moreira

## APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto das reflexões ocorridas a partir do evento científico **I Congresso Interdisciplinar Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: rumos para uma realidade humanística**, realizado pela Faculdade Católica de Rondônia nos dias 12 a 14 de setembro de 2023, em Porto Velho-RO, com fomento proveniente do Edital 10/2022/FAPERÓ-DC: Programa de Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos (PAE) da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERÓ). O evento e o livro foram organizados pelos docentes Dr. Edney Costa Souza, Dr. Renato Fernandes Caetano, Dra. Eva da Silva Alves, Dr. Rafael Ademir Oliveira de Andrade, Ma. Letícia Nunes Nascimento Martins e Me. José Otacílio Leite.

O evento científico<sup>1</sup>, os resumos publicados<sup>2</sup> e os artigos que compõem este livro<sup>3</sup> entrelaçam os saberes dos cursos de Administração, Filosofia e Teologia, tendo como objetivo principal verificar as implicações decorrentes do discurso de empreendedorismo e desenvolvimento sustentável na Amazônia no que se refere às questões humanísticas.

Sabe-se que empreendedorismo e desenvolvimento sustentável tendem a atender aos interesses do capitalismo, disso decorrem conflitos e prejuízos no âmbito emocional, cultural e socioeconômico das populações que residem nas regiões rurais e rurais/ribeirinhas,

---

<sup>1</sup> As atividades dos três dias do evento estão disponíveis no canal do *Youtube* da Faculdade Católica de Rondônia: [www.youtube.com/c/fcratolica](http://www.youtube.com/c/fcratolica).

<sup>2</sup> Os resumos apresentados nos Grupos de Trabalhos durante o evento foram publicados em formato de anais e estão disponíveis em: <https://eventos.congresso.me/i-ciedsa/edicoes/ICIEDSA/anais>.

<sup>3</sup> Este livro está disponível com livre acesso no site da Faculdade Católica de Rondônia, Editora EDUCAR: [www.fcr.edu.br/editoracatolica/ebooks/](http://www.fcr.edu.br/editoracatolica/ebooks/).

especialmente, as amazônicas. Neste contexto, o evento científico contribuiu para os estudos sobre a temática, a partir das trocas de experiências das pesquisas que estão em curso no âmbito internacional, regional e local.

O evento também é fruto das ações e pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa: “Desafios Socioambientais, Saberes e Práticas na Amazônia”, da Faculdade Católica de Rondônia, devidamente certificado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil-CNPq<sup>4</sup>, que tem como líder o Prof. Dr. Fabio Rychecki Hecktheuer e vice-líder, o Prof. Dr. Renato Fernandes Caetano, e do qual, participam como pesquisadores os demais organizadores do evento e deste livro.

É urgente pensar a realidade amazônica com o olhar do povo que a habita, considerando não só a sua necessidade de garantir o alimento diário, o peixe de cada dia..., é preciso olhar com e para as pessoas e enxergar para além das suas necessidades humanas fisiológicas: alimentação, respiração, descanso, sono, hidratação e atividade sexual. Tal como afirma Abraham Maslow, o ser humano tem pelo menos cinco necessidades: fisiológica, segurança, social, estima e autorrealização. Na Constituição Federal de 1988, vemos essas necessidades apontadas como direito social: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Contudo, estudos científicos apontam para uma realidade muito desigual, vivenciada por essas populações que residem em contextos amazônicos. Tendo seus direitos negligenciados, as políticas públicas destinadas a essas populações não garantem nem mesmo a primeira das suas necessidades:

---

<sup>4</sup> O diretório do Grupo de Pesquisa está disponível neste link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/286984>.

a fisiológica. Assim, essas pessoas seguem na luta pela vivência e por seus territórios, deixando em segundo plano a luta por educação, por exemplo.

Dessa forma, em sua primeira edição, o evento reuniu pesquisadores de diversos campos do saber, na busca por estudos que apontem alternativas de como melhorar a vida daqueles que fazem da Amazônia um lugar de vida e sustentabilidade. E este livro, agora publicado, contribui como registro destes debates e servirá como fonte de pesquisa para outros pesquisadores e estudiosos da Amazônia e da realidade humana.

Desejamos a cada pessoa que tiver contato com essa obra, uma profícua leitura e que seja fonte de inspiração para se pensar e viver uma Amazônia com caminhos de um futuro melhor e sustentável. Que essas páginas possam auxiliar a todos no processo de “Amazonizar-se”.

Porto Velho, outubro de 2023.

Edney Costa Souza

Eva da Silva Alves

Renato Fernandes Caetano

Rafael Ademir Oliveira de Andrade

José Otacílio Leite

Letícia Nascimento Nunes

**Os organizadores**

# RECONECTANDO RIOS E CIDADES: PARQUE LINEAR NO IGARAPÉ DO BELMONTE EM PORTO VELHO

Nathalia Fonseca de Lima<sup>5</sup>

Giovanni Bruno Souto Marini<sup>6</sup>

## RESUMO

Este trabalho visa encontrar uma solução para o problema da ocupação inadequada das margens dos igarapés em Porto Velho, especialmente o Igarapé do Belmonte, por meio da criação de um parque linear modular. Durante a pesquisa, foram identificados problemas ambientais, como, desmatamento, queimadas e poluição dos recursos hídricos, que afetam a cidade. Para abordar essas questões, buscam-se soluções que promovam a preservação de áreas vitais para a biodiversidade local e também contribuam para o desenvolvimento social da cidade. O parque linear proposto oferece atividades de lazer, esportivas e culturais, contribuindo, assim, para a conservação do ambiente e o progresso social e ambiental da cidade.

**Palavras-chave:** Parques lineares. Revitalização urbana. Igarapés urbanos. Rios urbanos.

## INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a proposta de implantação de um parque linear em uma margem de igarapé em Porto Velho. Os parques lineares são uma rede de espaços que contêm características lineares planejadas, projetadas e gerenciadas com múltiplos objetivos, incluindo ecológicos, recreativos, culturais e estéticos, compatíveis com o uso sustentável do solo. São importantes para o desenho urbano e tem características atemporais, tornando-os essenciais para as melhores experiências de vivenciar a cidade.

---

<sup>5</sup> E-mail: nathalialima157@gmail.com.

<sup>6</sup> E-mail: giovannibsm@gmail.com.

Este trabalho estrutura-se a partir de três fatores essenciais: mobilidade (ruas, passeios e seus fluxos); ambiente (vegetação e hidrografia) e o lado social dos espaços abertos, sendo este último uma ponte entre os dois primeiros.

O primeiro momento deste trabalho irá apresentar a área pesquisada, contextualizar e estabelecer o cenário atual de Porto Velho a partir destes aspectos. Analisamos, algumas transformações geográficas que se sucederam no espaço rondoniense durante o século XX, dentre as quais, as mudanças derivadas do extrativismo vegetal e da agropecuária, ambas indicando formas de produção e organização do espaço regional e busca solucionar os problemas gerados por estes fatores.

O desenho urbano é considerado a chave para o planejamento da cidade, a fim de aproveitar as qualidades e peculiaridades de cada local, melhorar seu uso, garantir que a cidade, como um organismo vivo, funcione harmoniosamente e respeite as necessidades de seus habitantes. Como afirma Gehl (2010), “Primeiro a vida, depois espaços públicos, só então edifícios – o inverso nunca funciona.”

Rogers (2010) afirma que todos devem ter direito a espaços abertos e acessíveis. Todos devem poder ver uma árvore de sua janela, sentar-se numa praça ou parque perto de sua casa. Segundo Rogers (2010), “bairros bem planejados inspiram os moradores, ao passo que comunidades mal planejadas brutalizam seus cidadãos.”

Desta forma, ruas, calçadas e espaços públicos ganham ainda mais importância quando são constituídos por espaços verdes. A vegetação e a hidrografia de uma cidade são importantes para a conservação da biodiversidade, além de contribuir para o bem-estar humano por meio da regulação do clima, qualidade do ar, triagem, entre outros.

No livro *Morte e vida das grandes cidades* (Jacobs, 1961) é dito que as ruas e passeios, e os principais espaços públicos são órgãos vitais de uma cidade. Estes fatores determinam a impressão que as pessoas têm sobre o

espaço, tornando-os interessantes ou não. Portanto, ruas vivas e atraentes trazem mais movimento e segurança. Estes espaços se tornam locais de lazer, permanência, atividades de lazer, esportes e culturas e acabam contribuindo para melhorias na qualidade de vida, construção de identidade local e passam a fazer parte da vida das pessoas que ali transitam.

## PROBLEMATIZAÇÃO

O surgimento da Porto Velho, no estado de Rondônia, está diretamente ligado aos ciclos econômicos que existiram na região, com isso, grandes fluxos migratórios, atrelados a ausência de políticas regulatórias, contribuíram para uma ocupação e expansão irregular, desordenada e segregada, colocando a população em situações de insegurança e insalubridade (CIM, 2003).

Essa situação problemática resultou na ocupação das áreas sujeitas a inundações e espaços que deveriam ser áreas de proteção permanente, como os igarapés, que na atualidade tem um papel que recebe detritos de residências, lixo e entulhos. A utilização dos cursos d'água como "esgoto" assola desde o início da cidade até hoje, sendo Porto Velho a 99ª cidade no ranking de saneamento de 2022. Segundo o estudo feito pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022), do total da área do município, apenas 5,88% da população é atendida com sistema de esgoto, sendo 5,16% na área urbana.

A questão ambiental da cidade é alarmante, a cidade sofre com desmatamentos, queimadas e poluição nos cursos hídricos, fatores que não contribuem com a manutenção da biodiversidade de fauna e flora local. Além da esfera social que ainda é bem restrita em áreas verdes, parques e praças que desenvolvam práticas esportivas, culturais e de lazer.

## JUSTIFICATIVA

Os parques lineares estão se tornando ferramentas importantes para o planejamento de espaços livres urbanos e criação de políticas públicas voltadas à busca de uma melhor qualidade de vida para a população (Medeiros, 2016).

Os parques lineares são conhecidos como um espaço dinâmico pela sua pequena dimensão em largura e de grande extensão em comprimento, com espaços de permanência, propício para atividades de lazer arborizado, formando um longo corredor verde às margens do igarapé que garante mais sombra e umidade do ar, proporcionando um conforto térmico e maior permeabilidade do solo. Segundo Brocaneli (2007), os corredores verdes cumprem uma função ecológica, e devem, preferencialmente, acompanhar cursos d'água, assim, auxiliarão no trânsito de espécies silvestres, no equilíbrio do ciclo hidrológico, colaborando para o controle da permeabilidade da área.

Sendo assim, os benefícios da implantação de um parque linear sob os aspectos político e social: incentiva a democracia, garante o acesso de vários setores ao espaço, diminui a desigualdade entre as classes sociais, melhora a qualidade de vida ao promover espaço para atividades físicas, podendo gerar novas atividades econômicas no local, restabelece a conexão da população com os espaços e recursos naturais.

Ambiental: Auxilia na recuperação e preservação das áreas ribeirinhas, conserva fontes hídricas superficiais e subterrâneas, favorece a proteção às áreas de preservação permanente e garante a sobrevivência da biodiversidade, servindo como um fator primordial de adaptação à mudança climática, melhorando a qualidade do ar (Kraft; Gomes, 2017).

A implantação dos parques lineares vinculadas às unidades de conservação do município constitui uma importante forma de política pública. Um exemplo relevante de implantação de parque linear que

trouxe ótimos resultados foi o de Madri, na Espanha, às margens do Rio Manzanares, onde, antes, as marginais encurralaram o rio, atualmente é um parque que conecta vários pontos da cidade, e estabeleceram um novo modo de viver e de qualidade de vida na cidade. São 42 km de parque, que antes eram vias por onde trafegam por dia um pouco mais de 200 mil carros; atualmente, são áreas de lazer para crianças, jovens e adultos, com cerca de 30km de ciclovias e 253 mil metros quadrados de áreas livres que podem ser usadas para diversas atividades.

## DESENVOLVIMENTO

Os parques lineares são característicos pela sua pequena dimensão em largura e grande extensão em comprimento que acompanham o trajeto de rios, igarapés e córregos e estão sempre ligados à rede hídrica. São espaços com benefícios socioambientais, conectam áreas verdes, auxiliam na recuperação do ecossistema, migração de espécies, além de ser um espaço de recreação para favorecer as práticas de lazer e esporte e manifestações culturais.

Segundo Ferreira e Machado (2010), redes de corredores verdes são espaços livres lineares que ligam grandes áreas não lineares ou grandes manchas de espaços naturais, constituindo sistemas de espaços, planejados, projetados e geridos para diversas finalidades, inclusive objetivos ecológicos, recreativos, culturais, estéticos e produtivos, compatíveis com o conceito de sustentabilidade.

Os parques lineares, na questão ambiental, surgiram como uma solução aos problemas causados pela ocupação desordenada, os parques lineares, ou *greenways* (corredores verdes, em inglês, termo criado por Charles Little em 1990), são projetos urbanos relacionados a questões ambientais, que normalmente são implantados em áreas degradadas, pois, trata-se de um meio de preservação e conservação dos recursos naturais.

Na questão das águas pluviais, a função do parque é aumentar a área de várzea dos cursos d'água, permitindo uma maior zona de inundação e uma vazão mais lenta das águas no período de cheia. À medida que os parques lineares recuperam rios e córregos, eles aumentam a impermeabilidade do solo nas várzeas, auxiliam no escoamento de água das chuvas e na diminuição dos alagamentos.

De acordo com Soares (2015), essa rede de possíveis áreas verdes traz contribuições naturais da vegetação na cidade, como sequestro de carbono, contribuindo para uma melhor qualidade do ar.

Na questão social, o parque linear surge para a população como um local de lazer, oferecendo espaços para práticas recreativas, esportivas, ou de contemplação e contato com uma área verde, ou participação em eventos e manifestações culturais.

Possibilitam um resgate do sítio natural em meio à cidade que nele se desenvolveu, favorecendo a reconexão do homem urbano à natureza da qual somos todos parte, ainda que vivendo em uma grande metrópole (Soares, 2015).

Atualmente, a discussão foi ampliada, os conceitos estéticos começam a ficar atrelados a um planejamento urbano e ambiental de larga escala, considerando os recursos a serem preservados. A crescente consciência ambiental no Brasil, aliada ao renascimento de um interesse pela vivência pública da cidade, tem revigorado o uso dos parques pelas populações urbanas. Essas mudanças comportamentais, inseridas no contexto de transformações econômicas, sociais e culturais, forçam as autoridades municipais a investir em programas e projetos de melhoria do espaço público urbano e na melhoria do processo de construção e manutenção de áreas verdes urbanas (Friedrich, 2007).

As vantagens da implantação de parques lineares: Melhoria do microclima urbano, da circulação do ar, do balanço da umidade e da captura de poeiras e gases. Possuem a potencialidade de constituir zonas

de tampão que melhorem o ambiente urbano em áreas industriais ou densamente urbanas; vetor recreativo para as populações urbanas; palco natural em meio urbano, propício a manifestações culturais de conservação da natureza, educação ambiental e investigação científica; lugares repousantes, com contribuição para o escape de tensões psíquicas, muito frequentes em meios urbanos; pode ser implementado em etapas (ABCP, 2015).

## LOCAL DE ESTUDO

A implantação de um parque neste local tem potencial para impactar a cidade de Porto Velho, município brasileiro e capital do estado de Rondônia, situado na margem leste do Rio Madeira, principal afluente do Rio Amazonas, abriga cerca de 548.952 habitantes (Estimativa IBGE 2021). Sendo esta a cidade mais populosa do estado de Rondônia, e a terceira capital da Região Norte, atrás de Manaus (AM) e Belém (PA), respectivamente.

O município se destaca por ser a capital brasileira com maior território, estendendo-se por pouco mais de 34 mil quilômetros quadrados (sendo mais extenso que países como Bélgica e Israel), e mais de 500 km de extensão leste a oeste, abrange quase 15% do território estadual.

Segundo a Prefeitura de Porto Velho (2018), o quarto maior PIB da Região Norte pertence à cidade, depois de Manaus, Belém e Parauapebas, além de ser atualmente a capital com o crescimento do PIB mais expressivo, girando em torno de 30,2% no ano de 2009. No ano de 2010, o PIB de Porto Velho foi estimado em R\$7,5 bilhões, segundo o IBGE, correspondendo a cerca de 1/3 do PIB de Rondônia naquele ano.

O bairro Rio Madeira, nomeado em homenagem ao rio que cerca Porto Velho, surgiu quando a expansão urbana atingiu a Zona Norte do município e forçou a instalação de novos bairros. A população possui cerca de 3.822 habitantes, em sua maioria mulheres (Censo IBGE, 2010).

A estrada da Penal passou a ter melhores condições de infraestrutura para oferecer acesso ao presídio José Mário Alves, conhecido como “Urso Branco”. Uma das vias que corta o bairro e que é uma rua em potencial para dar acesso ao parque, homenageia o seringalista Otávio Reis. Homem que viveu intensamente o ciclo da borracha e teve sua riqueza vinda dos seringais dos rios Abunã, Acre e Guaporé,

O polígono do bairro é margeado pelos bairros Aponiã, Flodoaldo Pontes Pinto, Industrial e Nova Esperança. A população do bairro é de cerca de 3.822 habitantes, sendo a maioria mulheres.

## AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agenda 2030 da ONU é um plano global que pretende viabilizar até 2030 um mundo melhor para todos os povos. Foi realizada em Nova Iorque, em 2015, A Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual, 193 estados membros participaram e criaram 17 objetivos de desenvolvimentos sustentáveis. Na ocasião, todos eles assumiram o compromisso de adotar medidas eficazes, ambiciosas e importantes para preservar recursos naturais e essenciais, garantir a educação e igualdade, saúde e bem-estar.

**Figura 1** – Objetivos de desenvolvimento sustentável



Fonte: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>

Os objetivos e metas abordados aqui, com base nos dados de Porto Velho, são: O ODS 6, que propõe garantir e assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrem mais de 840 mil mortes no mundo, e cerca de 2000 no Brasil, como resultado de doenças de veiculação hídrica. No 14º Ranking de Saneamento (Trata Brasil, 2022), foram analisadas as 100 maiores cidades brasileiras, sendo Porto Velho a 99ª colocada desde 2020 entre os piores índices de saneamento, com uma população de 539.354 habitantes, apenas 32,87% da cidade é abastecida com água e 5,88% é atendida com sistema de esgoto, desse esgoto 0,00% é tratado em referência a água consumida.

Um relatório feito pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (2006) aponta que Rondônia registrou 112.165 casos de malária em 2005, correspondendo a 19% do total de casos da Amazônia Legal. Desses casos, 45.050 foram na capital Porto Velho. Outro estudo feito pelo Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica (Sivep) (2021) mostra que no

período entre janeiro e agosto de 2021, 4.525 casos de malária foram registrados em Porto Velho, número 54% maior que o mesmo período do ano anterior, quando a capital registrou 2.081 casos.

O ODS 15.2 também foi abordado nesse trabalho, por visar promover a gestão sustentável das florestas e deter o desmatamento, além de aumentar o florestamento e reflorestamento. Rondônia e os outros estados que pertencem a Amazônia Legal estão indo contra essa vertente.

O monitoramento feito pelo Global Forest Watch (GFW), aponta que no ano de 2021, 1,5 milhão de hectares de florestas tropicais foram derrubados no país. O Brasil responde por 40% do desmatamento no mundo, liderando o ranking mundial. O relatório mostra que uma expansão relevante ocorreu no oeste da Amazônia, ao longo da BR-319 que corta de Porto Velho (RO) a Manaus (AM).

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) apontou que entre agosto de 2018 e julho de 2021, o desmatamento da floresta amazônica aumentou 56,6% em relação ao triênio anterior. No ranking do desmatamento total, Rondônia ficou na 4ª posição com mais de 4 mil km<sup>2</sup> de floresta derrubados.

Estamos subindo degraus rápido demais quanto à destruição da Amazônia e não podemos nos acostumar com isso. Quando olhamos para os números dos últimos três anos, fica claro o retrocesso daquilo que o Brasil foi um dia. Seguimos um caminho totalmente oposto às atitudes que o planeta precisa, com urgência neste momento (Ane Alencar, diretora de Ciência no IPAM, autora do estudo).

Os estudos mostram que Rondônia está caminhando na contramão das medidas para atuar contra mudanças climáticas, para melhorias de qualidade de vida e preservação dos recursos. Por isso, este trabalho quer atuar como o ODS 11.7 que visa proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, verdes e acessíveis.

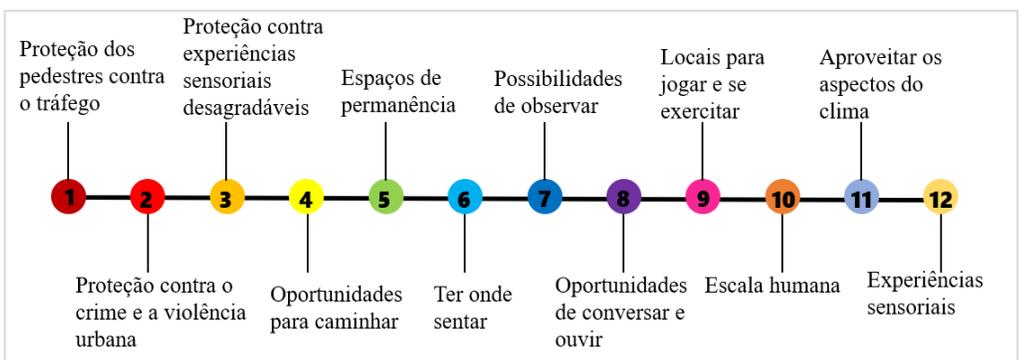
## CIDADE PARA PESSOAS

Jan Gehl é um dos nomes mais importantes da atualidade quando se fala de cidades bem planejadas. Autor de livros importantes e utilizados como referência até hoje, como no caso de “Cidade para pessoas”, onde ele mostra como valorizar o que acontece nas ruas e espaços públicos que influenciam a qualidade de vida nas cidades. No texto, ele aponta que a dimensão humana não foi respeitada no planejamento urbano, a falta de estudos e de visão dos urbanistas do que acontece nas ruas comprovaram que quanto mais atividade no nível da rua existir, mais saudável será a cidade. Afirmado também por Jane Jacobs há 50 anos, “Quanto mais gente estiver na rua, melhor.”

Criando condições essenciais de segurança, conforto, conforto térmico e acústico, cria-se um cenário potencial para trazer pessoas e fazê-las permanecer no local, praticando atividades sociais, culturais, de lazer, ou simplesmente de ir e vir.

No livro, Gehl sugere 12 critérios para avaliar a qualidade de uma cidade quando considerada ao nível da rua, como mostrado na Figura 2.

**Figura 2** – 12 critérios para avaliar a qualidade de uma cidade



**Fonte:** autora (2022)

O primeiro critério que contribui para a qualidade de vida numa cidade é, a segurança dos pedestres para se locomover, sem a preocupação

com acidentes. A instalação de dispositivos que contribuam para a segurança e acessibilidade do pedestre e dos ciclistas, como travessias elevadas, semáforos, proteções em esquinas, ciclofaixas ou ciclovias, passeios com boas dimensões e desobstruídos, além da educação dos motoristas para priorizar e respeitar os pedestres.

Já, o segundo critério diz respeito à proteção contra o crime e a violência, criando espaços seguros, iluminados, com locais que reúnam pessoas para que haja movimento noturno. O terceiro é para buscar soluções adequadas para proteger do calor, sol, chuva, evitando experiências desagradáveis para os usuários. Gehl (2013) afirma que a sensação de bem-estar em uma cidade depende das estruturas do espaço e como isso se relaciona com o corpo humano, podendo afetar cada um de nossos sentidos.

É importante que os espaços atraiam pedestres para caminhar, sejam acessíveis e tenham superfícies adequadas para pessoas com deficiência, além desses espaços para transitar, é necessário que haja espaços para permanecer, ter onde sentar; devem ser locais agradáveis para que as pessoas permaneçam por mais tempo, tendo a possibilidade de apreciar as paisagens.

Sobreposições e mudanças frequentes entre caminhada intencional, parada, descanso, permanência e bate-papo. Aleatoriamente e sem planejamento, ações espontâneas constituem parte daquilo que torna a movimentação e a permanência no espaço da cidade tão fascinantes (Gehl, 2013, p. 20).

Quando as pessoas permanecem num espaço público, fatores como mobiliário deve ser confortável, que não tenha ruído para que as pessoas possam conversar e interagir, que não cause sensações desconfortáveis. Locais para exercícios também é um quesito que faz as

pessoas permanecerem, além de incentivar um estilo de vida menos sedentário.

Os critérios acima englobam o décimo critério que é sobre a “Escala Humana”, está relacionado a fatores que contribuem para a construção de uma cidade segura e eficaz, como: adensamento, espaços públicos, zoneamento, tudo que preserve a escala humana. Segundo Gehl (2013), pode se chamar de Escala Humana, quando os moradores possuem um campo de visão sem obstáculos por grandes construções, quando os pedestres podem se deslocar de maneira segura, e quando são projetados e construídos lugares em que as pessoas não se sintam menores e impotentes.

O termo pode ter sido abordado pela primeira vez na década de 60, por Jane Jacobs em sua obra *Morte e vida de grandes cidades*. Segundo Jacobs (2000), "a presença na rua é a essência da vida e da segurança urbana", diz respeito às sensações em regiões que possuem edifícios com maiores gabaritos e regiões com edifícios mais baixos, sendo este último a "escala humana". A autora argumenta que em regiões com prédios mais altos, os moradores se tornam alheios e desconexos à vida na rua, em relação a lugares que as atividades acontecem no nível térreo, próximo as fachadas, gerando, assim, mais segurança, surge um novo conceito dos "olhos da rua".

Por décadas, o assunto vem sendo abordado, o que mostra que é negligenciado no planejamento urbano, enquanto outras questões ganham mais força. Os últimos acontecimentos, principalmente durante o período do Urbanismo Modernista, onde o automóvel recebeu todos os holofotes e os pedestres foram esquecidos, além de isolar e afastar funções culturais e sociais das cidades. Gehl (2013) afirma que a partir de 1960 uma grande quantidade de automóveis invadiu as cidades do mundo todo, marcando o início do processo que arruinou as condições necessárias para as pessoas se envolverem na vida dos centros urbanos.

Os novos planos urbanos devem priorizar os pedestres, com uma política de desenvolvimento das cidades de forma sustentável, segura e saudável, convidando as pessoas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços abertos da cidade. Esses elementos que aumentam a atividade na cidade reforçam o sentimento de segurança dentro e em volta dos espaços públicos. Gehl (2013), “se pessoas, e não os carros, são convidadas para a cidade, o tráfego de pedestres e a vida urbana aumentam na mesma proporção”.

**Figura 3** – Exemplo de revitalização urbana em Düsseldorf, Alemanha



**Fonte:** Urbanista - Página no Facebook

Na figura 3, um exemplo de revitalização, nota-se a quantidade de pessoas que transitam e alguns grupos que estão apreciando o tempo no local, pois, além da caminhabilidade e da pedalagem, as atividades sociais estimulam o público a utilizar esses espaços urbanos, nos quais, as interações de ver, falar e ouvir são as principais formas de contato social. Gehl (2013), “é significativo que todos os grupos sociais, independentemente da idade, renda, status, religião ou etnia, possam se encontrar nesses espaços”.

Tornar o local seguro com estratégias para prevenção de crimes, dependendo do local, é de extrema importância e contribui para o encontro de pessoas de maneira rotineira, com sensação de confiança e consideração mútua, sem a necessidade de muros e portões.

O décimo segundo critério diz respeito às experiências sensoriais agradáveis para reforçar o público no local. Gehl (2013), “o desenvolvimento sensorial está intimamente ligado à história evolutiva e pode ser classificado simplesmente conforme os ‘sentidos de distância’ e os ‘sentidos de proximidade’”.

Os sentidos de distância são representados pela audição, olfato e visão, sendo o último o mais desenvolvido entre eles. Em uma distância de 100 metros, chamada “alcance de visão”, é possível reconhecer movimentos e linguagem corporal; entre 22 e 25 metros, pode-se enxergar expressões faciais e emoções. Enfim, em distâncias menores que 7 metros, todos os sentidos são ativados e todos os detalhes são percebidos (Gehl, 2013).

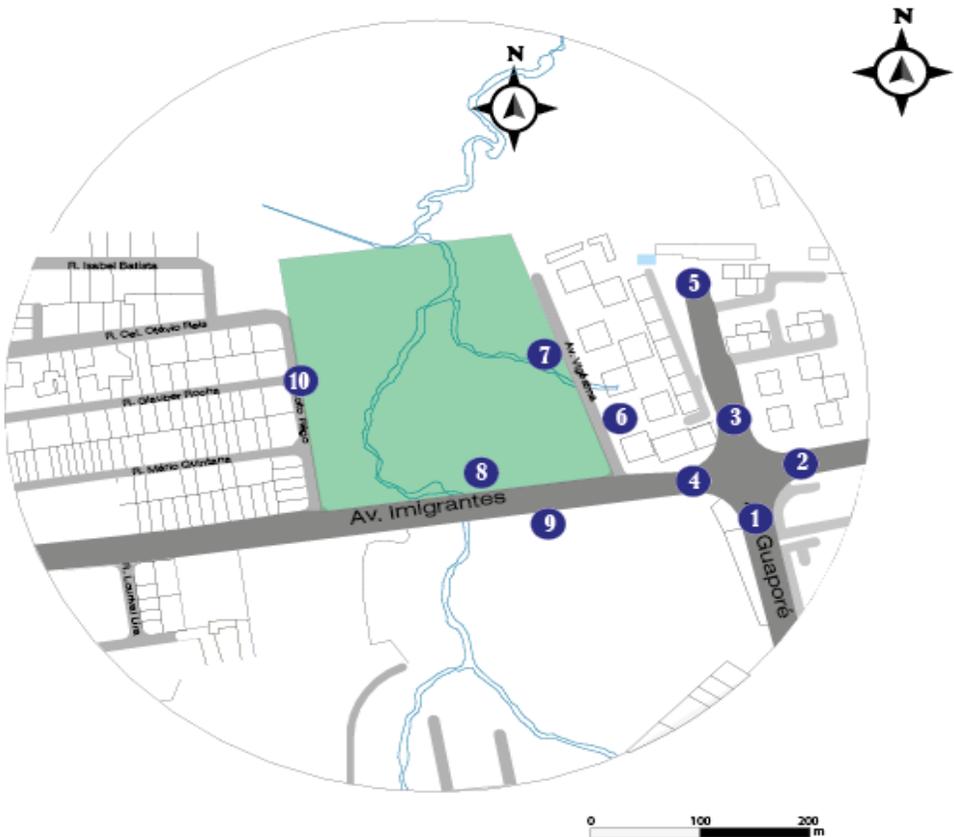
Os sentidos de proximidade são o tato, paladar e olfato, estão relacionados a capacidade de sentir calor ou frio, texturas, formas, sabores e cheiros. Nas relações sociais esse contato acontece em distâncias muito pequenas, com níveis de intimidade, como chamado pelo autor “distância íntima”.

Com esse livro, o autor abordou critérios e fatores para transformar as cidades e a esfera pública, garantindo que haja prevenção e proteção contra riscos, inseguranças e experiências sensoriais desagradáveis. O outro passo é garantir conforto e atividades atrativas: caminhar, pedalar, permanecer, conversar, sentar. O último critério, e não menos importante, é a arquitetura e o design; esses dois devem englobar todas as outras áreas, nada deve ser deixado de lado ao planejar os melhores e funcionais espaços urbanos.

## ESTUDO DO ENTORNO

O terreno está localizado no bairro Rio Madeira, em uma zona residencial de média densidade. As informações coletadas do entorno são de um raio de 400 metros, conceito de “unidade de vizinhança” abordado por Clarence Perry em 1929, que influencia gerações até hoje. Os 400m é chamado de raio para pedestres, onde os pedestres precisam ter diversos tipos de serviços e comércios que os atendam.

**Figura 4** – Mapa de visadas do entorno





Fonte: Google Maps; modificado pela autora (2022)

## METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo a revitalização de uma parte do Igarapé do Belmonte, implantando um módulo de um parque linear na extensão da Avenida Vigésima, onde as residências do entorno despejam lixos no curso d'água. Tem como natureza a qualitativa, pois analisa as informações sobre a ocupação desordenada da cidade de Porto Velho, a relação entre urbanização e a natureza, os benefícios sociais e ecológicos provenientes da implantação do parque.

A intervenção da pesquisa é experimental, que propõe uma mudança no cenário proposto por meio das análises de documentos, visitas em campo e levantamento de dados do local e seu entorno. A hipótese é analítica, que busca discorrer as alterações sofridas na paisagem pelo ser-humano, nos impactos sofridos pelo não planejamento da ocupação do local, com base no tempo longitudinal. A revitalização tem

como objetivo final recuperar a saúde do igarapé, restabelecer a relação humana com a natureza, o local e o seu entorno que terá um impacto a longo prazo.

O parque deverá ser implantado em módulos autossuficientes, porém, com conexão e potencial de grande linearidade, uma vez que o igarapé tem uma grande extensão. Esta pesquisa visa projetar o primeiro módulo desse conjunto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer do desenvolvimento do projeto, ficou evidenciado que se for trabalhada a harmonia entre os dois ambientes – natural e urbano – é possível garantir um ambiente mais estável, e que posteriormente possa trazer benefícios para a sociedade de várias maneiras. Destaca-se também a importância da implementação de atividades com diferentes características de uso em espaços públicos, em que é fundamental conquistar um espaço mais dinâmico e vital, justamente pela sua capacidade de atrair diferentes públicos, de diferentes idades e ideais. Também foi possível constatar a situação das hidrovias, muitas vezes, negligenciadas em ambientes urbanos, sobrevivendo diante de um crescimento urbano insustentável.

Pode-se, assim, concluir que a realização do projeto de requalificação do local na cidade de Porto Velho-RO é de extrema necessidade para o município, visto que a população deve ser beneficiada com um novo centro de convivência para o uso de todos, pois o projeto viabiliza muitos fatores importantes para uma cidade mais inclusiva, de qualidade e valorizada.

Não se pode ir na contramão do resto do mundo e varrer do mapa todos os rios urbanos, como vem sendo feito nas últimas décadas, porque os rios urbanos, além de importantes para a fauna, para a qualidade do

solo, são cursos fluviais importantes em termos de qualidade do solo e da bacia hidrográfica, que são importantes para as identidades locais.

O trabalho contribuiu para compreensão de alguns problemas dos igarapés de Porto Velho, no entanto, ainda se faz necessário levantamentos de dados e outros estudos, para a melhor solução da problemática.

## REFERÊNCIAS

ABCP. **Parques lineares como medidas de manejo de águas pluviais.**

Brasil: Associação Brasileira de Cimento Portland Programa Soluções para Cidades. Disponível em: [www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF\\_Parques%20Lineares\\_Web.pdf](http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.

CARMO FILHO, O. J. S. do; REBELO DA CUNHA ALBUQUERQUE, A.; CLAUDIO CAMPOS OLIVEIRA, J. Bacias hidrográficas urbanas: o reflexo da precarização do saneamento em Manaus, Amazonas – Brasil.

**Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 70-93, 2021. DOI:

10.5216/ag.v15i2.64877. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/64877>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CIM, S. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia- visão histórica.** Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2003. 12 p. v. II. ISBN 15175421. Disponível em:

[www.primeiraversao.unir.br/artigos\\_pdf/numero104Cinn.pdf](http://www.primeiraversao.unir.br/artigos_pdf/numero104Cinn.pdf). Acesso em: 5 out. 2022.

CRUZ, J. Q. *et al.* **Rondônia é o 2º estado da Amazônia Legal que mais perdeu áreas protegidas nos últimos anos, diz Ipam: ao todo, Rondônia perdeu mais de 4 mil km² de floresta amazônica.** Desmatamento do bioma aumentou 15% no triênio 2018 a 2021. **G1**, 2022 Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2022/02/08/rondonia-e-o-2o-estado-da-amazonia-legal-que-mais-perdeu-areas-protegidas-nos-ultimos-anos-diz-ipam.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

DATA, CLIMATE. **Clima Porto Velho: temperatura, tempo e dados climatológicos Porto Velho - Climate-Data.org**. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rondonia/porto-velho-3120/>. Acesso em: 17 nov. 2022

EDUARDO FUNES. **The human scale**. Youtube, 2020. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=YGa4r8tawQ4](http://www.youtube.com/watch?v=YGa4r8tawQ4) Acesso em: 17 nov. 2022.

FRANCO, M. de A. R. **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: [s. n.], 1997. 224 p. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000924101>. Acesso em: 10 out. 2022.

FRIEDRICH, D. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. Porto Alegre, 2007. 154-273 p., Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13175/000641441.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 23 de out. de 2022.

FUNDAÇÃO FAMS. **Os canais de Saturnino de Brito**. Youtube, 2019. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=FEnjZ-xNMyc](http://www.youtube.com/watch?v=FEnjZ-xNMyc) Acesso em: 12 nov. 2022.

GALERIA DE PARQUE MADUREIRA / Ruy Rezende Arquitetos - 23. Disponível em: [www.archdaily.com.br/br/789177/parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos/5759cbc8e58ece295a00000c-parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos-foto?next\\_project=no](http://www.archdaily.com.br/br/789177/parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos/5759cbc8e58ece295a00000c-parque-madureira-ruy-rezende-arquitetos-foto?next_project=no) Acesso em: 1º nov. 2022.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. 260 p.

GIOVANINI, D. **Tietê e a história que não foi: o plano de Saturnino de Brito**. Fundação Energia e Saneamento, [S. l.], p. 2-10, 20 nov. 2022.

Disponível em:

[www.energiaesaneamento.org.br/media/191552/\\_202009\\_fes\\_ndp\\_artigo\\_tiete.docx.pdf](http://www.energiaesaneamento.org.br/media/191552/_202009_fes_ndp_artigo_tiete.docx.pdf). Acesso em: 9 out. 2022.

HARROUK, C. **Psicologia da escala: pessoas, edifícios e cidades**. 2020. Disponível em: [www.archdaily.com.br/br/952351/psicologia-da-escala-pessoas-edificios-e-cidades](http://www.archdaily.com.br/br/952351/psicologia-da-escala-pessoas-edificios-e-cidades). Acesso em: 20 nov. 2022.

HYPENESS, R. **Madri decide destruir a marginal para dar lugar a um parque linear de 10 km**. Disponível em: [www.hypeness.com.br/2016/11/madri-decide-destruir-marginal-para-dar-lugar-a-um-parque-linear-de-10-km/](http://www.hypeness.com.br/2016/11/madri-decide-destruir-marginal-para-dar-lugar-a-um-parque-linear-de-10-km/). Acesso em: 29 set. 2022.

INPE. **Monitoramento dos focos ativos por estado, região ou bioma – Programa Queimadas**. Brasil: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2022. Disponível em: [https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/). Acesso em: 8 out. 2022.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000. 532 p.

KRAFT, S. C.; GOMES, G. F. M. **Análise das tipologias dos parques**. Faculdades Integradas de Ourinhos. p. 11, 2017. Disponível em: [www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2017/pdf/03\\_33.pdf](http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2017/pdf/03_33.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

MARINI, M. M. R. P. **Percepções sobre os espaços públicos na área urbana de Porto Velho durante a pandemia por Covid 19**. 2022. 100 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3924>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MARTINS MEDEIROS, José Marcelo *et al.* **Parques lineares ao longo de corpos hídricos urbanos: conflitos e possibilidades; o caso da orla do lago Paranoá**. Brasília: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21465> Acesso em: 18 de out. 2022.

MASCARÓ, J. L. **Infra-estrutura da paisagem**. [S. l.]: Masquatro, 2008. 227 p.

MASCARÓ, J. L. **Infra-estrutura urbana**. [S. l.]: Masquatro, 2005. 210 p.

MASCARÓ, J. L. **Loteamentos urbanos**. [S. l.]: Masquatro, 2003. 227 p.

MEDEIROS, J. M. M.; ULIANA, B. B.; ARAÚJO, D. dos S. Áreas de preservação permanente urbanas e parques lineares na região norte: conflitos na Lagoa dos Índios, Macapá – Amapá. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** <Online>, [S. l.], v. 18, p. 1-19, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v18i0p1-19. Disponível em: [www.revistas.usp.br/risco/article/view/157659](http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/157659). Acesso em: 20 nov. 2022.

MENDES, M. das G. C. C. **Expansão urbana e habitação em Porto Velho**. Rio de Janeiro: IPPUR, 1988. 21 p. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/7792/1/MGCCCMendes-min.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MERGULHÃO, P. T. P. **A paisagem amazônica no paisagismo de Belém**: Caso Parque Naturalístico Mangal das Garças. A paisagem amazônica no paisagismo de Belém, Recife, p. 1-199, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp112380.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

ONU. **Agenda sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PARQUE MADUREIRA - Galeria da Arquitetura. Disponível em: [www.galeriadaarquitetura.com.br/slideshow/newslideshow.aspx?idproject=842&index=3](http://www.galeriadaarquitetura.com.br/slideshow/newslideshow.aspx?idproject=842&index=3). Acesso em: 1º nov. 2022.

PARQUE MANGAL DAS GARÇAS - Exposição Rosa Kliass. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/projetos/rosa-kliass/obras/pa-mangal-das-garcas.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

PIBIC - CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XVI, 2008, São Paulo. **O plano de avenidas e os rumos do urbanismo paulistano** [...]. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: [www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/paineis/024236.pdf](http://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/paineis/024236.pdf). Acesso em: 18 out. 2022.

PREFEITURA DE PORTO VELHO. **A cidade**. Disponível em: [www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade](http://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade). Acesso em: 18 out. 2022.

PROJETO VOLUME VIVO. **Entre rios**. Youtube, 2015. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=Xi9c\\_N8uFvY](http://www.youtube.com/watch?v=Xi9c_N8uFvY). Acesso em: 12 nov. 2022.

ROMANO, B. M. L.; MACEDO, D. R. A reabilitação cursos d'água em áreas urbanas e os benefícios socioambientais adquiridos: estudo de caso de três parques lineares em Belo Horizonte, MG. *In: III Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. Anais...Belo Horizonte-MG. Online, 2020. Disponível em: [www.even3.com.br/anais/iiisbhsf/290139-a-reabilitacao-cursos-dagua-em-areas-urbanas-e-os-beneficios-socioambientais-adquiridos--estudo-de-caso-de-tres-/](http://www.even3.com.br/anais/iiisbhsf/290139-a-reabilitacao-cursos-dagua-em-areas-urbanas-e-os-beneficios-socioambientais-adquiridos--estudo-de-caso-de-tres-/). Acesso em: 21 out. 2022.

RONDÔNIA REGISTRA MAIS DE 100 FOCOS DE QUEIMADA NA PRIMEIRA SEMANA DE AGOSTO. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/08/07/rondonia-registra-mais-de-100-focos-de-queimada-na-primeira-semana-de-agosto.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

RONDÔNIA REGISTROU MAIOR DESMATAMENTO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS EM 2021, DIZ AMAZON. **G1**, 2022 Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/20/rondonia-registrou-maior-desmatamento-dos-ultimos-10-anos-em-2021-diz-imazon.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2022.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII., 2015, Florianópolis. **A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia [...]**. [S. l.: s. n.], 2015. 16 p. Disponível em: [www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397453\\_ARQUIVO\\_ARCENTEOCUPACAO-editado.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397453_ARQUIVO_ARCENTEOCUPACAO-editado.pdf). Acesso em: 4 set. 2022.

SNVS. **Relatório de Rondônia**. Brasil: Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, 2006. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_snvs\\_ro\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_snvs_ro_2ed.pdf).

Acesso em: 16 nov. 2022.

TRATA. **Ranking do saneamento em 2022**. Brasil: Instituto Trata, 2022.

Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2022/>.

Acesso em: 8 out. 2022.

# VISITANDO O PASSADO PARA O FUTURO: PROPOSTA DE MUSEU ENERGÉTICO – SAMUEL

## VISITANDO EL PASADO PARA EL FUTURO: PROPUESTA DE MUSEO ENERGÉTICO – SAMUEL

Ana Luiza Pereira Pinto<sup>7</sup>

Ranna Kaillanny Santos da Rocha<sup>8</sup>

Guilherme Silveira Simões<sup>9</sup>

### RESUMO

Este trabalho é o resultado de pesquisas feitas a partir de coleta de dados e informações para a implantação do Museu da Memória Energética de Porto Velho, onde construir um museu é a forma de preservar e homenagear a história da cultura local, tornando um espaço de educação, cultura e lazer para a população. Com a criação do museu, almeja-se eternizar a contribuição que a Empresa Eletrobrás/Eletronorte trouxe para o desenvolvimento da cidade de Porto Velho, através de fotos, documentos e peças de seu acervo.

**Palavras-chave:** Museu. História. Porto Velho. UHE Samuel. Eletricidade. Arquitetura.

### INTRODUÇÃO

Um museu sobre a memória energética de Porto Velho é importante para a cidade, pois servirá como um polo histórico que além de abrigar peças de grandes e pequenas dimensões, contará também com

---

<sup>7</sup> Discente junto ao Centro Educacional São Lucas - Afya. E-mail: analuiza.pp@hotmail.com.

<sup>8</sup> Discente junto ao Centro Educacional São Lucas - Afya. E-mail: rannakaillanny@gmail.com.

<sup>9</sup> Professor junto ao Centro Educacional São Lucas - Afya. E-mail: guilherme.simoese@saolucas.edu.br.

a presença de documentos, tais como os de um acervo natural e arqueológico.

Servirá como local de visita turística e como uma área de conhecimento, pois os visitantes, sejam eles estudantes ou turistas, terão a noção da construção da hidrelétrica e da história da cidade de Porto Velho, já que o seu desenvolvimento está atrelado à construção da hidrelétrica.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

O estudo foi organizado através de constantes buscas bibliográficas, segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 71) “abrange toda a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo”, sendo assim, busquei assuntos que tivessem afinidade com tema da pesquisa, e que pudessem ajudar no aprofundamento do estudo e desenvolvimento do projeto.

Para o desenvolvimento do trabalho, além das buscas bibliográficas, foi realizada pesquisa exploratória que conforme Marconi e Lakatos:

São investigações e pesquisas empíricas cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador [...] (Marconi; Lakatos, 2002, p. 85).

Como levantamentos arquitetônicos, visitas técnicas e estudos de caso, que serviram de apoio fundamental para que as decisões tomadas fossem refletidas no resultado final do projeto.

## **HISTÓRICO**

### **DEFINIÇÃO DE MUSEU**

As definições do conceito de museu podem ser diversas e variam de acordo com diferentes perspectivas e contextos. Uma definição

amplamente reconhecida, frequentemente revisada, é aquela proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que reflete a influência da globalização nos museus. Além disso, existem diversas definições relacionadas à disciplina acadêmica da museologia, que surgem tanto das perspectivas da semiologia quanto das ciências da comunicação, bem como, da experiência prática de conservadores e profissionais do campo. Uma representação comum do museu é aquela que o associa ao "Templo das Musas", incorporando a ideia de ser um guardião do patrimônio civilizacional e uma instituição dedicada ao aprendizado nas áreas das ciências e humanidades, conforme definição de (Poulot, 2013).

Mas, a partir da definição de Museu, aprovada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do International Council of Museums (ICOM, 2022), em Praga, define que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.

Mas tem como definição por León (León, 2010):

O museu, por sua vez, corresponde ao modelo institucional, vocacionado à construção e à administração da memória, a partir de estudo, tratamento, guarda e extroversão dos indicadores culturais, materiais e imateriais (referências, fragmentados, expressões, vestígios, objetos, coleções e acervos), mediante o cumprimento de três funções básicas: científica, educativa e social.

Enquanto pelo IBRAM, temos como definição baseada na Lei de n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus que:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

## ORIGEM DOS MUSEUS

A palavra Museu é de origem grega – *museîon* – significa a residência das musas, as nove filhas de Zeus e de Mnemósine, a deusa grega guardiã da memória. Segundo a mitologia grega, as musas eram ninfas que habitavam os bosques e, mais tarde, foram elevadas à categoria de divindades, inspiradoras da música e da poesia (Sampaio, 2006), tornando-se um local para preservação de objetos, porém, a ideia de conservar objetos é muito mais antiga, pois mesmo em tempos remotos, o homem já se dedicava a colecionar certos tipos de elementos pelos mais diferentes motivos.

Assim, podemos observar que na era do homem paleolítico, os primitivos já reuniam vários tipos de artefatos. Nos anos seguintes, os reis Nabucodonosor e Nabonido se dedicaram a colecionar antiguidades, e outra coleção era preservada pelos sacerdotes, que identificava cada obra com uma cartela, e que se assemelha com o sistema expositivo atual (Boylan, 2004).

Como já citado anteriormente, o museu na Grécia Antiga era um templo das musas, divindades que prestigiaram a poesia, a música, a oratória, a história, a tragédia, a comédia, a dança e a astronomia. Esses templos, bem como os de outras divindades, recebiam muitas oferendas tanto em objetos preciosos ou exóticos, que para serem exibidos ao público era preciso que houvesse pagamento de uma pequena taxa. Em Atenas, no séc. V a.C., as coleções de pinturas eram exibidas nas escadarias da Acrópole. Já os romanos exibiam as coleções em fóruns, jardins públicos,

templos, teatros e termas, enquanto no oriente o culto à personalidade de reis e heróis era forte, lá, os objetos históricos eram coletados com o objetivo de preservar a memória dos feitos gloriosos destes personagens.

Para título de curiosidade dos museus da Antiguidade, o mais famoso foi criado em Alexandria por Ptolomeu Sóter em torno do séc. III a.C, que continha estátuas de filósofos, objetos astronômicos e cirúrgicos que ficavam expostos no parque Zoobotânico. A um primeiro momento, a instituição era uma academia de filosofia, porém, mais tarde esta incorporou uma enorme coleção de obras escritas, formando, assim, a conhecida Biblioteca de Alexandria que existiu até a Idade Média, quando foi destruída por um incêndio que a devastou por inteira (Alexander *et al.*, 2017).

A noção de museus quase desapareceu na Idade Média, mas o ato de colecionar continuou vivo. Assim, os museus se tornaram espaços de importante aprendizado com as inúmeras influências advindas do contexto histórico e sociocultural de cada época. De acordo com (Weffort; Souza, 1998, *apud* Quintela, 2001):

Os primeiros museus concebidos e criados pelos poderosos do passado (coleccionadores, grandes senhores e soberanos) tinham a inspiração de reunir o maior número possível de objetos e obras raras, curiosas, ricas e memoráveis e, por intermédio destes, reafirmar seu poder. Criados pelos reis da França, para deleite dos nobres da corte, o Louvre foi a primeira instituição designada como museu.

No Renascimento, com a recuperação dos ideais clássicos e a consolidação do humanismo, ressurgiu o colecionismo privado através dos grandes banqueiros e comerciantes que financiavam uma grande produção de arte profana e ornamental e se dedicavam à procura de relíquias da Antiguidade.

Segundo (Gaspar, 1993), os primeiros museus públicos começaram a surgir nos séculos XVII e XVIII, sendo que o primeiro deles foi chamado de Ashmoleano. Este surgiu em 1683, como um museu destinado majoritariamente aos estudantes universitários. Até que, em 1759, ainda segundo (Gaspar, 1993, p. 10):

[...] abriu-se um novo museu público, Museu Britânico, originário da coleção de Sir Hans Sloane, naturalista e médico da corte, adquirido pelo Parlamento Britânico. Aproximadamente na mesma época, outros monarcas europeus começaram a permitir um acesso limitado do público às suas coleções de arte.

Em meados do século XX, o público era visto como elemento principal, pois o trabalho do museu deveria estar voltado para ele. Entretanto, acreditava-se que os espaços continuavam sendo reservados aos sábios, pois nas apresentações de suas exposições a linguagem utilizada era bastante culta, e, logo, hermética ao leigo, embora este fosse um espaço direcionado a população em geral (Silva, 2001).

## MUSEU NO BRASIL

No Brasil, a primeira coleção de que se tem notícia foi formada pelo colonizador neerlandês, conde Maurício de Nassau, cuja corte se notabilizou pelo brilho científico e cultural, instalando-a em torno de 1640, no Palácio de Friburgo, em Recife, semelhante em caráter aos gabinetes de curiosidades.

Já o surgimento das primeiras instituições museológicas no Brasil data no século XIX, através das iniciativas culturais de D. João VI é a criação do Museu Real, em 1818, atual Museu Nacional, localizado no interior do Parque da Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, no qual, o acervo inicial era composto por uma pequena coleção de história natural doada pelo monarca. Por um longo período, o museu teve uma

atuação modesta, porém, no final do século XIX adquiriu de fato o seu caráter científico.

Nos anos seguintes, principalmente na segunda metade do século XIX, houve o surgimento de vários museus, em destaque, dois museus etnográficos: o Paraense Emílio Goeldi, constituído em 1866, por iniciativa de uma instituição privada, que em 1871 foi transferido para o Estado e reinaugurado em 1891, e em 1894 surgiu o Museu do Ipiranga. Eram museus dedicados à pesquisa em ciências naturais, voltados para coleta, estudo e exibição de coleções naturais de etnografia, paleontologia e arqueologia. Esses três museus exerceram no fim do século XIX o importante papel de preservar as riquezas locais e nacionais, agregando a produção intelectual e a prática das chamadas ciências naturais, que desenvolviam estudos de interpretação evolucionista na área social, o que deu base para as nascentes antropológicas.

No século XIX, formaram-se dois modelos de museus no mundo, aqueles alicerçados na história e cultura nacional, de caráter celebrativo, como o Louvre, e os que surgiram como resultado do movimento científico, voltados para a Pré-História, a arqueologia e a etnologia, a exemplo do Museu Britânico. No Brasil, os museus eram enciclopédicos e estavam voltados para diversos aspectos do saber e do país, estes predominaram até as décadas de vinte e trinta, até entrarem em declínio, assim como no resto do mundo, em face de superação das teorias evolucionistas que sustentavam. Embora a temática nacional não constituísse a essência desses museus, tais instituições não deixaram de contribuir para construção simbólica da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e a exuberância da fauna e da flora dos trópicos.

O Museu Histórico Nacional acabou constituindo-se em um órgão catalisador dos museus brasileiros, cujo modelo foi transplantado para outras instituições. Contribuiu para isso, a instalação do curso de

museologia, que funcionou no próprio museu entre 1932 e 1979, formando profissionais que atuaram na área em todo o país. Além do curso de museologia, o surgimento de novos museus no país contou ainda com atuação decisiva do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1937, representando um marco no processo de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país.

## **DESDOBRAMENTO DO TEMA**

### **OS PRIMÓRDIOS DA ENERGIA EM PORTO VELHO**

A cidade de Porto Velho nasceu no canteiro de obras da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), um projeto moderno e progressista. Sua construção foi necessária para permitir o escoamento dos produtos da Bolívia até o Atlântico ao longo dos 400 km encachoeirados do Rio Madeira.

Na primeira década de 1900, foi instalada nos fundos do armazém da EFMM, uma caldeira horizontal que comandava um enorme grupo gerador e uma planta elétrica para todos os serviços, escritórios e residências no perímetro da margem do Rio Madeira até a Avenida Divisória, atual Presidente Dutra. Já nos anos 30, a usina dispunha de um gerador a gás de 250 kVA e um grupo gerador Baldwin de 650 kVA.

Em 11 de outubro de 1940, durante a visita do Presidente Getúlio Vargas, foi inaugurado, além do edifício dos Correios e Telégrafos, a Usina de Eletricidade, conhecida como Usina de Luz. Em 1950, foram adquiridas mais duas unidades Monday, com potência de 650 kVA cada uma e essas aquisições foram causadas pelo aumento da demanda.

O então deputado federal, Aluizio Ferreira (Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil, 2005), reeleito em 1958, pelo Território Federal do Guaporé, já reivindicava recursos financeiros para solucionar a crise energética do território. Em um de seus discursos, ele cita que:

O Território Federal do Guaporé, localizado na Amazônia Ocidental, possui grande potencial hídrico. Há necessidade da liberação de recursos financeiros para a construção de uma usina hidrelétrica em Porto Velho. Existem estudos preliminares sobre a potencialidade de Teotônio e Samuel. Com a construção de uma hidrelétrica, o problema energético que entrava todo o nosso desenvolvimento, desaparecerá.

E em outro discurso, afirmava que:

Permanecemos com a geração de energia à base de motores movidos a diesel, com um custo operacional oneroso, sempre em pane e com dificuldades de reposição de peças, provocando interrupções no fornecimento da energia, num racionamento que prejudica e sacrifica a população.

Os primeiros estudos para o aproveitamento do potencial energético da Cachoeira de Samuel ocorreu no ano de 1963, durante o governo de Ari Marcos, que além de Governador do Território Federal de Rondônia, era médico veterinário. Em 31 de dezembro de 1968, foi criado o Comitê de Coordenação dos Estudos Energéticos da Amazônia – ENERAM, pelo Presidente Artur da Costa e Silva, que tinha como objetivo efetivar o reconhecimento do potencial energético da bacia hidrográfica amazônica, o qual apoiou a realização de estudos de viabilidade do aproveitamento da Cachoeira de Samuel, no Rio Jamari, com 54 Mw de potência, capaz de substituir integralmente a geração termelétrica na capital do então território de Rondônia e de atender a demanda local de energia por longo tempo.

## **CRIAÇÃO DA ELETRONORTE**

A criação da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, foi através da Lei n. 5.824, promulgada em 14 de Novembro

de 1972, pelo então Presidente Emílio Médici, sendo instalada oficialmente em 20 de junho de 1973, e recebeu a autorização para funcionar como concessionária de energia elétrica, através do Decreto n. 72.548.

A Eletronorte representou um marco importante no processo de consolidação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás atuando como agente responsável na execução da política governamental de energia elétrica do país. A Eletronorte completou o quadro das subsidiárias no âmbito regional, permitindo o surgimento de possibilidades para o desenvolvimento de grandes aproveitamentos hidrelétricos, assim, a holding federal, Eletrobrás, passou a atuar em todo território nacional.

Em dois anos e meio de atividades, a Eletronorte deu alguns passos fundamentais para a sua formação no campo do planejamento e da operação de sistemas elétricos na Amazônia. Nesse período, a empresa assumiu progressivamente a coordenação dos estudos hidroenergéticos, contratados originalmente pela Eletrobrás, com base nas recomendações do ENERAM.

## O DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA NA DÉCADA DE 80

Em um contexto mais amplo, pode-se considerar que a atuação da Eletronorte no período da década de 80 influenciou na economia brasileira, tanto no setor da energia elétrica como na ocupação e desenvolvimento da região amazônica.

No governo do General Ernesto Geisel, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Este estímulo influenciou no crescimento demográfico em Rondônia, no qual, a população passou de 490 mil habitantes para 928 mil, em 1985, superando a marca de 1 milhão de habitantes. No final desta mesma década, o programa governamental de Rondônia teve como marco, o

asfaltamento da BR-364, que passou a facilitar o acesso ao estado e a Usina Hidrelétrica de Samuel.

## CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE SAMUEL

Em setembro de 1981, após licitação para construção de Samuel, foi assinado o contrato das obras civis com a Construtora Norberto Odebrecht, porém, só em março do ano seguinte seriam iniciadas as obras, com previsão de início da operação da primeira unidade para 1987.

O destaque das obras se deu com a conclusão da primeira etapa do desvio do Rio Jamari, onde o fluxo das águas eram direcionadas para a margem direita do rio e, conseqüente teve de ser feito o escoamento da área das estruturas principais para o início da escavação do local de sua instalação no ano de 1982. Foram feitos, também, no mesmo ano, os serviços de infraestrutura e a construção do canteiro de obras, vilas residenciais, acampamento e estradas permanentes, assim como o projeto básico do sistema de transmissão associado à usina.

Visando a redução dos investimentos iniciais, sua implantação foi dividida em duas etapas, na primeira, estava prevista uma linha de transmissão em 230 kV, com 580 km de comprimento, ligando a usina à cidade de Porto Velho, Abunã e Rio Branco. E no segundo momento, o trecho entre a Hidrelétrica de Samuel e a cidade de Porto Velho, seria duplicada, sendo construídas 2 linhas em 138 kV, ligando a usina às cidades de Ariquemes e Ji-Paraná, está com 305 km, e as cidades de Abunã e Guajará-Mirim, com 137 km.

No canteiro de obras foram feitas instalações para escritórios, almoxarifados, oficinas, posto de abastecimento, depósito de combustíveis, centrais de britagem, de concreto, de ar comprimido e de geração de energia, sistema de reserva, suprimento de água e pátio de pré-moldados. Já na cidade de Porto Velho, foi construída uma vila residencial e um hospital (Hospital João Paulo II), que era destinada aos técnicos

durante a construção, e aos operadores da usina após a conclusão da obra. No canteiro, o acampamento era destinado para os operários, pois essas construções foram necessárias por conta das dificuldades habitacionais da capital do estado que não oferecia apoio urbano para atender satisfatoriamente a população adicional engajada na obra.

O financiamento ficou por conta da Finame e de bancos franceses, além de créditos financeiros paralelos, no valor de 120 milhões de dólares, obtidos junto ao Banque de L'Indochine et Suez. Como resultado de acordos feitos entre o governo brasileiro, representado pelo Ministro do Planejamento, Antônio Delfin Neto, e o governo francês, foram negociados créditos destinados a Hidrelétrica de Samuel, e sendo disponibilizados à Eletronorte 390 milhões de francos franceses para aquisição de bens e serviços franceses, além da garantia de frete seguro e supervisão da montagem dos equipamentos, disponíveis a partir de abril de 1982, quando foram assinados os contratos comerciais entre os dois governos.

Os contratos para o fornecimento dos equipamentos eletromecânicos da usina foram assinados com o Consórcio Industrial de Samuel (Cisam), fabricantes nacionais e estrangeiras, como a Neyrpic, responsáveis pela turbinas e a Brown Boveri, fornecedora dos geradores.

As principais estruturas da usina foram iniciadas em 1983, entretanto, houve uma revisão no cronograma da obra, deslocando a entrada em operação da primeira unidade geradora para abril de 1988.

A decisão de executar extensos diques de baixa altura no perímetro do reservatório possibilitou a quase triplicação da potência firme da usina, pois proporcionou um considerável aumento do volume útil do reservatório. Estes diques foram construídos com aterro homogêneo em toda a sua extensão. Na margem direita, foi previsto um dique com comprimento de 36 km, com altura entre 4 e 8 metros, já na margem esquerda, ele teve comprimento de 21 km e altura de 4 e 6 metros.

Em 1984, foram concluídos os estudos dos recursos florestais da região da futura represa de Samuel, visando o aproveitamento do produto madeireiro para a produção de combustível.

As obras civis de Samuel, assim como o vertedouro, tomada d'água, casa de força, e área de montagem, tiveram um muro de transição esquerda que alcançava 77% da concretagem. Em 1986, as unidades 1, 2 e 3 da hidrelétrica foram testadas e foi implantado o traçado da linha em 230 kV, onde, no ano seguinte, o projeto civil da usina avançou normalmente e foi iniciada a montagem eletromecânica dos equipamentos. Já em 1988, foram concluídas as obras civis da barragem da hidrelétrica e em junho ocorreu a segunda etapa do desvio do Rio Jamari, permitindo, assim, a conclusão do trecho do canal de desvio e o enchimento do reservatório, com o fechamento das quatro adufas implantadas na estrutura do vertedouro. Em abril de 1989, foi concluído o enchimento do reservatório de Samuel, e em julho entrou em operação comercial a primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 43,4 kW, atendendo, assim, os 80% do requisito bruto de energia da cidade de Porto Velho. A segunda unidade foi inaugurada em março de 1990, e em primeiro de março de 1994, Ricardo Pinto Pinheiro, presidente da Eletronorte, esteve em Rondônia para acompanhar o processo de concretagem de instalação da terceira turbina de Samuel, onde o funcionamento estava previsto para oito meses depois. Aproveitando a oportunidade, o governador do estado, Osvaldo Piana, disse em entrevista que “até setembro do mesmo ano o problema energético da região estaria solucionado”.

Em 29 de dezembro de 1994, foi inaugurada a terceira turbina da Usina, em uma solenidade presidida pelo Ministro de Minas e Energia, Delcídio do Amaral Gomes, e Ricardo Pinto Pinheiro. A entrada da terceira máquina proporcionou uma economia de 21 milhões de litros de óleo diesel e cerca de US\$100 milhões para o Estado e o país. Em outubro de 1995 era instalada a quarta turbina e em agosto de 1996 a quinta turbina, nesse período, o estado de Rondônia tinha 282 MW de potência instalada

e com demanda de 154 MW, isso significa dizer que a produção era suficiente para atender a população.

O reservatório da Hidrelétrica de Samuel estende-se da localidade da Cachoeira de Samuel, no município de Porto Velho, até as proximidades da foz do rio Branco, no município de Ariquemes, com comprimento maior da ordem de 130 km, no sentido sudeste, onde seus primeiros 50 km ocupam uma ampla área de 15 a 20 km de largura, limitada pelos diques auxiliares em ambas as margens, e no restante ocupa uma área estreita de 1 a 5 km, no qual esses se encaixam nos vales do rio Jamari e seus tributários.

## **O PROJETO ARQUITETÔNICO**

Foram utilizados como referência na elaboração do projeto, o Museu de Arte Contemporânea de Buenos Aires – Monoblock, a própria Usina Hidrelétrica de Samuel e a Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

A forma simples do museu, foi baseada na forma do Museu de Arte Contemporânea de Buenos Aires – Monoblock (ArchDaily Brasil, 2014), modulada, esta estrutura apresenta aspecto robusto e na paisagem se confunde com um paredão de pedras utilizadas no quebra-mar. O museu tem finalidade de abrigar grandes amostras de artes, com ambientes espaçosos, iluminado e flexíveis através de sua configuração modular independente, dispõe de iluminação zenital e de estrutura e construção em concreto, gerando planos cegos das salas, e assim conseguem balanços a partir de grandes vergas trabalhando em um sistema estrutural com poucas divisões de apoio. Essa decisão construtiva resultou em baixa manutenção para o edifício ao longo do tempo.

Um dos principais pontos de ligação entre o Museu da Memória Energética com a Usina Hidrelétrica de Samuel e Santo Antônio é a utilização do concreto armado, que é a principal característica do estilo

brutalista, deixando aparente e assim ressaltando o desenho impresso pelas fôrmas de madeira.

Da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, também foi utilizado como referência as entradas das unidades geradoras, que ficam submersas, formadas por planos inclinados onde recebem as guias de grade que só permitem a passagem da água para geração da energia elétrica. Assim, podemos fazer a analogia, entre a Usina Hidrelétrica e o Museu, onde a água seria os visitantes que, ao adentrar no museu, estariam adquirindo o conhecimento sobre a geração de energia elétrica.

Assim que o visitante acessar a hidrelétrica, ele é recepcionado por um empregado, disponibilizado pela empresa, no auditório existente no edifício de comando. Lá, os visitantes assistem a uma breve apresentação sobre a história da empresa, da construção e do funcionamento da hidrelétrica.

Após a apresentação, os visitantes recebem os equipamentos de proteção individual (EPI) para terem acesso ao interior da hidrelétrica, assim, o visitante pode ver em funcionamento o que foi explicado na apresentação.

Assim que a visita na hidrelétrica é finalizada, os visitantes são levados até o Museu da Memória Energética, para terem acesso às peças do acervo da empresa.

No museu, a visitação é feita nas salas de exposições (arqueológicas, história da hidrelétrica, peças e animais empalhados), podendo aproveitar a vista através dos decks de contemplação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Usina Hidrelétrica de Samuel, hoje, é uma atração turística para a população do estado de Rondônia, em especial, para os estudantes que almejam conhecer o seu mecanismo operacional. Instalar o Museu neste

local seria mais um atrativo ao programa de visitas que existe atualmente na hidrelétrica, pois, além de conhecer o mecanismo operacional, os visitantes terão a oportunidade de ver e ter acesso ao bloco de acervo histórico, que hoje não está em local apropriado. Com isso, contribuímos para a preservação da cultura local, para que a história seja passada entre gerações, enriquecendo o desenvolvimento sociocultural.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Edward Porter *et al.* **Museums in motion**: an introduction to the history and functions of museums. New York: Rowman & Littlefield, 2017.

ARCHDAILY. Museu de Arte Contemporânea de Buenos Aires / Monoblock. **ArchDaily**, 5 março 2014. Disponível em: [www.archdaily.com.br/br/01-181100/museu-de-arte-contemporanea-de-buenos-aires-slash-monoblock](http://www.archdaily.com.br/br/01-181100/museu-de-arte-contemporanea-de-buenos-aires-slash-monoblock). Acesso em: 5 out. 2023.

BOYLAN, Patrick J. **Como gerir um museu**: manual prático. ICOM, 2004.

CABRA, Ligia Maria Martins. **Memória da eletricidade**, Eletronorte – 25 anos / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Eletronorte, 1998.

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil. **Memória da energia elétrica de Rondônia**. Porto Velho, Eletronorte, 2005.

GASPAR, Alberto. Museus e centros de ciências: conceituação e proposta de um referencial teórico. **Repositório da Produção USP**, 1993.

Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000737968>. Acesso em: 4 out. 2023.

ICOM. **Museum definition** – International Council of Museums. International Council of Museums, 24 August 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>. Acesso em: 4 out. 2023.

LEÓN, Aurora. **El museo: teoría, praxis y utopía**. Madri: Cátedra, 2010.

POULOT, Dominique. Museu e museologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, Autêntica, 2013.

QUINTELA, Maria Alcina. Museus, Cultura Popular e Turismo Cultural na Cidade do Rio de Janeiro: Algumas Reflexões. **Equipo NAYa**, 2001, [https://equiponaya.com.ar/turismo\\_cultural/congreso/ponencias/maria\\_quintela.htm](https://equiponaya.com.ar/turismo_cultural/congreso/ponencias/maria_quintela.htm). Acesso em: 4 out. 2023.

SAMPAIO, Cláudia Dias. “Revista Educação Pública – Museu - novo tempo para o templo das musas.” **Revista Educação Pública**, 14 Novembro 2006, <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/42/museu-novo-tempo-para-o-templo-das-musas>. Acesso em: 4 out. 2023.

SILVA, Vania Fernandes. **Centro de ciências & formação de professores: estudo sobre uma experiência de formação continuada**. Portal de Periódicos UFJF, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18894/9990>. Acesso em: 4 out. 2023.

WEFFORT, Francisco C.; SOUZA, Márcio (Orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura, 1998.

# ÉTICA AMBIENTAL E O AGIR HUMANO EM HANS JONAS

Robson Matos da Silva<sup>10</sup>

Renato Fernandes Caetano<sup>11</sup>

## RESUMO

O presente artigo visa debater o conceito de ética da responsabilidade frente ao problema da crise ambiental. Fundamenta-se na necessidade da conscientização de uma ação ética do homem com a natureza, para gerar a mudança de comportamento e a utilização da tecnologia na prática do cuidado com a natureza. Diante da discussão sobre o meio ambiente, procura-se estabelecer a harmonia do homem com a natureza. A metodologia utilizada para a produção deste artigo foi teórica e bibliográfica, sendo a principal fonte a obra de Hans Jonas, *O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Os principais resultados alcançados pela pesquisa foram: a necessidade de se ter uma “ética do cuidado” e uma “ética da responsabilidade” para com a natureza com o auxílio da tecnologia.

**Palavras-chave:** Ética. Responsabilidade. Natureza. Cuidado. Tecnologia.

## INTRODUÇÃO

Dentre todos na natureza, o mais belo da criação é o homem. Ele é superior à natureza e tudo o que vive nela, tendo poder da inteligência frente a ela e por isso ele é o responsável pelo cuidado dela, ou seja, a sua

---

<sup>10</sup> Bacharel em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: robson.silva@sou.fcr.edu.br.

<sup>11</sup> Professor e Bolsista da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-doutorando em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre em Educação (UNIR), Especialista em Filosofia: Ensino de Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia (FCR) e Licenciado em Filosofia (CEUCLAR). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Desafios Socioambientais, Sabres e Práticas na Amazônia. E-mail: renato@fcr.edu.br.

superioridade deveria resultar em cuidado. Com o passar dos anos, as ações humanas em relação à natureza foram ficando cada vez mais egoístas, pois antigamente o homem retirava da natureza apenas o necessário para a sua sobrevivência, usando a sua razão e a criatividade. Aos poucos, foi despertando no homem a ambição pelas riquezas da natureza, e ele passou a querer mais benefícios para si.

Com a industrialização e modernização dos meios de produção, especialmente com o atual modelo capitalista do agronegócio, o ser humano passou a causar mais danos à natureza. Esses danos são gerados pelo modo de preparação do solo para a produção alimentícia, que deixa a terra mais vulnerável às chuvas e ao sol, e a faz perder a sua fertilidade pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes que são utilizados desde o início da plantação até o término, para evitar os insetos e pragas danosos ao plantio.

A natureza passa então a ser vista não como um bem precioso, mas sim, como um objeto de exploração a serviço do querer humano. Com essa exploração a natureza vem se modificando através das mudanças climáticas, sendo exemplo, as chuvas com abundância em algumas regiões e outras com escassez de água. Isso evidencia a ausência do senso de responsabilidade do homem para com a natureza, ou seja, ele não se vê mais como parte dela, a relação homem/ natureza tornou-se uma relação indiferente. Entretanto, o homem deveria sentir-se responsável pela natureza, dada a sua dependência da natureza, pois sem ela não há vida. Ademais, deve também preocupar-se com as gerações futuras, que dependem de suas ações e esperam encontrar um ambiente menos degradado.

Diante disso, levantamos a hipótese que a atual relação do humano com a natureza é de quebra do conceito de ética ambiental, que é uma relação mútua com a natureza, ou seja, uma troca recíproca, onde as duas partes saem ganhando, isso não acontece agora. Por isso, o filósofo Hans

Jonas, critica esse modo de relação atual com a natureza e sugere uma nova ética baseada no “princípio responsabilidade”.

Partindo desses pressupostos, este artigo tem por objetivo geral debater os conceitos de ética ambiental e o princípio responsabilidade propostos por Hans Jonas, na obra *O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. A metodologia deste estudo é bibliográfica, fundamentada na obra citada e tendo como auxílios teóricos as obras *Saber Ambiental*, de Enrique Leff, *A Ética Social do Papa Francisco*, de José Otacílio Leite, *Ética Eco-espiritualidade* e *Saber Cuidar*, de Leonardo Boff, *Que é Ética?* de Carmelita Schulze, *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles e outros artigos e autores que abordam o presente tema.

Para atender a esse objetivo, além dessa introdução (1), o artigo foi organizado nos seguintes tópicos: 2) Breve resenha bibliográfica do autor; 3) O conceito e a relação entre ética e natureza: neste tópico será apresentado a concepção da ética e da natureza, bem como a relação que há entre elas; 4) Ética antropocêntrica *versus* ética ambiental: em que se discutirá a diferença entre a ética tradicional e a ética ambiental; 5) O princípio responsabilidade: ponto de partida para uma nova ética: este tópico, centro do artigo, apresentará o surgimento de uma nova ética, tendo como base o sentimento de responsabilidade, que será também aprofundado nos subtópicos, onde serão apresentadas e sugeridas algumas ações que vão ao encontro da ética proposto por Hans Jonas.

## **BREVE RESENHA BIBLIOGRÁFICA**

De acordo com Maria Clara Lucchetti Bingemer, decana do Centro de Teologia e Ciência Humanas da PUC-Rio (Jonas, 2006, p. 17-18), Hans Jonas nasceu na cidade de Mönchengladback, na Alemanha, no ano de 1903. A sua caminhada filosófica e intelectual, pode ser resumida em três momentos mais marcantes de sua formação humana. No primeiro momento, em 1921, teve como mestre e professor Martin Heidegger, “este

foi, por muito tempo, seu mentor intelectual”. Acompanhou seu mestre para a Universidade de Marburg, onde conheceu o Teólogo Rudolf Bultmann, que o orientou na elaboração da tese sobre a gnose do cristianismo primitivo. No ano de 1934, Hans Jonas, por ser judeu, viu-se obrigado a deixar a Alemanha, devido à perseguição de Hitler<sup>12</sup>. No segundo momento, acontece o ápice da vida intelectual de Hans Jonas. A obra que abriu as portas para uma reflexão filosófica sobre a natureza foi *The phenomenon of life, toward a philosophical, biology (O Fenômeno da vida, rumo a uma biologia filosófica)*, publicada em 1966. Nesta obra, Hans Jonas estabelece uma filosofia voltada para a vida e “apresenta o equívoco de isolar o homem do resto da natureza, imaginando-o desvinculado de outra forma de vida”. Por fim, o terceiro momento, deriva de forma imediata do segundo, impulsionado pelas reflexões sobre a interação do homem com a natureza, percebe a necessidade de constituir uma nova ética. Em 1979, esse momento é coroado com a publicação da grande obra, *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, que fundamenta esta pesquisa. Nesta obra, Hans Jonas sugere ao pensamento e ao agir humano uma nova ética, diferente da ética tradicional, que era fechada na relação homem com o homem. Em suma, Hans Jonas, a partir dos antigos imperativos éticos de Kant, formulou um novo imperativo de responsabilidade que se tornou o princípio da sua teoria ética: a ética da responsabilidade.

Dessa forma, é primordial conceituar e diferenciar a ética e a natureza, devido à falta de conhecimento e atenção voltada a elas, aspectos que iremos debater no presente artigo.

---

<sup>12</sup> Hitler foi o maior representante do nazismo na Alemanha, orientado pela filosofia da raça ariana, a “raça pura”, perseguia e matava as pessoas de outras etnias, sobretudo os judeus.

## O CONCEITO E A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E NATUREZA

A palavra “ética” vem do grego *éthos* e simboliza normas e costumes de uma civilização para organização de leis que possam regê-la rumo a um bem comum. A ética diz respeito às nossas ações, e como devemos agir eticamente na sociedade que vivemos, como seres racionais, em virtude de alcançar a justiça e a harmonia. O *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano conceitua a ética como:

Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1ª a que a considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; 2ª a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. Essas duas concepções, que se mesclaram de várias maneiras na Antiguidade e no mundo moderno (Abbagnano, 1998, p. 380).

Essas duas concepções serviram como norteadoras para todas as perspectivas tanto na antiguidade quanto na modernidade, são elas: ética teleológica e ética deontológica. A primeira tem o seu principal expoente com Aristóteles, filósofo grego do séc. V a.C., que defende a ética teleológica, como a finalidade da existência, ou seja, estudo do fim. Na sua própria obra *Ética a Nicômaco*, o filósofo grego expressa bem esta altiva ética, segundo ele: “Admite geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha têm mira em um bem qualquer” (Aristóteles, 1973, p. 249). Para Aristóteles, tudo o que fazemos e tudo o que existe tem por razão existencial um fim, como lápis tem a finalidade de escrever, a árvore de florir, os peixes de nadarem. Enfim, todos os conhecimentos e práticas morais e intelectuais do homem pressupõem um determinado fim. Aqui, abre-se um ponto de reflexão sobre qual a relação entre ética e natureza, pois o ser humano depende da natureza para sua sobrevivência.

Em contraposição, surgem no período moderno a ética deontológica, que tem como seu principal expoente Immanuel Kant (1724–1804). Segundo Kant, as virtudes que ele chama de boa vontade não são baseadas em finalidades, mas pelo simples objetivo do dever, pois, todas as nossas ações são categorizadas ao precederem ao bem, ou seja, as nossas atitudes são como reflexos para as atitudes de outrem.

Segundo Kant, devemos agir considerando o dever, mas que tal ação deve ser praticada, sobretudo, em função de uma boa vontade. Boa vontade é agir por "respeito ao dever", considerando o dever imposto por nossa escolha moral, a qual é, por sua vez, obtida por meio da razão. A boa vontade deve ser aplicada universalmente, ou seja, por todos os indivíduos em todas as situações, alcançando todos os indivíduos e situações (Schulze, 2018, p. 19-20).

Com as bases norteadoras na ética deontológica, é possível fazer uma síntese entre ela e a ética teleológica aristotélica, visto que há uma relação entre o dever da ação e sua finalidade. Surgiria, então, a questão: qual o nosso dever moral com a natureza? A partir desta pergunta há de se refletir sobre o princípio de dever e do cuidado, com intuito preponderante à finalidade da ação, uma vez que nossas ações são reflexos na ação do outro, ainda mais quando se relaciona com o bem comum do homem, da natureza e do mundo. Nesse sentido, o cuidado com a natureza não é uma visão individual, mas um parâmetro coletivo, pois se refere ao dever que o ser humano deve ter para com a natureza.

Atualmente, o conceito de natureza está restrito a uma pequena parte da totalidade, não considerando todos os outros seres que a compõem. Para alguns, a natureza é somente a mata virgem, já para outros, é o que nela habita, como os diferentes seres vivos, espécies e famílias. Para Leonardo Boff, a natureza engloba todo o planeta Terra e ele traz um novo conceito de Terra como sujeito, ser supremo e apresenta a dimensão material e terrena da existência humana:

Pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. [...] Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de autorrealização e de autoconsciência (Boff, 2007, p. 72).

Etimologicamente, para Urbano Zilles (2005, p. 162), “a palavra natureza deriva do latim *natura, natus, nasci* (nascer)”. Dessa forma, é natural tudo aquilo que brota, surge, ou seja, que não tem interferência humana. Segundo o filósofo Zilles, “com a palavra natureza designamos os astros, a terra, a paisagem, as plantas e os animais, mas também o próprio ser humano enquanto dado como realidade orgânico-espiritual” (Zilles, 2005, p. 162). Quando Urbano Zilles pensa na natureza, ele inclui todos os elementos que fazem parte desse ciclo natural. Ainda afirma Zilles que, “o conceito de natureza é um conceito objetivo dado ao pensar e ao agir” (Zilles, 2005, p. 163), a exemplo dos pré-socráticos que buscavam a *arché* que é a essência das coisas e atribuíam a origem de tudo aos fenômenos naturais. O conceito de natureza foi criando forma a partir dos filósofos antigos, Platão e Aristóteles, que com a sua metafísica ampliaram a compreensão sobre a natureza, como sendo aquilo que corrompe, estando em constante mudança, e metafísico aquilo que foge à natureza, sendo imutável e imperecível.

Na Idade Média, por se caracterizar um período teocêntrico, atribuíam-se todas as causas e finalidades a Deus. Assim, a natureza nesse período era vista como “divina, misteriosa, criadora de tudo e sagrada” (Zilles, 2005, p. 165). Para os medievais, a natureza possuía uma força divina que abarcava todo o universo, portanto, ela seria um conjunto das pequenas partes que se produziam através do movimento.

No entanto, com o Renascimento, esse entendimento de relacionar a natureza com o sagrado perdeu o seu valor e foi extinguido, pode-se assim dizer, pelo Antropocentrismo. Ou seja, na passagem da Idade Média

para a Idade Moderna. O Renascimento foi um período em que o homem indagou-se sobre o seu valor; nesse momento é que os artistas tiveram suas obras mais apreciadas, a partir de então, a natureza se separou do homem e ele passou a representá-la nas pinturas e esculturas. Com o Antropocentrismo, o homem tornou-se o centro das questões; já não necessitava mais de Deus ou de algum outro transcendente, bastava-se a si mesmo, podendo alcançar tudo com a sua arma mais letal: a razão.

Nesse sentido, concebe-se dois tipos de pensamentos sobre a relação homem-natureza que perdurou durante toda a modernidade: 1) o homem, detentor de sua racionalidade é uma “pessoa dotada de liberdade” (Zilles, 2005, p. 165) e 2), o homem eleva-se à uma categoria superior à natureza, isto é, às demais coisas criadas. Esse é o marco do pensamento moderno que mudou a percepção do homem para com as coisas. Urbano Zilles ressalta essa mudança radical na maneira do homem de lidar com a natureza:

Essa oposição, entre o homem e as coisas, marca o início de um novo tipo de relação com a natureza, caracterizado pela pesquisa científica e pelo domínio que o homem exerce sobre ela, por meio do trabalho e da técnica. Daí resulta a distinção entre natureza e cultura, entre objetos naturais e objetos fabricados pela arte ou pela técnica (Zilles, 2005, p. 165).

Assim sendo, de acordo com essa maneira de pensar, o homem não se encontrava mais na natureza; não se via mais como algo natural. Se a relação com a natureza é algo exterior, não se achava mais embutido no sujeito o sentimento de pertencimento; muito menos o de responsabilidade; por isso, “enquanto a observa e investiga, a domina e transforma, opõe-se a ela” (Zilles, 2005, p. 166). Não há mais uma relação de dependência, mas uma relação de interesses; o sujeito relaciona-se com a natureza não pelo fato de sentir-se próximo ou pertencente à ela; mas pelo simples lucro que ela pode lhe proporcionar.

Desta forma, observa-se que a relação do ser humano com a natureza foi de domínio e de sujeição aos seus interesses, não havendo uma preocupação de estabelecer uma relação ética entre ser humano e natureza. Nesse contexto, portanto, faz-se necessário debater os conceitos de ética ambiental e o princípio responsabilidade, a partir do filósofo Hans Jonas.

## ÉTICA ANTROPOCÊNTRICA *VERSUS* ÉTICA AMBIENTAL

Dado a complexidade ambiental de nosso tempo, diferentemente dos filósofos citados anteriormente, Hans Jonas (2006) elabora uma ética da responsabilidade entre o homem e a natureza, em busca de um futuro melhor para as próximas gerações, devido à sua preocupação com a natureza degradada pela ação do homem. Assim, a ética da responsabilidade tem como objetivo o ser humano repensar o modo de ver a natureza, não a vendo como mero objeto, e sim, aquela que traz vida a ele e com a qual ele está integrado.

Para Hans Jonas, a ética tradicional ocupava-se somente com as questões voltadas para o homem. Todo agir humano para com os outros objetos não tinha caráter ético; porque “não se colocava em absoluto a questão de um dano duradouro à integridade do objeto e à ordem natural em seu conjunto [...]. Em suma, a atuação sobre objetos não humanos não formavam um domínio eticamente significativo” (Jonas, 2006, p. 35). Isto é, por se tratar de um princípio antropocêntrico, não possuía um alto valor ético o modo de lidar com as coisas extrínsecas ao ser humano. Esta ética se baseia apenas no relacionamento do homem com o seu semelhante e “de cada homem consigo mesmo” (Jonas, 2006, p. 35).

Esta maneira de ver a ética contribuiu para a necessidade de Hans Jonas formular uma nova ética que se preocupasse com o futuro, porque a ética tinha um caráter imediato, “o alcance efetivo da ação era pequeno, o intervalo de tempo para a previsão, definição de objetivo e imputabilidade

era curto, e limitado o controle das circunstâncias” (Jonas, 2006, p. 35). As consequências das ações a longo prazo não importavam, ficando ao encargo do tempo e de forças divinas; o essencial era a vida virtuosa e sábia que permitiam ao homem passar as circunstâncias da vida.

Todavia, Hans Jonas com a “ética da responsabilidade” amplia o conceito de ética, ou seja, o ponto de partida não é mais a ética tradicional, mas, um sentimento de responsabilidade e de tutela por tudo aquilo que existe, o homem e a natureza. O ser humano está inserido na natureza e suas ações têm grande influência na modificação dela. O homem não se dá conta de que necessita dela, pois encontra-se dentro dessa natureza a qual é fixa e não se move, produz vida para ele habitar nela e se produzir. Sem a natureza, o homem não existiria, porque ela é autossuficiente e possui grande capacidade de sustentabilidade. Hans Jonas, a respeito das características da natureza e sua relação com o homem, afirma:

Todas as liberdades que ele se permite com os habitantes da terra, do mar e ar deixam inalterada a natureza abrangente desses domínios e não prejudicam as suas forças geradoras [...]. Ainda que ele atormenta ano após ano a terra com arado, ela é perene e incansável; ele pode e deve fiar-se na paciência perseverante da terra que deve ajustar-se ao seu ciclo. [...] O espaço que havia criado para si foi preenchido com a cidade dos homens – destinada a crescer-se e não a expandir-se -, e por meio disso criou-se um novo equilíbrio dentro do equilíbrio maior do todo [...]. Sua vida desenvolveu-se entre o que mudava: o que permanecia era a natureza, o que mudava eram suas próprias obras (Jonas, 2006, p. 32-33).

Portanto, o modo de o homem agir frente à natureza passou a ser puramente interesseiro, causando uma interferência no ecossistema. Segundo Hans Jonas, a visão aristotélica entendia o homem e a natureza como uma única coisa; e que o homem “seria incapaz de lesar essa mesma natureza pela sua contemplação” (Jonas, 2006, p. 231). Porém, com a modernidade ocorre uma quebra na simbiose entre o homem e o meio

ambiente. O exercício da responsabilidade não se reduz apenas ao intersubjetivo (de homem para homem) mas amplia-se para a natureza, o meio ambiente, a biodiversidade e a biosfera. Sobre a dominação e a exploração do meio ambiente, Hans Jonas afirma:

A união do poder com a razão traz consigo a responsabilidade, fato este que sempre se compreendeu, quando se tratava da esfera das relações intersubjetivas. O que não se compreendera é a nova expansão da responsabilidade sobre a biosfera e a sobrevivência da humanidade, que decorre simplesmente da extensão do poder sobre as coisas e do fato que este seja, sobretudo, um poder destrutivo (Jonas, 2006, p. 231).

Portanto, segundo Hans Jonas, o dever nasce do perigo. Caso não houvesse o perigo, não teria sentido falar de “uma ética da preservação e da proteção” (Jonas, 2006, p. 232). Nesse sentido, o próprio filósofo alerta para a existência de uma “nova ordem” que norteará as ações do presente contra um “futuro ameaçado”; tal ordem é a “ética de emergência”. Assim, a ética se torna cada vez mais diferente da ética tradicional, pois compreende a natureza na sua totalidade, juntamente com as ações do homem. Tudo o que o homem constrói é passageiro, até ele mesmo, a única coisa que não é passageira é a ação do homem frente à natureza, que deixa consequências para as futuras gerações, como, por exemplo, as mudanças climáticas devido às ações antiéticas. Nesse sentido, Leonardo Boff chama atenção para a dimensão do ser da Terra, compreendendo-a como um “organismo vivo”, que “não pode ser violado e depredado. Caso contrário, ela se vingará através de tempestades, raios, secas, incêndios, terremotos e vulcões” (Boff, 2007, p. 64).

A natureza, para Hans Jonas, era independente do homem e, muitas vezes, cuidando de si e dele: “a natureza não era objeto da responsabilidade humana – ela cuidava de si mesma e, com a persuasão e a insistência necessárias, também tomava conta do homem” (Jonas, 2006, p. 34). Dessa forma, pode-se dizer que a natureza não era, também, objeto

da ética, pois o homem não se via responsável pela natureza, mas a tratava, e ainda a trata como um objeto. Disso decorre a necessidade de refletir sobre o princípio responsabilidade para com a natureza.

## **O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE: PONTO DE PARTIDA PARA UMA NOVA ÉTICA**

Para formular uma nova ética, Hans Jonas parte do princípio de responsabilidade, isto é, defende que a ética moral não seja somente racional, mas tenha um aspecto emocional. Pois somente a emoção pode produzir no ser um sentimento, que Hans Jonas denomina o “sentimento de responsabilidade”. Este sentimento é fruto da junção dos aspectos objetivo e subjetivo da ética, dado que o primeiro faz o homem compreender racionalmente o porquê do imperativo, enquanto o segundo torna possível o acolhimento desse dever e, conseqüentemente, a sua ação. Sem a capacidade receptiva, não adiantaria comprovações que motivassem o ser a realizar um dever, entretanto, se não existisse a capacidade de legitimar o direito de um dever, o lado emocional do ser se tornaria inútil e faltaria uma fundamentação para o seu agir.

## **RESPONSABILIDADE PARENTAL, RESPONSABILIDADE POLÍTICA E MORALIDADE**

Para Hans Jonas (2006, p. 157), é impossível existir o sentimento de responsabilidade sem a comunhão dos aspectos sentimental e racional:

Se não fôssemos receptíveis ao apelo do dever em termos emotivos, mesmo a demonstração mais rigorosa e racionalmente impecável da sua correção seria impotente para produzir uma força motivadora. E, ao contrário, sem uma legitimação do seu direito, a nossa receptividade factual a apelos desse tipo seria um brinquete de predileções fortuitas (elas próprias condicionadas de diversas maneiras), e à escolha que ela fizesse faltaria a justificativa.

Tal união tem por objetivo alcançar um fim, qual seja, a obediência à “lei moral” de Kant, possuindo em si mesma esse sentimento que impele o ser a despojar-se de sua própria vontade e a obedecê-la.

O que é excepcional é que esse sentimento não se refira a nenhum objeto, mas à própria lei. [...] ao lado da razão, também o sentimento tem de entrar em cena de modo que a lei moral se imponha sobre a nossa vontade. Para ele, tratava-se de um sentimento suscitado em nós não por um objeto [...], mas por uma ideia de dever ou de lei moral: o sentimento de respeito. [...] Em outras palavras, a própria razão se torna fonte de uma emoção e seu objeto último! (Jonas, 2006, p. 161-162).

Dessa forma, toda ação do homem deve seguir esse caminho construído pela junção dos aspectos objetivo e subjetivo da ética, a fim de cumprir um imperativo que é próprio do ser. Esse imperativo corre o risco de não ser praticado somente através da indiferença do ser, isto é, daquele que se fecha a voz do mandato, “acometido da mácula da falta de sentido” (Jonas, 2006, p. 151).

Segundo Hans Jonas (2006, p. 163), o cuidado com a natureza vai além do imperativo da lei moral, ou seja, “é de tal forma espontâneo que não necessita do recurso à lei moral”. Pois já possui em si mesmo a relação entre “responsabilidade objetiva e o sentimento de responsabilidade subjetiva” (Jonas, 2006, p. 163-164). Para Hans Jonas, todos os seres possuem uma finalidade que aponta os seus reais interesses, a finalidade da natureza não é mais universal, mas “se torna cada vez mais subjetiva”. Todos os seres dotados de sensibilidade constituem “não só uma finalidade da natureza, mais uma finalidade em si mesmos, ou seja, o seu próprio fim” (Jonas, 2006, p. 151-152).

Após assumir a consciência de que tem um fim em si mesmo, o homem passou a agir de maneira diferente com a natureza. A sua ação não foi mais impulsionada pelo sentimento de responsabilidade, mas por um sentimento de interesse. Por ser um “resultado supremo do trabalho

finalista da natureza”, ele traz consigo a possibilidade de “ser um continuador da obra desta”, desde que se sinta responsável por ela, caso contrário, será “seu destruidor, graças ao poder que o conhecimento lhe proporciona” (Jonas, 2006, p. 152).

Leonardo Boff, preocupado com o futuro da terra e da humanidade, traz exemplos destas ações destrutivas do homem com a Terra:

A capacidade de intervenção na natureza nas últimas décadas foi tão profunda que desequilibrou todos os ecossistemas e o próprio sistema Terra. As forças produtivas se transformaram, perigosamente, em forças destrutivas [...]. O eixo articulador do projeto de civilização hoje mundializado, [...] é a vontade de poder – poder entendido como capacidade de dominação e de imposição por parte do ser humano sobre todos os diferentes dele. O objetivo dessa intervenção é a busca de comodidade e do crescimento ilimitado de bens e serviços sem qualquer outra consideração (Boff, 2003, p. 42).

Dessa forma, o homem encontra-se diante do dilema da teoria moral, expressa no “dever” e no “querer”. Cabe ao homem utilizar-se do seu poder racional para transpor o dever para o querer, submetendo a sua vontade ao imperativo imanente da natureza. Nesse sentido, o homem desconsidera o fim em si mesmo que a natureza possui e procura transformá-la para que atenda aos seus fins e objetivos, distorcendo, dessa forma, a relação com a natureza.

Após o homem ter modificado o seu modo de agir para com a natureza, isto é, vendo-a somente como bens (fontes de lucros) e não como um bem supremo, a melhor saída é redirecionar a sua ação para uma teoria da responsabilidade.

A base da teoria da responsabilidade de Hans Jonas, segundo Battestin e Ghiggi (2010), possui três aspectos, são eles: A heurística do medo, o Bem e o Dever e o Ser e a responsabilidade total. Percebe-se que

a relação homem/natureza só poderá ser reconstruída e retomar a sua simbiose mediante a união desses três aspectos mencionados acima.

Segundo Battestin e Ghiggi (2010, p. 74), heurística do medo em Hans Jonas, trata-se primeiramente de uma preocupação com o futuro, ou seja, é a capacidade de encontrar soluções para questões difíceis, impulsionada pelo medo. Segundo Hans Jonas (2006, p. 70), para se ter uma ética da responsabilidade é útil, “antes de tudo, a previsão de uma deformação do homem”, para se mostrar o que deve ser preservado “no conceito de homem”. O medo ao qual se refere Hans Jonas, afirma Battestin e Ghiggi: “é primordial para uma ética da responsabilidade, pois é através dele que o ser humano poderá agir e refletir sobre o destino da humanidade” (2010, p. 76).

Hans Jonas define o medo como uma força que impulsiona o agir: “O medo que faz parte da responsabilidade não é aquele que nos aconselha a não agir, mas aquele que nos convida a agir. Trata-se de um medo que tem a ver com o objeto da responsabilidade [...]. Trata-se de assumir a responsabilidade pelo futuro do homem” (Jonas, 2006, p. 351-353).

É de suma importância diferenciar o pânico do medo; o primeiro paralisa quem o possui, torna inerte, impotente frente ao perigo, enquanto o efeito do segundo é primeiramente acionar o estado de alerta para o perigo, abrindo um leque de possibilidade de soluções para o problema em questão. Hans Jonas traz a importância de se conhecer o perigo e de, através do medo, se prever as consequências:

Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo: por isso, contrariando toda a lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos nos proteger. [...] O que nós não queremos, sabemos muito antes do que aquilo que queremos. Por isso, para investigar o que realmente valorizamos, a filosofia da moral tem de

consultar o nosso medo antes do nosso desejo (Jonas, 2006, p. 70-71).

Dessa forma, sem a consciência de um perigo, será difícil saber o que se deve proteger e, conseqüentemente, o motivo e o modo de como fazer. Sem a dimensão do perigo para a natureza, o homem não saberia contra o que estaria lutando e nem como protegeria e preservaria a natureza. Um exemplo claro disso é o perigo de se esgotar os recursos naturais da Terra, através da heurística do medo, o indivíduo encontra possíveis soluções para proteger a natureza, a exemplo de atividades sustentáveis.

Toda ação visa a um fim, como já citado no segundo tópico, ou seja, toda e qualquer ação tem a sua finalidade. Tal finalidade, possuindo-se a si mesma, constitui-se em um Bem Supremo, isto é, o Sumo Bem. O homem salvará a sua relação simbiótica com a natureza somente quando assumi-la como o seu *bem supremo*, ou seja, como a finalidade de sua ação. Sobre essa concepção, afirma Jonas:

Todo órgão em organismo serve a um fim, o qual ele realiza ao funcionar [...]. O fato de que o organismo tenha esse fim pode ser compreendido de múltiplas maneiras. O sentido mais neutro e menos controverso é aquele segundo o qual, em um organismo, tudo está disposto de modo tal que o efeito de cada parte contribui para manter a sua função global (Jonas, 2006, p. 129).

Dessa forma, enxergando a natureza com o Sumo Bem, conseqüentemente lhe atribuirá o valor de Ser, certamente atenderá ao apelo que é inerente a este Ser e cumprirá o seu dever moral de zelar pelo bem-estar deste Ser, detentor de direitos e cuidados.

Para Hans Jonas, a teoria da responsabilidade passa pela diferenciação de responsabilidade parcial e responsabilidade total. À primeira categoria de responsabilidade, Hans Jonas (2006, p. 185), afirma que “não se limita apenas a um aspecto, mas também a um período

determinado de uma existência”. Hans Jonas utiliza dois exemplos: do “capitão de um navio” com seus passageiros e do “médico” e seu paciente. Em ambos os casos, a responsabilidade começa e termina com a presença de seus objetos de responsabilidade. Para eles não interessam o passado ou presente das pessoas, seus sofrimentos e prazeres e muito menos o seu futuro. O objetivo das “responsabilidades particulares” é o cumprimento de sua missão para com o “período determinado” da existência do objeto da responsabilidade.

No que se refere à segunda categoria, Hans Jonas apresenta as responsabilidades política e parental como modelos de plenas responsabilidades, por possuírem três características em comum que fazem-nas terem um verdadeiro valor de responsabilidade, são elas “totalidade”, “continuidade” e “futuro” (Jonas, 2006, p. 175). Hans Jonas afirma ainda que, embora sejam de realidades diferentes, a responsabilidade política, de natureza pública e a responsabilidade parental, de natureza privada, “são as que têm mais aspectos entre si e as que, em conjunto, mais nos podem ensinar a respeito da essência da responsabilidade” (Jonas, 2006, p. 173). Essa totalidade, a qual se refere Hans Jonas, “abarca o ser total do objeto, todos os seus aspectos, desde a sua existência bruta até os seus interesses mais elevados” (Jonas, 2006, p. 180).

Na responsabilidade parental, que tem característica paterna, o seu objeto é a criança e todas as suas necessidades. Desde a sua gestação, passando pelas necessidades biológicas e, mais adiante, tudo aquilo que se entende por educação: “habilidades, comportamento, relações, caráter, conhecimento”, que precisam de acompanhamento e estímulo “durante o desenvolvimento da criança”. Resumindo, a responsabilidade parental tem como objetivo, em primeiro momento, preservar a existência da criança e, em um segundo momento, torná-la “o melhor dos seres”, alcançando a sua plena realização.

Segundo Hans Jonas, a responsabilidade política tem também como objetivo a boa formação do indivíduo, sendo função do Estado “tornar possível a vida humana” e estabelecer condições para que esta “vida boa seja possível [...]. E a dimensão dessa responsabilidade se assemelha à da responsabilidade parental: ela se estende da existência física até aos mais elevados interesses, da segurança à plenitude, da boa condução até a felicidade” (Jonas, 2006, p. 180).

Dessa forma, percebe-se que as duas espécies de responsabilidades possuem a característica de totalidade, por compreender o ser na sua dimensão total, de continuidade, por se interessar com o bem-estar do seu objeto, e de futuro, por visar o bem estar das outras gerações.

Nesse sentido, o Homem só agirá de forma responsável com a natureza, tendo uma heurística do medo, que lhe possibilitará caminhos para solucionar sua relação com ela, mudando a sua visão em relação a ela, de “coisa”, como fonte de lucro, para “Ser”, como fonte de direito, isto é, de um interesse para um “dever” e assumido uma responsabilidade total, utilizando a tecnologia para conservar a integridade da natureza. Para que o homem possa agir de forma menos destrutiva com a natureza, “a moralidade deve invadir a esfera do produzir, da qual ela se mantinha afastada anteriormente e deve fazê-lo na forma de política pública” (Jonas, 2006, p. 44). Portanto, agora o homem terá as suas ações dirigidas pela moral. Não significa que ele não vai mais tirar os recursos da natureza, mas que ele vai usar a tecnologia como ferramenta para uma ação moralmente boa, sem ferir o objeto da sua responsabilidade.

## MEDIDAS DE PRECAUÇÃO E ÉTICA DA RESPONSABILIDADE: UM OLHAR PARA O FUTURO

Segundo Hans Jonas, a sociedade atual é caracterizada pela técnica, tudo se tornou prático e rápido. No entanto, nos últimos anos, a tecnologia e a técnica foram armas muito poderosas utilizadas apenas ao interesse

humano. O indivíduo que se sente responsável por um objeto, facilmente empreende todas as suas forças para exercer e garantir o bem do seu objeto de responsabilidade. Do mesmo modo, o pleno sentimento de responsabilidade permite ao homem explorar os diversos caminhos para uma relação sustentável com a natureza e extrair dela os recursos de que necessita sem, contudo, degradá-la.

Dentre esses caminhos destacam-se dois: conservação ambiental e preservação ambiental. O primeiro refere-se à paisagem natural, a qual não tem interferência humana, na qual a biodiversidade, a fauna e a flora permanecem intocáveis, isto é, no seu estado natural. Em contrapartida, o segundo diz respeito à paisagem urbana, produto da intervenção humana na natureza. Através da preservação ambiental, o homem retira os recursos da natureza de maneira sustentável e responsável, preservando a integridade dela.

Inclusive, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, estabeleceu que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Esse cuidado com a conservação e preservação do meio ambiente, presente na Carta Magna, é reforçado na análise de Brito como uma responsabilidade com a vida:

A criação do art. 225, espinha dorsal da redação ambientalista magna, por exemplo, não só viabilizou o estabelecimento normativo do binômio direito ao meio ambiente/dever de tutela ambiental, bem como corresponsabilizou o Poder Público e os particulares (na figura da coletividade) pela proteção desse bem, para as presentes e futuras gerações. Por outro lado, empunhou, explicitamente, diversos dos princípios ambientais reconhecidos doutrinariamente. [...] uma ameaça direta ao princípio da proteção ambiental é uma ameaça direta ao próprio princípio vida (e, consecutivamente, a todos os demais princípios), já que, por fazer o homem parte do meio ambiente, não poderia ele viver

com a destruição deste que o abarca e que o possibilita [...]. Além do mais, a ameaça ao meio ambiente, como já foi explicado, constitui uma ameaça à vida e, consecutivamente, às prerrogativas inerentes à cidadania, já que sem a vida não há como um indivíduo exercer na prática os seus direitos cidadãos (Brito; Brito, 2012).

Dessa forma, cabe a todos e ao poder público defender a preservação e conservação do ambiente para assegurar a vida e os direitos das gerações futuras, sendo esse um agir sustentável. Um exemplo claro desse agir sustentável e, sem dúvida, responsável, são as energias renováveis: eólica, solar, hídrica, geotérmica e biomassa. Trata-se de fontes de energia que, além de não violentarem o meio ambiente, não se esgotam facilmente, em contrapartida, exigem alto investimento. Para uma sociedade técnica e imediatista, cujas ações correm para o interesse e o lucro, não é muito chamativo uma proposta que demande muito dinheiro e o retorno seja lento, ou seja, a longo prazo. Outro exemplo é a adoção de sacolas renováveis, que leva à redução dos descartáveis. Por isso, a necessidade de um olhar responsável do indivíduo para a natureza, de vê-la como um Sumo Bem, salta aos olhos.

Para Hans Jonas (2006, p. 303), a missão de “proporcionar um alto nível de vida para os bilhões de indivíduos do futuro” depende diretamente de uma demanda “cada vez maior de energias para ser explorada”. O problema central não consiste na “extração de energia livre, mas nas consequências de sua utilização para a biosfera planetária”. Ou seja, no modo de como o homem está extraindo os recursos naturais.

Diante desse dever do homem com a humanidade futura, Hans Jonas afirma ser necessário diferenciar fontes de energias renováveis das não renováveis. Em relação às não renováveis, para ele, elas “caminham a passos gigantes para esgotar-se” (JONAS, 2006, p. 303). Ou seja, tais energias possuem como característica principal o esgotamento.

O homem, apesar de ser consciente da existência de fontes de energias “limpas”, insiste em continuar retirando energias de fontes não renováveis. Hans Jonas, sobre o perigo da continuidade dessa ação irresponsável do homem, afirma:

queima dos combustíveis fósseis, além do problema da poluição local do ar, traz o problema do aquecimento global [...]. É o efeito estufa, que ocorre quando dióxido de carbono formado pela combustão se acumula na atmosfera e funciona como a cobertura de vidro de um estufa, permitindo que os raios do Sol penetrem, mas impedindo que a radiação térmica escape da Terra. O aumento da temperatura global [...] pode ter consequências duradouras e indesejáveis para o clima e para a vida, até a catástrofe do derretimento das calotas polares, da elevação dos níveis do oceano, da inundação de enorme extensão de planícies... (Jonas, 2006, p. 303-304).

Nesse sentido, com um olhar para o futuro, Hans Jonas reflete sobre as energias renováveis e suas possíveis soluções para o problema da grande necessidade de energia futura. Segundo Hans Jonas, a busca por uma fonte de energia que responda às necessidades de uma civilização tecnológica, se torna um novo imperativo:

A energia solar, [...] tem a vantagem de ser “limpa” do ponto de vista químico e térmico [...]. Uma exploração otimizada de todas as quedas d’água adequadas da face da Terra poderia, no máximo, dar conta das necessidades crescentes do futuro. Não poderia contribuir em nada para suprir a demanda surgida pelo desaparecimento dos combustíveis fósseis. O mesmo vale para a conversão direta da radiação solar em energia motriz térmica e elétrica. Recentemente desenvolveram novas tecnologias para a energia solar (células fotovoltaicas), mas as estimativas mais otimistas prometem somente um alívio, e não uma solução para o problema energético. [...] A energia eólica e talvez as quedas de temperatura oceânicas poderiam fornecer outras contribuições, mas sempre parciais. [...] Resta a energia nuclear, que poderia

complementar as outras fontes e ao fim substituir as fontes fósseis, que estão se esgotando (Jonas, 2006, p. 304-305).

Dessa forma, para Hans Jonas, ainda que se tenha a fonte de “energia mais permanente e mais limpa de todas”, não seria suficiente para dar conta da demanda energética de uma “civilização moderna”. Sobre as dificuldades que o homem contemporâneo enfrenta em seu agir ético, Hans Jonas expõe possíveis caminhos para se chegar a uma ética da responsabilidade.

Para Enrique Leff (2011, p. 253), o agir do homem deriva de uma educação e de uma formação ambiental. A educação é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois, segundo ele, “o processo educacional transmitirá e difundirá os princípios e valores das diferentes visões e propostas para alcançar a sustentabilidade”. Para que essa educação ambiental ocorra, é preciso estar consciente dos “processos socioambientais emergentes”, que movimentam e orientam os cidadãos a se decidirem com base numa “ótica holística” e nos “enfoques interdisciplinares”.

Segundo Leff, a formação ambiental consiste num “processo orgânico e reflexivo de reorganização do saber e da sociedade”, para que haja novas capacidades de compreensão e intervenção na transformação do mundo e suas problemáticas. Sobre esses desafios e suas possíveis soluções, Leff afirma:

A problemática ambiental, como sintoma da crise de civilização da modernidade, coloca a necessidade de criar uma consciência a respeito de suas causas e suas vias de resolução. Isto passa por um processo educativo que vai desde a formulação de novas cosmovisões e imaginários coletivos, até a formação de novas capacidades técnicas e profissionais; desde a reorientação dos valores que guiam o comportamento dos humanos para a natureza, até a elaboração de novas teorias sobre as relações

ambientais de produção e reprodução social, e a construção de novas formas de desenvolvimento (Leff, 2011, p. 254-255).

Portanto, percebe-se que a resolução de problemas ambientais tem ligação direta com a ética, ou seja, com o agir humano para com a natureza. Por isso, Enrique Leff insiste na mudança de formação da educação ambiental, apoiando um estilo de “formação ambiental que articula as formações ideológicas e conceituais com os processos de produção e aquisição de conhecimento e saberes, num projeto histórico de transformação social” (Leff, 2011, p. 254).

Nessa perspectiva, os *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente*, buscam contribuir com as reflexões sobre esse problema da relação entre o homem e o meio ambiente. Em seu nono volume, que trata sobre a questão ambiental e a saúde, traz a seguinte pergunta: “crise ambiental ou civilizatória?”

Como resposta para essa pergunta é apresentado três grupos de pensamentos diferentes. O primeiro grupo é daqueles que acreditam cegamente que os cientistas podem achar soluções para problemas atuais, “confiam na capacidade de a humanidade produzir novas soluções tecnológicas e econômicas a cada etapa, em resposta a cada problema que surge” (Brasil, 1997, p. 20). Já para o segundo grupo, trata-se de uma crise não só ambiental, mas também civilizatória. Para este grupo, a crise ambiental chega a representar um resumo dos desafios e problemas que o atual modelo de civilização gerou. A solução seria uma mudança drástica no modo de conceber o mundo, a natureza, o poder, o bem-estar, “tendo por base novos valores individuais e sociais”. É fundamental, nessa nova forma de ver o mundo, “a percepção de que o homem não é o centro da natureza” (Brasil, 1997, p. 20).

O terceiro grupo traz um conceito que mais se alinha com a perspectiva ética de Hans Jonas. Mudando a sua visão autoritária e dominante para com a natureza, para a consciência de que é “parte

integrante da natureza, resgatar a noção de sacralidade da natureza, respeitada e celebrada por diversas culturas tradicionais antigas e contemporâneas” (Brasil, 1997, p. 20).

Sobre a ampla dimensão dos impactos ambientais e ecológicos, percebe-se que:

A interdependência mundial se dá também sob o ponto de vista ecológico: o que se faz num local, num país, pode afetar amplas regiões ultrapassando várias fronteiras. [...] Um desastre numa usina atômica contamina, num primeiro momento, apenas o que está mais próximo. Pessoas, alimentos, todas as formas de vida são afetadas. Num segundo momento, pelas correntes de água, pelos ventos e pelas teias alimentares, dentre outros processos, a contaminação pode chegar a qualquer parte do mundo (Brasil, 1997, p. 20-21).

Com a constatação dessa influência das ações de um país sobre o outro, torna-se claro o caráter internacional da questão ambiental. Dessa forma, as exigências para um novo estilo de ética se fazem presente, tendo como base uma “percepção de mundo em que as ações sejam consideradas em suas consequências mais amplas, tanto no espaço quanto no tempo” (Brasil, 1997, p. 21). É apresentado como um dos perigos a maneira de lidar com a natureza. “Não é só o crime ou a guerra que ameaçam a vida, mas também a forma como se gera, se distribui e se usa a riqueza, a forma como se trata a natureza” (Brasil, 1997, p. 21).

Nessa mesma perspectiva, ou seja, nova maneira de lidar com a natureza, assim como Hans Jonas pensa uma ética da responsabilidade, visando um futuro melhor, José Otacílio Leite, em sua obra, *A Ética Social do Papa Francisco: Meio Ambiente, Amazônia, Fraternidade e Amor Social*, apresenta uma ética, segundo o olhar do Papa Francisco, partindo de uma ecologia integral. Segundo Leite (2022, p. 136), “o modelo de comunidade consumista, dominante em nossa civilização, possui um encantamento forte, sedutor, mas que pode representar uma ameaça, especialmente aos

mais jovens”. A solução para esse desafio, afirma Leite, reside no “desenvolvimento de um respeitoso e frutífero diálogo”. Em relação ao processo dialógico entre o homem e a natureza, afirma Leite:

Não se trata de impor escolhas do tipo “ou, ou”, mais de trocar visões, valores, ideias, levantar hipótese, construir pontes, visando preservar cultura, os valores, as riquezas do passado, sem fugir das possibilidades oferecidas pelo presente. [...] Viver o presente, pensando no futuro, a partir da bagagem de sabedoria feita pela longa tradição, o passado (Leite, 2022, p. 137).

Dessa forma, fica claro que o estado da natureza no futuro depende diretamente da ação do homem no presente. Por isso, a reflexão ética é orientada pela preocupação com as consequências da relação do homem com a natureza, com a biodiversidade, com a cultura e com o cosmo.

Segundo Leite, essa preocupação com um ambiente habitável para as futuras gerações, impulsionou os sonhos do Papa Francisco para a Amazônia. Pelo “Sínodo para a Amazônia”, o Papa Francisco revela suas intenções para a Amazônia, e “nos recorda que não somos possuidores da criação”. Para Leite, “sínodo significa caminhar em conjunto”. E foi a ferramenta que o Papa Francisco utilizou para expressar as ações que o homem tem que assumir frente à natureza, na apresentação dos objetivos da Rede Pan-Amazônica Eclesial (Repam) é apresentada uma síntese da finalidade do Sínodo:

Um Sínodo para CONHECER a riqueza do bioma, os saberes e a diversidade dos povos da Amazônia, [...] Um Sínodo para RECONHECER as lutas e resistências dos Povos da Amazônia [...] Um Sínodo para CONVIVER com a Amazônia, com o modo de ser de seus povos, [...] Um Sínodo para DEFENDER a Amazônia, seu bioma e seus povos ameaçados em seus territórios, injustiçados, expulsos de suas terras (Leite, 2022, p. 89).

Dessa forma, os sonhos cultural e ecológico do Papa Francisco refletem a proposta de Hans Jonas, de uma reformulação da ética com a natureza. Segundo Leite, o sonho cultural: “Sonho com uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana”, reafirma a “relação totalmente fraternal com todos os elementos da natureza”. Para ele, os sonhos “são necessários, imprescindíveis, [...] comprometem, engajam, revolucionam. Sempre são necessários, mas nos tempos mais sombrios ganham valor especial” (Leite, 2022, p. 132-133). Seguindo essa perspectiva, fica claro que é preciso sonhar, mas o sonho deve impulsionar o homem a buscá-lo e empreender todas as suas forças para realizá-lo.

Somado a isso, o sonho ecológico: “Sonho com uma Amazônia que guarda zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e suas florestas” (Leite, 2022, p. 137), torna pleno o sentimento de cuidado. Segundo Leite, “O Cuidado é um termo/tema muito caro na pregação de Francisco”, porque através dele se tem a garantia da dignidade e do futuro da humanidade e da Amazônia. Para Leite, esse agir cuidadoso e responsável é evidente nas “sabedorias dos povos nativos que inspiram o cuidado e o respeito pela criação, com a clara consciência de seus limites, proibindo o seu abuso” (Leite, 2022, p. 138).

As reflexões de Leite sobre como o Papa Francisco vê a ética, ajudam a perceber a necessidade de discutir mais sobre o assunto. Segundo Leite (2022, p. 142), o objetivo das exortações de Francisco não fica só limitado às questões religiosas, mas compreende o bem-estar da sociedade e de todo o cosmo. Leite discorre sobre essa preocupação ampliada do Papa Francisco:

Francisco reafirma sua denúncia contra a ganância ilimitada dos poderosos, que, através do poder econômico e por interesses econômicos, manipulam a ciência e a tecnologia destruindo a

natureza, a liberdade dos povos fragilizados, surdos ao grito dos mais pobres [...]. Esse martelar persistente sobre a necessidade de manter a consciência desperta, com uma atitude de prevenção e enfrentamento às forças que obstruem a lucidez quanto às decisões que envolvem discernimento sério, escolha, livre arbítrio, liberdade e responsabilidade reforçam a contínua preocupação com a ética e seus ecos” (Leite, 2022, p. 142-143).

O olhar para o futuro deve partir do presente. Segundo Leite (2022, p. 144), diante dos desafios da sociedade moderna e consumista, “os grandes fins, significados, nortes da humanidade, acabaram embaçados, esquecidos”. Como uma possível solução, para ele, “o caminho começa pela educação ecológica ampla, geral, geradora de autocrítica e despertadora”. De maneira que dela surjam “novos princípios”, a fim de que se tornem concretos “novos hábitos”, que possibilitem aos indivíduos desenvolverem as “virtudes ecológicas” fundamentais na “excelência das relações de cada indivíduo consigo mesmo, com o outro indivíduo, com a sociedade, com o ecossistema e com o sagrado” (Leite, 2022, p. 144).

Assim como Hans Jonas, Leite afirma que a transformação do agir humano exige o caminhar junto das dimensões interna e externa, ou seja, ética e política. A razão é usada para reorganizar as ações transformadas pelo sentimento ético e de responsabilidade. Ressaltando essa “relação de causa e efeito”, Leite conclui com as palavras de Francisco:

A grande ecologia sempre inclui um aspecto educativo, que provoca o desenvolvimento de novos hábitos nas pessoas e nos grupos humanos. [...] Não haverá uma teologia sã e sustentável, capaz de transformar seja o que for, se não mudarem as pessoas, se não forem incentivadas a adotar outro estilo de vida, menos voraz, mais sereno, mais respeitador, menos ansioso, mais fraterno (Leite, 2022, p. 145).

Dessa forma, fica evidente que a conversão ecológica que o Papa Francisco propõe, vai ao encontro da ética da responsabilidade de Hans

Jonas. Ambas têm em comum um olhar mais cuidadoso para com a natureza. Portanto, Hans Jonas e Francisco, no fundo, expressam o mesmo apelo, isto é, o mesmo imperativo: tenha um cuidado responsável com a Terra!

Falando em imperativo, diante dos desafios da sociedade tecnológica e da relação Homem/Natureza, Hans Jonas, partindo dos imperativos de Kant, elabora um novo tipo de imperativo:

“Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”; ou, expresso negativamente: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida”; ou, simplesmente: “Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”; ou, em um uso novamente positivo: “Inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer” (Jonas, 2006, p. 47-48; aspas no original).

Dessa forma, o imperativo apresentado por Hans Jonas é mais abrangente porque “volta-se muito mais à política pública do que à conduta privada”, diferentemente do imperativo categórico de Kant, que “era voltado para o indivíduo, e seu critério era momentâneo” (Jonas, 2006, p. 48). O que Hans Jonas traz de novo ao formular o seu imperativo é a preocupação com a humanidade futura com o seu *habitat*, ou seja, onde estarão e como viverão as gerações futuras. Resumindo, o imperativo que Hans Jonas discorre pode ser expresso do seguinte modo: proceda de maneira que a tua ação vá ao encontro das expectativas de futuras vidas que habitarão a Terra. Ou seja, a ação sempre está ligada com a consequência do futuro, com a responsabilidade que devemos ter em cada ação, que é uma responsabilidade pela humanidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que a questão ambiental é importante. Não podendo mais ser vista como algo separado do Ser Humano, e sim, como um problema social e, portanto, ético. Dessa forma, cabe ao homem rever não só o seu agir perante a natureza, mas também a sua cosmovisão, seu *éthos* e suas ações no mundo.

Constata-se também que a transformação da maneira do agir do humano com a natureza ocorre através da ética da responsabilidade, que é impulsionada pelo sentimento de responsabilidade. Esse sentimento nasce da junção do lado emocional e racional da ética, somente pela capacidade sentimental o homem olhará a natureza de maneira diferente.

Logo, exercendo a ética da responsabilidade com a natureza, o homem utilizará todas as ferramentas ao seu redor, sendo uma das mais poderosas, a tecnologia. Percebe-se ainda, que a mudança no modo de ver a natureza, tem a finalidade de proporcionar um ambiente habitável para as futuras gerações. Esse sonho de preocupação com os indivíduos que virão nos próximos anos, só se realizará através da “ética do cuidado”.

Diante da relevância da presente pesquisa, o tema desperta vários caminhos a serem estudados como: a urgência da educação ambiental para os tempos atuais; a conscientização da diferença entre impactos ambientais e desastres naturais; a utilização da “ética da responsabilidade” em outros campos (religioso, político e acadêmico); a adoção da ética da responsabilidade pelas empresas e instituições; entre outros caminhos que o tema da ética ambiental gera à medida que é estudado.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**: São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial, 1973. (Os Pensadores).

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambiente. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gomercindo. O princípio de responsabilidade de Hans Jonas: um princípio ético para os novos tempos. **Revista de Filosofia Thaumazein**, Ano III, n. 6, Santa Maria, p. 69-85, outubro de 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/164>. Acesso em: out. 2022.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela Terra. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BOFF, Leonardo. **Ética eco-espiritualidade**. São Paulo: Verus, 2003.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves; BRITO, Álvaro de Azevedo Alves. **A tendência ambientalista da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21040/a-tendencia-ambientalista-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 4 de novembro de 2022.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade - racionalidade - complexidade - poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. PUC-Rio, 2006.

LEITE, José Otacílio. **Ética social do Papa Francisco**: meio ambiente, Amazônia, fraternidade e amor social. Porto Velho: Educar, 2022.

SCHULZE, Carmelita, **Que é ética?** Palhoça: Unisul Virtual, 2013. (Material Didático Mediacional - Unisul Virtual/FCR).

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005.

# IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR EM SANTARÉM- PARÁ: SISTEMA DE CRENÇAS, “BATALHA ESPIRITUAL” E SOCIOESPACIALIDADE NO BAIXO E MÉDIO AMAZONAS<sup>13</sup>

Diego Darlisson dos Santos Sousa<sup>14</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o sistema de crenças, socioespacialidade e o Modelo de Células consubstanciado à Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) na cidade de Santarém-Pará. Para tal empreitada, é utilizada abordagem etnográfica, por meio da qual se verificou que, dentre outras estratégias, o uso de “batalha espiritual” pode ser elemento bastante útil para se adentrar ao interior de espaços em que anteriormente a igreja não influenciaria.

**Palavras-chave:** Igrejas pentecostais. Socioespacialidade. Sistema de crenças.

## INTRODUÇÃO

O recorte espacial desse trabalho é limitado ao Município de Santarém, no Oeste do Estado do Pará (Figura 1, página seguinte), na confluência do rio Amazonas com o rio Tapajós, região do Médio Amazonas. Segundo os dados do censo demográfico, Santarém possuía aproximadamente 294.580 habitantes e uma área de 22.887 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Pretende-se indicar a relação das Igrejas do Evangelho

---

<sup>13</sup> A primeira versão desse texto foi publicada na Revista Tempo Amazônico, ISSN 2357-7274, Volume VII, Número 2, janeiro-junho 2020, disponível em: [www.ap.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=2503](http://www.ap.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2503).

<sup>14</sup> Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Antropologia Social (PPGAS/UFAM). Membro do Laboratório de Estudos Pan-amazônicos: Práticas de Pesquisa e Intervenção Social - Lepapis. Pesquisador na Área das Religiões Pentecostais entendido como Sistema de Crenças. Graduado em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) -2016. E-mail: [diego29stm@hotmail.com](mailto:diego29stm@hotmail.com).

Quadrangular (IEQ), localizadas na cidade de Santarém – assentadas em um sistema de crenças em que a “batalha espiritual” assume elevada relevância – com o papel fundamental do modelo de células.

Recuando no tempo, salienta-se que da Igreja do Evangelho Quadrangular, após sua fundação em 1953, no Estado de São Paulo, surgiram novas igrejas e formas de pentecostalismos. Sua atuação se baseou na cura divina, por meio da fé. Desta, surgiram variantes como as igrejas Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa de Benção. A partir da metade da década de 1970, surgem as igrejas neopentecostais: Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo, entre outras. Salienta-se que esse grupo de igrejas é fortemente caracterizado pela prática do exorcismo, interação numérica e simbólica do universo do protestantismo e umbanda, em uma espécie de sincretismo às avessas, reelaborado a partir de uma lógica evangélica- pentecostal e catolicismo afro-kardecista entorno da figura do Diabo, que embasa as lutas por território por meio de batalhas espirituais. Os exorcismos, nessa lógica, aparecem como libertação de forças malignas (Almeida; Monteiro, 2001).

**Figura 1** – Localização do município de Santarém/PA – Brasil



**Fonte:** Cazula (2014)

A IEQ chegou ao estado do Pará no ano de 1973. O primeiro missionário quadrangular foi o atual presidente do conselho estadual, Pr. Josué Bengtson, segundo ele, guiado pela voz do “Espírito Santo”<sup>15</sup>, e pela atração histórica de missionários pelo contexto amazônico. Antes da sua chegada ao Pará, ele fundou igrejas em dois estados nordestinos, na Bahia e Maranhão. Dois anos após à chegada a IEQ em solo paraense, é inaugurada a primeira igreja na cidade de Santarém.

Outrossim, em outro espectro, simbólico, ressalta-se que o *quadrangular* ou quadrado<sup>16</sup>, referente ao nome da igreja, assenta-se, dentre outros, na caracterização de muitos dos templos antigos, construídos em forma quadrada ou retangular<sup>17</sup>, representando um microcosmo, que externaliza o macrocosmo a partir da estabilidade do mundo. Essas estruturas simbolizam o ponto de transição entre o céu e a terra, e centraliza idealmente o *omphalos*, o ponto axial do centro do mundo. Nesse sentido, Bachelard estabelece uma matriz muito sutil entre o refúgio quadrado que seria construído e o refúgio circular que seria imagem do refúgio natural, o ventre feminino. E, embora, muitas vezes, como no mandala, o quadrado esteja inextricavelmente ligado ao círculo, parece, no entanto, que a diferença notada por pensadores tão diferentes como

---

<sup>15</sup> Os grupos pentecostais creem em revelações que podem ser recebidas por uma pessoa que foi “batizado com Espírito Santo” e agraciado com esse dom. Assim como o fiel “fala em línguas do espírito” o “espírito” fala com o fiel.

<sup>16</sup> É preciso destacar aqui que o quadrado no pensamento pitagórico é uma das representações do gnômones, figura que representa a união dos números. Pitágoras sintetiza a relação nas figuras geométricas do triângulo e quadrado nos conceitos de instabilidade e perfeição. O quadrado está vinculado às tradições do mundo ocidental e cristão. Pensemos a dificuldade de Colombo para convencer que o mundo era redondo, baseado em observações, entre outros de astrónomos árabes. Os árabes criaram o conceito do 0 (zero) fundamental para cálculos aritméticos e soluções arquitetônicas.

<sup>17</sup> Pirâmides do Egito, no Tabernáculo e no Templo dos Judeus, e também como o padrão subjacente da Capela Real de Whitehall, em Londres.

Guénon, Jung, Arthus ou Bachelard deve ser tomada em consideração. As figuras quadradas ou retangulares fazem recair o acento simbólico nos temas da defesa da integridade interior. O recinto quadrado é o da cidade, é a fortaleza, a cidadela. O espaço circular é, sobretudo, o do jardim, do fruto, do ovo ou do ventre, e desloca o acento simbólico para as volúpias secretas da intimidade.

Após brevíssima contextualização histórica e simbólica, respectivamente, sobre a IEQe o “quadrangular”, vale ressaltar em que condições foram realizadas as coletas de informações para esse trabalho. Quanto às observações iniciais, foram realizadas durante os seguintes eventos da IEQ: seminários regionais, encontros e vigílias. Respectivamente, eventos promovidos e ocorridos na igreja sede da cidade, onde se reuniam cerca de 500 pessoas, com participação de membros de várias das igrejas Quadrangular em Santarém, ocorrido nas noites de um final de semana de cada mês; ocorriam na chácara da igreja bimensalmente, onde reunia em cada ocasião cerca de 120 pessoas, aconteciam durante três dias, seus participantes ficavam em reclusão; cerimônias noturnas em sua maioria, promovidas pela igreja do Bairro da Prainha uma vez ao mês, em chácaras na zona rural do município, tendo seu início às 22 horas e término por volta das 4 horas da manhã.

A anuência para participar de tais eventos e na continuidade posterior da pesquisa, foi obtida pelo vínculo religioso. Consentida quando se dirigiu ao Pastor Superintendente Regional da Igreja na Região do Baixo Amazonas, demonstrando o interesse na pesquisa, e solicitando autorização, ao qual o mesmo respondeu: “vai falar mal da igreja? Não, né. Então pronto, também todo mundo já fala! Quero ver no final, só isso. Pode fazer, vai lá, está abençoado”.

## **SISTEMA DE CRENÇAS E DE VALIDAÇÃO SOCIAL**

Existe uma indissociável interação entre as percepções do mundo e as noções que criamos sobre ele. Diversa prática humana das mais

diferentes formas quer sejam elas morais

ou mágico/religiosas se mantêm, unicamente, por meio de uma legitimação do real produzida e vivenciada coletivamente pelos sujeitos, denominada aqui como “sistema de crenças”.

Lévi-Strauss, em seu artigo, *A Eficácia Simbólica* (1949), demonstra que as noções de Magia devem ser legitimadas pela crença social, sendo a relação do feiticeiro não apenas fisiológica, mas também uma construção simbólica que:

(...) funda-se numa tripla experiência: a do próprio xamã que, se sua vocação for real (e ainda que não o seja em razão do exercício em si), experimenta estados específicos de natureza psicossomática, a do doente, que sente ou não uma melhora, e a do público, que também participa da cura, cujo treinamento por que passa e a satisfação intelectual e afetiva que obtém determinam uma adesão coletiva que por sua vez inaugura um novo ciclo. Esses três elementos do que se poderia chamar de complexo xamânico são indissociáveis (Lévi-Strauss, 1949, p. 194).

Gregory Bateson (1951) argumenta, ainda, que o sistema de codificação e o sistema de valores são aspectos de um mesmo fenômeno central. Os valores são participados dentro de uma rede de percepção. Então, muitas vezes, codifica-se sem ver o real imediato e se apela a um referente disposto na bagagem da memória (Basini, 2015, p. 78).

Basini (2015) apresenta em sua tese uma estética do desaparecimento em relação ao imaginário indígena, no contexto do estado nacional uruguaio. Neste sentido, difere em ao menos dois exemplos<sup>18</sup> de como os sistemas de crenças não são meramente orgânicos, baseados naquilo que se vê ou não vê.

---

<sup>18</sup> “A morte de Villanueva Saravia” (p. 152). “O serviço de des-inteligência” (p. 153). “O caso do motorista” (p. 154).

O sistema de crenças compreendido como ideia de verdade, porém, não aquela verdade aristotélica que adequa o ato de conhecer à coisa (*Veritas est adaequatio rei et intellectus*) responsável por criar preconceitos. No entanto, como sustentação e interpretação que, como demonstrado nos exemplos de Lévi-Strauss (1949), Bateson (1951) e Basini (2015) precisam de contextos validáveis específicos.

## CARACTERIZAÇÃO DO MODELO DE CÉLULAS E DA SOCIOESPACIALIDADE

O Modelo de Células, que se aplica com um empreendimento em *tipo ideal* (Weber, 1992), tem sua ênfase em cultos nas casas dos fiéis participantes da igreja, *células*. Esse modelo produz um sistema piramidal e propõe uma progressão geométrica da quantidade total de membros a partir das células. Caracterizado pela recorrência de cultos nas residências e ênfase no acompanhamento dos fiéis neófitos, por fiéis que estão há mais tempo na igreja. Essa relação é denominada pelos participantes de *discipulado*<sup>19</sup>, forma de interação pessoal que gera laços cerimoniais, o primeiro é nominado de *discípulo*, enquanto o segundo, de *discipulador*. Embasando-se na seguinte premissa: para existir um crescimento espiritual, os participantes da igreja devem compartilhar suas experiências com outras pessoas (*discipuladores*), sendo esses responsáveis por acompanhar na caminhada espiritual. Nisso, o fato religioso, enquanto liga ou melhor re-liga (*religare*/religião) o natural ao divino, os homens entre eles (humanidade) com o sobrenatural, Deus. As *células* consistem, basicamente, em reuniões com liturgia diferenciada, com número de participantes, preferencialmente, inferior a 12 pessoas,

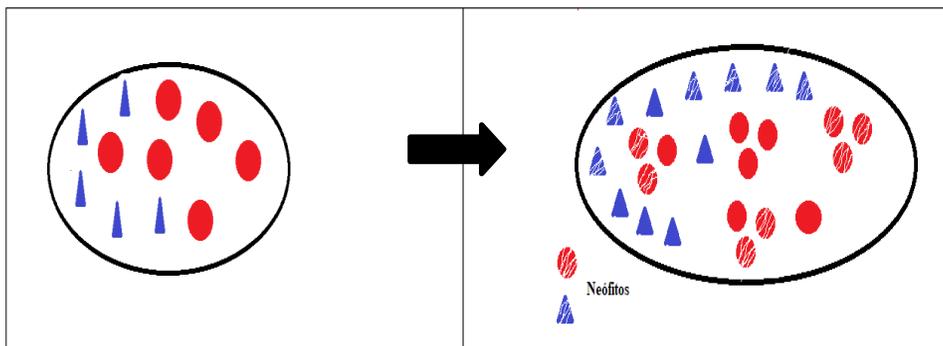
---

<sup>19</sup> Termo derivado de discípulo, referência aos discípulos de Jesus, aqui reconhecidos como aqueles que se tornaram iguais ao mestre. Tomam como referência a passagem bíblica de Mateus 28:19: “Portanto, ide e fazei com que todos os povos da terra se tornem discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”.

realizada na casa dos fiéis uma vez por semana e com objetivo explícito: esta célula “matriz” se reproduz na casa de outro membro, em uma busca constante por novos adeptos.

As etapas de funcionamento podem ser observadas no modelo abaixo.

**Figura 2** – Célula 1 em etapa inicial e intermediária.

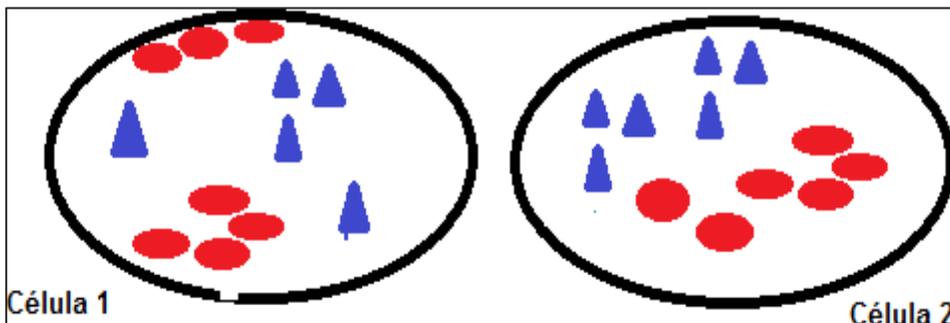


**Fonte:** Souza e Diego (2018)

O esquema acima é útil para observar como ocorrem as etapas do modelo em cada célula. Na etapa inicial, primeira coluna, a “célula 1” possui apenas membros recorrentes da igreja (onze no total). Com o passar do tempo, cada um dos membros busca levar um neófito para a reunião. Esse neófito é, em geral, um familiar ou vizinha. Dessa maneira, logrando êxito na empreitada, aliás, algo entorno de seis meses, de modo que a célula segue à etapa seguinte.

Na etapa posterior, segunda coluna, a “célula 1” está prestes a se multiplicar, isto é, será dividida e, conseqüentemente, parte dos membros irá para nova residência e a outra permanecerá. Na etapa esboçada na segunda coluna (fase intermediária), a “célula 1” contém a junção de membros recorrentes (antigos) da igreja, assim como neófitos (recém chegados), ao total vinte e quatro membros.

**Figura 3** – Célula 1 dando origem a Célula 2, ambas com 12 membros



Fonte: Sousa (2018)

Ocorrendo a multiplicação de células, cada célula ficará com doze membros. Dividirão os membros entre as duas, tentando mesclar em cada célula pessoas *recentes* e mais *antigas* na igreja. Essas serão discipuladores daquelas, em uma relação *discípulo/discipulador*, onde a primeira repassa suas experiências à segunda.

O esquema ilustrado mostra a dinâmica do modelo. O mesmo movimento feito em cada célula elevará o número de células a quatro e a quantidade total de membros a quarenta e oito. Esse modelo difundido e praticado amplamente em várias igrejas no Brasil e, na América Latina (Alves, 2011; Gomes, 2010) foi formulado pelo pastor sul-coreano Younggi Cho, reconhecido nessa rede de igrejas como pastor da maior igreja do mundo. A partir do modelo sul-coreano foi disseminada na América Latina por Cesar Castellano Domingues e sua esposa Cláudia Castellano<sup>20</sup>,

---

<sup>20</sup> Ambos possuem o Título de Cidadão Paulistano. Cesar recebeu no ano de 2011 e Claudia em 2017, ambos PDL foram de autoria da vereadora Edir Sales. Claudia Castellano foi eleita duas vezes senadora na Colômbia 1991-1994 e 2006-2010, de 2004 a 2005. Foi também Embaixadora da Colômbia para o Brasil. A Misión Cristiana Internacional - MCI tem atuação em 18 grandes cidades no Brasil e está presente em 14 países incluindo os Estados Unidos, Venezuela, Espanha, Costa Rica, Argentina, Suíça e Brasil. Trecho retirado da Justificativa da PDL 066/2016 da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em:

fundadores da *Misión Cristiana Internacional* (MCI). No Brasil, esse movimento ganhou espaço na década de 1990 e teve como propulsores o Pr. Renê Terra Nova e o Bispo Robson Rodovalho, respectivamente líderes do Ministério Internacional da Restauração, MIR (Manaus) e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (São Paulo).

Em igrejas organizadas a partir desse modelo geométrico, além dos cultos nos templos, ocorrem reuniões semanais na residência dos membros, *as células*. O objetivo dessa reunião é que cada participante leve um convidado e esse venha tornar-se membro da célula. Os participantes são: o *anfitrião*, que cede sua residência; o *líder*, responsável pela organização e pelo sermão; quem possui o maior prestígio dentro da célula. E na célula, é quem contém o papel do “clero”, o “padre”, o “pastor”, está para a célula de maneira similar que a do pastor para igreja.

A célula também conta com um *vice-líder* que, além de auxiliar o *líder* será o responsável pela próxima *célula*, caso esta se multiplique em outra célula e, conseqüentemente, vão para outra residência. As células possuem um nome que as identifica. A escolha do nome é feita pelos participantes, em geral, a partir de referências bíblicas.

Cada um desses participantes (*anfitrião; líder e vice-líder, demais membros*) são responsáveis por levar um convidado para as reuniões semanais, agenciamento que no código confessional denomina-se *arregimentação*, seja um vizinho, amigo, parente. Assim que a célula alcance número superior a 12 pessoas, deve ocorrer à *multiplicação*; isso porque o número de pessoas superior a este, na visão dos participantes, dificulta a interação no interior da célula. Então, uma nova célula ocorrerá em outra residência, metade dos participantes ficou na célula de origem e os demais devem participar da nova célula e novamente deverão levar

outros convidados para que a atuação continue ocorrendo, assim como o crescimento numérico.

Mesmo que o termo “divisão” seja rejeitado taxativamente pelos participantes da igreja, é evidente que a ideia de *multiplicação* está próxima à noção de divisão. A existência de uma palestra específica para evitar o seu uso, expondo e vinculando a ideia de “divisão” a noção de “duas visões” e ao quão danoso pode vir a ser, sugere tentativa de controlar e proibir essa possibilidade, estabelecendo certo tipo de tabu.

Se por um lado ocorrem movimentos de expansão e multiplicação nesse modelo, mesmo que seja esse o sentido ideal e o que está em maior evidência, por outro lado, há ocorrência de *células* que deixam de existir, e com isso as pessoas de duas ou mais retornam a uma única *célula*. Esses dois movimentos mostram certa dinâmica de fissão e fusão.

Explicado o modelo de células, torna-se relevante elucidar quanto à socioespacialidade. Nessa direção, ressalta-se que as células como espaços de atuação das igrejas pentecostais, não constituem apenas um fato físico, mas também histórico-social e político-religioso.

Notadamente a presença da igreja se estabelece de forma diferenciada, considerando sua ocupação tradicional, onde a igreja é o local centralizador das práticas, com o modelo de células a atuação é geograficamente mais abrangente. As residências dos fiéis passam a ser vistas como uma extensão das igrejas, abrangendo o seu campo de atuação para as ruas, praças, fontes de água e assembleias legislativas. Assim, é preciso destacar que a espacialidade não é apenas produzida pelas práticas sociais, pois diferentes práticas espaciais são tanto o resultado quanto a causa das dinâmicas sociais. A noção de socioespacialidade privilegia um olhar multidisciplinar e interdisciplinar sobre a dinâmica social como proposta de saída a um enclausuramento das amarras disciplinares (Basini, 2014).

Desse modo, o espaço precisa ser compreendido em todas as dimensões que o compõem e está sempre em movimento, sendo, ao mesmo tempo, produto e produção por estar em constante movimento e fluidez, produzindo uma nova realidade. Essa nova realidade é a produção de uma nova situação que irá novamente, sob novos contextos históricos, transformar esse espaço, ou seja, o espaço é objeto e produto. Igualmente, o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de certo arranjo de objetos geográficos, de objetos naturais e de objetos sociais. Por conseguinte, é concebido como, um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (Santos, 2014). Esse movimento indica que o estado anterior do espaço foi alterado pelo movimento permanente da sociedade, suscitando a produção do espaço, que muda continuamente, gerando em algumas situações conflitos de interesses.

### **“BATALHA ESPIRITUAL”, MODELO DE CÉLULAS E SOCIOESPACIALIDADE NA IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR EM SANTARÉM, PARÁ**

As células da IEQ acontecem na casa dos fiéis. Consistem basicamente em reuniões com liturgia diferenciada. Número de participantes, preferencialmente, inferior a 12 pessoas e realizada na casa dos fiéis, uma vez por semana e com objetivo explícito: esta célula “matriz” se reproduz na casa de outro membro, em uma busca constante por novos adeptos. Estes são membros das igrejas ou congregações, temos então à célula nesse contexto como extensão das igrejas. Antes de o modelo celular, apresentavam-se como agentes: os pastores titulares; o conselho da igreja, formado pelos presidentes dos grupos missionários de homens, mulheres e jovens; o diretor de patrimônio, presidente dos diáconos e coordenador da escola bíblica. Cada um concentrava sua atuação “eclesial”, preferencialmente, dentro da igreja, ou seja, essa relação não está vinculada as células.

Entretanto, é no modelo de células que é exposto e praticado ao extremo uma das principais características do cristianismo dissidente desde Lutero, o “sacerdócio universal” em que cada participante da igreja pode ler o “livro sagrado” e aferir interpretações próprias das escrituras. Os líderes de cada célula herdam e praticam essa característica de compartilhamentoda ordem eclesiásticas e se tornam, com isso, pastores de suas células.

Outra característica são os “atos proféticos” enquanto ocupação de espaços pela igreja(Andrade, 2010; Gomes, 2010). Nesse caminho, a reelaboração das formas de pentecostalismo a partir de uma lógica evangélica-pentecostal e de catolicismo afro-kardecista em torno da figura do diabo embasa as *lutas por território*, pelas batalhas espirituais. Traduz a forma do pensamento protestante pentecostal que se baseia na forma dicotômica, em uma luta constantedo bem contra o mal. Assim, as ações *que acompanham a conversão como se defrontarem coma pobreza, superarem o alcoolismo e o vício de drogas, apartando-se de comportamentos antissociais, fortalecendo os laços familiares* (Wright; Kapfhammer, 2004, p. 13) expõe uma lógica do exorcismo de todo mal vivenciado. A ideia principal é que existem demônios territoriais e hereditários agindo sobre as áreas geográficas e as famílias, sendo esses demônios os responsáveis por todos os males que assolam a humanidade. Devem ser expulsos (exorcizados) para a libertação de um indivíduo das forças malignas, aspectos que marca a conversão de um indivíduo. A conversão, ocorrendo em virtude de preces, caracteriza-se como uma forma de atoprofético.

Da mesma maneira, a igreja, podendo estar em espaços em que anteriormente não erapossível, pode ser interpretada sob a mesma lógica, onde devido à agência de “forças malignas” que agora foram exorcizadas passa a ser visto como a conquista, através desses “atos de fé”, incluso como parte da “batalha santa”. Assim, as casas que possuem uma célula, as ruas que são citadas nas orações, os cargos públicos que são almeçados, exprimem essa pretensão de conquista nessa guerra santa, seja conquista

de espaços que começam nas casas dos seus membros, locais de batismo, ruas, praças, e se expandem até as assembleias legislativas. Todosesses atos tornam visíveis as ações das igrejas pelas “batalhas espirituais”. Exemplo maior dissosão as “marchas para Jesus”. Como pontua Silva Dias (2009), as igrejas que optam por esses modelos: *expressam um fato religioso, mas, sobretudo, um fato político que se explicita pela disputa do poder religioso, através da construção de imagens representativas das lideranças protestantes* (Silva Dias, 2009, p. 2).

Nessa vereda, para consubstanciar esse trabalho, além das observações iniciais, referenciadas no início do texto, ressalta-se que foram colhidos depoimentos de dois interlocutores, cada um com características peculiares. O primeiro, jovem senhor de aproximadamente 34 anos, de antemão narrou sua *conversão* ocorrida no ano de 2004, em sua cidade na região nordeste do estado do Pará. Chegou a Santarém em 2013, a convite de um dos pastores da cidade, já foi pastor de duas igrejas e está em sua terceira, nomeado aqui de “Interlocutor 1 – I01”, trabalha unicamente na igreja.

Entrevistador: Como foi sua vinda para a igreja, quando se tornou evangélico?

I01: Minha vinda foi através de um pastor, que ao passar na rua, ele parou e nós estávamos sentados na sarjeta, brincando e ele parou nos convidou para ir para igreja, disse umas palavras que nos tocou, vindo de um crente, era naquela época [hoje ele não usa o termo, temporalidade diversa] ele foi a um lugar que muitos não iam. Que era na área excluída da sociedade bem dizer, e onde a gente se admirou do ato dele ir e nos dar um abraço e nos convidar para igreja. E através desse convite nós caminhamos até a igreja e lá fomos bem recebidos no primeiro dia, sem muito preconceito com as vestes, mas todos ali nos receberam bem, foram bem-educados, e aquilo nos contagiou. A igreja que ela é carinhosa, vai nos impactar assim, e depois disso, nós passamos ir todo final de semana.

O segundo interlocutor é um *líder de células* e já esteve ocupando o cargo de coordenador de células na região de Santarém. Com 33 anos de idade está na igreja desde 2011, denominado aqui de “Interlocutor 2 – I02”. Ao ser questionado sobre sua *conversão*, fica em silêncio cerca de dois ou três segundos, depois, abre um leve sorriso e assevera:

I02: Eu fui preso [silêncio], eu ouvi a pregação no presídio, só Cristo podia me tirar daquele lugar, ele salvou minha vida. A palavra então si cumpriu na minha vida por que ele liberta, era para eu ficar sete (ênfase na entonação de voz) anos no cárcere, eu fiquei só 6 meses (em um tom bem mais ameno), o resto respondi em liberdade [preso por tráfico, em liberdade desde 2011].

Retomando a questão das células, observou-se que em algum momento passaram a existir na vivência individual e a compor a estrutura da IEQ. As seguintes respostas dos interlocutores demonstrou isso. Seguem:

Entrevistador: Como conheceu as células?

I01: As células foi depois de um tempo, em 2004, a igreja ainda estava um pouco assim (desconhecida), dentro da igreja em relação às células por que a igreja estava assim [se adaptando] a gente não passou a conhecer, mas a liderar, na verdade, a gente já foi liderar porquê... Devido já está um tempo na igreja, e foi um meio de *evangelização* de chegar até as pessoas mais excluídas, algumas pessoas que não iam a igreja então foi através disso, desse trabalho. Mas só as notícias [empolgado] passamos a conhecer que em outros lugares a igreja cresceu bastante pelo trabalho em células.

I02: Ouvi falar que na igreja tinha culto e culto nos lares, não só no domingo e louvar o senhor também..., ...Então me falaram que nas casas [com] seu pequeno grupo. Comecei a ser líder de células, primeiro, na casa do pastor [pastor na Igreja no bairro Prainha até 2015]. O líder era o *Nildo* (cunhado de seu discípulo), eu era o vice, depois foi lá pra [minha] casa (multiplicou, se tornou líder e

anfitrião) depois, eu sai de férias [rindo...] *(no vocábulo dos interlocutores: desviado cerca de um ano – 2012-2013 – não fazia parte da igreja. Em certa ocasião, comentou que nesse período ia para festas frequentava bares, mas antes de sair de casa dizia “o Senhor não deixa ninguém furar meu bucho (esfaquear) não! [rindo bastante]).* Depois recomecei no Jutai [bairro da zona leste de Santarém], fui vice líder, (a anfitriã era tia do líder, seu discipulador) quando sai do presídio falei pra Deus se alguém me der uma calça eu vou para essa igreja, eu ganhei né *(o Líder desta célula presenteou o com uma calça, um dia depois de sair em liberdade, os dois não se conheciam, ninguém sabia dessa promessa).* Continuei líder depois que ocorreu a multiplicação. A célula anterior foi fechada. Do Jutai fui para casa da Ana (mãe do seu discípulo) de lá, multiplicou para a dona Raquel (comadre de Ana, Raquel é Madrinha de casamento da filha mais nova de Ana).

Nesse sentido, as células passam a existir como um lugar a mais, onde as práticas religiosas tomam forma, como local de crescimento numérico e empreendimento proselitista. Torna-se um local liminar que não age em oposição do tipo, fora e dentro, perto ou longe, onde desconhecidos se tornam conhecidos, contudo, existe uma aproximação prévia. No discurso do I02, vemos que as células em que participou havia um vínculo com pai espiritual, seja o cunhado, tia ou mãe de seu discipulador. Na célula, alguns momentos específicos marcariam esse limiar; como um aniversário ou batizado que abriria as portas da casa para os de fora. A conversão de um neófito, por meio de uma oração, seria um desses momentos, ou ainda, um aceite ao convite de batismo. Essas ocasiões, da mesma forma, marcariam essa passagem. Não podemos deixar de citar que, tanto a conversão quanto o batismo, no universo simbólico cristão em que trata esse trabalho, corresponde a um “novo” nascimento. *Osevangélicos formulam a conversão como uma experiência emotiva que deve resultar em incorporação de um conjunto de valores e de um novo padrão de conduta* (Almeida, 2004, p. 39). A conversão representa uma passagem à “nova” vida religiosa escolhida e experimentada pelo

indivíduo após sua conversão. Desse modo, articulando-se o batismo com o argumento-chave proposto nesse trabalho, isto é, a “batalha espiritual”, formulou-se a seguinte questão:

Entrevistador: Sobre o Batismo e Batalha Espiritual, quais espaços utilizados.

I01: O batismo para mim era na época, a gente participava da Escola Bíblica Dominical, [culto de estudo relacionado a conhecimentos bíblicos, geralmente, ocorre aos domingos pela manhã], então era algo muito sério para a gente. E eu não queria me batizar, devido ter algumas ligações com a dança de quadrilha [festas Juninas] e eu dizia que ia só me batizar se fosse depois de dançar naquele ano. Foi naquele ato que a palavra veio mais forte ainda, porque era um nascimento, depois que negavam o batismo, o que acontecesse conosco já era por conta própria, não mais pela do pastor que ensinou. Mas a batalha do batismo e aquela responsabilidade que muitos não queriam e não querem até hoje, de largar o mundo largar o desejo pecaminoso para servir fielmente o senhor. Então, naquele ato, o meu pensamento era esse, de não está logo preso a igreja, mas depois da palavra aquilo foi se abrindo. Onde alguns amigos meus já tinham feito alguns delitos e aquilo me amedrontou, porque eu não queria passar por aquilo. É um compromisso. Muitos zombavam de crente, muitos zombavam de crente [repetiu] e eu não queria ainda dizer que eu era um crente, que eu era um irmão. Essa batalha é o inimigo que vem na nossa mente para sermos confrontado, na escola, de ser chamado de crente. Tinha alguns apelidos [rindo], eu era um dos que apelidava, então me sentia agora a vítima. ia ser a vítima e ser confrontado naquele momento, aí depois disso eu passei a ir ao batismo através de orações e de entender mesmo.

I02: Em 2011, né, [refletindo] na hora me batizei e não queria me batizar! Ai o pastor (anfitrião, onde participou da primeira célula) disse que se eu não me batizasse eu estava colocando minha salvação em risco. Eu seria incompleto “quem crê e for batizado será salvo, quem não crê” (referência bíblica), [passagem do seu batismo no passado para sua análise do hoje]. A dificuldade no batismo tem atrapalhado. Uns que vão, não querem mais ir, quer

parar; é dificultoso, travado até na hora de descer (as águas) é difícil, coloca dificuldade uns. Vigília né, manifesta muito demônio...[rindo]Sexta feira, cura, sexta feira em todas igrejas tem cura, aparece demônio...

Baseando-se pelas respostas dos interlocutores, além de outras observações em campo, infere-se que, para compreender o processo de formação e atuação dentro desses espaços, deve-se procurar compreender os processos de tais relações, pois só fazem sentido a partir da lógica de seus integrantes. Percebe-se uma gama de relações entre pessoas, entre pessoas e coisas, e entre coisas e lugares. As casas em si não são células. Somente a partir de determinados momentos passam a atuar como locais “de momento”, em que os seus membros assumem uma perspectiva particular.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de sociespacialidade não é fixa, ou contínua. Não se trata de espaço meramente físico. A noção de espaço, como “vividos e percebidos”, expõe a dificuldade ou quase incapacidade de uma cartografia em agrupar essas percepções. As igrejas em células, tal como as IEQ pesquisada(s) nesse trabalho, fogem de uma forma usual desse espaço, assim como as casas. Retornando a ideia de “guerra espiritual”, ressalta-se que esses lugares urbanos de uma cidade no interior do Pará estão conectados em um contínuo perceptivo que agrupa casas, igrejas, igarapés, rios, praças. Não obstante, são locais de produção e exposição de ideias. Nesse sentido, a IEQ, dentre outras igrejas de atuação similar, consegue “incutir” a crença de que existem demônios territoriais e hereditários agindo sobre as áreas geográficas e familiares, sendo esses demônios os responsáveis por todos os males que assolam a humanidade. E devem ser expulsos (exorcizados) para que ocorra a “libertação” de um indivíduo. Com esse discurso, a igreja consegue adentrar em espaços em que anteriormente não conseguiria, por outrora estarem assolados por “forças malignas”, o que passa a ser visto como uma conquista pelos

“atos de fé”, inclusos como parte da “guerra santa”. Assim, as casas que possuem uma *célula*, as ruas que são citadas nas orações, os cargos públicos que são almeçados exprimiriam essa pretensão de conquista de espaços, que começa nas casas dos seus membros, nas ruas, e nas praças e se expandem até as assembleias legislativas.

Além disso, as “guerras” ou “batalhas espirituais” são características distintivas das atuais igrejas pentecostais. Sobre tais características, considera-se que as “guerras espirituais” atendem ao escopo desse trabalho – ou seja, relacionam-se à socioespacialidade e ao modelo de células, tornando-se elemento bastante útil para se adentrar no interior de espaços em que anteriormente a igreja não influenciaria. Nesse percurso, consegue-se apreender, ressignificare reforçar a crença milenar na existência de um mundo que vive em constante batalha contra seres demoníacos, expressa na bíblia: Porque não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste século, contra as hostes espirituais da maldade, nos lugares celestiais (Bíblia Ef. 6:12).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Traduções do fundamentalismo evangélico *In*: WRIGHT, Robin (Org.). **Transformando os deuses**: igrejas Evangélicas, pentecostais, neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 33-54..

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, jul./set. 2001. p. 92-100.

ALMEIDA, Ronaldo. "A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade" p. 1-16. *In*: F. Teixeira e R.Menezes (Org.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

ALVES, Daniel. **Conectados pelo espírito**: redes de contato e influência entre líderes carismáticos e pentecostais ao sul da América Latina. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

ANDRADE, Eliana Santos. **A visão celular no governo dos 12, estratégias de crescimento, participação e conquista de espaços entre os batistas soteropolitanos de 1998 a 2008**. Dissertação. UFBA. Salvador, 2010.

BASINI, Jose Exequiel Rodriguez. Algumas considerações teóricas e revisão das referências. *In: Índios num país sem índios* – a estética do desaparecimento: um estudo sobre imagens índias e versões étnicas. Manaus: Editora Travessia, 2015.

BASINI, Jose Exequiel Rodriguez. As metodologias socioespaciais e a descentralização do conhecimento. MAO-MON: cidades em perspectiva. *In: Os estudos socioespaciais: cidades, fronteiras e mobilidade humana*. RODRIGUEZ, J. E. B.; RUFINO, M. C.; ARANGO, V. M.; SANTOS, D. T. (Orgs). Manaus: editora da UFAM, 2014.

BATESON, Gregory. 1987 (1951) “Information and Codification: a philosophical approach” (cap. 7). “Conventions of communication: where validity depends upon belief”. (cap. 8). *In: Jurgen Ruesch e G.Bateson. Communication: the social matrix of psychiatry*. New York: W.W, Norton & Co.

BIBLIA ONLINE. **João Ferreira Almeida**. Corrigida e revisada em: [www.bibliaonline.com.br](http://www.bibliaonline.com.br).

CAZULA, Leandro. **Localização do município de Santarém/PA – Brasil**. Prefeitura de Santarém: 2014.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. Trad. Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

GOMES, Elias Evangelista. Pastores e ovelhas os sujeitos na socialização no aprisco do Senhor. *In: Ensaios etnográficos sobre a socialização da juventude para a sexualidade e a fé: “vem, você vai gostar!”* Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 2010. Disponível em:  
[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22042010-103753/publico/ELIAS\\_EVANGELISTA\\_GOMES.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22042010-103753/publico/ELIAS_EVANGELISTA_GOMES.pdf)

IBGE, Cidades. **Pará, Santarém**. Disponível em:  
[www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150680&search=para|santarem](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150680&search=para|santarem). Acesso em: 26 jun. 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1949) “A eficácia simbólica”.  
*In:\_\_\_\_\_*. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 215-236.

PENNICK, Nigel. **Geometria sagrada**: simbolismo e intenção nas estruturas religiosas. Trad. Alberto Feltre. São Paulo: Pensamento, 1980.

# AS PERSONALIDADES INFLUENTES NA BUSCA DA LIBERDADE MOÇAMBICANA: NGUNGUNHANE, EDUARDO MONDLANE E LURDES MUTOLA EM *AS ANDORINHAS*, DE PAULINA CHIZIANE

Fernanda de Oliveira Lopes<sup>21</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como *corpus* a coletânea *As andorinhas* (2013), de Paulina Chiziane, nela, objetivamos identificar o modo como a contista lança o seu olhar sobre personalidades marcantes da história/cultura recente de Moçambique (Caverivière, 2005). Nesta obra, pois, entramos num universo governado por costumes e tradições patriarcais extremamente conservadoras (Bourdieu, 2012), mas um mundo representado pela ótica de uma mulher moçambicana (Badinter, 1986; 1989, Perrot, 2006). Este trabalho aborda superficialmente as personagens (Campbell, 2007) Ngungunhane, Eduardo Mondlane e Lurdes Mutola, que dão suporte ao processo fabular em *As andorinhas*. Buscamos interpretá-las tanto pelas representações simbólicas (Bourdieu, 2012) no que se refere ao tema da busca da *liberdade*, como por suas ações, que ajudaram no desenvolvimento da identidade cultural moçambicana recente (Rocha, 2008 e Krippner, 2017), fazendo, assim, o contraponto ao sistema colonial. Portanto, nesta coletânea, vemos que a busca pela liberdade percorre a trilogia de contos, de modo que essas três personalidades (Candido, 1987) ressignificam a liberdade de espírito, de escolha e de gênero (Aquino, 2007). O conto, em sua brevidade metodologicamente, segundo Massaud Moisés (2004) apresenta uma única unidade de ação que concentra toda a dramaticidade que equivaleria a de um romance, assim, é nesse instante único e exemplar que buscamos analisar, já que operam como ferramentas que incitam ao surgimento de questionamentos e, concomitantemente, as transformações do *status quo*, auxiliando no empoderamento das minorias. Podemos, desta maneira,

---

<sup>21</sup> Graduada em Letras Português pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: fernandaoliveiralps@gmail.com.

concluir superficialmente que o processo fabular empregado por Paulina Chiziane deixa evidente a predominância da tradição oral e local na construção das narrativas. Portanto, encontramos em seus escritos lendas, conflitos entre a tradição e a modernidade, descrições de rituais mágicos que se misturam na formação do caráter das personalidades abordadas, porém, desta vez a escritora parte de personalidades históricas reais em seu processo de ficcionalização, com o intuito claro de reescrever a história recente de Moçambique.

**Palavras-chave:** Paulina Chiziane. As andorinhas. Contos.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como corpus a obra literária *As andorinhas* (2008), da escritora moçambicana Paulina Chiziane. Composta por uma trilogia de contos, o livro evoca percursos de personalidades que foram marcantes para a construção social e cultural moçambicana, mais especificamente nessa obra, a autora contempla a passagem de: Ngungunhane, o último imperador de Gaza; Eduardo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), considerado, ainda hoje, um herói moçambicano; Lurdes Mutola, a primeira atleta moçambicana a ganhar uma medalha de ouro em 800 metros em pista aberta, na modalidade de corrida.

Com o propósito de analisar a questão da liberdade, seguindo essas trajetórias de vidas, observa-se as relações que a autora Paulina Chiziane faz entre algumas lendas e histórias sobre a perspectiva do contexto social em que estão inseridos estas três personalidades, de tal modo a mostrar o valor da liberdade, evidenciando aspectos de resistência, luta e superação do povo moçambicano, refletindo, no presente, suas fortes contribuições advindas de uma herança histórica de lutas marcada pelo povo.

Todavia, buscamos interpretá-las tanto pelas representações simbólicas no que se refere ao tema da busca da liberdade (Bordieu, 2012),

como por suas ações que ajudaram no desenvolvimento da identidade cultural moçambicana recente, fazendo, assim, o contrapondo ao sistema colonial.

## DESENVOLVIMENTO

As portas dessa obra se abrem com um ponto de interrogação: liberdade para quem? O conto que abre o livro é intitulado “Quem manda aqui?”. Nele os leitores se deparam com o destino e vida do imperador Ngungunhane. Conhecido por sua aversão aos *chopes*<sup>22</sup> e por sua tirania, não foi uma boa personalidade no que se refere à construção da liberdade do povo moçambicano, sendo que o próprio visava apenas o que era bom para si. Com isso, o conto irá se distinguir dos demais, por apresentar uma linguagem irônica e adjetivada acerca da personalidade e construção física da personagem que representará o imperador, como pode ser percebida em trechos da obra:

calor vinha do sol e **das banhas daquele corpo de elefante**. O imperador era requintado no prato. Ao pequeno almoço tomava leite coalhado ou leite fresquinho que saía quentinho da vaca. Gostava de carne grelhada, mal passada, e pão seco. Tomava o seu copo de aguardente, mas pouco. A natureza faz, por vezes, isto: **tamanho grande, feito de alguma comida. Era de boa raça, o imperador!** (Chiziane, 2008, p. 1, grifo meu).

Bem como a compostura de moral conservadora, supervalorizando as características culturais cristalizadas socialmente que pressupõem o masculino, como a supervalorização da virilidade (Badinter, 1992), sendo essencialmente falocêntrico, debochado e tirano, como se pode observar no trecho seguinte:

---

<sup>22</sup> Os chopes são um povo do sul de Moçambique, principalmente dos distritos de Zavala e Inharrime, na província de Inhambane.

- fui eu quem transformou tudo isto em vida. Coloquei luz nos olhos dessa gentalha. Quando aqui cheguei, a terra era selvagem e era macho. Domestiquei-a. Tornei-a fêmea, é toda minha, faço o que quero. Dá-me bons frutos, cereais, gado. Dá-me sol e chuva. Nesta terra fêmea, os homens me servem de joelhos, porque já não são homens. Sou o único macho na superfície da terra (Chiziane, 2008, p. 1).

Abusando de seu poder, Ngungunhane foi uma personalidade tirana, de influência infeliz para o povo moçambicano, mais, especificamente, ao sul de Moçambique. Paulina Chiziane conta onde o conheceu e como nasceu a inspiração:

É conhecida a aversão que Ngungunhane tinha aos chopos. Pertenço a este grupo e fui ouvindo, no meu meio, muitas histórias à volta dele. O seu poderio era por todos conhecido e respeitado. Conta-se que uma certa vez ele ordenou silêncio e umas pequenas criaturas, as andorinhas, perturbaram, do cimo de uma árvore, o seu descanso. Uma delas defecou lá de cima para a cabeça do rei. Na fúria que lhe era característico, o imperador chamou os seus homens e ordenou-os que caçassem todas as andorinhas. E o resultado dessa determinação é que eles saíram à caça das andorinhas, porque o rei as queria vivas junto de si para as castigar e pelo caminho acabaram por confrontar-se com os portugueses. O fim é o que todos já sabemos: o império chegou ao fim, o imperador foi preso e o seu poder acabou, por causa de uma andorinha” (Chiziane, 1º de Abril de 2009: Jornal Notícias).

Apesar da personagem do imperador ser muito controversa, na região de Gaza, foi enaltecido como sendo um grande herói nacional (pelo poder oficial), pelo fato de ter resistido ao colonialismo português.

É interessante e válido lembrar o fato de que a própria autora se denomina uma contadora de histórias e não uma romancista, o que irá repercutir na forma peculiar em que traz a sua obra, evocando lendas e mitos que preenchem a cultura moçambicana, de modo que coincidem

com suas vivências, sempre evidenciando e trazendo à tona a tradição oral nos seus escritos, já que a maioria deles, como a própria autora confessa, advém de passagens e relatos contados de seu povo. Com isso, encontramos em Rocha (2008) a explicação de que a transmissão oral era a maneira de reviver e perpetuar o conto pelo viés do misticismo, evidenciando a importância da consolidação do método transmissivo das histórias por meio da tradição oral nas escritas de Chiziane.

Prosseguindo essa narrativa, tem-se a aparição do possível conto que se diferencia dos demais pela forma como é construída, esse, intitulado “Maundlane, o Criador”, o qual relata a história inspiradora de Eduardo Mondlane, em que se instaura a figura de mais um herói moçambicano.

Mostrando a sua superação e força, ao enfrentar e vencer as dificuldades de uma infância sofrida, a narrativa está inserida em um contexto de guerra, local propício para um grande líder guerreiro nascer e sobrepor os seus valores triunfantes e gloriosos. Diferenciando do conto que o precede, tem valores reconciliados, os quais permitem que o leitor veja o mundo por uma visão sem preconceitos e com aceitação de sua feminilidade, já que o meio em que nasceu era predominantemente feminino: criado pela mãe (viúva) e avó, personagens que circundavam sua infância.

A escolha do herói se dá, à medida que há representação da luta e da resistência ao domínio do invasor, o qual estará presente na figura de Mondlane, já que o mesmo foi tido como o arquiteto da identidade nacional, no qual trata também sobre a luta de libertação de Moçambique. Tais personagens, de caráter históricos, “mostram-se [...] como se fossem guiados por uma luz divina ou diabólica: parecem ter alguma convivência com o sobrenatural” (Caverière, 2005, p. 389).

Podemos observar o que ocorre com Eduardo Mondlane, em relação ao sobrenatural, metafísico: “– Nos teus nomes, Chitlango e

Chivambo residem os espíritos macho. Dos sobrenomes Dzovo e Mondlane vêm os espíritos fêmea. Quem tem poderes para julgar a ti, um ser completo, perfeito?" (Chiziane, 2008, p. 77).

Logo, percebe-se a elevação do ser, no que se refere ao tornar-se herói, acabando, assim, por transcender às limitações humanas, buscando uma vitória sobre a finitude (Krippner, 2002, p. 9).

O conto que encerra a obra traz a figura de Lurdes Mutola em uma narrativa mais livre e curta do que as que a precedem; traz consigo uma outra visão de liberdade, sendo ela de espírito, juntamente à sua potencialidade na vida social moçambicana.

Diferenciando-se dos contos anteriores, a personagem que nele se apresenta faz parte do presente histórico moçambicano, retratando uma personalidade contemporânea.

Contudo, mesmo com a independência de Moçambique, a situação da mulher subalterna continuou inerte, porém, nos últimos anos de luta de libertação, quando se iniciou o governo nacional, houve uma frente que situou a mulher como integrante dos processos políticos, dentre eles, instaurou-se a Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

Com isso, foram reformuladas algumas leis para que houvesse igualdade entre homens e mulheres, entretanto, mesmo com todas as lutas, o presente Moçambique ainda é regido por conceitos patriarcais e conservadores, nos quais prevalecem o direito dos homens sobre os das mulheres.

## **METODOLOGIA**

Logo, tem-se a aparição, neste contexto, da personagem Lurdes Mutola, a qual tem seu nascimento relatado como igual a qualquer outra mulher, "cresceu obediente, inteligente, submissa, como se querem as meninas bonitas. Até que um dia começou a andar" (Chiziane, 2008, p. 90). Desde então, existe a distinção do universo em que a sociedade que tem

como viés ideológico a dominação masculina como parâmetro social e a realidade em que se encontra Mutola, que, embora não esteja desvencilhada, completamente, de uma relação de subordinação feminina, apresenta novas perspectivas de liberdade às mulheres.

Em busca da liberdade de espírito, Lurdes Mutola lutava contra tudo e todos pelo gosto ao esporte, especificamente ao futebol, causando espanto e desconforto àqueles que, em sua maioria, dispunham de uma moral conservadora. Porém, dentro da narrativa, percebe-se que a represália maior, ao ingressar no futebol, parte das próprias mulheres, que a viaiam; e quando houve a sua retirada do time: “as mulheres celebraram o afastamento. Porque ser mulher de verdade é ser a beldade. Maquilhada. Uma miss escovada e lisa como uma boa montada” (Chiziane, 2008, p. 93).

As mulheres, que anteriormente foram responsáveis pela implantação no desejo de liberdade e de ruptura do *status quo*, foram também as transmissoras da subserviência feminina ocasionada pela tradição.

Com isso, percebe-se que o maior obstáculo de Lurdes Mutola, presente na narrativa, discorre sobre a quebra do paradigma.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (Bourdieu, 2012, p. 41).

Com o desfecho da obra, Maria de Lurdes mostra-se capaz de deliberar livremente a respeito de suas escolhas individuais, sendo este um importante aspecto sobre o conceito da liberdade, encerrando, assim, *As Andorinhas*, a trilogia que circunda as

personalidades marcantes com uma sensação de voo em busca da liberdade, e sob essa ótica objetivamos identificar o modo como a contista lança o olhar sobre as personagens citadas no presente trabalho, que foram marcantes na história/cultura recente de Moçambique.

Em, *As Andorinhas*, a ficção mistura-se com a realidade histórica, colocando as personalidades apresentadas, sendo, não só significativas dentro do processo de formação nacional de Moçambique, como também na vitória histórica e espiritual após os ritos difíceis de passagem, não sendo uma vitória pequena e egoísta, e sim, uma vitória a todo Moçambique, servindo-os de inspirações para futuras gerações e deixando marcas de evolução no decorrer da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, nesta coletânea vemos que a busca pela liberdade percorre a trilogia de contos, de modo que essas três personalidades (Candido, 1987) ressignificam a liberdade de espírito, de escolha e de gênero (Aquino, 2007). O conto, em sua brevidade metodologicamente, segundo Massaud Moisés (2004), apresenta uma única unidade de ação que concentra toda a dramaticidade que equivaleria a de um romance, assim, é nesse instante único e exemplar que nasce a análise, já que operam como ferramentas que incitam ao surgimento de questionamentos e, concomitantemente, as transformações do *status quo*, auxiliando no empoderamento das minorias.

Podemos, deste modo, concluir superficialmente que o processo fabular empregado por Paulina Chiziane deixa evidente a predominância da tradição oral e local na construção das narrativas. Portanto, encontramos em seus escritos lendas, conflitos entre a tradição e a

modernidade, descrições de rituais mágicos que se misturam na formação do caráter das personalidades abordadas, porém, desta vez, a escritora parte de personalidades históricas reais em seu processo de ficcionalização, com o intuito claro de reescrever a história recente de Moçambique.

Conclui-se, então, que as personalidades aqui descritas lutaram pela liberdade coletiva no campo social e político, problematizando os fatores econômicos e libertários da vida atual de Moçambique e faz-se um apontamento direto à sociedade geral, a qual deve fornecer aos seus iguais uma condição que os conscientizem na busca do querer exercitar a mente e vida para que se tornem espíritos livres.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Israel. *et al.* **A construção do herói na tradição oral da África ocidental.** Porto Alegre: UFRGS, 2007.

AQUINO, I.; CANTO, R. A. do; PEREIRA, J. S.; ZEPKA, G. R. A construção do herói na tradição oral da África Ocidental. **Noctua**, (5), 2012. Disponível em:  
<https://periodicos.unb.br/index.php/noctua/article/view/6693>.

BRAIT, Beth. **A personagem.** São Paulo Ática, 1985. (Série Princípios).

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro:** relações entre homens e mulheres. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção.** São Paulo: Perspectiva, 1987. 534 p.

CHIZIANE, Paulina. **As andorinhas**. Maputo: Índico: 2008.

CHIZIANE, Paulina. **As andorinhas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

CAVERIVIÈRE, Nicole Ferrier. Figuras históricas e figuras míticas. *In*: BRUNEL, Pierre (Org). **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: 4. ed. José Olympio, 2005.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento. 2007

GOISBEAULT, Nicole. Mitos africanos. *In*: BRUNEL, Pierre (Org). **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997. p. 677-681

HOUAISS, A. (Coord.). **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. 15. ed. Prosa. 2 vols. São Paulo: Cultrix, 2004.

KRIPPNER, Stanley. **Aspectos mitológicos da morte e do morrer**. Trad. José Ascanio de Andrade. Disponível em: [www.inic.com.br/pdf/aspectos.pdf](http://www.inic.com.br/pdf/aspectos.pdf). Acesso em: 25 jul. 2023.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ROCHA, E. G. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 151).

# NOVO HOMEM? A DESCONSTRUÇÃO DO IDEAL MASCULINO EM “SINGULARIDADES DE UMA RAPARIGA LOIRA”, DO ESCRITOR PORTUGUÊS EÇA DE QUEIRÓS

Fernanda de Oliveira Lopes

## RESUMO

No presente trabalho, busca-se analisar a desconstrução do ideal masculino no conto "Singularidades de uma Rapariga Loira", de Eça de Queirós. A narrativa levanta questionamentos importantes, oferecendo uma nova perspectiva sobre o conceito de masculinidade, contrastando-o com o ideal romântico em favor do movimento realista. Isso é exemplificado pela personagem Macário, que encarna essa mudança. Destaca-se o papel manipulador e dissimulado da personagem feminina, Luísa, que se apresenta como objeto de desejo, priorizando suas próprias vontades e explorando os sentimentos mais profundos de Macário. Isso nos leva a considerar o conceito de "homem reconciliado" de Badinter (1992), relacionado à desconstrução da masculinidade. Nessa análise, é crucial examinar a caracterização psicológica de Macário e a rigidez de Luísa como elementos-chave no desenvolvimento da narrativa. Os pequenos detalhes ao longo do conto, quando cuidadosamente examinados, revelam a crise enfrentada pelo conceito de masculinidade em contraste com o feminino, contribuindo para uma compreensão mais profunda do tema.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Desconstrução. Crise masculina. Conto. Eça de Queirós.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o que se pretende é analisar e entender, no Conto, “Singularidades de uma Rapariga Loira”, do escritor português Eça de Queirós, a desconstrução do ideal masculino. A narrativa levanta questionamentos importantes para serem analisados, uma vez que sugere uma nova perspectiva sobre a questão do Masculino, remetendo-nos a uma análise profunda acerca do “*Novo Homem*” (Connell, 1985), advindo

da personagem Macário, visando o contraposto do ideal romântico para com o presente movimento (na obra) realista.

Nessa perspectiva, importa considerar a relevância do papel manipulador e dissimulado que exerce a personagem feminina, Luísa, ao se colocar como objeto de desejo, visando apenas as suas próprias vontades, instigando a sensibilidade, os sentimentos mais puros de Macário. Vale observar, ainda, que a questão levantada acerca do que tange a desconstrução do masculino, com o desdobramento dessa sensibilidade, leva-nos a entrar no conceito de “homem reconciliado” (Badinter, 1992).

Pretende-se, nesta análise, portanto, considerar a descrição da caracterização psicológica da personagem Macário, e a rigidez de Luísa, como questão fundamental no desenvolvimento da narrativa, reconhecendo o fato de que os pequenos detalhes dispersos no decorrer do conto são tendenciosos e quando bem examinados podem conduzir o leitor a observar a *crise* pertencente ao Masculino quando posto em contraste ao Feminino.

## DESENVOLVIMENTO

Considerando tais abordagens a serem analisadas, cabe, aqui, considerar as questões colaborativas, como a vida do autor, que vai influenciar não só a construção dos personagens, como todo o seu desenrolar, regendo as questões ideológicas apresentadas na Narrativa.

Segundo a Fundação Eça de Queirós, José Maria Eça de Queirós (1845-1900) nasceu em Póvoa do Varzim, Portugal. Passou sua infância e adolescência longe dos pais, sendo criado pelos avós paternos, pois os pais não eram casados. Ingressou em 1861 na Universidade de Coimbra, onde em 1866 se formou em Direito. Manteve ligação com Antero de Quental e Teófilo Braga, da chamada "Escola Coimbrã", mas só filiou-se ao grupo em 1870.

Eça de Queirós trabalhou como jornalista, como muitos autores do período, advogado e cônsul. Mas ficou mais conhecido pela atuação na literatura, na qual, os textos do autor apresentam o nascimento do realismo português.

O autor apresenta, ainda, uma visão mais crítica da sociedade, traz discussões morais, diferente do romantismo que precedeu o movimento. Eça foge do estilo conservador de escrita, inovando com uma visão de maior liberdade nas obras.

Eça começou os romances por um viés ainda naturalista, enfatizando o determinismo (Taine), partindo assim de questões voltadas para o social presente no momento referido, algumas obras com características são: *O crime do padre Amaro* (1875); *O primo Basílio* (1878). Anteriormente a essas, encontra-se o conto “Singularidade de uma rapariga loura” (1874), que será aqui analisado.

Afastando-se da estética naturalista a partir da obra intitulada, *Os Maias* (1888), passando a se pôr de maneira mais complexa de modo que o narrador, ao conduzir o enredo, foge do objetivismo, antes muito utilizado nos escritos. Passa então, a penetrar a consciência dos personagens, inovando os padrões do Realismo na época.

Outras obras do autor: *Uma campanha alegre* (1890-91), *A ilustre casa de Ramires* (1900), *A correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A cidade e as serras* (1901), *Contos* (1902), *Prosas bárbaras* (1903), *Cartas de Inglaterra* (1905), *Ecos de Paris* (1905), *Cartas familiares* (1907), *Bilhetes de Paris* (1907), *Notas contemporâneas* (1909), *Últimas páginas* (1912), *A capital* (1925), *O conde de Abranhos* (1925), *Alves e C.<sup>a</sup>* (1925), *Correspondência* (1925), *O Egípto* (1926), *Cartas inéditas de Fradique Mendes* (1929), *Páginas esquecidas* (1929).

“Singularidades de uma rapariga loura” é, conforme o consultado na Fundação Eça de Queirós, considerada a primeira obra portuguesa realista já vista no ano de 1874, sendo reconhecida como uma obra-prima, porém, publicado apenas em 1902, junto a doze contos de Eça,

organizados por Luís de Magalhães, publicados dois anos após o falecimento do autor, compondo o livro *Contos*. O conto é publicado em um período em que a forma melodramática teatral é bastante veiculada, dado tal que não passa despercebido pela narrativa, constatando uma história de amor, na qual o narrador não deixa esconder tal característica, utilizando-se do termo “melodrama” em alguns momentos.

Neste sentido, o melodrama é colocado em mais de uma referência. As caracterizações começam pelo viés realista de crítica ao movimento romântico, contudo, utiliza-se da ideia romântica como abertura ao realismo na obra, colocando em seus personagens características, subvertendo em suas personagens o modelo de construção romântico, como ironia.

Prevalecendo os costumes conservadores patriarcais, a narrativa descreve a pequena burguesia, com seus gostos peculiares, divisões de gênero e classes ainda dentro deste período de crise econômica e política.

## **METODOLOGIA**

No presente trabalho será abordado a teoria dos *gêneros*, as novas masculinidades, entre outras questões de identidade (Badinter), ressaltando, particularmente, o surgimento do *Novo Homem* (Connell, 1985), por conseguinte, os ideais de construção das personagens (Brait, 1985), bem como a noção no que rege o conceito do que é ser mulher (Beauvoir, 1967), e o seu *oposto* – homem – (Nolasco, 1995).

O recurso e reflexões acerca da linguagem direta e indireta proposta na trama nos ajudará a uma análise textual desconstrutiva (Derrida, 1967), juntamente à análise da linguagem comparada entre as personagens feminina e masculina (Coulthard, 1991), com intuito de encontrar um nascimento impensável dos personagens já desconstruídos, levando em consideração as proposições além do texto na narrativa. Sendo esta obra realista, entraremos no conceito positivista (Comte) e determinista (Taine).

Porquanto, terá como foco as questões da desconstrução dos valores característicos atribuídos ao gênero masculino e feminino no romantismo, tendo como análise principal as personagens Macário e Luísa, do conto "Singularidade de uma rapariga loura", de Eça de Queirós.

## JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica dada a necessidade de analisar e refletir sobre a construção do feminino, ocasionando a desconstrução do masculino da perspectiva Romântica que contrapõe ao ideal Realista, foco desse estudo. Tal objeto fomenta uma discussão sobre os estudos de gênero e, sobretudo, das *novas masculinidades*.

Fazem-se necessário tais estudos, uma vez que houve mudanças na forma de perceber e constituir a teoria dos gêneros, assim, usaremos uma perspectiva diversificada, baseada nas definições atuais, acerca das representações sociais, levadas a cabo por Eça de Queirós, notadamente em "Singularidades de uma rapariga loira".

Ademais, entendemos a concepção de masculina não mais tida como única, mas como um conceito capaz de ser reinventado, reconstruído, a partir de uma nova perspectiva, tomando consciência da multiplicidade de sujeitos, bem como o processo histórico de construção das subjetividades (Silva Dias, 1994).

Tendo como enfoque não apenas as caracterizações retiradas do texto, como também as questões além dele, fazendo então a necessidade de uma leitura descompromissada, mas sim, ligada em pequenos aspectos intrínsecos, aos quais se apresentam em descrições etimológicas e até mesmo na questão da simbologia que surgem nas entrelinhas da trama.

## PERSONAGENS

Na presente obra, Eça de Queirós, aborda detalhes intensos para a criação de um dos personagens principais, sendo, feminina, loira, branca,

ênfatizando seus aspectos físicos, fazendo o leitor mentalizar com os traços descritos, a suposta pureza, fragilidade e ingenuidade, passada pela estética da *rapariga*, embasando-se nas típicas características romaneskas.

Era uma rapariga de vinte anos, talvez, fina, fresca, loira como uma vinheta inglesa: a brancura da pele tinha alguma coisa da transparência das velhas porcelanas, e havia no seu perfil uma linha pura como de uma medalha antiga, e os velhos poetas pitorescos ter-lhe-iam chamado – pomba, arminho, neve e oiro (Queirós, p. 3).

Toda essa clareza/brancura nos passa uma sensação de bem, de salvação e serenidade, porém, eis que se faz com que toda a *feminilidade* posta na personagem feminina Romântica seja desconstruída por padrões agora Realista, mostrando, no decorrer da obra, que por trás de toda essa idealização do belo, descrito detalhadamente, mora uma obscuridade.

Então, a caracterização feminina, a qual advém do romantismo, ainda regido pelo modelo patriarcal conservador, como sendo única e imutável; pura, indefesa, virgem, sentimental etc., sobrecarrega nas atitudes honrosas de Macário, o qual, antes mesmo de entrar em contraste com Luísa, é nos apresentado como virgem: “Macário, aos vinte e dois anos, ainda não tinha – como lhe dizia uma velha tia, que fora querida do desembargador Curvo Semedo, da Arcádia – sentido Vénus” (Queirós, p. 3).

Detém, a partir dessa primeira caracterização e, a seguir de outras inúmeras que as sucedem, a personagem masculina marcada com um posicionamento desconstruído, levando em consideração alguns termos relacionados ao novo homem, utilizar-nos-emos a noção de “homem mole” (Badinter, 1992). Este termo parte do princípio de que o homem buscará identificar o valor feminino e concomitantemente irá desprezar o culto à virilidade.

[...] Luísa calou-se, torcendo a ponta do xaile com os olhos baixos.

– Mas ao menos, disse ela, enquanto eu te não fizer sinal da janela, não subas mais, sim. Macário rompeu a chorar; os soluços saíam violentos e desesperados. – Chut! dizia-lhe Luísa. Não chores alto!... (Queirós, p. 9).

Segundo Badinter (1992, p. 99), “a identidade masculina, em nossa sociedade, estaria associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário, pela força...”.

Contrário a essa descrição, percebemos, então, a presença do “homem reconciliado” (Badinter, 1992), termo que refere-se ao homem que concilia suas características masculina com seu lado feminino, o qual irá reger a personalidade de Macário. Ainda, percorrendo a visão de Badinter acerca das novas masculinidades, pode-se retomar decorrente disso, nas palavras da autora o feminino como “[...] fato de ser possuída, dócil, passiva.” (1992, p. 99).

A esse respeito, retomaremos, então, o que significa ser um homem na sociedade conservadora, partindo do pensamento crítico de Sócrates Nolasco, acerca do que é ser homem:

Ser homem significa não poder chorar, não poder cantar, não poder gritar, não ficar deprimido, não exprimir seus sentimentos (...), ser homem significa ser capaz de cometer violência contra seus próprios sentimentos, contra suas próprias emoções, contra seu próprio corpo – ser capaz de esquecer que se tem um coração e um corpo (Nolasco, 1995, p. 46-47).

Fazendo um paralelo com o proposto por Sócrates Nolasco, pode-se, invariavelmente, encontrar o também colocado como homem duro por Elisabeth Badinter, que seria o *ideal* a ser seguido neste período conservador. Porém, os acontecimentos que cercam a narrativa irão interferir nesta construção de masculinidade de Macário, já que o mesmo

não irá se caracterizar por fatores dessa construção, sendo caracterizado como “homem duro” aquele cuja essência é completamente viril, valorizando essa característica e negando o seu lado feminino.

É válido e necessário lembrar que, além de personagens principais, o conto se desdobrará com o aparecimento de alguns personagens antagonistas, sendo esse, o Tio Francisco, *homem duro*, solitário e experiente, o qual não concebia as loucuras de Macário ao querer se casar com Luísa:

[...] tio Francisco: a sua possante estatura, os seus óculos de ouro, a sua barba grisalha, em colar, por baixo do queixo, um tic nervoso que tinha numa asa do nariz, a dureza da sua voz, a sua austera e majestosa tranquilidade, os seus princípios antigos, autoritários e tirânicos, e a brevidade telegráfica das suas palavras. Quando Macário lhe disse uma manhã ao almoço, exabruptamente, sem transições emolientes: peço-lhe licença para casar – o tio Francisco, que deitava o açúcar no seu café, ficou calado, remexendo com a colher, devagar, majestoso e terrível: e quando acabou de sorver pelo pires, com grande ruído, tirou do pescoço o guardanapo, dobrou-o, aguçou com a faca o seu palito, meteu-o na boca e saiu, mas à porta da sala parou e voltando-se para Macário, que estava de pé, junto da mesa, disse secamente.

– Não.

– Perdão, tio Francisco.

– Não (Queirós, p. 7).

Percebe-se, contudo, os aspectos característicos em seu Macário (não seria seu Francisco?) como sendo um homem velho, e por isso, de valores patriarcais, falocêntrico e, conservador, sendo o Macário mais novo, abordará novas características, já não mais tão patriarcais, aparecendo, então, os novos valores, tendo em consideração a cultura e o momento histórico diferentes a que se remetem.

## FOCO NARRATIVO

Observando o viés da construção de um foco narrativo, sendo ele muito complexo por não abordar apenas um único modo, utilizamo-nos, primeiramente, como referência os pensamentos dos críticos norte-americanos, Cleanth Brooks e Robert Pen, os quais estabeleceram conceitos sobre focos narrativos, dando ênfase em um deles, o qual estará presente no conto aqui analisado, teremos uma personagem, em sua maior parte, secundária – o narrador – contando a história da personagem principal – Macário –, obtendo o foco narrativo na primeira pessoa: “Começou por me dizer que o seu caso era simples – e que se chamava Macário... Devo contar que conheci este homem numa estalagem do Minho” (Queirós, p. 1).

Logo no parágrafo de abertura do conto, é possível identificar o foco narrativo que manifesta-se na flexão verbal presente na construção da narrativa: “me dizer” “devo contar” “conheci”. Outrossim, pode-se concluir que o narrador, embora esteja em primeira pessoa, não será sempre ele o *protagonista* do conto, uma vez que a narrativa discorre predominantemente nos contornos da personagem Macário.

Entretanto, antes de adentrar-se aos fatos os quais serão regidos na maior parte da narrativa – a história de Macário –, o narrador se fará presente, mostrando ao leitor, a maneira como conheceu Macário e sua história, fazendo-se assim, em um primeiro momento, narrador-personagem.

Mais à frente no conto, evidencia-se o sujeito narrador em primeira pessoa, com o pronome pessoal já empregado:

**Eu** evidentemente constrangia-o, porque se ergueu, foi à janela com um passo pesado, e **eu** reparei então nos seus grossos sapatos de casimira com sola forte e atilhos de coiro (Queirós, p. 2, grifos nossos).

Logo, percebe-se a dupla função do narrador, sendo ele, narrador e personagem em determinados momentos.

Porém, nos momentos em que o narrador já não se identifica como personagem, pois não participa da história de Macário, observa-se como sendo-o um *narrador intruso*, após tecer alguns comentários no meio da narrativa em primeira pessoa, julgando diretamente o comportamento das personagens:

Macário contou-me o que o determinara mais precisamente àquela resolução profunda e perpétua.

Foi um beijo. Mas esse caso, casto e simples, eu calo-o; – mesmo porque a única testemunha foi uma imagem em gravura da Virgem [...] (Queirós, p. 7).

Contudo, é notório o recurso utilizado para garantir a empatia do leitor para com o texto, com a ajuda da variação focal, de modo que o início, tendo um narrador homodiegético, passando depois a ser testemunha, faz com que haja novos olhares sobre os acontecimentos, despertando o leitor à uma nova perspectiva.

## NARRADOR

No caso do narrador, estamos diante de um narrador homodiegético (em um primeiro momento), o narrador, logo no início do conto, coloca-se como intermediador da história a ser contada, já que o mesmo repassa o que lhe foi contado, sendo ele também personagem, ao encontrar-se com o precursor da história:

Começou por me dizer que o seu caso era simples – e que se chamava Macário...

Devo contar que conheci este homem numa estalagem do Minho. Era alto e grosso: tinha uma calva larga, luzidia e lisa, com repas brancas que se lhe erriçavam em redor: e os seus olhos pretos... (Queirós, p. 1).

Porém, no decorrer do conto, é possível identificar uma nova perspectiva do narrador, descrevendo e analisando a história, na qual não participa como personagem, encontrando-se então, como um narrador heterodiegético.

Entretanto, em alguns momentos, o narrador se faz presente em alguns diálogos diretos com quem o conta, no caso, com o personagem principal, Macário:

Foi neste ponto que Macário me disse com a voz singularmente sentida:

– Enfim, meu amigo, para encurtarmos razões, resolvi-me casar com ela.

– Mas a peça.

– Não pensei mais nisso! Pensava eu lá na peça! Resolvi-me casar com ela! (Queirós, p. 7).

Sendo assim, o leitor vai tomar conhecimento da história ficcional da personagem Macário através de um narrador que fala na primeira pessoa.

## ESPAÇO

É possível identificar, primeiramente, no início do conto, que a abordagem do narrador para com Macário, em um âmbito autêntico, sendo este descrito pelo narrador-personagem que conheceu o protagonista em uma estalagem do Minho: “Devo contar que conheci este homem numa estalagem do Minho” (Queirós, p. 1).

É neste espaço fechado, no qual ocorrerão as confidências que será utilizada como a cena inicial, a qual irá desenrolar as atuações dos personagens até chegarem a conversa que precederá a história principal contida no conto.

A partir de então, o espaço também é configurado pelo universo social, e nele aparecerão os personagens secundários, tais como, os amigos, seu tio Francisco e até mesmo as aparições de Luísa e sua mãe, que em alguns momentos se passam no armazém: “Macário veio à janela e viu-as atravessar a rua, e entrarem no armazém. No seu armazém! [...]” (Queirós, p. 4).

Também existirá um espaço fechado que foi pautado em um ambiente social, o qual será encontrado não só personagens secundários como também figurantes, no qual se situam na casa do “tabelião muito rico”:

As Vilaças costumavam ir aos sábados a casa de um tabelião muito rico da Rua dos Calafates: eram assembleias simples e pacatas, onde se cantavam motetes ao cravo, se glosavam motes e havia jogos de prendas do tempo da senhora D. Maria I, e às nove horas a criada servia a orchata (Queirós, p. 5).

Mantém-se, então, uma ordem sequencial dos acontecimentos, colocando-os em decrescentes construções, até chegar-se ao desfecho que será montando a partir dessa ordem linear, porém, já em um ambiente aberto, na rua: “Deram alguns passos na rua. Um largo sol aclarava o génio feliz: as segas passavam, rolando ao estalido do chicote: figuras risonhas passavam conversando; [...]” (Queirós, p. 13).

Com isso, observa-se a relação existe nos espaços correlacionados entre as atitudes, as ações e as confidências trocadas, considerando que nos espaços fechados ocorrem as confidências, juntamente aos furtos de Luísa, sendo eles de suma importância para o desenrolar do romance realista. Contudo, o momento de maior tensão se dará a partir do ambiente aberto, no qual Macário será liberto das consequências que pairavam o seu mundo, sendo eles a distração e (???)

Tendo em vista todas as descrições presentes em espaços distintos, observa-se uma recorrência de confidências presentes nos espaços

fechados, bem como, a liberdade e a presença mais forte de características realistas em locais abertos, tais como, o objetivismo, a negação aos sentimentos, dentre outras.

## TEMPO

Na obra analisada, observa-se presente o tempo histórico, o que irá se referir ao momento em que a ação se desenrola: “Macário disse-me que nesse tempo, em 1823 ou 33, na sua mocidade [...]” (Queirós, p. 2).

Contudo, após essa apresentação, é primordial tratar-se da cronologia, já que se faz entrar neste período que é narrado dentro do tempo histórico, o qual será determinado por uma sucessão cronológica da narrativa: “Tinha-se passado uma semana, quando, um dia, Macário viu, da sua carteira, que ela, a loira, saía com a mãe [...]” (Queirós, p. 4).

Percebe-se o tempo passado no período noturno, com acontecimentos melancólicos e dramáticos, remetendo o leitor ao movimento romântico e suas devidas características:

Eram oito horas da **noite**. Os céus estavam pesados e sujos. E, ou fosse um certo adormecimento cerebral produzido pelo rolar monótono da diligência, ou fosse a debilidade nervosa da fadiga, ou a influência da paisagem descarpada e chata, sob o côncavo silêncio nocturno, ou a opressão da electricidade, que enchia as alturas – o facto é – que eu, que sou naturalmente positivo e realista – tinha vindo tiranizado pela imaginação e pelas quimeras (Queirós, p. 1, grifo nosso).

Porém, desde o início já é imposto ao leitor que a visão que irá perdurar é realista, apesar de aparecer, em alguns momentos, as características românticas, dando uma ideia de desfecho logo no início da narrativa.

Contudo, contrastando com a noite, nos períodos considerados realista, geralmente à tarde, observar-se-á a aparição de detalhes que

demonstram a verdadeira essência da personagem Luísa, como as suas aparições: E logo nessa **tarde** a viu, ela, Luísa, clara, fresca, repousada, serena, encostada ao peitoril da janela com a sua ventarola chinesa (Queirós, p, 9, grifo nosso).

Com isso, embora a abertura tenha cunho romântico, comece com relatos passados em período noturno. Observa-se o desfecho completamente oposto ao seu começo, colocando-se em período vespertino, onde ocorre alusão escrachada ao movimento a qual pertence, sendo ele realista: Como partiu nessa **tarde** para a província, não soube mais daquela rapariga loira (Queirós, p, 13, grifo nosso).

## LINGUAGEM

A partir do desenvolvimento da leitura é possível observar aspectos da linguagem utilizada pelo autor, para a construção do conto.

A de desconstrução textual, conforme propunha Derrida, ao colocar a desconstrução de um texto como não sendo a busca de seu sentido, mas sim, a de seguir os trilhos em que a escrita, ao mesmo tempo, se estabelece e transgride os seus próprios termos, produzindo então um *desvio* [*dérive*] assemântico de *différance*<sup>23</sup>.

O conto se passa por meio de uma história dramática, construída por uma linguagem perfeitamente ajustada, a qual nos permite ir além das palavras, adentrando a alma das personagens que se tornam translúcidas, fazendo com que a análise aqui feita não se restrinja apenas ao texto escrito.

Com isso, encontram-se elementos intrínsecos que nos remetem ao desenrolar da narrativa, que nos ajudaram na desconstrução do

---

<sup>23</sup> APORIA; BRISURE; *différance*; descentralização do sujeito (1); determinação/indeterminação; disseminação; gramatologia; jogo (1); logocentrismo; marca; *misreading*; pós-estruturalismo; suplemento.

masculino, sendo esses os aspectos de linguagem, utilizaremos da obra de Malcolm Coulthard, *Linguagem e Sexo* (1991).

Percebe-se no uso da linguagem direta a presença de diálogos, e, dentre esses, buscamos a “educação” e “polidez” presentes nos pronomes de tratamento que são colocados, em geral, como sendo comumente utilizados por uma fala feminina.

Logo, teremos uma visão patriarcal que indica:

As evidências sugerem que em interações mistas os homens se sentem mais à vontade, dirigindo-se às mulheres através de formas familiares, porque elas são consideradas inferiores, ou porque são mulheres e não requerem o mesmo respeito (Coulthard, 1991, p. 58-59).

Entretanto, Macário será uma das únicas personagens a usar-se do pronome de tratamento, quando o mesmo se encontra na frente da Luísa, sendo essa, totalmente desigual, não correspondendo o seu cumprimento:

Ele confessou-se que nem pensava em tal. O que fez foi chegar ao balcão e dizer estupidamente:

– Senhoras, vão bem servidas, estas casimiras não encolhem.

E a loira ergueu para ele o seu olhar azul e foi como se Macário se sentisse envolvido na doçura de um céu (Queirós, p. 4).

Do contrário (mulher tratando ao homem) o que há são respostas curtas e secas, contrariando o padrão de linguagem de tratamento.

Adentrando aos aspectos mais linguísticos abordados para a construção textual da narrativa, observa-se a presença da figura de linguagem denominada aliteração, essa, na qual irá ocorrer a repetição de fonemas, destacando as palavras “oiro” e “loiro”, fazendo referência a personagem Luísa, sendo ela detentora de toda paz extraída por Macário, responsável pela sua perdição e paixão desenfreada, o texto dará dicas, fazendo assonâncias a respeito de suas características aparentes e deveras:

Era uma rapariga de vinte anos, talvez, fina, fresca, **loiro** como uma vinheta inglesa: a brancura da pele tinha alguma coisa da transparência das velhas porcelanas, e havia no seu perfil uma linha pura como de uma medalha antiga, e os velhos poetas pitorescos ter-lhe-iam chamado – pomba, arminho, neve e **oiro** (Queirós, p. 3, grifos nossos).

Tendo em vista que seu caráter singular proposto no desfecho da narrativa é rodeado por acontecimentos que fazem a linha entre Luísa possuir o “caráter loiro” e seus objetos de “oiros” sempre presentes, fica evidente a intencionalidade no jogo de palavras.

## ENREDO

A presente trama a ser analisada começa de modo que o narrador nos é apresentado e o seu ponto de vista, destacando a visão positivista (Comte) e realista “– o facto é – que eu, que sou naturalmente positivo e realista [...]” (Queirós, p, 1), já deixando claro alguns aspectos que poderão/irão surgir no decorrer do enredo.

Anterior a isso, o narrador irá contar o contexto em que ele e a personagem principal, Macário, encontraram-se e que começa a ser relatado, a história que norteará o leitor a mais profunda das encruzilhadas, entre o romântico e o realista, as falsas promessas e a desconstrução dos gêneros, essa, a qual se passa perante as vivências da personagem Macário.

Percebe-se, então, como sendo o núcleo da narrativa, as personagens Macário e Luísa, personagens essas que irão aparecer no decorrer do conto e que serão as principais responsáveis pelos acontecimentos fatídicos.

Macário, ao apaixonar-se por Luísa, fica extremamente sensível e apaixonado, resolve pedir a mão da personagem em casamento e ficam noivos, isso ocorre, mesmo contra a vontade de seu tio Francisco, o que

acarretara consequências tais como, a perda do emprego de Macário e a expulsão da casa de seu tio.

Após toda a revolta e briga entre tio Francisco e Macário, este vai até Cabo Verde, para produzir e lucrar, deixando evidente o positivismo (Comte) em seu conto, e conforme o tempo se passa, Macário consegue a aprovação do seu tio para o casamento.

Entretanto, fugindo dos padrões românticos, o final não é feliz, mas sim, realista, de modo que Macário descobre a singularidade presente no caráter de Luísa, rompendo o equilíbrio do estado inicial, para uma verdade obscura.

Contudo, foi notório a contradição presente em todo o desenvolvimento, quando aparentemente as coisas estão bem ou prestes a se acalmar, há uma força maior que mostra que nem tudo são flores, pode-se entender tal ação como a presença das características realistas, para fins de contraste entre o romântico.

## AÇÃO

Este tópico será subdividido em algumas partes, sendo elas, respectivamente: introdução, desenvolvimento, clímax e desfecho. A ação será sequencial, sendo encaixada uma à outra.

Tendo em vista que o conto ocorre sob uma perspectiva dramática, percebe-se uma sequência rápida das ações, para que se chegue até o seu desfecho.

Em um primeiro momento, o narrador irá apresentar na introdução do conto a maneira como obteve o conhecimento da história que virá e, de como surgiu a sua amizade com o personagem principal:

Não direi os motivos porque ele daí a pouco, já deitado, me disse a sua história. Há um provérbio eslavo da Galícia que diz: o que não contas à tua mulher, o que não contas ao teu amigo, contá-lo

a um estranho na estalagem. Mas ele teve raivas inesperadas e dominantes para a sua larga e sentida confiança (Queirós, p. 2).

O desenvolvimento da ação se dará por meio da história contada por Macário, que começará a relatar fatos vivenciados há alguns anos, evidenciando conflitos, entre as duas personagens, Macário e Luísa, quebrando uma suposta paz no começo descrita:

Oh! E Macário veio logo salientemente para a varanda aparar um lápis. Era uma rapariga de vinte anos, talvez, fina, fresca, loira como uma vinheta inglesa: a brancura da pele tinha alguma coisa da transparência das velhas porcelanas, e havia no seu perfil uma linha pura como de uma medalha antiga, e os velhos poetas pitorescos ter-lhe-iam chamado – pomba, arminho, neve e oiro (Queirós, p. 3).

Com o desenrolar da história e a acumulação de fatos entre conflitos, encontraremos o clímax, que será o momento de maior intensidade dramática presente na narrativa, fazendo com que a personagem principal tenha que fazer algo para que seja resolvido.

Macário veio para ela, agarrou-lhe no pulso fitando-a: e o seu aspecto era tão resoluto e tão imperioso, que ela meteu a mão no bolso, bruscamente, apavorada, e mostrando o anel: – Não me faça mal, disse, encolhendo-se toda. Macário ficou com os braços caídos, o ar abstracto, os beiços brancos; mas de repente, dando um puxão ao casaco, recuperando-se disse ao caixeiro [...] (Queirós, p, 12).

Portando, Macário vendo-se em uma situação desagradável, vê-se na hora de fazer algo, tomando assim uma atitude totalmente desconstruída, apesar de suas características, amadurecendo no conto:

De repente, soltando o braço de Luísa, disse-lhe baixinho:

– Vai-te.

– Ouve, disse ela, com a cabeça toda inclinada.

– Vai-te. – E com a voz abafada e terrível. – Vai-te. Olha que chamo. Mando-te para o Aljube.

Vai-te.

– Mas ouve, Jesus, disse ela.

– Vai-te! – E fez um gesto com o punho cerrado.

– Pelo amor de Deus, não me batas aqui, disse ela sufocada.

– Vai-te, podem reparar. Não chores. Olha que veem. Vai-te.

E chegando-se para ela, disse baixo:

– És uma ladra.

E voltando-lhe as costas, afastou-se devagar, riscando o chão com a bengala.

À distância voltou-se: ainda viu, através dos vultos, o seu vestido azul.

Como partiu nessa tarde para a província, não soube mais daquela rapariga loira (Queirós, p, 13).

Fazendo desta a ação final.

## ELEMENTOS INTRÍNSECOS

Referindo-se às análises e descrições dos personagens na narrativa, os estudos relacionados à questão dos gêneros, proporcionam uma base teórica consistente que possibilita a percepção de uma desconstrução do masculino genérico, possibilitando uma análise descritiva acerca das novas subjetividades.

Ao inverter os valores, antes postos em personagens românticas com mais delicadeza e com uma cultura ainda muito conservadora e falocêntrica, Eça utilizará dos detalhes dados aos personagens para contrastar os dois movimentos, e com isso será perceptível o nascimento de um novo homem, para tanto, é necessário ressaltar a contribuição de Robert W. Connell (1995), o qual colocará em questão a noção do homem

dentro do padrão estabelecido pela sociedade branca, hétero e burguesa (Souza, 2009).

Nasce deste contraponto, então, a noção de uma nova masculinidade (Badinter, 1992) na personagem Macário que nascerá em contraste com a personagem Luísa, aplicando a visão de Connel, quando incita que a masculinidade irá existir somente em contraste com a feminilidade (1995, p. 68).

Novamente, dentro dos aspectos característicos da construção das personagens (Brait, 1985), obtemos as informações constatando a desconstrução analisada.

Macário, não possui aspectos de um homem grotesco, experiente, sequer é detentor de toda a glória, aquele em que Sócrates Nolasco caracterizou visto como sendo *homem de verdade*<sup>24</sup>, não acompanhará a jornada de Macário, muito pelo contrário, tais características partiram ao encontro de Luísa, cuja delicadeza, sentimentalismo e bondade passaram longe.

Contudo, a visão de desconstrução se evidencia ainda mais quando posta à mesa em relação as inversões dos valores românticos acerca da construção realista presente nos acontecimentos, mantendo o caos, surgindo uma ordem presente em um fluxo de consciência desordenado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi proposto na realização deste trabalho, buscamos compreender e analisar, sob diversas perspectivas, a aparição de um novo homem no conto “Singularidades de uma rapariga loura”, de Eça de Queirós, contrastando as questões de gênero entre Macário e Luísa, bem como a dualidade presente entre o romântico e o realista.

---

<sup>24</sup> Conforme presente em “Um ‘homem de verdade’”, de Sócrates Nolasco.

Ao identificarmos os principais modelos existentes de masculinidades, os resultados obtidos nos possibilitaram trazer à tona uma reflexão a respeito das imposições sociais, juntamente com a questão do domínio masculino o qual é passado de geração em geração.

Contudo, a análise feita, constatou a presença de uma nova perspectiva acerca dos gêneros já presente muito antes de alguns dos estudos teóricos que aqui se fez necessário e obrigatório as citações, evidenciando a necessidade de um maior debate e estudo sobre estas questões. Podemos concluir, com isso, que Eça de Queirós é um autor que estava além de seu tempo.

## REFERÊNCIAS

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro: relações entre homens e mulheres**. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1987. 534 p.

COULTHARD, Malcolm, **Linguagem e sexo**. . São Paulo: Ática, 1991. Série Princípios.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura feminina no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Siciliano, 1993.

DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2008-2013. Disponível em: [www.priberam.pt/dlpo/faceta](http://www.priberam.pt/dlpo/faceta). Acesso em: 1º jul. 2017.

D'ÁVILA NETO, M. I.; BAPTISTA, C. M. de A. Páthos e o sujeito feminino: considerações sobre o processo de construção narrativa indenitária de mulheres de grupos culturalmente minoritários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2(1), São João del-Rei, mar./ago., 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FIORIN, José Luiz, **Linguagem e ideologia**. *Série Princípios*, 1988.

GANCHO, Cândida Vilares, **Como analisar narrativas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997. Série Princípios.

GARUTI, Alberto; GUEDES, Vicente de Paulo M.; MOURÃO, Maria Silva. **Gênero, identidade e vida religiosa**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

GOLDSCHMIT, Marc. **Jacques Derrida, une introduction**. Saint-Amand-Montrand: Bussière Group CPI, 2007.

HUMPHREY, Robert. **O fluxo da consciência**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976. 110 p.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MOISÉS, Massaud, **A criação literária – poesia e prosa**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

MOISÉS, Massaud, **Dicionário de termos literários**. 12. ed. rev, e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida e a literatura**. Niterói: EDUFF, 2001.

NOLASCO, Sócrates. Um “homem de verdade”. *In*: CALDAS, Dario. **Homens: comportamento, sexualidade, mudança**. São Paulo: Senac, 1997.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

PIRES, Orlando, **Manual de teoria e técnica literária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

# PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Andrea Sampaio de Oliveira<sup>25</sup>

Mariluce Paes-de-Souza<sup>26</sup>

Rosália Maria Passos da Silva<sup>27</sup>

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é identificar as publicações científicas sobre o desenvolvimento da Amazônia. A metodologia de pesquisa qualitativa, de revisão sistemática, baseia-se no protocolo PRISMA para realizar o mapeamento dos artigos publicados na área de administração, existentes na base de dados Spell, no intuito de entender a definição, as abordagens e peculiaridades de desenvolvimento na região, a fim de revelar quem já escreveu e o que foi publicado sobre o assunto, quais os aspectos já foram abordados, e quais são menos abordados sobre a temática. Nos resultados, foi possível identificar tendências de abordagens numa perspectiva endógena e multidimensional sobre o desenvolvimento da Amazônia pelos dados da produção científica nacional. O estudo contribui para promover reflexões sobre as especificidades do desenvolvimento da região amazônica.

**Palavras-chave:** Amazônia. Desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento regional. Produção científica brasileira. Revisão sistemática.

---

<sup>25</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: adv.andreasampaio@gmail.com.

<sup>26</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: mariluce@unir.

<sup>27</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: rosalia@unir.

## INTRODUÇÃO

As preocupações com a redução da desigualdade econômica e social por meio de oportunidades de crescimento, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população, com investimentos tecnológicos, bem como, investimentos na infraestrutura e estruturação de cadeias produtivas, a exemplo da economia circular para geração de emprego, vão além das previsões legais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR -Decreto n. 9.810/19) e do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2020-2023 - LC N. 124/2007). É temática recorrente na comunidade científica nacional e contribui para reflexões sobre o desenvolvimento regional da Amazônia.

Nesse contexto, o estudo traz como questão de pesquisa: Qual a produção acadêmica brasileira sobre desenvolvimento da Amazônia? Em atenção as peculiaridades da região amazônica, o presente estudo tem como objetivo de pesquisa identificar as abordagens e perspectivas de desenvolvimento da Amazônia, por meio da revisão sistemática das publicações científicas brasileiras da área de administração, a fim de realizar uma investigação exploratória na base de dados Spell como forma de consolidar um corpo representativo da literatura que possa ser utilizado em futuras pesquisas na área.

Na revisão da literatura são analisados diversos estudos a fim de entender a definição, abordagens e peculiaridades de desenvolvimento na região da Amazônia, para revelar quem já escreveu e o que foi publicado sobre o assunto na base de dados SPELL; quais os aspectos já foram abordados, e quais são menos abordados sobre o tema de pesquisa. Por ser qualitativo, o trabalho de revisão sistemática de literatura possui estrutura alternativa (Silva, 2019), e da discussão teórica das análises dos artigos foram identificados os principais interesses de pesquisa, no intuito de mapear a produção nacional existente.

As estruturas sociais distintas na ocupação das regiões brasileiras compõem desigualdades que precisam ser discutidas. As condições de pobreza, alimentação, educação, moradia, saúde e trabalho, são indicadores de bem-estar econômico e social. (Vasconcellos; Garcia, 1998). Nesse sentido, o desenvolvimento regional seria um processo de mudança social, com melhor alocação dos recursos econômicos, no intuito de progresso das regiões e dos indivíduos que nelas habitam (Boisier, 1996).

O desenvolvimento regional no Brasil é investigado a partir de modelos econômicos e suas interações com variáveis como sustentabilidade e crescimento econômico (Vieira; Dos Santos, 2012). Esse debate assume duas perspectivas: exógena e endógena (Scott; Storper, 2003). A perspectiva exógena promove o desenvolvimento por meio de investimentos externos que, na verdade, seriam atraídos por uma perspectiva endógena, resultado do envolvimento dos atores regionais na superação dos problemas da localidade pelas potencialidades internas (Leydesdorff, Cooke; Olazaran; 2002). Assim, as iniciativas ou ações de uma sociedade organizada territorialmente, em cooperação e envolvimento conjunto dos atores sociais, econômicos e institucionais, seriam capazes de promover o progresso da região (Dallabrida, 2000). E para atingir metas de desenvolvimento econômico e social na Amazônia, os programas, projetos e ações devem possuir como proposta a geração de emprego, renda, crescimento econômico, qualidade de vida, bem como a internalização da riqueza na região Amazônica (PRDA 2020-2023).

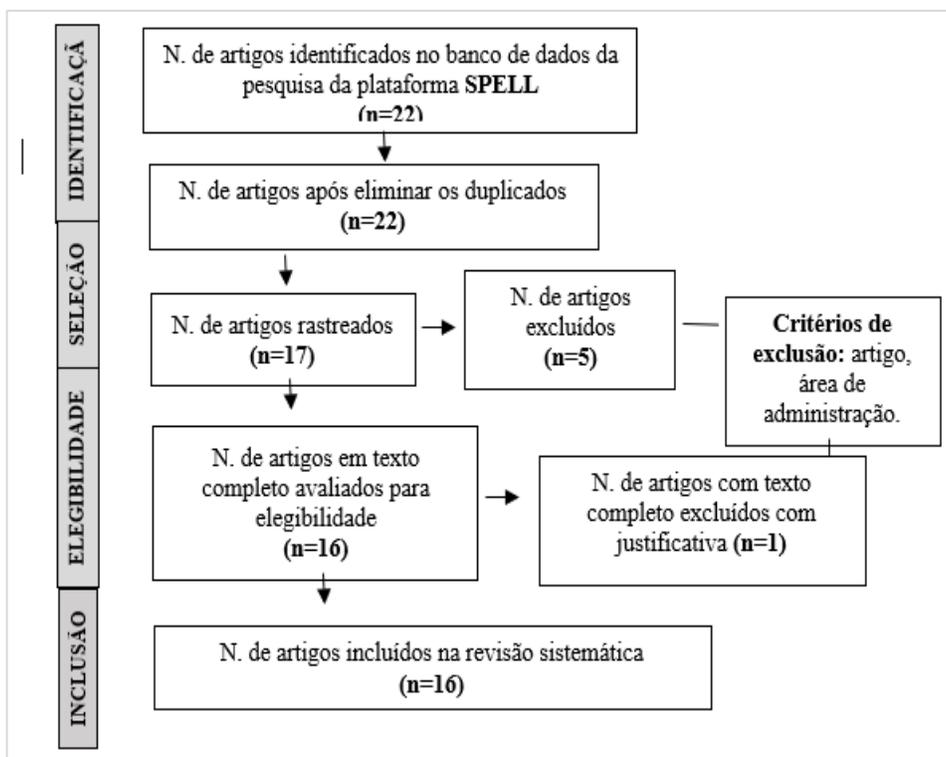
Ocorre que, no Brasil, é um desafio instituir um planejamento territorial estratégico, pois a viabilidade depende do processo de coesão econômica, social e política para geração de impulsos dinâmicos, com vistas a propiciar maior convergência de renda e alargamento de oportunidades que atentem as heterogêneas regiões, com respeito e valorização das diversidades locais, inclusive da Amazônia (Brandão, 2020). Nesse contexto, a expressiva diversidade biológica (maior reserva mundial de biodiversidade) e cultural (povos indígenas, quilombolas,

comunidades ribeirinhas) do bioma amazônico brasileiro (Bezerra, 2007) retrata uma diversidade que em qualquer dimensão em que se queira jogar luz, os processos de desenvolvimento desigual são muito específicos, o que indica uma tendência de abordagem numa perspectiva multidimensional de desenvolvimento: urbana, regional, federativa e ambiental (Brandão, 2020).

## **METODOLOGIA**

Para efetuar a revisão sistemática de literatura, utilizou-se o protocolo PRISMA (Moher *et al.*, 2015) para reunir e sintetizar os resultados de estudos sobre um delimitado tema ou questão. A base de dados brasileira SPELL, da Anpad, deu-se pelo volume de periódicos indexados e produções científicas no Brasil, na área de ciências sociais aplicadas. As buscas foram realizadas de forma online em novembro de 2022, na forma avançada por meio da conjugação dos títulos dos documentos, “desenvolvimento” e “Amazônia”. Em seguida, foi feito um refinamento nos artigos de periódicos na área de administração, sem que o idioma e o tempo de publicação fossem limitados. Foram identificados os artigos aderentes com o tema pela leitura do “título” e “resumo” enquanto articulação teórica. Com a filtragem, resultou o registro de 16 artigos selecionados para leitura na íntegra. Após a leitura dos artigos selecionados, esses foram considerados para análise dos dados. Os dados coletados foram organizados com as informações de referências: nome dos autores, título do artigo, nome da revista, ano de publicação, além do Qualis-Periódicos. A Figura 1 apresenta o fluxo do processo de identificação e seleção dos artigos para revisão sistemática.

**Figura 1** – Fluxo do processo de seleção da revisão sistemática



Fonte: Elaborado pelos autores (2022) a partir do modelo de Moher *et al.* (2015)

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os trabalhos selecionados estão distribuídos em doze periódicos nacionais e deixam ênfase nos títulos voltados para o desenvolvimento da Amazônia. A evolução temporal dos estudos indica uma produção acadêmica com interesse no tema há mais de duas décadas (2001-2022), no entanto, os anos de 2017, 2019 e 2022 tiveram um destaque no número de publicações quando comparados aos demais anos, e o maior percentual dessas publicações ocorreram na “Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade –Revista AOS”, com o número de 3 (três) publicações de Qualis B3, na “Revista Cadernos Ebape.BR”, com 2 (duas) publicações de

Qualis A2, e na “Revista de Gestão social e Ambiental”, também com 2 (duas) publicações de Qualis B1, conforme Quadro 1.

As pesquisas foram objeto de estudo em periódicos de Qualis A2, B1, B2 e B3 em várias Universidades Brasileiras e por diversos autores, com destaque das Universidades Federais do Pará (UFPA), de Rondônia (UNIR), de Brasília (UnB) e de São Paulo (USP), com mais de uma publicação sobre o tema, conforme quadro 2 abaixo, as demais instituições tiveram apenas uma publicação.

**Tabela 1** – Destaque de Instituições com mais de uma publicação pelo Brasil

<b>Instituições</b>	<b>Autores</b>	<b>Num. artigos</b>
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Ribeiro, M. S. D. S.; Farias, A. L. A.; Corrêa, I. L. F.; Maneschy, R. Q.;	3
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Espada, A. L. V.; Vasconcellos Sobrinho, M.	2
Universidade de Brasília (UnB)	David, R.; Rodríguez, T. D. M.; Siena, O.; Paes-De-Souza, M.;	2
Universidade de São Paulo (USP)	Oliveira, R. A.; Souza, M. P.; Paes, D. C. A. S.; Rodríguez, T. D. M.; Silva, M. A. R.; Drummond, J. A.  Ferreira, G. T.; Guedes, L. F.; Fischer, R.M.	2

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

Pela análise dos artigos selecionados, foi possível observar uma tendência nos estudos da perspectiva endógena de desenvolvimento sustentável na Amazônia. E ainda, o reconhecimento de um progresso não linear no processo de mudança social, em razão de componentes múltiplos e específicos da realidade da região, bem como da importância do

envolvimento dos atores sociais, networks e inserção social, pelo aprimoramento dos agentes públicos, elo com o setor privado, e terceiro setor. (Fischer, 2001; Serrano, Oliveira Neto; Nogueira, 2012).

Quando se trata da Amazônia, existe um destaque do viés ecológico em razão do social nas abordagens sobre o desenvolvimento sustentável, ao considerarem o uso de recursos não renováveis, a exemplo, do setor minerometálico e das questões de certificações socioambientais e vantagens na concessão de florestas como alternativa viável para a sustentabilidade do setor madeireiro (Silva; Drummond, 2005; Adriano; Ronald, 2009). No que diz respeito à adoção da concessão florestal como instrumento de política pública para geração de emprego na Amazônia, de forma dinâmica e sistêmica entre a União e os entes federativos, estabelecem-se situações vantajosas quando comparadas ao manejo em áreas privadas: a regularidade fundiária e o status de certificação, além dos empregos formais, verdes e sustentáveis que podem ser criados (Bomfim, *et al.*, 2016).

Já em relação as interseções temáticas no contexto de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia, o manejo comunitário e a governança ambiental são tratadas numa abordagem de experiência de uso sustentável da floresta, como é o caso do Tapajós, ao revelar que parcerias possibilitam a formação de redes de relações sociais produtivas e ações de cooperação que resultam no empoderamento de atores locais. No caso dos agricultores, estes podem galgar a agricultura familiar como alternativa para o desenvolvimento, ao tomarem consciência da sua importância cultural, social e econômica, e participarem da tomada de decisões para criar alternativas, como forma de ultrapassar as barreiras limítrofes para um desenvolvimento diferenciado. (Espada; Vasconcellos Sobrinho, 2015; Corrêa; Maneschy, 2019).

Os autores Ferreira *et al.*, 2017 sugerem, ainda, que a ausência de ações estratégicas de governos e de cadeias produtivas completas restringem o potencial econômico dos produtos da região, mas, ainda assim, o cenário mostra sinais de mudança na estruturação de programas dedicados à organização de sistemas de produção em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Ademais, a governança ambiental é vista como facilitadora do uso sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento local de base comunitária (Espada; Vasconcellos Sobrinho, 2015).

Nesse sentido, caracteriza um paradoxo a convivência dos habitantes da região Amazônica e a subsistência de indicadores socioeconômicos baixos, ao passo que a região possui vasta riqueza de recursos naturais renováveis (Bomfim, *et al.*, 2016). O que propõe um novo modelo de desenvolvimento para Amazônia com a interação entre inovação, aprendizagem, conhecimento, na elaboração, estratégias de desenvolvimento (Monteiro, 2022). Acontece que no Brasil existe ainda dependência do processo de coesão econômica, social e política como desafio no planejamento territorial estratégico, além da expressiva diversidade que necessita da perspectiva multidimensional de desenvolvimento: urbana, regional, federativa e ambiental (Brandão, 2020). O quadro 3 apresenta os as várias dimensões dos estudos brasileiros.

**Tabela 2** – Dimensões dos estudos sobre desenvolvimento da Amazônia no Brasil

<b>Socioeconômica</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Tecnológica</b>
Freitas, L. B. A.; Lima, J. F. (2022)	David, R.; Rodríguez, T. D. M.; Siena, O.; Paes-De-Souza, M. (2022)	Monteiro, M. A.
Rodrigues, B. S (2020)	Ribeiro, M. S. D. S.; Farias, A. L. A. (2021)	
Pinato, T. B.; Sartori, M. A.; Tavares, S. M. N. (2019)	Oliveira, R. A.; Paes-de-Souza, M.; Paes, D. C. A. S.; Rodríguez, T. D. M. (2019)	
Corrêa, I. L. F.; Maneschy, R. Q. (2019)	Pinato, T. B.; Sartori, M. A.; Tavares, S. M. N. (2019)	
Bomfim, S. L.; D'avignon, A. L. A.; Souza, A. N.; Fontes, P. J. P.; Joaquim, M. S. (2016)	Ferreira, G. T.; Guedes, L. F. (2017)	
Fischer, R. M. (2001)	Espada, A. L. V.; Vasconcellos Sobrinho, M. (2015)	
Vasconcellos Sobrinho, M.; Teixeira, M. A. C. (2017)	Remor, A. R.; Hillbucht, R. O. (2009)	
	Silva, M. A. R.; Drummond, J. A. (2005)	
	Serrano, A. L. M.; Oliveira Neto, J. C. C.; Nogueira, J. M. (2012)	

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

Os estudos possuem enfoque nas dimensões socioeconômica, ambiental e tecnológica, nos quais se observa interesse de pesquisa tanto da dimensão socioeconômica como ambiental e apenas uma na dimensão tecnológica. Os estudos mais recentes dos autores Freitas, I. B. A.; Lima, J.

F. (2022), David, R.; Rodríguez, T. D. M.; Siena, O.; Paes-de-Souza, M. (2022), Monteiro, M. A. (2022) representam interesse atual na temática com enfoque nas referidas dimensões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento por meio da revisão sistemática da produção científica em administração na base de dados SPELL sobre o desenvolvimento da Amazônia identificou uma preferência da perspectiva endógena de desenvolvimento nos estudos, bem como, uma diversidade de pesquisas com enfoque no desenvolvimento sustentável, outras com enfoque no desenvolvimento socioeconômico, e ainda, uma nova proposta de desenvolvimento tecnológico na Amazônia. Também foi possível evidenciar que estas interrelações das várias dimensões, social, econômica, ambiental e tecnológica, dentro desta perspectiva multidimensional de desenvolvimento da Amazônia trouxe reflexões por meio de novas intersecções temáticas sobre a importância e contribuições das parcerias de envolvimento dos atores sociais com o setor privado e terceiro setor, que possibilitam a formação de redes de relações sociais produtivas e ações de cooperação.

Assim, foi possível identificar as contribuições científicas na perspectiva multidimensional de desenvolvimento da Amazônia através do progresso do processo de mudança social pela atratividade da Região, em razão de abordagens inovadoras, como a governança ambiental e as experiências de uso sustentável da floresta, e da possibilidade de implementação estratégica de políticas públicas de inserção social, com vistas ao desenvolvimento regional, mas sempre em atenção à necessidade de preservação ambiental como referência.

## REFERÊNCIAS

REMOR, Adriano Ramos; HILLBUCHT, Ronald Otto. Concessões de florestas públicas: estratégia viável para o desenvolvimento sustentável do setor florestal na Amazônia. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 2, n. 1, p. 66-95, 2009.

BEZERRA, E. A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado. **Revista Teórica, Política e de Informação**, (2007). Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/90/cat/808/aamaz&ocircnia-e-o-projeto-nacional-dedesenvolvimento-sustentado-.html> Acesso em: 3 nov. 2022.

BICUDO, Maria A. V. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **E. M. P.**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 1371-80, 2008.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.

BOMFIM, S. L.; D'AVIGNON, A. L. A.; SOUZA, A. N.; FONTES, P. J. P.; JOAQUIM, M. S. O potencial da concessão de florestas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e geração de emprego na Amazônia Legal. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, p. 649-670, 2016.

BRANDÃO, C. A. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. *In*: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Brasília, 2019. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9810.htm). Acesso em: 1º dez. 2022.

BRASIL. LC nº 124/2007, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; e dá outras providências. Brasília, DR, 2007.

Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp124.htm).

Acesso em: 1º de dez. de 2019.

COIMBRA, José de À. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. *In: Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. A. PHILIPPI Jr., Arlindo; TUCCI, Carlos E. M.; HOGAN, Daniel J.; NAVEGANTES, Raul (Orgs.). São Paulo: Signus Editora, p. 52-70, 2000.

CORRÊA, I. L. F.; MANESCHY, R. Q. A Agricultura Familiar como Alternativa para o desenvolvimento Territorial na Amazônia. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 7-18, 2019.

DALLABRIDA, Valdir R. **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 4, p. 169-177, 2015.

FERREIRA, G. T.; GUEDES, L. F. O Mapeamento de uma Cadeia Extrativista na Amazônia: Arapaima Gigas em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 1-16, 2017.

FISCHER, R. M. Networks, terceiro setor e desenvolvimento social: a construção de um banco interativo de projetos sociais na Amazônia legal. **RAUSP Management Journal**, v. 36, n. 3, p. 28-35, 2001.

FREITAS, L. B. A.; LIMA, J. F. Desenvolvimento municipal nas mesorregiões diferenciadas da Amazônia ocidental. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 115, p. 301-319, 2022.

LEYDESDORFF, Loet; COOKE, Philip; OLAZARAN, Mikel. Technology transfer in european regions. **Journal of Technology Transfer**, v. 27, n. 1, p. 5-13, 2002.

MOHER, D. *et al.* Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. Trad. Taís Freire Galvão, Thais de Souza Andrade Pansani, David Harrad. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, abr./jun. 2015. Tradução de: *Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement*.

MONTEIRO, M. A. Capacidades endógenas, trajetórias tecnológicas e planos corporativos: limites a estratégias de desenvolvimento para a Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 21, n. e022005, p. 1-35, 2022.

OLIVEIRA, R. A.; SOUZA, M. P.; PAES, D. C. A. S.; RODRÍGUEZ, T. D. M. Policy and Development in the Legal Amazon: Analysis of Indicators Using the Barometer of Sustainability. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 27-44, 2019.

PINATO, T. B.; SARTORI, M. A.; TAVARES, S. M. N. Desenvolvimento (in) sustentável na Amazônia: análise do desenvolvimento socioambiental na Reserva Florestal Maracatiara, município de Machadinho do Oeste-RO. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 10, n. 2, p. 2903-2928, 2019.

RIBEIRO, M. S. D. S.; FARIAS, A. L. A. Desenvolvimento, descentralização da gestão ambiental e licenciamento na amazônia: aplicação da análise institucional ao caso do município de Laranjal do Jari (AP). **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 54, p. 279-297, 2021.

RODRIGUES, B. S. Estudo dos Recursos Naturais Estratégicos da Amazônia Sul-Americana: Um Mapeamento para o Desenvolvimento. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 122-144, 2020.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. *Regions, globalization, development*. **Regional Studies**, v. 6-7, n. 37, p. 549-578, 2003.

VASCONCELLOS, Marco A.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; TEIXEIRA, M. A. C. *Partnership Inside Governance Spaces: The Case of the Municipal Development Forum of Igarapé-Açu, Pará, Amazonia*. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 720-735, 2017.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

SERRANO, A. L. M.; OLIVEIRA NETO, J. C. C.; NOGUEIRA, J. M. Política de desenvolvimento regional: uma moldura teórica para analisar a ocupação da Amazônia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 3-15, 2012.

SILVA, M. A. R.; DRUMMOND, J. A. Certificações socioambientais: desenvolvimento sustentável e competitividade da indústria mineira na Amazônia. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2005.

# DESENVOLVIMENTO REGIONAL, AMAZÔNIA E OS PRESIDENCIÁVEIS EM 2018: ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO

Rafael Ademir Oliveira de Andrade<sup>28</sup>

Miriã Ortiz Passos de Andrade<sup>29</sup>

Artur de Souza Moret<sup>30</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os planos de governo de seis candidatos à presidência do Brasil no pleito eleitoral de 2018 com relação à Amazônia, seus projetos de desenvolvimento, infraestrutura e integração regional, partindo da questão do meio ambiente como elemento relacional. Se parte do pressuposto que os planos são manifestações ideológicas dos candidatos, seus partidos e coligações, sendo assim, um espelho possível de se deduzir as futuras ações para a região. Como metodologia, realizamos o destaque das palavras nodais Amazônia, desenvolvimento regional e como subnodais destacamos sustentável e regional, as frases e contextos foram analisados a partir de análise do conteúdo. Conclui-se que, com relação aos aspectos climáticos e de desenvolvimento, a Amazônia é considerada um espaço a ser ocupado e utilizado para o desenvolvimento, quer seja pelas grandes obras infra estruturais, pelo mercado nacional e internacional ou por ambos, e que frente à luz dessas posturas cabe refletir e conceber modelos de desenvolvimento regionais que dialoguem com as características e populações locais que dependem mais fortemente dos ecossistemas e seu equilíbrio.

**Palavras-chave:** Eleições 2018. Presidenciáveis. Amazônia. Desenvolvimento.

---

<sup>28</sup> Sociólogo, Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UNIR.

<sup>29</sup> Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela UNIR.

<sup>30</sup> Físico, Doutor em Planejamento Energético. Docente da UNIR.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2018, o Brasil teve seu pleito político para eleger o presidente, governador, senadores e deputados federais e estaduais. Teve o maior número de candidatos para presidente desde a reabertura democrática, após o fim da ditadura militar do século XX. Após ações da operação Lava-Jato e pelo descrédito político causado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, um espaço de poder em aberto potencializou as aspirações dos indivíduos, coligações e partidos políticos acerca do cargo de presidente. Desde a última década do século XX até o ano de 2014, as eleições para presidente estavam polarizadas, tendo o Partido dos Trabalhadores presente em momentos decisivos ou vencendo o pleito. O presidente eleito em 2018 foi Jair Bolsonaro, do conservador e neoliberal Partido Social Cristão, que disputou o segundo turno com Fernando Haddad, sucessor de Lula na disputa presidencial pelo Partido dos Trabalhadores após o impedimento do mesmo, preso por corrupção e lavagem de dinheiro.

Nesse contexto de disputas objetivas pelas diversas manifestações do poder no país, é preciso refletir a questão histórica e as projeções para o desenvolvimento regional, sustentabilidade e a Amazônia, como se definem no imaginário e nos projetos dos candidatos à presidente do país – assim como coligações e apoiadores – as possibilidades de atuação e de gestão dos vastos recursos da região. Em torno desta questão o presente artigo foi redigido.

Como método, realizamos a análise de conteúdo, selecionando os planos de governo aos cinco candidatos mais bem votados e do candidato Guilherme Boulos, na intenção de analisar as visões dos mais votados e da inferência da indígena Sônia Guajajara, candidata a vice-presidente de Boulos, nas intenções do Partido e da coligação. Foram selecionadas frases que apresentavam debates acerca dos pontos nodais “desenvolvimento regional, Amazônia” e em caso de negativa ou menor ocorrência, dos

subpontos “sustentável e regional”. Após seleção foram formados quadros, posteriormente analisados em seus contextos e relacionados com apontamentos teóricos.

Conclui-se que os programas de governo possuem um vazio substancial, no que tange à falar especificamente sobre posturas regionais para o desenvolvimento, aportando-se em macro visões como infraestruturas, ou mercado que possuem fracas, ou nenhuma relação com os modos produtivos das comunidades locais. É preciso pensar desenvolvimento para a Amazônia, enquanto possibilidades locais e principalmente de estruturas locais. Os planos de governo são posturas ideológicas aos candidatos/coligações que representam falas com certos setores da sociedade e se torna preocupante a postura quase generalista e predatória sobre a região amazônica e seus territórios constituídos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Uma das questões fundamentais ao pensarmos governos neoliberais e as questões do meio ambiente é que estas são, atualmente, a forma mais eficiente de oposição política. Se pensarmos as raízes ideológicas do liberalismo, tanto Locke quanto Adam Smith colocam a necessidade implícita de transformar a natureza em mercadoria, demonstrando a capacidade dominante aos seres humanos. Uma das formas de resistência ao capital é colocada por Florit e Grava (2016) como “ética ambiental” enquanto uma reflexão sobre a relação entre a natureza e os seres humanos. Especialmente, com pouca expressividade no Brasil, a ética ambiental é subjugada pela noção de desenvolvimento e busca pelo emprego. Sem a reflexão ética, a ideologia dominante orienta as ações das sociedades e quando falamos sobre Brasil e Amazônia, a moral burguesa se torna o padrão hegemônico de ocupação dos espaços.

Importante trazer este conceito como contraponto ao antropocentrismo das concepções políticas, econômicas e

desenvolvimentistas que imperam no Brasil, com forte amparo em tradições religiosas e visões de homem que colocam a natureza – e “os selvagens” – como elementos que deve ser dominado. Ao desconsiderar a questão ambiental, é possível que a natureza seja vista de forma instrumental, uma ação política e simbólica que viabiliza padrões de desenvolvimento e de modificação dos territórios. Uma das questões fundamentais deste trabalho é refletir em que medida as visões antropocêntricas estão presentes em desconsideração a uma ética ambiental que, no fim, representa a própria sustentabilidade dos sistemas socioeconômicos humanos. Para isso, analisaremos dois pontos: a postura dos partidos políticos e as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Ryan (2017) realiza uma análise da politização das questões ambientais por partidos políticos na América Latina. Este texto apresenta análises aos cenários eleitorais brasileiros em 2010 e 2014, possibilitando uma análise posteriores à nossa análise. Segundo Daniel Ryan (2017), os partidos políticos tendem a tomar três posturas que serão usadas como critérios de análises dos planos de governo. A primeira postura parte do processo de ignorar as questões ambientais, não debatendo o tema em seus planos, pronunciamentos ou diminuindo o apoio/importância dessas agendas durante seu governo.

A segunda postura, a cética, objetiva diminuir os impactos ambientais, naturalizando-os ao retirar a ação humana como elemento modificador aos sistemas, um exemplo forte disso é a oposição brasileira à inclusão de florestas de sumidouros de carbono nas negociações do protocolo de Kyoto (Ryan, 2017), sendo esta postura explicada pela intenção de ampliar o uso econômico da floresta desmatada, especialmente na Amazônia.

A terceira postura é a de politização, ou seja, integralização dessas questões em seus discursos, planos e projetos. Ryan (2017) afirma que na América Latina muitos partidos integram essa postura, mas de forma lenta

ou de baixa intensidade – especialmente graças à primarização da América Latina pela divisão mundial do trabalho – e enfrentando políticas ancoradas no crescimento econômico não compatíveis com questões ambientais, por exemplo, a emissão de gases de efeito estufa. Por fim, na América Latina, propor crescimento econômico junto com políticas gerais (boa educação, governo sem corrupção, menos impostos) são posturas adotadas por partidos e suas coligações de forma generalista, independente do posicionamento ideológico.

Como dimensões do desenvolvimento, partimos de Frey (2001) para apontar 3 perspectivas: econômico liberal, partindo da crença que o enriquecimento da nação pela ampliação dos mercados levará a diminuição da pobreza e de certos impactos ambientais, tendo a privatização como prevenção do abuso dos recursos naturais, sendo o mercado a forma mais efetiva de regular os usos aos recursos naturais.

A segunda perspectiva é a ecológica tecnocrata, partindo do pressuposto que o Estado conseguiria estabelecer uma justa balança entre desenvolvimento e meio ambiente, se utilizando de meios burocráticos e técnicos para impor uma boa ecologia enquanto prática no país, controlando os impulsos individuais e propondo empreendimentos com danos ambientais planejados. Já a terceira perspectiva parte do comunitarismo como alternativa ao mercado e ao Estado, com participação popular e com condução pelo povo, apontando seus modelos próprios de desenvolvimento e harmonia com a natureza.

Nesse artigo, os planos de governo dos candidatos à presidente do Brasil serão analisados com relação a essas posturas com relação ao meio ambiente e dimensões do desenvolvimento a partir da metodologia delimitada abaixo.

## METODOLOGIA

A natureza deste trabalho é qualitativa, pois trabalharemos com a análise dos discursos de presidenciáveis, buscando nos textos de seus planos de governo os sentidos atribuídos ao desenvolvimento regional e da Amazônia, sendo este o foco de análise do trabalho. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi de cunho explicativa, visando analisar e, por consequência, explicar as redes de conexões/sentidos que se estabelecem nos documentos construídos coletivamente que possuem sujeitos sociais que representam a coletividade, em suma, se parte do pressuposto que o documento – plano de governo – dos candidatos representam não apenas suas visões/ideologias específicas, mas daqueles que construíram em conjunto esses documentos, assim como, dos seus partidários, eleitores, apoiadores.

Nosso procedimento de explicação inter-relacional desses documentos é a análise de discurso. Encaramos os documentos analisados enquanto somatória de forças históricas/econômicas, conexões ideológicas, representações culturais que impulsionam a redação de textos. A análise de discurso permite que, além do texto, se verifique em que condições esses são produzidos. Para realizar essa análise é preciso estabelecer critérios, o primeiro, é de adotar pontos nodais de análise, ou seja, o que servirá de ponto de fixação e correlação dentro dos textos. No caso deste trabalho específico, nossos pontos nodais são frases/imagens que se orientem para apontar questões acerca de *Amazônia e desenvolvimento regional*, tendo como conceitos de ligação as palavras desenvolvimento, progresso e crescimento. Utilizaremos como subpontos nodais: *sustentável e regional* que serão utilizados caso não se encontrem apontamentos para os nodais.

Como critérios de inclusão primária, adotamos os quatro primeiros candidatos com maior número de votos válidos no primeiro turno do pleito para presidente em 2018, sendo eles: Jair Bolsonaro, Fernando

Haddad, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin. Também fora incluído o plano de governo de Guilherme Boulos, como contraposição numérica aos planos que tendem ao neoliberalismo, assim, teremos três com posicionamento neoliberal e outros três com posicionamento estadista. Somamos a análise do plano de Boulos devido à composição com sua vice, a liderança indígena Sônia Guajajara.

As análises serão desenvolvidas da seguinte forma: serão retiradas dos programas citações diretas sobre os pontos nodais, com posterior construção de quadros que, por sua vez, serão analisados, considerando as representações de Amazônia, desenvolvimento e projetos políticos dos candidatos/grupos relacionados. Teremos como critérios de análise dos pontos nodais as seguintes posturas e dimensões do desenvolvimento:

**Quadro 1 – Critérios de Análise dos Planos de Governo dos candidatos a presidente do Brasil em 2018**

<b>Ryan (2017) – Posturas comuns de partidos políticos na América Latina para o Meio Ambiente e Desenvolvimento</b>	
<b>Ignorar (I)</b>	Não trata da questão/ não propõe projetos.
<b>Ceticismo (C)</b>	Parte da rejeição de danos ambientais.
<b>Politização (P)</b>	Integraliza a questão ambiental em seus projetos/ações.
<b>Frey (2001) – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável</b>	
<b>Econômico Liberal (EL)</b>	O mercado como indutor do crescimento e desenvolvimento sustentável.

<b>Ecológico tecnocrata (ET)</b>	Controle estatal como mediador do processo de crescimento e desenvolvimento sustentável.
<b>Participativo democrata (PD)</b>	Organização social como base para proteção ao meio ambiente e formas de desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de Ryan (2017) e Frey (2001)

## RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta seção serão dispostos, de forma organizada, os resultados encontrados no plano de governo dos candidatos. As mesmas foram organizadas em forma de quadros que serão analisados na seção posterior. Procuramos, inicialmente, as palavras nodais (desenvolvimento regional e Amazônia) em caso de negativa de ocorrências ou inferiores a 4 ocorrências, utilizamos os subnodais (regional e sustentável) para analisar o discurso disposto nos planos.

Com relação ao plano do candidato eleito, Jair Bolsonaro, as palavras-chave “desenvolvimento regional” resultaram em 0 devolutivas, assim como “Amazônia”. Buscando maiores informações, partimos para subpontos nodais: “regional” e “sustentável”, onde encontramos apenas uma ocorrência, citada no quadro abaixo. Na seção sobre agricultura, é falado, de forma genérica, sobre um desenvolvimento rural sustentável que se realizará a partir de programas. A partir da falta de posicionamentos com relação à questão ambiental e pela visão diminuta, do que é sustentável, aponta-se que a postura do candidato é de ignorar a questão do meio ambiente e desenvolvimento e propõe como elemento que promoverá essa sustentabilidade o Estado. Afirmamos que há uma falta de informações contundentes sobre o tema e se torna difícil análise

das políticas públicas que serão mantidas, criadas ou destituídas durante o governo.

Esse “não posicionamento” no plano de governo se manifesta com posicionamentos alinhados a políticas nacionais já definidas, tais como: saída de acordos globais, como o acordo de Paris, propor e seguir a exploração da Amazônia em moldes neoliberais que representam a implantação de projetos de monocultura da soja, pecuária, grandes empreendimentos energéticos – que causam tantos impactos ambientais quanto a produção energética por combustível fóssil (Fearnside, 2003). Mesmo com a indicação de trabalho a partir de projetos, não há indicações de como o financiamento voltado para grandes produtores poderia aprimorar a questão aos sistemas produtivos locais – uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável regional. Com uma intenção de governo pautada no liberalismo de mercado, torna-se nublada a questão sobre a visão das alternativas produtivas que não sejam os grandes empreendimentos favorecidos pelo incentivo aos grandes empresários.

**Quadro 2** – Plano Jair Bolsonaro “O Caminho da Prosperidade”

<b>Palavra nodal</b>	<b>Frase</b>	<b>Postura</b>	<b>Dimensões</b>
Sustentável	Desenvolvimento Rural Sustentável (atuação por programas) p. 61 – na seção sobre agricultura.	I	ET

**Fonte:** Autor (2018)

No plano de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, as palavras “desenvolvimento regional” resultaram em 4 devolutas, dentre as quais, todas dentro de uma política nacional. Destacamos dois contextos que sintetizam as 4 devolutivas, sendo que 2 estavam no título e

no índice. A palavra “Amazônia” resultou em 8 devolutivas, que foram agrupadas em 5 frases, excluindo as citações em índices e títulos. O plano de governo do candidato derrotado no segundo turno no pleito, no que tange a desenvolvimento regional e Amazônia, desdobra-se em torno da noção de desenvolvimento territorial, apontando a pesquisa como forma de integração entre os sistemas para a criação de alternativas produtivas. Aponta iniciativas que busquem preservar esses territórios, realizando uma transição ecológica que passe pela participação dos municípios e das populações tradicionais.

Outra questão, é proposto, também, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e integração – como continuação do PAC 2, que tem projetos planejados até 2030 – com participação das comunidades tradicionais. Isso seria uma questão inovadora tanto do ponto de vista dos Partidos dos Trabalhadores quanto aos empreendimentos de larga escala que normalmente desconsideram as necessidades locais, tendo uma forma de implantação que se assemelha (Marques, 2017), causando impactos imediatos e que se prolongam após a construção. Esses empreendimentos de integração são vistos como estratégias de governabilidade e como pontos fortes da economia, especialmente, pela geração de empregos pelo período de tempo e pela possibilidade de escoar (no caso de estradas) ou impulsionar a produção (no caso das UHEs).

Importante refletir que, mesmo em governos populares como os anos em que o Partido dos Trabalhadores (com Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011 e com Dilma Rousseff de 2011 a 2016), são inúmeras as obras de integração amazônica que causaram impactos as comunidades tradicionais, rurais e urbanas, como acompanham o Movimento dos Atingidos por Barragens, Instituto Socioambiental e outras organizações. O plano de governo de Fernando Haddad se orientou pela politização das questões ambientais e pela intervenção do Estado nas dimensões do desenvolvimento, com participação democrática na transição ecológica e na reflexão sobre os projetos estratégicos para a Amazônia.

**Quadro 3 – Plano Fernando Haddad “O Brasil feliz de novo”**

<b>Palavra nodal</b>	<b>Frase</b>	<b>Postura</b>	<b>Dimensões</b>
Desenvolvimento regional	4.2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial – PDRT (p. 38).	I	ET
Desenvolvimento regional	A Política de Desenvolvimento Regional e Territorial necessita ainda de uma nova agenda brasileira de ensino e pesquisa articulados às redes de conhecimento locais e regionais, avançando na criação e disseminação de conhecimentos, indicadores e modelos de políticas públicas próprios e capazes de orientar o desenvolvimento territorial, integrado, inclusivo e sustentável, com visão de futuro (p. 39).	I	ET
Amazônia	Fortalecerá o Programa Reluz e agilizará a expansão do programa, Luz para Todos, para as localidades isoladas na Amazônia.	I	ET

<p>Amazônia</p>	<p>As iniciativas de saneamento rural serão ampliadas, priorizando o atendimento de áreas do semiárido brasileiro, da Amazônia Legal e da bacia do rio São Francisco, com a expansão do atendimento das comunidades indígenas, de remanescentes de quilombos, de reservas extrativistas, de projetos de assentamento da reforma agrária, populações ribeirinhas e outras. Os Municípios terão apoio federal para levar adiante a gestão integrada de resíduos sólidos sob sua responsabilidade.</p>	<p>P</p>	<p>ET</p>
<p>Amazônia</p>	<p>As políticas inovadoras que a transição ecológica requer terão impacto direto na Amazônia, que representa cerca de 60% do território brasileiro e constitui a maior cobertura de floresta tropical do planeta. A região concentra 98% das terras indígenas e 77% das unidades de conservação</p>	<p>P</p>	<p>PD</p>

	<p>que, somadas aos territórios quilombolas, representam 32% da superfície do País. Sua extensão e biodiversidade abriga 170 povos indígenas, 357 comunidades remanescentes de quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, assentados da reforma agrária, entre outros (p. 61).</p>		
Amazônia	<p>A transição ecológica traz para a Amazônia a oportunidade de ter um papel de liderança na criação de alternativas capazes de enfrentar os desafios das crises econômica e ambiental. p. 62.</p>	P	ET.
Amazônia	<p>A transição ecológica ainda dialoga com as transformações territoriais da Amazônia, possibilitando o enfrentamento ao</p>	P	PD

	<p>desmatamento, às atividades madeireiras e queimadas ilegais, à expansão desordenada da pecuária e da soja, bem como, à implantação de grandes projetos minerais, energéticos e viários que implicam em graves consequências para a territorialidade, cultura e sobrevivência dos povos amazônicas. Para isso, será preciso aperfeiçoar os mecanismos de governança do Estado brasileiro, assegurando o necessário diálogo federativo e a participação social nos processos decisórios. p. 63.</p>		
--	--	--	--

**Fonte:** Autor (2018)

No plano de governo do candidato Ciro Gomes, terceiro lugar no primeiro turno em votação, foram encontradas 0 ocorrências de citações quando utilizado o plano nodal “desenvolvimento regional” e “Amazônia”. Quando buscamos por “regional” temos 1 incidências que fala sobre a riqueza cultural regional (p. 43). Com relação ao subponto nodal “sustentável” tivemos 6 incidências que se relacionam com desenvolvimento e meio ambiente. Uma das questões observadas na análise do quadro formado é a intensa ação do Estado como agente regulador das ações de desenvolvimento e que a palavra sustentável é usada como forma de mediar as relações antropocêntricas com os biomas

em que este se insere com intenções produtivas. O Estado, ora como realizador, ora como impulsionador, no programa de Ciro Gomes, atrela a necessidade de uma visão ambiental do desenvolvimento, sendo necessário abrir fronteiras de mercado e negociações comerciais globais.

Algumas questões são necessárias de se fazer: essas políticas sustentáveis se garantiriam frente à primarização do país – o que resulta na expansão dos grandes ciclos da pecuária e da soja (citando o exemplo da expansão recente do capital rondoniense). Também devemos questionar se o superávit constante necessário à expansão industrial se daria, ou não, pela continuada política de exportação de commodities, tipo de produção que necessita do avanço sobre a Amazônia ou outras terras – mesmo que as terras amazônicas sejam mais baratas e produtivas que as do sudeste, por exemplo, o hectare em Ji Paraná (Rondônia) custa em torno de 1200,00 reais e produz anualmente 133 reais, já o hectare em Tupã (São Paulo) custa 3300,00 reais e produz a média de 65 reais quando usados para a pecuária (Browder; Walker *et al.*, 2009). Assim, a não menção de desenvolvimentos regionais ou Amazônia demonstra um distanciamento do candidato – e de seus coligados/apoiadores – da questão.

**Quadro 4** – Plano Ciro Gomes “Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil”

<b>Palavra Nodal</b>	<b>Frase</b>	<b>Postura</b>	<b>Dimensões</b>
Sustentável	A política exterior, por sua vez, precisa servir a nossos interesses e a nossos valores, possibilitando ampliar, através de um projeto nacional de desenvolvimento, nosso	P	ET

	<p>espaço nas negociações políticas e comerciais globais, incluindo aquelas que se referem a mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável. p. 58.</p>		
Sustentável	<p>Vamos propor um conjunto de ações emergenciais e outras que auxiliarão a promover a geração sustentável de empregos, priorizando as camadas mais vulneráveis da população, estimulando a formalização no mercado de trabalho e a capacitação profissional compatível com as demandas das organizações públicas e privadas, aperfeiçoando também as políticas de inclusão produtiva. p. 17.</p>	I	ET
Sustentável	<p>Quando falamos em desenvolvimento econômico, reindustrialização, agricultura e</p>	P	ET

	infraestrutura, não podemos nos esquecer que esse processo deve ocorrer de forma sustentável, preservando o meio ambiente. p. 22.		
Sustentável	Elaboração de um plano de formação de arranjos produtivos locais no entorno dessas unidades, voltados para a prestação de serviços as mesmas, bem como o desenvolvimento do turismo sustentável. p. 22.	P	PD
Sustentável	“Estímulo ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação sustentável” p. 23.	P	ET
Sustentável	Aproveitamento do papel desbravador que o Brasil pode desempenhar na elaboração de acordos internacionais a respeito de mudança de clima e desenvolvimento sustentável; p. 61.	P	ET

Fonte: Autor (2018)

Com relação ao plano do candidato Geraldo Alckmin, foram encontradas 0 ocorrências para o termo “Desenvolvimento Regional” e 1 ocorrência para Amazônia. Com relação aos subnodais, que foram questionados devido ao baixo número de debates dos nodais, foram encontrados 2 apontamentos dessa questão e 0 ocorrências para “regional”. Assim como o presidente eleito, a falta de posturas é perceptível, mas em menor escala. Primeiro, é possível que haja um foco nas diretrizes do candidato em respeitar acordos internacionais, como o de Paris e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo esses elementos usados para mediar políticas internacionais. Outro ponto, uma tendência econômica liberal de mercado é apontada como a “economia verde” e, na mesma frase, fala-se em “evitar a politização e visão de curto prazo” que pautaram os debates ambientais nos derradeiros anos o que, em uma análise conjuntural, significa facilitar os processos do mercado para o uso do solo e aos recursos naturais do Brasil.

**Quadro 5 – Plano Geraldo Alckmin “Diretrizes Gerais”**

<b>Palavra nodal</b>	<b>Frase</b>	<b>Postura</b>	<b>Dimensões</b>
Amazônia	A gestão da Amazônia, bioma compartilhado com nações amigas, receberá especial atenção. O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são grandes ativos do Brasil. Perseguiremos com afinco o cumprimento	P	ET

	das metas assumidas no Acordo de Paris. p. 8.		
Sustentável	Nas Relações Exteriores, o Brasil vai defender vigorosamente os valores que prezamos internamente, como a democracia e os direitos humanos, em especial, na América do Sul. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), servirão como referências no relacionamento externo brasileiro. p. 8.	P	ET
Sustentável	O Brasil vai crescer de forma sustentável. Somos a principal nação do mundo para liderar a economia verde, conciliando desenvolvimento com preservação. Por isso, seremos firmes e técnicos na questão ambiental, evitando a politização e a visão de curto prazo que pautaram os debates ambientais. p. 8.	P	EL

Fonte: Autor (2018)

Com relação ao plano de João Amoedo, do partido NOVO, para o ponto desenvolvimento regional foram encontradas 0 ocorrências, com a palavra Amazônia, temos 1 ocorrência. Partindo para os subnodais, temos 0 ocorrências para regional, e com relação à palavra sustentável, ocorrem 8 apontamentos, sendo 6 em conjunto com a palavra “insustentável” (onde o buscador de palavras aponta) e a busca de sistemas previdenciários sustentáveis, sobre meio ambiente ou correlacionados, destacamos um ponto. Assim como o candidato analisado anteriormente, Amoedo não enfrenta a questão como levará à expansão dos mercados nacionais, especialmente, no que tange a reduzir ao desmatamento, apesar de ser uma meta interessante do ponto de vista da sustentabilidade efetiva. Mesclado entre uma dimensão mais estatal e uma pautada no mercado, acredita-se que a fraqueza de posicionamentos e de projetos orientaria um eventual governo a ceder às pressões dos organismos supranacionais do mercado, além de grandes empresários internos com grandes representações no governo, as chamadas bancadas da bala, do boi e da bíblia, setores econômicos e conservadores que trabalham a favor dos grupos que representam.

**Quadro 6** – João Amoedo Plano “Mais oportunidades, menos privilégios”

<b>Palavra-chave</b>	<b>Frase</b>	<b>Postura</b>	<b>Dimensões</b>
Amazônia	Redução definitiva do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, com mais tecnologia e fiscalização. p. 23.	P	ET

Sustentável	Queremos deixar para as futuras gerações um país sustentável, com florestas conservadas, biodiversidade protegida, rios recuperados e uma economia de baixo carbono, que use de forma inteligente e produtiva o patrimônio natural do Brasil. p. 23.	P	EL
-------------	--	---	----

Fonte: Autor (2018)

### 1. Guilherme Boulos Plano “Vamos sem medo mudar o Brasil”

Com relação a palavra-chave *Desenvolvimento Regional*, foram 5 frases que apontavam diretamente para posicionamentos ou projetos para esta dimensão. Com relação à Amazônia, tivemos 14 citações diretas que foram organizadas neste quadro aquelas que se relacionam com posicionamentos ou projetos, totalizando 5 frases. O plano de governo de Boulos e Guajajara possui um alto número de indicações sobre meio ambiente, críticas aos grandes empreendimentos e organizações de integração regional, nacional e da América Latina, inclusive apontando o enfraquecimento das relações com o MERCOSUL nos últimos anos. O subnodal “sustentável” aparece em 10 destaques, sendo elemento de relação entre crescimento e sustentável, como por exemplo, “Nosso objetivo é atingir um Desenvolvimento Sustentável e Soberano e um efetivo e estruturante combate às desigualdades e privilégios.” (p. 84). Aponta o sustentável como algo que se relaciona com justiça e qualidade de vida para todos, incluindo as populações tradicionais.

Uma questão fundamental é a vice-liderança de Boulos, a primeira candidata indígena a vice-presidente, Sônia Bone Guajajara. Da Terra Indígena Araribóia, é formada em Letras e Enfermagem, tendo ampla

participação em movimentos sociais como liderança indígena no estado do Maranhão (nordeste do Brasil) e se projeta nacionalmente graças ao discurso de defesa étnica e ambiental, questões que se entrelaçam quando falamos de Brasil e povos indígenas em geral. As falas presentes no plano de Boulos podem ser atribuídas tanto à militância do candidato quanto da sua vice-presidente.

A ambientalista Marina Silva que, em 2010 ameaçou a eleição do Partido dos Trabalhadores no primeiro turno e ficou em 3º lugar no pleito, em 2018 teve apenas 1% dos votos totais no primeiro turno, mostrando que potencialmente os votos ambientais migraram para Boulos e sua vice, Sônia Guajajara. Esse cenário se relaciona com o plano de governo proposto pelos dois, com ampla discussão acerca das questões ambientais e sustentáveis, tomando o Estado como elemento condutor desta sustentabilidade e proteção da Amazônia, apostando no protagonismo indígena.

**Quadro 7 –** Guilherme Boulos Plano “Vamos sem medo mudar o Brasil”

<b>Palavra-chave</b>	<b>Frase</b>	<b>Postura</b>	<b>Dimensões</b>
Desenvolvimento regional	O programa propõe uma mudança na lógica de organização das políticas industriais tradicionais, pensando a integração da política produtiva é tecnológica na política de desenvolvimento regional e urbano, definindo metas a partir	P	PD

	da solução de questões concretas e de amplo interesse da população. p. 7.		
Desenvolvimento regional	A intensificação tecnológica dos serviços públicos e a ampliação de inovações voltadas ao desenvolvimento regional servirão de base para o incremento dos sistemas setoriais de inovação, atrelados à modernização da infraestrutura social. p. 10.	P	ET
Desenvolvimento regional	Tal desenho de política de desenvolvimento produtivo procura integrar um conjunto fragmentado de políticas de desenvolvimento regional em uma política produtiva e tecnológica, articulada em nível federal. p. 10.	P	ET
Desenvolvimento regional	Esta articulação serviria para criar um norte de coesão na infraestrutura relativa ao desenvolvimento regional, ampliada ao longo aos anos 2000. Com isto, articular em uma estratégia nacional a expansão dos Institutos	P	ET

	Técnicos Federais, novos campi de universidades federais no interior do Brasil e as unidades regionais da Embrapa e outros centros de pesquisa. p. 10.		
Desenvolvimento regional	Mesmo reconhecendo a importância fundamental do crescimento e aumento da renda agregada para o conjunto das pequenas e médias empresas, em especial, o fortalecimento desse segmento de empresas requer também a mobilização não só dos instrumentos tradicionais – como por exemplo, o Sebrae – como também a reorganização da infraestrutura de desenvolvimento regional, atuando na promoção de empresas de tecnologia de base regional e na reestruturação das cadeias de distribuição.	P	ET

Amazônia	Num país em que seis pessoas concentram a mesma riqueza que cem milhões de brasileiros, em que os bancos ampliam seu lucro em 21% e o agronegócio amplia o desmatamento da Amazônia em 27% – num único ano – mesmo com crescimento econômico negativo, não é de se estranhar que se amplie entre o povo o medo de um futuro ainda pior.	P	ET
Amazônia	Assim, os desafios para o país agora incluem a conclusão de processos pendentes na região Norte, a proteção dos mais de 60 povos que ainda vivem em isolamento nas florestas, mas, fundamentalmente, nosso esforço deve centrar-se em resolver a demarcação das terras indígenas fora da Amazônia.	P	ET – no esforço de demarcação das TI.
Amazônia	Na Amazônia, maior Bioma brasileiro, enquanto 20% da floresta já foi desmatada nos últimos 40 anos, as Terras Indígenas juntas perderam	P	PD – Cabe aos povos indígenas preservar, cabe ao

	<p>apenas 1,9% de suas florestas originais. Os territórios indígenas conservam mais florestas do que as Unidades de Conservação e garantem a água para o campo e para as cidades.</p>		<p>Estado potencializar essa ação.</p>
<p>Amazônia</p>	<p>Segundo dados do INPE, apenas em 2017 eliminaram-se 6.947 km<sup>2</sup> na Amazônia e 9.483 km<sup>2</sup> no Cerrado, de vegetação nativa. Além disso, a expansão agropecuária está alterando o regime das chuvas, pressionando os sistemas hídricos, reduzindo a geração de energia e está diretamente relacionada com a crescente falta de água.</p>	<p>P</p>	<p>ET</p>
<p>Amazônia</p>	<p>Com a “reprimarização da sua economia”, o Brasil se tornou um dos principais provedores de riquezas naturais para o mundo, exportando minérios, grãos, água e energia, e consolidando um modelo de desenvolvimento baseado em hidrelétricas na Amazônia, uso dos combustíveis fósseis</p>	<p>P</p>	<p>ET</p>

	e grandes empreendimentos privados em todo o país; em comum entre todos, predação do meio ambiente, injustiças sociais e racismo ambiental.		
--	---	--	--

Fonte: Autor (2018)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos de dois pressupostos ou posturas do Estado brasileiro para a Amazônia, seu desenvolvimento e contribuição para a economia nacional. Do outro lado, como terceira possibilidade, temos alternativas à região proposta pela própria estrutura regional.

Com relação ao Estado, e ao que analisamos nos planos de governo, é possível apontar: certos planos apontam o Estado como elemento orientador do plano nacional de desenvolvimento, concentrando-se em obras de infraestrutura e consolidação das forças produtivas. Os candidatos Ciro Gomes e Fernando Haddad apresentaram tendências à seguir esse modelo, especialmente Haddad, que é do mesmo partidos dos ex-presidentes, Luiz Inácio Lula e Dilma Rousseff, que, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incentivaram o financiamento público e privado em obras de infraestrutura, como, por exemplo, a exploração do potencial hidrelétrico na Amazônia, ação que causa e causou impactos sociais e ambientais na região.

Do outro lado, temos a perspectiva neoliberal de mercado potencializando – também com ajuda do financiamento do Estado – a ação de grandes empresários na região que expropriam/inviabilizam as produções familiares ou tradicionais, levando a colonização recente da Amazônia para o foco no agronegócio, com apoio das bancadas políticas em Brasília, capital política do país, e invadindo terras indígenas, quilombolas e outras comunidades históricas da região. A ausência de

falas específicas sobre a Amazônia – que teve ampla fala apenas nos planos de Haddad e Boulos, candidatos derrotados – significa que o candidato eleito e os derrotados não apontam outras tendências a não ser as duas citadas acima. As não políticas para o meio ambiente podem resultar em saídas de acordos globais, assim como a questão do emprego será mediada pelo mercado, assim serão as políticas ambientais e, como apontam os dados, mercado e floresta no Brasil são sinônimos de desmatamento e alterações climáticas (Browder; Walker *et al.*, 2009).

Estamos em um momento das questões ambientais e humanas que as políticas para o desenvolvimento deveriam caminhar para humanização e busca por uma ética ambiental e o mercado como indutor do desenvolvimento nacional/local acende um alerta reflexivo necessário. A terceira alternativa seria a criação de posturas locais para o desenvolvimento, como investir no aumento produtivo das cadeias familiares, dividir o incentivo entre grandes, médios e pequenos produtores de forma mais efetiva, potencializar a pesquisa e, mais importante, a difusão da pesquisa para o produtor local, dentre outras questões.

Aproximamo-nos da dimensão participativo democrata (Frey, 2001) do desenvolvimento sustentável, pouco citada nos planos e nos recortes analisados. É preciso potencializar a fala dos grupos, não apenas nas tentativas de mitigação de danos ambientais/sociais, mas também no planejamento estratégico desses projetos e crescimentos, formando um desenvolvimento regional local. As análises aqui feitas concluem que estamos longe desses projetos e avançando para projetos neoliberais.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. Trad. Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERMAN, M. A. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. Trad. Felipe Moisés e Ana Maria Loratti. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

BROWDER, J.; WALKER, R. ARIMA, E.; SIMMONS, C. PEREIRA, R. Ranching and the new global range: Amazônia in the 21st century. **Geoforum**, Volume 40, Issue 5, September 2009.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. Trad. Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2000.

FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.

FLORIT, L. F., GRAVA, D. S. Ética ambiental e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise com base na categoria de especismo. **Ambiente & Sociedade**, Ano XIX, São Paulo, n. 4, Outubro, 2016.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Trad. Afonso Serra da Cunha. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, Ano IV, São Paulo, n. 9, Outubro, 2001.

FURTADO C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARQUES, Wagner dos Reis. A expansão das fronteiras amazônicas: o legado das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau no estado

de Rondônia (RO). **Revista Mutações**, Manaus, vol. 8, n. 15, Julho, p. 91-105, 2017.

KUENZER. A. Z. As Políticas de Formação: A Constituição da identidade do professor sobrance. **Revista Educação e Sociedade**, ano XX, Dezembro, 1999.

RYAN, D. Politics and climate change: exploring the relationship between political parties and climate issues in Latin America. **Ambiente & Sociedade**, Ano XX, São Paulo, n. 3, Julho, 2017.

# A AMAZÔNIA PROTEGE COMO PROJETO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NATURAL: UM OLHAR SOB A ÓTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE

Amanda Costa Vieira<sup>31</sup>

Lauren Cristina Pereira Rodrigues dos Santos<sup>32</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa busca explorar os instrumentos utilizados pelo Ministério Público Federal (MPF) na preservação da dignidade da pessoa humana ao exercer a tutela do meio ambiente natural. É nesse viés que o inquérito civil e a ação civil pública se apresentam como instrumentos auxiliares do novo projeto de defesa do meio ambiente natural. O projeto, Amazônia Protege, idealizado pelo Ministério Público Federal em parceria com outros órgãos públicos, é totalmente inovador, em razão de viabilizar a responsabilização por danos ambientais nas Áreas Públicas Federais, utilizando imagens de satélites, bem como cruzamento de dados de órgãos públicos para substanciar o inquérito civil de maneira a instruir a ação civil pública. Resultado da Nova Ordem Constitucional, o Ministério Público Federal se apresenta totalmente inovador e democrático na defesa dos interesses transindividuais.

**Palavras-chave:** Meio ambiente natural. Inquérito civil. Ação civil pública. Projeto Amazônia Protege.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento histórico demonstra um progressivo e, por vezes, lento “esverdear” do pensamento constitucional no âmbito interno,

---

<sup>31</sup> Amanda Costa Vieira, graduanda em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia, autora do presente artigo. E-mail: amanda.costa@sou.fcr.edu.br.

<sup>32</sup> Lauren Cristina Pereira Rodrigues dos Santos, graduanda em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia, autora do presente artigo. E-mail: lauren.santos@sou.fcr.edu.br.

que somente após a década de 1970 houve um distanciamento do pensamento ambiental da vertente econômica e uma aproximação da vertente humanística desse direito.

Nesse sentido [...], as Constituições que antecederam à atual Carta deram ao tema *meio ambiente* um tratamento pouco sistemático, esparso e com um enfoque predominante voltado para a infraestrutura da atividade econômica, e a sua regulamentação legislativa teve por escopo priorizar a atividade produtiva, independente da conservação dos recursos naturais. A Constituição de 1988 não desconsiderou o meio ambiente como elemento indispensável e que servira de base para o desenvolvimento da atividade de infraestrutura econômica (Antunes, 2020, p. 61).

Essa aproximação se deu em decorrência de esforços do Direito Internacional em reconhecer o direito ao meio ambiente como um direito humano, principalmente, no que diz respeito à Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, que foi ratificada pelo Brasil.

As primeiras Constituições Brasileiras tinham uma preocupação com o meio ambiente mais voltada para o desenvolvimento econômico do país. Doutro passo, no contexto da elaboração da Constituição Federal da República Brasileira de 1988 (CRFB/88), verificou-se uma preocupação mais voltada à proteção do meio ambiente como meio de obtenção de um ecossistema equilibrado, essencial à manutenção da sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Entende-se, portanto, como uma constituição moderna, voltada para os valores ambientalistas, trazendo um capítulo específico para a proteção do meio ambiente. A Constituição Cidadã então introduz a ideia de desenvolvimento sustentável.

Em decorrência do que preconiza a CRFB/88, o Ministério Público Federal exerce um papel importante na proteção do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Cabe ao Ministério Público Federal a responsabilização, como proteção dos direitos difusos, daqueles

que causarem danos ao meio ambiente, seja na esfera extrajudicial, com autocomposição na transação e celebração de Termos de Ajuste de Conduta (TAC), seja na esfera judicial com a propositura de denúncias na esfera criminal, e ação civil pública na esfera civil. Ressalta-se a importância desta última na efetivação do Projeto Amazônia Protege, idealizado pelo Ministério Público Federal, com a finalidade de combater o desmatamento na Amazônia Legal.

## **DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado caracteriza-se como direito humano na medida em que está ligado diretamente ao maior bem jurídico, a vida. Esse direito passa a ganhar importância em decorrência dos movimentos reivindicatórios de terceira dimensão dos direitos humanos, onde se apregoa o princípio da fraternidade.

Por se tratarem de direitos de terceira dimensão, a sua proteção requer esforços coletivos, tanto da sociedade quanto dos governos e pessoas jurídicas, pois em decorrência de sua característica transindividual, qualquer violação que seja, afetará a espécie humana como um todo. Trata-se, portanto, de um pensamento de cunho social, onde os Estados têm tomado partido e elaborado importantes documentos que demonstram uma forte evolução desses direitos.

Ressalta-se que atualmente no panorama doutrinário há a divergência na classificação dos direitos humanos em dimensões ou gerações. Entende-se que a melhor corrente de pensamento é a que utiliza a terminologia “dimensões” e não “gerações” de direitos humanos, com toda vênua à teoria do criacionismo das gerações de direitos humanos de Karel Vasak, desenvolvida em 1979, na 10ª Sessão de Estudos do Instituto Internacional de Direitos Humanos, na qual se expôs as gerações de

direitos humanos, baseada no lema da Revolução Francesa “liberdade, igualdade e fraternidade” (Benjamin, 2019, p. 21).

Os direitos de primeira geração (direitos de liberdade) estariam caracterizados na medida em que o Estado passasse a figurar em um polo abstencionista, ou seja, direitos civis e políticos marcados por uma característica protecionista do ser humano em face do arbítrio estatal.

De acordo com Borges e Tachibana (2021, p. 12), “Por outro lado, os direitos de segunda geração (direitos de igualdade) estariam marcados por uma prestação assistencial do Estado ao preservar o mínimo existencial do ser humano.” Aqui se encontram os direitos sociais, econômicos e culturais.

Quanto aos direitos de terceira geração (direitos de fraternidade), entendeu-se que, os mesmos não seriam pertencentes individualmente a cada ser humano, ao contrário, pertenceriam à coletividade (*lato sensu*). Dessa forma, estariam caracterizados como direitos de transindividualidade real que só poderiam ser efetivados a partir de esforços coletivos. Afirma-se, portanto, que os direitos de terceira dimensão são “essencialmente coletivos (transindividuais), expressando direitos coletivos ou de grupos, bem como o fato de dependerem fortemente de mecanismos de cooperação substancial de todas as forças sociais para a sua realização” (Sarlet, 2018, p. 48).

Respeitando o posicionamento de Vasak, ousa-se discordar, passando-se à defesa da teoria dimensional, na qual predomina a ideia de que os direitos não são superados em decorrência de novas gerações, adquiridos em virtude de fatos históricos, mas que os mesmos coexistem em dimensões distintas, complementando-se. Desse modo:

[...] a teoria dimensional dos direitos fundamentais não aponta, tão-somente, para o caráter cumulativo do processo evolutivo e para a natureza complementar de todos os direitos fundamentais, mas afirma, para além disso, sua unidade e indivisibilidade no

contexto do direito constitucional interno e, de modo especial, na esfera do moderno 'Direito Internacional dos Direitos Humanos (Sarlet, 2017, p. 55).

A expressão “dimensões dos direitos humanos”, muito embora cause uma divergência, essencialmente terminológica, é a que melhor identifica os direitos humanos em seu caráter único e não agregador em decorrência do tempo. Dessa forma, entende-se que os direitos humanos não evoluem de forma complementativa, demonstrando um entendimento criacionista, mas, o que de fato ocorre, é o reconhecimento dos mesmos.

Segundo Melo (2022, p. 11), “Resta evidente o princípio da fraternidade quando se pensa em direitos ao meio ambiente incluso na terceira dimensão. Estes estão diretamente ligados à saúde e, conseqüentemente, à vida do ser humano, devendo ser tutelados pela coletividade em prol das atuais e futuras gerações.”

Percebe-se que a materialização de um meio ambiente equilibrado e compatível com condições de vida digna ao ser humano depende fortemente de esforços conjuntos, demonstrando uma fraternidade para a preservação desses direitos entre os seres humanos.

O reconhecimento, na esfera internacional, do direito humano de terceira dimensão ao meio ambiente se deu em decorrência de vários movimentos reivindicatórios, os quais demonstraram esforços estatais no sentido de reconhecer esse direito como essencial à vida humana. Durante a década de 1960, os Estados passaram a celebrar tratados multilaterais específicos com a intenção de proteger o meio ambiente, o que resultou na convocação de uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano pela Organização das Nações Unidas.

Para Bugalho (2022, p. 31), “A partir desta conferência surgiu o documento que marcou de fato o reconhecimento do meio ambiente como

um direito humano, A Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, na Suécia, em 1972.”

Conforme Brümmer (2021, p. 29), “A aludida convenção demonstra uma transformação de pensamento no que diz respeito ao direito humano ao meio ambiente.”

O Direito Internacional passou, então, a tratar esse direito com a mesma importância daqueles previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois se percebeu que o meio ambiente está diretamente ligado à vida, por isso, imprescindível sua proteção.

Nesse sentido é que se relata a relevância da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano:

Apesar de limitações no campo efetivo, a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano simboliza a maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente. A *Declaração sobre o Meio Ambiente Humano*, adotada em Estocolmo, pode ser considerada como um documento de mesma relevância para o Direito Internacional que a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU 1948), constituindo-se num marco de intenções entre os Estados com vistas à preservação do meio ambiente (Annoni, 2019, p. 67).

Desse modo, percebe-se que a conferência de Estocolmo foi idealizada em virtude de pensamentos de cunho social, onde se verifica a mais pura noção de igualdade substancial.

Essa ideia é plenamente evidenciada no primeiro princípio da Declaração que versa: “O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio cuja qualidade lhe permita levar uma vida digna”. Isso só demonstra que a Declaração, para efetivar a igualdade substancial, deixou expresso o princípio da fraternidade que se amolda, perfeitamente, aos novos

panoramas constitucionais democráticos e sociais de direito (Cardoso, 2020, p. 23).

A Declaração sobre o Meio Ambiente Humano foi uma mola propulsora do ponto de vista protecionista do meio ambiente como um direito humano necessário às condições de vida, projetando um documento de importância imensurável para o Direito Internacional. Nesse sentido é que houve um crescente desenvolvimento de tratados multilaterais sobre o meio ambiente a partir de 1972.

### **O DIREITO AO MEIO AMBIENTE: AS INOVAÇÕES INCORPORADAS AO ORDENAMENTO JURÍDICO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA BRASILEIRA DE 1988**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, diferentemente do que ocorreu com as Constituições anteriores, abordou o meio ambiente com um enfoque na dignidade humana frente ao poder econômico, afastando-se da ideia de exploração desenfreada que o sistema capitalista impõe, passando a se preocupar com a exploração sustentável, estabelecendo ainda um capítulo próprio para tratar sobre o tema.

O Ponto de partida fundamental para a análise da Constituição Federal como um documento de ideais ecológicos é entender a função social da propriedade como princípio protetor da dignidade humana frente ao poder econômico.

É nesse sentido que se pensa:

O princípio da função social da propriedade impõe que, para o reconhecimento e proteção constitucional do direito do proprietário, sejam observados os interesses da coletividade e a proteção do meio ambiente, não sendo possível que a propriedade privada, sob o argumento de possuir a dupla natureza de direito fundamental e de elemento da ordem econômica, prepondere, de forma prejudicial, sob os interesses socioambientais (Machado, 2020, p. 26).

A Constituição Federal, em seu artigo 5º XXII, conferiu a todo brasileiro e estrangeiro residente no país o direito à propriedade, devendo, é claro, destiná-la a uma função social, como expressa o inciso XXIII.

Ocorre que o direito de propriedade não pode ser utilizado para justificar a exploração irresponsável dos recursos naturais. É necessária a ponderação de direitos fundamentais, na qual se entende que o direito ao meio ambiente está diretamente conexo com o direito à vida, ou seja, torna-se mitigador do direito à propriedade (Cardoso, 2020, p. 21).

A Constituição foi clara ao afirmar que toda propriedade deve atender a uma função social, ou seja, ser destinada a atender interesses da sociedade, contudo, sempre observando a proteção do meio ambiente, utilizando-a para a produção capitalista de modo sustentável.

A função social se apresenta como um limitador do direito de propriedade, onde o seu gestor deverá utilizá-la sob duas vertentes. A primeira, é o direito de utilizá-la para a produção em função da sociedade e a segunda é o dever de produzir de maneira sustentável, respeitando limites impostos pela lei (Machado, 2020, p. 26).

A atual Constituição Cidadã, apresentou-se de maneira inovadora ao estabelecer a proteção do meio ambiente como requisito fundamental da função social da propriedade rural.

Desse modo, Aragão *et al.* (2020, p. 140), “ressaltam que a Constituição de 1988 apresentou como base inovadora a função ecológica disposta no artigo 186, II, ao afirmar que:”

Segundo, e agora de modo original, o constituinte de 1988, a partir das bases da função social básica, introduziu uma função ecológica autônoma, que deve ser cumprida necessariamente pela propriedade, sob pena de perversão de seus fins, de sua legitimidade e de seus atributos.

Demonstra-se, portanto, a necessidade de preservação ambiental como requisito de manutenção da legitimidade da propriedade, sendo o uso sustentável a primazia de efetivação da dignidade humana ao meio ambiente, por meio do princípio da função social.

Outro ponto inovador, incluído à ordem jurídica pelo constituinte originário de 1988, é a responsabilização das pessoas jurídicas, que ao agirem em prol da ordem econômica, acabem afetando o meio ambiente de forma criminosa.

Por se tratar de um direito fundamental, o legislador infraconstitucional, disciplinou o artigo 5º, XLI, da Constituição de 1988, tutelando o meio ambiente por meio da Lei n. 9605/1998 (Lei de Crimes Ambientais). Atento às inovações apresentadas pela nova Carta Constitucional, a aludida norma infraconstitucional, em seu artigo 3º, buscou tratar da responsabilidade penal das pessoas jurídicas, entrando em sincronia perfeita com o que dispõe o artigo 225, § 3º, da Constituição Federal (Aragão *et al.*, 2020, p. 141).

A responsabilidade penal da pessoa jurídica, regulada pelo artigo 3º da Lei de Crimes Ambientais, não exclui a penalização das pessoas físicas que, em conluio, pratiquem crimes com aquela.

Essa tutela penal do meio ambiente veio em boa hora, visto que não são raros os casos de degradação do meio ambiente natural por pessoas físicas que se utilizam de uma personalidade jurídica para ocultar os seus feitos ilícitos, como os recorrentes casos de madeireiras que são usadas para depósito de madeiras de origem ilegal.

Embora ocorra uma insatisfação por pequena parte da doutrina em aceitar que é plenamente cabível a aplicação de medidas penais à pessoa jurídica, pelo fundamento de que sendo entes meramente fictícios não são providos de vontade própria e de essência humana, atualmente é plenamente pacífico o entendimento de que é possível a penalização da pessoa jurídica.

Ressalta-se, ainda, que prevalece a tese de que não se aplica a dupla imputação obrigatória na responsabilização de crimes ambientais, ou seja, não existe a obrigatoriedade de persecução penal da pessoa física para que seja imputada a responsabilidade à pessoa jurídica, conforme o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 548181 (Bugalho, 2022. p. 21).

O atual sistema constitucional, apesar de dedicar inúmeros pontos de forma direta ou indireta ao meio ambiente, criou um capítulo específico para regular o tratamento de todas as vertentes indispensáveis na proteção do meio ambiente.

O constituinte originário de 1988 deixou expresso no artigo 225, *caput* que, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, contudo, sem esclarecer os reais destinatários dessa norma. A expressão “todos” não deve ser entendida no sentido restritivo, ou seja, destinando o meio ambiente somente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, mas, sim, a qualquer ser humano, nesse sentido se posiciona:

[...] ‘todos’, tal como presente no artigo 225, tem o sentido de qualquer indivíduo que se encontre em território nacional, independentemente de sua condição jurídica perante o nosso ordenamento jurídico. ‘todos’ quer dizer todos os seres humanos [...] (Antunes, 2020, p. 63).

Deve-se entender que a destinação do artigo 225 é direcionada à pessoa humana, diferente do que ocorre, em tese, com o artigo 5º que se destina somente aos “brasileiros e estrangeiros residentes no país”.

O artigo 225 deve ser entendido ampliadamente quanto a expressão “todos”, entendendo como real destinatário o ser humano. Desse modo, a um estrangeiro que não reside no Brasil, mas que aqui se encontra, não lhe será recusado a tutela desse direito.

Estando convencido da abrangência da titularidade do direito ao meio ambiente, Aragão *et al.* (2020, p. 125) ressaltam que “o melhor entendimento é aquele que garante a qualquer pessoa, residente ou não, o benefício de tal direito”. Demonstrando que o mais sensato é a aplicação de uma visão universalista quanto à destinação desse direito.

Por se tratar de um direito direcionado a toda espécie humana, qualquer um que esteja em território nacional poderá se utilizar da Ação Popular para evitar atos lesivos ao meio ambiente. Nesse viés é que se entende que o § 3º do artigo 1º da Lei 4717/1965 não foi recepcionado pela atual Carta constitucional, apoiando-se em um entendimento ampliativo do conceito de cidadão. Como bem afirma:

[...] o instrumento judicial de defesa desses valores fundamentais deve ser acessível irrestritamente a todos os brasileiros natos e naturalizados, como também aos estrangeiros que aqui se encontrem [...] (Melo, 2022, p. 19).

É plenamente visível que, ao tratar do assunto, a nova Constituição não trouxe a obrigatoriedade da apresentação do título de eleitor para a propositura da ação, o que indica a não recepção do aludido parágrafo. Desse modo, é concebível a propositura da Ação Popular por qualquer que seja capaz de contrair direitos e obrigações na ordem jurídica.

É oportuno lembrar que a interpretação extensiva da expressão “todos” não abarca qualquer ser vivo, destinando-se somente aos seres humanos, sendo a proteção dos demais seres vivos apenas um reflexo da necessidade de manutenção da vida humana. A norma em questão possui a finalidade de proteção do mínimo inviolável do ser humano que é o centro da ordem jurídica nacional.

A esse respeito, Antunes (2020, p. 63) declara que a “Constituição tem como um de seus princípios reitores a dignidade da pessoa humana e, portanto, a ordem jurídica nacional tem como seu centro o indivíduo humano”.

Quanto a expressão “meio ambiente ecologicamente equilibrado” que a Constituição faz menção, devemos ter em mente a definição de meio ambiente.

Para Antunes (2020, p. 64), “o conceito normativo de meio ambiente se encontra estabelecido no artigo 3º da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981”.

A aludida Lei trata da Política Nacional do Meio ambiente – PNMA, que mesmo após ser recepcionada pela Constituição de 1988 permaneceu com o seu texto descritivo do meio ambiente intacto. Isso se dá em decorrência da compatibilidade com o pensamento ecológico moderno que a atual constituição tem como base.

Conforme Carrera (2021 p. 22), “Refere-se a aludida norma ao meio ambiente como sendo ‘o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas’”.

O direito ao equilíbrio ecológico é justamente a manutenção das condições, influências e interações que viabilizam níveis seguros de permanência da vida. Sentido em que a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, em seu primeiro princípio, afirma que o ser humano tem o direito de desfrutar de um meio ambiente adequado, que lhe permita levar uma vida digna. Princípio este que foi incorporado pela atual Constituição em decorrência de obrigações assumidas pelo Brasil no plano interacional.

## **O MINISTÉRIO PÚBLICO E SEU PAPEL DEMOCRÁTICO NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: O EMPODERAMENTO DO MPF NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE PÓS CRFB 88**

O Ministério Público se apresenta na atual Ordem Constitucional com uma roupagem totalmente inovadora na defesa do Estado democrático de direito. Totalmente independente, atua na defesa do regime democrático quando exerce suas funções em favor da sociedade.

Nesse sentido que Chimenti *et al.* (2020, p. 48), afirmam que o Ministério Público “é defensor do regime democrático quando formaliza a representação interventiva e a tutela de interesses transindividuais, a partir do exercício do inquérito civil e da ação civil pública”.

Quando na proteção do meio ambiente, o Ministério público exerce papel democrático, responsabilizando aqueles que ocasionam danos sem autorização do órgão competente. Aqui se percebe que a proteção do regime democrático vai além do exercício do inquérito civil e da ação civil pública, deve-se levar em conta a propositura da ação penal como meio repressivo das condutas tipificadas como crimes ambientais.

Conforme Chimenti *et al.* (2020, p. 49), “O MPF tem se mostrado essencial na promoção da justiça ao tutelar as áreas públicas Federais na defesa do meio ambiente, e isso se dá em decorrência da eficácia dos instrumentos que lhes foram postos a uso pela nova Ordem Constitucional.”

Embora alguns desses instrumentos tenham sido criados no regime constitucional anterior, foram recepcionados pela atual Constituição Federal, fortalecendo ainda mais o papel do Ministério Público Federal na defesa dos interesses difusos e coletivos.

A Lei de Crimes Ambientais, criada nos auspícios da nova Ordem Constitucional, trouxe um arcabouço de tipificações de condutas criminosas que ofertaram ao *parquet* a possibilidade de responsabilização na esfera criminal de condutas lesivas ao meio ambiente.

De acordo com o que dispõe o artigo 41, do Código de Processo Penal, a denúncia deverá conter a exposição dos fatos, bem como a autoria e materialidade que possam configurar a conduta como um tipo penal.

Na busca pela instrução do procedimento administrativo ao *parquet* é assegurado o direito de expedir notificações para a coleta de depoimentos, podendo, inclusive, requisitar a condução coercitiva;

promover diligências investigatórias para apuração dos fatos, bem como; requisitar informações, exames periciais e documentos dos órgãos da administração pública, nos moldes do artigo 26, I, “a”, “b” e “c”, da Lei 8.625 de 1993 (Leite, *et al.*, 2021, p. 21).

Nesse sentido, o MPF, após tomar ciência de conduta tipificada na Lei de Crimes Ambientais, poderá instaurar procedimento administrativo ou requisitar a instauração de inquérito policial para apurar o fato. Consequente à instauração de processo administrativo, poderá requerer as aludidas diligências com a finalidade de reunir elementos autorizadores da denúncia.

Segundo Milaré (2020, p. 19), “Quanto à responsabilização na esfera civil e extrajudicial, o MPF poderá se utilizar da ação civil pública, bem como, do Termo de Ajuste de Condutas.”

Nos moldes do artigo 5º, I, da Lei 7.347 de 1985, é conferida a legitimidade ao *parquet* de propor a ação civil pública na defesa do meio ambiente como um direito de transindividualidade real, buscando a reparação pecuniária cumulado com a obrigação de fazer ou não fazer.

É plenamente possível que o MPF possa pleitear a responsabilização de danos ambientais causados em Áreas Públicas Federais, cumulando o pedido de condenação de danos materiais, danos morais coletivos e obrigação de fazer ou não fazer nos moldes do artigo 3º da Lei 7.347 de 1985, como por exemplo, buscar uma condenação que obrigue o infrator indenizar a coletividade, bem como, abster-se de praticar atividades nocivas ao meio (Marcovitch, 2021, p. 44).

Ressalta-se que, em decorrência da ação civil pública ser instrumento para a tutela do meio ambiente, deverá ser feita da maneira mais completa possível, devendo buscar a obrigação de indenizar juntamente com a obrigação de fazer ou não fazer.

Aragão (2020, p. 38) ensina sobre a cumulação de pedidos na ação civil pública:

Embora, aparentemente, o legislador não tenha permitido a cumulação da obrigação de fazer ou não fazer com a indenização pecuniária, entende-se possível haver condenação cumulativa, de acordo com o entendimento do caso concreto, de acordo com o princípio da reparação integral do dano.

Deve-se entender a expressão “ou”, disposta no artigo 3º da Lei 7.347 de 1985, de forma a possibilitar a cumulação dos pedidos, tese esta aceita pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o Recurso Especial n. 605323.

Outra medida importante ao aplicar a condenação de uma obrigação de não fazer na ação civil pública é a estipulação de uma multa diária no descumprimento da sentença.

De acordo com Lima (2018, p. 33), “No que diz respeito ao TAC, deve ser entendido como um meio de evitar a propositura da ação civil pública, resolvendo o conflito a partir de um acordo que constituirá título executivo extrajudicial.”

Conforme preconiza o artigo 5º, § 6º, da Lei 7. 347 de 1985, podem firmar o aludido acordo todos os órgãos públicos legitimados. Frisa-se que somente aqueles que, na qualidade de órgãos públicos, poderão celebrar o acordo, ou seja, as associações estão excluídas do rol de interessados.

O TAC possui duas vertentes de tutela do meio ambiente. A primeira é a obrigação de abstenção de cometer condutas lesivas ao meio ambiente e a segunda é promover a recuperação da área degradada. Ressalta-se que, se ausente uma destas vertentes, a propositura da ação civil pública restará plenamente viável.

O fato de, após ter celebrado o TAC, tornar inviável a propositura da ação civil pública, deve-se ao fato de que o mesmo será convertido em

título executivo extrajudicial, prejudicando o interesse processual do legitimado.

Quanto ao inquérito civil, este nada mais é do que um procedimento administrativo utilizado para a coleta de materialidade, perseguindo a propositura da ação civil pública para a tutela do meio ambiente. Com fundamento constitucional no artigo 129, III, somente o Ministério Público possui legitimidade para instaurá-lo.

Por se tratar de um procedimento pré-processual, qualquer andamento no feito dispensa a notificação do investigado, como bem salienta Aragão *et al.* (2020, p. 32), ao afirmar que “não há necessidade de que sejam observados os princípios do contraditório ou da ampla defesa”.

O *Parquet* Federal pode concluir pelo ajuizamento da ação civil pública ou pelo arquivamento. Uma vez feita a promoção do arquivamento, esta vai encaminhada para a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (4ª CCR) que poderá ratificar ou não o arquivamento. Contudo, ocorra a promoção do arquivamento, todos os reclamantes deverão ser notificados (Marcovitch, 2021, p. 44).

Ressalta-se, ainda, que embora o *parquet* resolva por promover o arquivamento, qualquer outro legitimado poderá propor a respectiva ação civil pública.

## **O PROJETO AMAZÔNIA PROTEGE: O MPF E A AUTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS A BEM DAS AÇÕES JUDICIAIS NA SEARA CÍVEL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

O Amazônia Protege é um projeto que foi idealizado pelo Ministério Público Federal em parceira com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), com o objetivo de combater o desmatamento ilegal na Amazônia (Benjamin, 2019, p. 20).

A peça-chave fundamental para a implantação do Amazônia Protege foi a utilização do Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia Legal (Prodes), de iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), (Lima, 2018, p. 31).

Esse projeto atualiza anualmente desde 1988 a taxa de desflorestamento da Amazônia Legal por meio de imagens de satélites.

O combate ao desmatamento pelo Amazônia Protege é simples e se dá em razão de três vertentes lógicas. A primeira é utilizar o Prodes para possibilitar que a sociedade faça consultas, por meio das coordenadas geográficas, a fim de reconhecer a origem ilícita dos produtos e assim evitar a compra, colaborando para o desenvolvimento sustentável e para a proteção do meio ambiente.

Segundo Annoni (2019, p. 21), “A segunda é possibilitar a consulta pelos órgãos públicos ao Prodes com a finalidade de impedir a regularização fundiária de áreas afetadas pelo desmatamento ilegal.”

Ao passo que a terceira é informar à sociedade sobre as áreas que estão sofrendo ações do Ministério Público Federal em decorrência de atividades ilegais de desmatamento, evitando a compra desses imóveis.

Percebe-se, portanto, três vertentes informadoras; duas voltadas à sociedade em geral e uma voltada aos trabalhos de regularização fundiária dos órgãos públicos responsáveis por essa tarefa, a partir de consulta, utilizando as coordenadas geográficas da área.

É preciso reconhecer que a partir dessa iniciativa, o desmatamento ilegal tende a diminuir em decorrência de não resultar em lucros para as atividades ilegais de desflorestamento, bem como, tende a diminuir a injusta concorrência com produtores que utilizam a floresta de forma sustentável.

O projeto funciona a partir das imagens de satélites provenientes do Prodes, que indicam áreas que estão sofrendo desflorestamento,

seguido de cruzamentos de dados de órgãos públicos para a identificação do responsável pelo dano ambiental. São utilizadas imagens com focos de desmatamentos de áreas igual ou superior a 60 hectares (Milaré, 2020, p. 23).

Após o recebimento das imagens de satélite, são feitos laudos periciais pelo Ibama que indicam ou não a presença do desmatamento, bem como, a possível data de início e de término, ou, ainda, se persiste a degradação.

A partir de então são feitas pesquisas em bancos de dados de órgãos públicos com a finalidade de identificar o suposto autor do fato. São consultados o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Incra, o Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais do Incra e o Programa Terra Legal, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Por fim, é realizada vistoria *in loco* com a finalidade de autuar o possível autor do fato, bem como, proceder com o embargo da área (Melo, 2022, p. 10).

A partir da coletânea dessas informações, é o momento adequado para a instauração do Inquérito Civil que servirá como substância para provar o dano causado, assim como servir de base para a propositura da referida ação civil pública.

Com a abertura do inquérito civil e devidamente instruído com provas que demonstrem o dano causado na área, o Ministério Público Federal propõe a devida ação civil pública. Na ação civil pública decorrente do Amazônia Protege são requeridos a indenização do dano moral e material decorrente do dano ambiental, a recomposição da área degradada, destinação dos valores ao Ibama ou ao ICMBio e a apreensão de bens.

Ao requerer a indenização, o MPF deve levar em conta o método de mensuração que o Amazônia Protege utiliza para quantificar o dano material a ser indenizado, ou seja, utiliza-se fundamentos da Nota Técnica

02001.000483/2016-33 DBFLO/IBAMA. A referida Nota Técnica leva em conta a quantidade de hectare desmatado multiplicado pela constante de R\$10.742,00 (dez mil e setecentos e quarenta e dois reais), chegando ao quantum a ser indenizado (Lima, 2018, p. 33).

Outro ponto fundamental do Amazônia Protege e caracterizador da terceira vertente de proteção do mesmo é a obrigação *propter rem* de reparar o dano causado na área. Assim, mesmo que o possuidor ou proprietário da área não seja o verdadeiro responsável pelo dano ambiental, terá a obrigação de reparar a área e indenizar a sociedade.

Outro instrumento importante na busca pela proteção do meio ambiente é o Termo de Ajuste de Condutas, contudo, aqui na esfera extrajudicial, essa prerrogativa é conferida ao Ministério Público Federal pela Lei n. 7.347 de 1985, que sofreu inovação do parágrafo 6º, de seu artigo 5º, pela Lei n. 8.078 de 1990, possibilitando a celebração de acordos extrajudiciais, pelos legitimados à propositura da ação civil pública, com a finalidade de evitar um embate no Poder Judiciário para o cumprimento de obrigações legais para com o meio ambiente (Melo, 2022, p. 11).

Os Termos de Ajuste de Conduta celebrados no âmbito do Amazônia Protege, obriga ao compromissário a licenciar todas as suas atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, a apresentação do Projeto de Recuperação Ambiental da área degradada, a apresentar semestralmente relatório técnico contendo informações quanto a implantação do projeto, recolher 5% do valor da multa a título de indenização ambiental, devendo o montante ser utilizado na estrutura dos órgãos fiscalizadores, a aderir ao Plano de Regularização Ambiental ou regularizar o passivo ambiental (Benjamin, 2019, p. 21).

Esse instrumento é inovador e eficaz na medida em que dispensa a propositura da ação civil pública, evitando embates prolongados no Judiciário, desafogando a máquina pública. Depois de formado, o acordo tem força vinculante de título executivo extrajudicial.

## **METODOLOGIA**

Para tanto, seguindo as fases apresentadas por Minayo (2005), “segue uma fase exploratória que se dá por uma revisão bibliográfica para uma ampliação da compreensão mais detalhada em relação ao objeto de pesquisa.” A presente pesquisa teve como proposta metodológica, pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, de maneira que pudessem dar mais sustentação ao tema aqui proposto.

De acordo com Lakatos Marconi (2003, p. 186), nesse sentido, os resultados serão apresentados sobre a forma qualitativa, pois darão liberdade ao pesquisador de compreender a presença e as alterações dos aspectos que abrangem o tema (Lakatos; Marconi, 2003, p. 186).

De acordo com Lakatos Marconi, (2003, p. 186), “A pesquisa de natureza exploratória dá margem para o desenvolvimento de descrições do objeto de estudo tanto qualitativas como quantitativas, onde o investigador tem o papel de conceituar as relações entre as propriedades do fenômeno, do fato ou do ambiente observado.” Dessa forma, por se tratar também da técnica revisão de literatura, os dados foram coletados através de levantamento bibliográfico, leis e artigos científicos disponíveis na internet.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, buscando substanciar o seu dever constitucional, o MPF utiliza o projeto Amazônia Protege, bem como de seus recursos judiciais e extrajudiciais para agir em defesa do meio ambiente natural.

Com a queda do regime militar e, conseqüentemente, a ascensão de uma nova Ordem Constitucional, o novo regime democrático teve suas instituições completamente reformadas, entre elas, o Ministério Público que passou a atuar na defesa dos interesses difusos e coletivos. Nesse viés, mostra-se totalmente moderno na utilização de tecnologias como o Prodes

para idealizar projetos como o Amazônia Protege, a fim de fortalecer os instrumentos postos em seu alcance para a tutela do meio ambiente natural.

Percebe-se o Amazônia Protege como projeto inovador na proteção do direito humano ao meio ambiente natural na medida em que busca meios de coibir e prevenir o desmatamento na Amazônia legal, disponibilizando ao MPF materialidade para perseguir a recuperação da área afetada e a responsabilização do autor do fato antijurídico por danos materiais causado às áreas públicas federais e à sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público Federal. Amazônia Protege. Disponível em: [www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/](http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/). Acesso em: 29 set. 2023.

ANNONI, Danielle *et al.* **Direitos humanos e poder econômico: conflitos e alianças**. 11. ed, 14. reimp. Curitiba: Juruá, 2019.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

ARAGÃO, Alexandra *et al.* **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 24. ed., 2020.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. Introdução ao direito ambiental brasileiro. *In*: MILARÉ, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Org.). **Doutrinas essenciais: direito ambiental**. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

BORGES, Fernando Hagihara; TACHIBANA, Wilson Kendy. **A evolução da preocupação ambiental e seus reflexos no meio ambiente dos negócios: uma abordagem histórica**. Disponível em: [www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP/2021\\_Enegep1005\\_1433.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP/2021_Enegep1005_1433.pdf). Acesso em: 29 set. 2023.

BUGALHO, Nelson R. Estudo prévio de impacto ambiental. *In*: MILARÉ,

Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Org.). **Doutrinas essenciais:** direito ambiental. Vol. XV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

BRÜMMER, Simone. Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 25, n. 2738, 2021. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/18162>. Acesso em: 28 set. 2023.

CARDOSO, Oscar Valente. O desenvolvimento sustentável e sua regulamentação no direito internacional. **Revista de Informação Legislativa**, vol. 45, n. 178, 2020. Disponível em: [www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176531](http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176531). Acesso em: 20 set. 2023.

CARRERA, Francisco. **Cidade sustentável:** utopia ou realidade? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

CHIMENTI, Ricardo Cunha *et al.* **Curso de direito constitucional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. A transdisciplinaridade do direito ambiental e a sua equidade intergeracional. *In:* MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Org.). **Doutrinas essenciais:** direito ambiental. Vol. II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

LIMA, Gustavo Ferreira Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *In:* **Revista Política e Trabalho**, n. 23, João Pessoa: PPGS/UFPB, 2018.

MACHADO, Hébia Luiza. Função socioambiental: solução para o conflito de interesses entre o direito à propriedade privada e o direito ao meio ambiente ecologicamente preservado. **MPMG Jurídico**, Minas Gerais, ano III, n. 12, p. 2627, jun. 2020.

MARCOVITCH, Jacques. **Para mudar o futuro:** mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 26. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MELO, Gustavo de Medeiros. **A legitimidade ativa na ação popular** – relendo o conceito de cidadania quarenta anos depois. 2022. Disponível em:

[www.ibds.com.br/artigos/ALEGITIMIDADEATIVANAACAOPOPULAR.pdf](http://www.ibds.com.br/artigos/ALEGITIMIDADEATIVANAACAOPOPULAR.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito constitucional ambiental**: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. 24. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 28. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

# RACISMO AMBIENTAL E OS (DES)CAMINHOS PARA O FUTURO

## EL RACISMO AMBIENTAL Y LOS (DES)CAMINOS HACIA EL FUTURO

Valdenia Guimarães e Silva Menegon<sup>33</sup>

Ronald Lopes de Oliveira<sup>34</sup>

Jairo Carioca de Oliveira<sup>35</sup>

### RESUMO

O texto faz uma análise de desastres climáticos ocorridos no Brasil e que suscitaram debates sobre racismo ambiental. A metodologia se justifica pela consulta aos dados estatísticos apresentados pelos Planos Nacionais de Adaptação e o Mapa de Conflitos. As desigualdades sociais, raciais e territoriais brasileiras estão envolvidas no impacto desses desastres. As respostas, não só aos efeitos climáticos extremos, mas também às políticas públicas têm marcado corpos negros e outras populações das cidades e florestas. Enchentes, deslizamentos e inundações revelam não apenas as graves mudanças do clima, mas mostram a ingestão delas ou uma política de morte pelo poder público e a ineficácia das respostas empreendidas pela via da pulsão de morte.

**Palavras-chave:** Racismo. Violência. Morte. Pulsão. Desastres.

---

<sup>33</sup>Doutora em História-PPGH/UNISINOS; Gestora escolar na SEDUC-MA; professora na SEMECTI/Caxias-MA; Presidenta de honra do Instituto Valdenia Menegon; Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0326-3944>. E-mail: valdeniasilvas@gmail.com.

<sup>34</sup>Psicanalista, Doutorando em História pela UERJ, Mestre em História pela UNIRIO e participante do Campo do Fórum Lacaniano de Nova Iguaçu. Membro do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5302-5215>. E-mail: ronald.lopes80@gmail.com.

<sup>35</sup>Psicanalista, Doutorando e Mestre em Educação Contemporânea pela UFRRJ e participante do Campo do Fórum Lacaniano de Nova Iguaçu. Membro do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0360-5884> E-mail: jairocarioca.jc@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A cada ano, um novo desastre climático se sucede sem que sejam encontradas as soluções mais eficazes para a resolução do problema. Na base para a institucionalização das políticas de mortes, evidencia-se a criação de um contexto para que a existência de vítimas fatais seja aceitável, no caso específico do foco do trabalho, o contexto é a crise climática e os desastres ambientais.

Vejamos alguns exemplos ocorridos no Brasil nas últimas décadas. No início do ano de 2010, em Ilha Grande, Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, após grande quantidade de chuvas precipitadas sobre a região e o acúmulo da mesma na camada de terra, diminuindo a resistência do contato do solo com a rocha, um grande volume de terra acabou se deslocando sobre algumas residências e pousadas no local. Esse desastre gerou mais de 50 vítimas fatais. (Barcelar *et al.*, 2020).

Em 2011, outro desastre que acometeu o Rio de Janeiro, foi o ocorrido na Região Serrana e Areal, na área Centro-Sul do estado. Os principais municípios afetados foram: Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Bom Jardim. Essa tragédia se deu através de quantidades gigantescas de precipitações nessas regiões, gerando grande movimento de solos. De acordo com as estatísticas, foram mais de 900 mortes e 300 desaparecidos, considerado como um dos maiores desastres climáticos do Brasil. Além de contar com todo apoio da população, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro atuou de forma ininterrupta nessa operação. (Barcelar *et al.*, 2020).

Em um estudo sobre desastres no Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2021, foram contados 4.230 desastres naturais. Nesse período, 89% dos municípios do estado registraram de dois a sete episódios de estiagens, secas, enxurradas, inundações, vendavais entre outros. O resultado foi que de 2017 até 2023, 4.446.284 pessoas foram afetadas de alguma maneira pelas catástrofes. No recorte dos últimos cinco anos, o estado calcula

prejuízos de R\$ 22,9 bilhões, principalmente os provocados pelas estiagens do período<sup>36</sup>. Além disso, o último desastre naquele estado com as fortes chuvas já deixou um rastro de mais de 27 mortes. De acordo com especialistas, as fortes chuvas que assolaram o estado se devem à passagem de um ciclone extratropical na região. O evento provocou enchentes, destelhamento de casas e prédios, queda de árvores e quebra de pontes. Esse é considerado o maior desastre natural dos últimos 40 anos no estado.

Especialistas no assunto, no entanto, garantem que esse tipo de desastre pode ser evitado se houver medidas de prevenção – planejamento e gerenciamento, tais como sistemas de alerta e zoneamento ambiental – e medidas estruturais, das quais podem ser citadas, obras de engenharia para o controle de cheias, das quais podemos destacar: alargamento de rios, barragens, diques, reflorestamento, além do desenvolvimento de medidas que objetivem minimizar os impactos deixados por esses fenômenos.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a cada desastre natural acontecido no Brasil no ano de 2022, uma média de 3,4 mil pessoas foram diretamente atingidas. No Relatório, foram aferidos os desabrigados, desalojados, vítimas fatais e aquelas atingidas pelas estiagens. Os dados também apontaram que nos primeiros três meses de 2022, oito milhões de brasileiros foram atingidos por catástrofes ambientais.

Entre os desastres “naturais”<sup>37</sup>, as secas e as estiagens foram as que mais ocorreram, sendo responsáveis por 40% dos problemas ambientais

---

<sup>36</sup><https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/22/rs-registra-42-mil-desastres-naturais-em-19-anos-aponta-estudo.ghtml>

<sup>37</sup> Os eventos citados, não possuem quase nada de natural, por isso optamos por utilizar a palavra entre aspas. Entendemos que a grande maioria dos desastres ambientais ocorridos no País, são resultados da ação humana.

no País em 2022. Chuvas, enxurradas, alagamentos e inundações representam, 15,7% das ocorrências. Deslizamentos e vendavais representaram um percentual de 1,3% e 3,2%, respectivamente.

O acompanhamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios, também apontou que:

Nos últimos 10 anos, as mortes causadas por excesso de chuvas e suas consequências no Brasil somaram 1.756. Apenas em 2022, os óbitos por essa causa já são 457, o que representa mais de 25% do total de mortes em 10 anos. O levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) considerou o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de maio de 2022 (CNM, 2022).

O que essa realidade tem apontado, no entanto, é que nem o poder público e nem a iniciativa privada têm realizado um planejamento efetivo para se adequar aos efeitos da chamada ‘crise climática’. Também é preciso evidenciar que o Brasil vivencia de forma diferenciada as desigualdades provocadas pelas consequências do aquecimento global. Não podemos, ainda, deixar de observar que pessoas negras, indígenas, do campo, das florestas e das periferias das cidades, são as principais impactadas pelas consequências da ação de grupos humanos no meio ambiente.

O trabalho está dividido em uma parte introdutória, seguido de um tópico que trata sobre como o racismo atua sobre os territórios, afetando a vida de pessoas negras, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco e outros grupos empobrecidos, no que a literatura denomina racismo ambiental. Em seguida, apresentamos como o racismo ambiental está diretamente ligado aos desastres derivados do agravamento climático pela via da gestão das políticas públicas. Por fim, fizemos um pequeno texto vinculando o conceito de pulsão de morte freudiana aos aspectos culturais e concluímos que tanto as violências do Estado quanto o racismo tendem a compulsão à repetição.

## **BRASIL: ENTRE A CRISE CLIMÁTICA E O RACISMO AMBIENTAL: O QUE A NECROPOLÍTICA TEM A NOS DIZER**

De acordo com Achille Mbembe (2016, p. 128), “[...] a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los”.

De modo geral, podemos afirmar que o racismo se baseia na ideia de superioridade de um grupo sobre outros, a partir do tipo físico e do discurso da existência de raça superiores e inferiores. Tem um forte vínculo com o etnocentrismo (o ódio ao outro, enquanto torna sua cultura como centro de tudo). Sendo esse, um preconceito que grupos e culturas produzem, ao mesmo tempo que procuram disseminar em seus membros normas de condutas e valores que são considerados corretos e naturais.

Em entrevista à *Revista Margem Esquerda*, Sueli Carneiro (2011) afirmou que o racismo é “um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos, e a organização política é essencial para esse enfrentamento”. Sendo um sistema, o racismo possui suas próprias engrenagens e modos de operacionalização, atualizações e articulações permanentes.

Já para Silvio Almeida (2018, p. 22-23), no racismo as referências a “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais, ou mesmo, insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje.

No início dos anos de 1980, o ativista afro-americano, Benjamin Franklin Chavis Junior (1993) cunhou o termo Racismo Ambiental. Para ele, isso ocorre a partir da “discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias para exposição a locais

e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, juntamente com a exclusão sistemática de minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais”. Do mesmo modo, Chavis Júnior indica que também é racismo ambiental o ato de “[...] excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras”.

O racismo ambiental pode, então, ser configurado como uma das diversas facetas do racismo, estruturado a partir da supremacia branca e tem conexão direta com a pobreza e a territorialização das desigualdades. Vejamos os casos de territórios do Maranhão que ao longo das décadas de 1970/1980, passaram por profundas modificações na sua economia e sociedade. Em 1978, por exemplo, teve início no estado o plantio de soja.

A produção de sementes se concentrou, primeiramente, na mesorregião sul maranhense, nos municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba. Posteriormente, o plantio avançou para outras regiões do estado, principalmente para o centro (nos municípios de Grajaú, Formosa da Serra Negra, Fortuna e Fernando Falcão, assim como, para o leste maranhense, nos municípios de Chapadinha, Brejo, Mata Roma, Buriti de Inácia Vaz e Arapurus. Nos últimos seis anos se intensificou o plantio de soja nos municípios de Coelho Neto e Caxias.

Em todo esse processo, que conta com a participação do Estado em garantir subsídios para a instalação das grandes empresas agrícolas no estado, bem como, a total falta de fiscalização dos órgãos ambientais, é possível verificar a intensa onda de desmatamento que modificou por completo a paisagem do Estado. Além disso, os conflitos fundiários que eram intensos no estado na década de 1980, voltaram a se intensificar a partir dos últimos três anos, com a ampliação da atuação de empresas catarinenses, gaúchas e paraguaias na região leste maranhense, inclusive com assassinatos de lideranças quilombolas e indígenas. A ação dessas

empresas também tem gerado inundações de residências, alto nível de erosão, envenenamento de nascentes de riachos e o enfraquecimento das terras próximas a esses grandes empreendimentos.

Entre outros problemas, também é relevante destacar o forte êxodo rural que vem acompanhando todo esse processo. Sem oportunidade de continuar exercendo a economia agroextrativista e a agricultura camponesa, instalada há séculos em grande parte do estado, essa população racializada (a maioria é negra) fica à mercê das grandes corporações capitalistas.

De acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz, 2010), o Maranhão teve 28 conflitos ocorridos nos últimos anos. Os impactos socioambientais mais efetivos enfrentados pelas populações locais são: alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, modificação no ciclo reprodutivo da fauna, desmatamento e/ou queimada, erosão do solo, falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, falta/irregularidade na demarcação de território tradicional, poluição atmosférica, poluição de recurso hídrico, até a poluição do solo.

O Mapa também identificou como impactos ambientais, a depender da região atingida, o processo de assoreamento de recurso hídrico, contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas, desertificação, falta de saneamento básico, Invasão/dano a área protegida ou unidade de conservação, poluição atmosférica, poluição de recurso hídrico, poluição do solo, poluição sonora, precarização/riscos no ambiente de trabalho, mudanças climáticas, entre outros impactos.

Sobre as permanentes catástrofes ambientais, é possível afirmar que, [...] é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social (Sílvio Almeida, 2018). Trata-se do poder como elemento central que

envolve a tessitura da questão racial. Com efeito, o racismo é atravessado pela perspectiva da dominação em todas as esferas, incluindo a ambiental.

A ideia da diferença entre as raças tornou-se a chave para legitimar a dominação e a exploração de um povo sobre outro. O racismo e seu projeto de poder/supremacia, aponta uma permanente e intensiva degradação da condição humana e se justifica pelo discurso do estatuto de inferioridade do outro e, portanto, da justificação da discriminação, da exploração e da pulsão de morte.

Também temos que compreender que o racismo se estrutura de diversas formas e o racismo ambiental é uma delas. Aquilo, que pode parecer apenas questão de ordem climática, na verdade pode estar enquadrado como racismo ambiental. No Brasil, o conceito de racismo ambiental “[...] abarca diversos grupos que por seus traços físicos, culturais, políticos e econômicos se diferenciam do modelo branco, ocidental e burguês historicamente imposto, como ribeirinhos, quebradeiras de coco, geraizeiros, dentre outros” (Mathias, 2017).

É necessário analisar quais pessoas são as mais atingidas e que sofrem as consequências de um desastre natural, para quais comunidades são direcionados os resíduos químicos das grandes empresas e quais medidas o Estado tem preparado no intuito de prevenir esses eventos ou amparar as famílias atingidas.

Na sua maioria, os grupos atingidos são de pessoas negras, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco (no caso do Maranhão) e que residem nas periferias dos centros urbanos. Seres que perdem tudo numa enchente e dificilmente têm as condições necessárias para recomeçar. Não podemos negar, também, que a realidade de quem vive em áreas de barrancos e outros locais condenados pelos órgãos de defesa civil, faz parte de um projeto arquitetado com base numa política de extermínio dessas populações, uma vez que as políticas de habitação não têm chegado corretamente a essas pessoas.

Dados de 2020 apontaram que pessoas residentes em domicílios urbanos das regiões Norte e Nordeste representam 36,14% no país, sendo que no Norte a população total dos domicílios urbanos eram 73,53% e no Nordeste 73,13%. Dentre essas percentagens o Nordeste concentra 2.079 e no Norte, 483 dos chamados aglomerados subnormais. Isso significa dizer que cada aglomerado dessa classificação comporta 51 unidades habitacionais carentes de serviços públicos essenciais e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa na malha urbana<sup>38</sup>. Em sua maioria, pobre e negra.

Apenas a região Norte tem 66,39% autodeclarada negra que residem em aglomerados subnormais, ou seja, 1.200.770 pessoas estão em risco de morte por mudanças climáticas. Na ausência de efetividade e necessidade diante dos riscos de desastres e mortes da população, pelos eventos extremos de mudanças do clima, os estados das regiões Nordeste e Norte, apresentaram aumento exponencial no número de pessoas afetadas e mortas, principalmente nas cidades capitais dos estados das regiões, espaços de maior densidade populacional e territorial urbana.

Para não ficarmos apenas no Norte e Nordeste vejamos, por exemplo, a região Sudeste, em especial, Minas Gerais. 84,5% da população afetada pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG era negra, residente no distrito de Bento Rodrigues, próximo às barragens. A ausência de fiscalização, planos de emergência e informação antes e depois do desastre é associada à escolha locacional das barragens, afetando comunidades negras desconsideradas nas esferas decisórias. Isso é atribuído à lógica racista e negligente do Estado nos processos de

---

<sup>38</sup> A metodologia empregada neste texto já está embutida nos dados precisos do Mapa da adaptação encontrado em: SANTANA FILHO, Diosmar M. FERREIRA, Andréa J. F. GOES, Emanuelle F. Sumário Estratégias para Planos Nacionais de Adaptação: um caso Brasil. Selo Iyaleta. Org. Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidade: Salvador/BA – Brasil, 2022.

licenciamento e controle ambiental, favorecendo projetos econômicos que causam desastres. A mineradora Vale, uma das maiores do mundo, com lucros anuais bilionários, era dona da metade da Samarco. Comunidades afetadas pela mineração, em sua maioria, negra e quilombola, denunciam danos irreversíveis ao meio ambiente e às populações, buscando garantir direitos.

O acidente em Mariana é considerado resultado da negligência das autoridades, controladas por políticos financiados pela mineração. Havia a conivência da mídia e a falta de responsabilidade das empresas. A tragédia colocou em relevo o papel do racismo e das desigualdades sociais no modelo de desenvolvimento brasileiro, transferindo riscos e custos ambientais para populações de baixa renda, vulneráveis e quilombolas.

A expansão das atividades minerais é associada às condições sociais e políticas marcadas pelo racismo e pela violência institucional. Estratégias como escolha dos locais onde esses projetos são sediados, descumprimento de leis, desconsideração dos impactos ambientais e desinformação são utilizadas para impor riscos desiguais a grupos com menos poder político e financeiro, especialmente negros, quilombolas e indígenas.

## **A PULSÃO DE MORTE E O RACISMO AMBIENTAL**

Esse pequeno tópico testa uma hipótese de que a pulsão de morte elaborada por Freud tem distensões que abarcam a vida social. Sendo assim, os desastres trabalhados ao longo deste texto em várias regiões e estados brasileiros podem ser interpretadas como violências e agressividades impetradas pelo Estado contra populações pobres, negras, indígenas e quilombolas. Para chegarmos a esse raciocínio, vejamos como se segue.

A pulsão de morte começa a ser elaborada nos textos freudianos “Análise de uma fobia de um menino de cinco anos” e termina no “Mal-

estar da civilização”. Não pretendemos fazer todo o percurso de construção desse conceito, mas já podemos antever sínteses que possam contribuir para uma reflexão nesse sentido. A pulsão de morte é um conceito construído a partir da clínica de Freud que aponta para a agressividade humana presente também nos esquemas sociais. “Esses esquemas tentam, por sua vez, apaziguar ou conter a inquietação de um resto pulsional irreduzível, impossível de ser totalmente dominado pelas normas que lhe são impostas e que traz às claras os limites da educabilidade humana”. Assim, será que esse resto pulsional agressivo que não pode ser elaborado, pode ser transmutado para as políticas públicas do Estado com relação aos desastres naturais e a afetação das populações pobres e negras?

Freud continua suas pesquisas dizendo que a pulsão de agressão e pulsão de morte poderiam ser equivalentes. Ele reserva o nome de pulsão de agressão (*Aggressiortstrieb*), na maioria das vezes, à parte da pulsão de morte voltada para o exterior com o auxílio específico de certa musculatura. Note-se que esta pulsão de agressão, talvez como a tendência para a autodestruição, só pode ser apreendida na sua fusão com a sexualidade (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 20).

Freud continua a se debater em textos antropológicos, buscando entender o conceito de pulsão de morte vinculado à agressividade, mas é apenas ao final de seu percurso que se menciona a repetição, o que pode ser observado como operação da pulsão de morte é a repetição. Isto é, a pulsão de morte tem a compulsão à repetição (Kimmerle, 2000).

Assim, constata-se que a agressividade humana está presente não só no âmbito erótico como também, e, principalmente, no domínio social, nas relações entre si, que moldam o que se denomina civilização. Um dos princípios de grande importância para compreender a reflexão de Freud sobre a cultura diz respeito ao fato de que, para ele, não há uma diferença de natureza entre o individual e o social, a não ser uma diferença de escala.

Por exemplo, no texto *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud não diferencia individualidade e coletividade, determinando, assim, um sujeito coletivo, o que se traduz “desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (Freud, 2006, p. 81), ao invés de, supostamente, tratar o indivíduo como cultura e vice-versa.

Entretanto, vale a pena pensar no conceito de pulsão de morte para explicar os fenômenos de desastres naturais gestados por, ou com a conveniência do Estado? Alguns autores pensam não ser recomendável extrair tal conceito e adaptá-lo na vida social porque existem superdeterminações que resultam em pontos cegos de análise, em geral, esses processos não são expressões da pulsão de morte, mas são efeitos da fusão e desfusões das pulsões. É uma economia das pulsões com suas próprias dinâmicas (Fulgêncio Neto; Cardoso).

Por outro lado, Lacan tira o fundamento biologicista, justamente fazendo uma releitura do mal-estar, e também do além do princípio do prazer. A pulsão de morte em Freud é uma espécie de conjectura controlada, de modo que as repetições iriam se repetir até ao estado anterior, em direção ao estado inorgânico. A pulsão de morte tenderia a reduzir a excitação psíquica, a rebaixar completamente a tensão. Havia uma dupla função biológica da sexualidade: a de voltar ao estado inorgânico e regular as pulsões eróticas.

Lacan diz que isso não pode ser visto na dimensão da biologia, mas na dimensão ontológica do ser, isto é, o conflito. Assim, estamos no campo da representação e do imaginário, mas que não dá conta dos processos culturais. Em outras palavras: "quando se recorre ao registro do real para dar conta da libido freudiana, é o gozo que é considerado como indo no sentido da morte" (Guillot, 2014, p. 14). Trata-se, então, de um gozo mortífero realizado no desejo do Outro.

Portanto, essa dimensão pulsional dos processos culturais e históricos com relação às pessoas negras, indígenas, quilombolas e camponesas racializadas, também devem ser colocadas na ótica das desigualdades sociais. Elas foram atingidas pelos desastres naturais e pelo descaso das políticas públicas do Estado, como vimos ao longo deste texto. Sendo assim, o racismo ambiental pode se fixar no viés da pulsão de morte como agressão e violência política. O resultado dessa fixação é a existência de uma necropolítica, onde o Estado escolhe quem vive e quem morre.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARCELAR, Igor Campos. GOUVEIA, Matheus Avelino, SILVA, Bruno Luís Gonçalves; MOOTA, Edile Pinto da. RODRIGUES, Igor Geraldo; MORAES JÚNIOR, Alex Wander; SOARES, Ricardo Santos; RODRIGUES, Milton Roberto Ribeiro. **Manual de operações de salvamento em desastres**. Rio de Janeiro: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista. **Revista Margem Esquerda** n. 27. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAVIS, Benjamim. Prefácio. *In: Enfrentando o racismo ambiental: vozes das bases..* Boston: South End Press, 1993.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Mais de 25% das mortes por chuvas no Brasil nos últimos 10 anos ocorreram em 2022. *In: CNM*. Publicado em 31 de maio de 2022. Disponível em: [www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mais-de-25-das-mortes-por-chuvas-no-brasil-nos-ultimos-10-anos-ocorreram-em-2022](http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mais-de-25-das-mortes-por-chuvas-no-brasil-nos-ultimos-10-anos-ocorreram-em-2022). Acesso em: 4 out. 2023.

FULGENCIO, L. Críticas e alternativas de Winnicott ao conceito de pulsão de morte. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, 15(spe), 2012, 469-480.

FREUD, S. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). *In*: \_\_\_\_\_. **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 79-154. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

GUILLOT, É. Da agressividade à pulsão de morte. **Almanaque on-line**, 14(1), 1-20. Disponível em: <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Almanaque14EricGuillot.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

KIMMERLE, G. **Denegação e retorno**: uma leitura metodológica de “Para além do princípio de prazer”, de Freud. Piracicaba: Editora da Unimep, 2000.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. B.; LAGACHE, D. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATHIAS, Maíra. O que é racismo ambiental. *In*: **Combate ao racismo ambiental**. Publicado em 14 de março de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/03/14/o-que-e-racismo-ambiental/>. Acesso em: 4 out. 2023.

NETTO, N. K. P.; Cardoso, M. R. Sexualidade e pulsão: conceitos indissociáveis em psicanálise? **Psicologia em Estudo**, 17(3), 2012, p. 529-537.

# EFEITOS NEGATIVOS EM BARRAGENS AMAZÔNICAS – REVISÃO DE SITUAÇÕES PASSADAS E CONSEQUÊNCIAS DO PRESENTE

Antônia Monica Sousa Ferreira<sup>39</sup>

Filipe Medeiros de Araujo<sup>40</sup>

Guilherme Silveira Simões<sup>41</sup>

## RESUMO

O rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, abrange territórios em países como Bolívia, Peru e Brasil, conhecido por sua grande concentração de sedimentos e por abrigar duas usinas hidrelétricas de grande capacidade: Santo Antônio e Jirau. As barragens do rio Madeira foram projetadas para lidar com enchentes raras, mas eventos como a cheia de 2014 forçaram o desvio de água pelos vertedouros, interrompendo a geração de energia e causando impactos ambientais. A história das represas na Amazônia, como Balbina e Tucuruí, revela problemas sociais, incluindo deslocamento de populações locais, realocações mal planejadas, efeitos na saúde e impactos nas comunidades indígenas. A construção de represas também leva a mudanças na paisagem e na qualidade da água, afetando a pesca, que é essencial para as comunidades ribeirinhas. Além disso, a falta de planejamento e avaliação adequada dos impactos a jusante agrava esses problemas. O conhecimento indígena e local desempenha um papel importante na compreensão desses impactos, mas, muitas vezes, é negligenciado. A mudança climática, o desmatamento e o uso inadequado do solo estão agravando os efeitos das barragens, causando variações nos regimes de vazão, com aumento de enchentes e períodos de seca, afetando a

---

<sup>39</sup> Discente no Centro Universitário São Lucas – AFYA. E-mail: monicafsousa11@gmail.com.

<sup>40</sup> Discente no Centro Universitário São Lucas – AFYA. E-mail: engcf.araujo@gmail.com.

<sup>41</sup> Docente no Centro Universitário São Lucas – AFYA. guilherme.simoese@saolucas.edu.br.

produção de energia. É essencial uma abordagem mais cuidadosa e planejada para o desenvolvimento de barragens na região amazônica, levando em consideração os impactos a longo prazo nos ecossistemas e nas comunidades locais.

**Palavras-chave:** Barragens. Amazônia. Impactos ecológicos. Ecossistemas. Comunidades locais.

## INTRODUÇÃO

O rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, que atravessa também territórios vizinhos como Bolívia, Peru e o próprio Brasil, conhecido como uma das maiores concentrações de sedimentos em todo o mundo, e por possuir duas usinas hidrelétricas de grande capacidade.

A primeira delas é a usina hidrelétrica de Santo Antônio, que possui uma capacidade instalada de 3.150 MW e está situada a uma distância de apenas 7 km da cidade de Porto Velho, a capital do Estado de Rondônia. A segunda é a usina hidrelétrica de Jirau, com uma capacidade de 3.750 MW, que se encontra a 117 km a montante da usina de Santo Antônio, no final do reservatório da mesma. O reservatório de Jirau estende-se até a fronteira do Brasil com a Bolívia, em Abunã.

Os vertedouros das barragens do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) foram criados com base no histórico de níveis de inundação. Esse estudo de projeto proporcionou que as estruturas dos vertedouros acumulassem uma grande quantidade de água que corresponderia a maior enchente prevista a cada 10.000 anos (Furnas, 2007). Vale ressaltar que durante a cheia histórica de 2014, o nível de água que aumentou consideravelmente, bem abaixo da usina de Santo Antônio, reduziu a diferença entre os níveis de água acima e abaixo da barragem e, conseqüentemente, chegou a um ponto que as turbinas não conseguissem operar, fazendo com que a empresa direcionasse todo o fluxo do rio através do vertedouro (Amazônia Real, 2014). Mesmo sem inundações, o

fechamento forçado das turbinas pode ocasionar em um aumento no nível de água no reservatório.

As barragens de Santo Antônio e Jirau já estão construídas e não tem como reconstruí-las com vertedouros de maior capacidade, tornando-as um exemplo de "situação sem solução", onde os perigos que não possuem tratamento são deliberadamente negligenciados. No entanto, infelizmente, esses riscos não desaparecem. A história das decisões e licenciamentos das barragens no rio Madeira contém valiosas lições para que isso não venha acontecer novamente no futuro (Fearnside, 2015).

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho foi desenvolvido com revisões bibliográficas sistemáticas sobre o tema, buscando referências das bacias em datas antes a sua implementação para registros de condições pré-existentes e após as datas de implementação para os impactos. Para fins de comparação com mudança climática, foram procuradas referências após 2018 sobre impactos climáticos em barragens, limitando-se a 5 anos dentro da bibliografia em plataformas de busca, como SciELO e Google Scholar.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **COMPARAÇÕES COM OUTRAS BACIAS COM BARRAGENS E INUNDAÇÕES/ENCHENTES CAUSADAS POR ELAS**

À medida que a procura por energia hidroelétrica aumenta na América do Sul, tornam-se mais evidentes os estragos causados pelas barragens aos ecossistemas amazônicos. Vários países sul-americanos estão em processo de construção de represas hidrelétricas para atender a grande demanda de energia. No entanto, mais da metade de todas as represas planejadas e existentes na bacia do rio Amazonas estão concentradas no Brasil, e os cientistas brasileiros preveem que a

construção dessas represas causarão sérios danos aos ecossistemas em toda a bacia (Ribas, 2020).

Apesar da necessidade de realizar levantamento de impacto ambiental antes da construção das barragens, esses levantamentos estão limitados às áreas próximas aos projetos, não considerando adequadamente as consequências para as paisagens, a fauna e flora, bem como as comunidades a montante e a jusante das barragens. As diretrizes atuais exigem a avaliação dos impactos nos ambientes terrestres e aquáticos, mas não especificam a análise das áreas inundadas. No entanto, as hidrelétricas podem ter um impacto extremamente prejudicial nos ecossistemas alagados (Ribas 2020).

Quando as barragens alteram o fluxo de um rio, regiões que não eram originalmente alagadas ou que tinham inundações sazonais podem acabar ficando permanentemente submersas. Em outras áreas, as barragens podem transformar planícies aluviais ou zonas úmidas em paisagens permanentemente secas. Além das mudanças na paisagem, as perturbações a montante podem interromper o transporte de sedimentos e nutrientes para áreas a jusante, afetando os solos, a vegetação e a fauna em toda a bacia hidrográfica (Ribas, 2020).

Pelo menos 20% de toda a Bacia Amazônica consiste em áreas úmidas, abrangendo uma ampla gama de ecossistemas naturais, como margens de rios, florestas que frequentemente inundam, lagos, córregos, regiões pantanosas e cachoeiras. Nesta região, as florestas inundáveis se destacam, ocupando grande extensão ao longo dos principais rios da Amazônia (Melack, 2010). Esses ecossistemas têm uma grande importância, uma vez que desempenham papéis cruciais na regulação do clima local, na ciclagem de nutrientes, no armazenamento de água e na contribuição e absorção de elementos nos ciclos biogeoquímicos. Além disso, servem como habitats para espécies de plantas e animais que são exclusivas da região (Junk, 1997; Junk *et al.*, 2010; Piedade *et al.*, 2013).

Difícilmente há outra região na Terra, excepcionalmente, influenciada pela água quanto a Amazônia, onde as condições de vida nos ecossistemas sazonalmente inundados são extremas (Kubitzki, 1989). As florestas inundadas da Amazônia estão sofrendo progressivamente impactos ambientais decorrentes da expansão do desmatamento, poluição, erosão do solo, construção de hidrovias e represas hidrelétricas, os quais, todos alteram suas funções naturais (Smith *et al.*, 1991; Castello, 2013). A construção de grandes represas para a geração de energia hidrelétrica altera o ciclo de inundações e afeta as planícies aluviais tanto a montante quanto a jusante das barragens (Junk, 1997).

Em 1983, um estudo intitulado "Aquatic Habitat in Amazonia" realizado pelo pesquisador Wolfgang Johannes Junk previu que nas décadas seguintes várias usinas hidrelétricas seriam construídas em importantes afluentes da Amazônia, como, Porteiras, no rio Trombetas, Balbina, no rio Uatumã, Samuel, no rio Jamari e Babaquara, no rio Xingu. Essas megas construções teriam impactos significativos não apenas nos rios diretamente envolvidos, mas também na ecologia de vastas áreas adjacentes. A represa hidrelétrica no rio Curuá-Una, inaugurada em 1977, no estado do Pará (Fearnside, 2005), foi a primeira a ser construída na Bacia Amazônica. Após a construção da barragem, a paisagem nas áreas próximas ao antigo leito do rio apresentou árvores mortas em decomposição devido à falta de remoção da vegetação (Junk *et al.*, 1981). Com a construção da hidrelétrica, o fluxo de inundação do rio passou a ser controlado pelas comportas da barragem (MME, 2007), resultando em mudanças no nível da água no período anterior e posterior à construção da barragem no rio Curuá-Una.

Dez anos após, em 1987, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina, já instalada no rio Uatumã (Fearnside, 1989; 1990), que é classificado como um rio de água preta (conforme Sioli, 1985), sofreu com a mesma situação de Curuá-Una e ameaçou a floresta de igapó a jusante. Enquanto a vegetação a montante não foi removida para criar o reservatório de Balbina, uma paisagem dominada por árvores mortas em decomposição

se desenvolveu, semelhante ao que ocorreu em Curuá-Una. Além disso, Balbina inundou uma área maior do que a prevista inicialmente. Um inventário realizado pelo INPA e pela Eletronorte estimou que uma área de 165.400 hectares seria inundada, no entanto, o fechamento da barragem resultou em um alagamento de 240.000 hectares (Fearnside, 1990). Isso teve o efeito de liberar grandes quantidades de carbono na atmosfera, contribuindo para o aumento do efeito estufa.

Após ter passado mais de trinta anos, desde o encerramento das atividades da barragem de Balbina, ainda existem limitações nos estudos que investigam o impacto das mudanças no regime de inundação no Rio Uatumã, especialmente nas áreas a jusante da Usina Hidrelétrica. Um desses estudos foi conduzido por Assahira (2017), que analisou a mortalidade de 26 exemplares de *Macrolobium acaciifolium* (Fabaceae), uma espécie que demonstrou uma alta taxa de mortalidade após o fechamento da barragem. Além disso, De Resende (2019) apurou a morte em massa de árvores nas áreas de baixa elevação da topografia, enquanto Lobo (2019), investigou a migração de espécies de terra firme para as áreas mais elevadas da floresta de igapó, onde as inundações são ocasionais. Por fim, (Neves, 2018) apontou indícios de incêndios na região, atribuídos ao período de seca prolongado.

Uma outra usina amazônica conhecida é a Usina de Belo Monte, situada na bacia hidrográfica de Xingu. A bacia hidrográfica do rio Xingu possui 520.292 km<sup>2</sup>, onde prevalecem formações rochosas cristalinas do complexo Xingu. As nascentes do rio estão situadas a mais de 600 m de altitude e são demarcadas por serras. Segundo Camargo e Ghilardi Jr., 2009, o relevo e o clima são fundamentais para os processos de denudação, decomposição, transporte e sedimentação, existentes ao longo de todo o Xingu. Conforme o sistema de classificação climática de Köppen, o clima da área é quente e úmido do tipo 'Amw', definido por um período chuvoso, entre os meses de dezembro e maio, e um período seco, nos demais meses do ano (Sudam, 1995). A Volta Grande do Xingu faz parte da zona de linha de queda sul amazônica (Ab'Sáber, 1996), com

praticamente duzentos quilômetros de extensão. Possui uma área densa e diversificada, constituída por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras, além de espécies endêmicas e populações de diversas etnias, especialmente, Xipaia, Kuruaia, Kayapó, além das etnias Juruna e Arara.

Na estação seca, o percurso no rio é difícil e perigoso, somente pescadores e pilotos experientes decorrem o afluente em condições de navegabilidade favoráveis, especialmente com visibilidade que lhes permitam identificar pedras, corredeiras e outros obstáculos. Durante a construção da barragem, ocorreu um crescente processo de turbidez mineral que dificultava a navegação, resultando em acidentes (Magalhães, 2016). Os pescadores relatam que após a construção da barragem, houve a redução da vazão, sobretudo no período de seca, sendo impossível trafegar. Todavia, a consequência mais enfatizada por estes pescadores diz respeito à liberdade de ir e vir ou ao direito de chegar facilmente e sem barreiras em seu local de destino. Ademais, outra decorrência que os pescadores observam é a supressão de ilhas à montante da barragem, locais considerados de grande relevância para a perpetuação de algumas espécies, como é o caso dos quelônios da Amazônia (Magalhães, 2016).

Os efeitos socioambientais das barragens não se limitam apenas ao período de operação. Durante a construção, o deslocamento de máquinas, equipamentos e pessoas destinados à construção, refletem impactos também em seu entorno, sobre territórios e recursos naturais que são condição para a reprodução social e econômica de povos e comunidades.

O conhecimento habitual acumulado possibilita a apreensão de transformações sutis no ambiente, incluindo o comportamento de peixes e demais formadores da fauna aquática, mudanças na turbidez da água, na vegetação e outras, assim como de mudanças nas relações sociais. Deste modo é, também, um poderoso aliado para a antevisão de transformações e suas consequências. Ademais, a série de represas no Rio Xingu teria complicações sérias para os povos indígenas e para as grandes áreas de

floresta tropical que os reservatórios inundariam (Santos; Andrade, 1990; Sevá, 2005).

O planejamento da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, é o foco de intenso conflito devido a grandiosidade e a natureza dos seus impactos. A hidrelétrica de Belo Monte ficou conhecida pela ameaça que representa aos povos indígenas, por implantar uma série de represas rio acima em terras indígenas. As represas a montante expandiram consideravelmente a produção elétrica de Belo Monte, regulando a vazão do rio Xingu, que é elevadamente sazonal. O reservatório de Belo Monte é limitado, correspondente à capacidade de suas duas casas de força, mas os cinco reservatórios rio acima seriam excessivos, até mesmo pelos parâmetros amazônicos. O maior desses reservatórios é a represa de Babaquara, renomeada de “Altamira”, com o propósito, aparentemente, de escapar do ônus da crítica que os planos para Babaquara atraíram ao longo dos últimos anos (Fearnside, 2015).

A região de Altamira, situada na mesorregião sudoeste do estado do Pará, apresenta características importantes do ponto de vista antropológico. Ali se encontram etnias com suas identidades mantidas há mais de duzentos anos, habitando ou não em Terras Indígenas, caso dos Xipaya, Kuruaya, Juruna, e também algumas com menos de trinta anos de contato, caso dos Parakanã e dos Arara do rio Iriri (Fearnside, 2015).

A narrativa sobre as pesquisas ambientais relacionadas às represas do Xingu destaca inúmeros problemas que são comuns aos encontrados na avaliação dos impactos ambientais e nos processos de licenciamento em toda a região amazônica do Brasil. Duas das represas planejadas alagariam uma parte do Parque Indígena do Xingu. O parque foi feito pelos irmãos Villas Bôas para acolher várias tribos, cujas populações sobreviventes foram realocadas para lá no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a fim de salvá-las de um destino violento, já que suas terras haviam sido tomadas por uma variedade de pretendentes cruéis (Davis, 1977).

A usina hidrelétrica de Tucuruí, em 1974, bloqueou o rio Tocantins e alagou cerca de 2.430 km<sup>2</sup> dentre eles, a área indígena Parakanã. O

governo brasileiro tem planos gananciosos de amplificação hidrelétrica na Amazônia, e as experiências passadas, como a hidrelétrica de Tucuruí, devem ser levadas em conta, pois contém várias lições que devem ser consideradas para a tomada de decisões.

Os habitantes das áreas próximas ao reservatório apresentaram uma grande lista de reclamações e organizaram um acampamento na entrada da sede da Eletronorte por dois anos, buscando alternativas para o reassentamento. As vilas rio abaixo da barragem sofreram um impacto devastador em sua economia, resultando em um conflito quase unânime da população local, em relação à Eletronorte.

O programa de realocação para os moradores da área afetada pelo alagamento teve sérios problemas sociais, como mencionado em diversos estudos (Castro, 1989; Magalhães, 1990; Mougeot, 1990). Inicialmente, estimativas apontavam que cerca de 9.500 pessoas, em 13 vilarejos seriam retiradas para um novo local (Eletronorte, s/d [1979]; *apud* Monosowski, 1990). Porém, após o enchimento, novas estimativas surgiram e indicaram a realocação de 3.350 famílias, totalizando 17.319 pessoas (Monosowski, 1990). Além disso, a Eletronorte (1984, citada por Magalhães, 1990) calculou que 32.871 pessoas foram realocadas, sem contar a população indígena. Um ano após o fechamento da barragem, em 1985, ainda havia 1.500 famílias sem reassentamento (Comissão Interministerial, 1985, *apud* Teixeira, 1996).

Ao todo, 3.700 pessoas alocadas pela Eletronorte, tiveram que ser mais uma vez realocadas para outras áreas quando aconteceu inundações nos primeiros locais de reassentamento causadas pelo reservatório (Magalhães, 1990). Isso aconteceu como consequência dos erros no mapa topográfico da área a ser inundada, com outras áreas mapeadas como 76 metros acima do mar, sendo, na verdade, abaixo da cota, que seria 72 metros.

A população por completo foi afetada pela hidrelétrica de Tucuruí, não só pessoas que foram reassentadas por conta da inundação, mas também as que foram atraídas à área por causa das estradas, mercados e

oportunidades de emprego. A Eletronorte categoriza esses migrantes como fora de sua responsabilidade, no entanto, essa população é atraída consequentemente pela construção da barragem. As pessoas que se deslocaram têm tido problemas adicionais e têm provocado desmatamento, dentre outros impactos.

O impacto sobre as comunidades indígenas é um dos aspectos mais controversos de Tucuruí, assim como é com outras barragens que existem e são propostas na Amazônia. Tucuruí resultou em uma alagação de partes de três terras indígenas, são elas Parakanã, Pucurui e Montanha, enquanto suas linhas de transmissão atravessaram quatro outras áreas (Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava), (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1991). Além disso, o aumento de doenças, como a malária contribuiu para um aumento no índice de mortalidade entre as tribos após a mudança (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1991).

Os impactos sociais causados pela usina hidrelétrica de Tucuruí foram e continuam sendo graves. Isso inclui o deslocamento da população que vivia na área inundada e sua realocação, devido a uma infestação de mosquitos da espécie *Mansonia*, o desaparecimento da pesca que sustentava as comunidades, as implicações na saúde em decorrência da malária e a contaminação por mercúrio, como a perturbação e o deslocamento de grupos indígenas.

## PROBLEMAS DE ENCHENTE E INUNDAÇÃO EM BARRAGENS COM POPULAÇÃO REGIONAL

As consequências ambientais a jusante de grandes usinas hidrelétricas são objetos de estudo sob variados focos, porém, não contem com a devida relevância durante o projeto, avaliação de riscos, implementação e acompanhamento pós construção, da mesma forma que com a gestão de tais empreendimentos (Baird, 2021).

Durante a avaliação, quando os impactos são detectados, são negligenciados ou subestimados, muitas vezes, caracterizados quanto a

sua relação de qualidade de água e quanto às alterações hidrológicas, posto que esses conceitos estejam interconectados e ocorrem de maneira simultânea, ainda que com ações distintas e de modo multifatorial (Baird, 2021).

A inundação de paisagem e formação de reservatórios traz uma consequência de produção de metilmercúrio e sua bioacumulação na cadeia alimentar, causando um impacto negativo às espécies de peixe e também ao consumo humano, visto que tal macrofauna também é capturada para consumo humano (De Freitas, 2020; Baird, 2021).

A atividade pesqueira na região Amazônica é de extrema importância socioeconômica e cultural, influenciada pelas variações do ciclo hidrológico, que afeta diretamente a frequência e a quantidade de produção de pescado. Estudos realizados por De Freitas (2020) no Guaporé, um dos rios da bacia do Madeira, mostra que houve variação nos períodos de antes da construção da barragem e após a construção da barragem no rio Madeira. Antes do barramento, a produção de pescado possuía correlação com as cheias do rio, o que não se apresentou após o barramento. Além da produção, a variedade de animais também foi afetada, indicando um grande impacto na qualidade de vida da população ribeirinha, por afetar diretamente os estoques pesqueiros da região.

A variação hidrológica também afeta a concentração de sedimentos em suspensão transportados, causando um aumento da concentração de fósforo e nitrogênio, indicando um aumento da produtividade primária (Forsberg *et al.*, 2017). Há redução de 20% na liberação de suspensão de sedimentos no rio Amazonas, visto que o rio Madeira contribui com aproximadamente 50% do total de sedimentos para o sistema Amazônico, afeta diretamente a produtividade da bacia (Latrubesse, 2017, Baird, 2021).

Os efeitos negativos hidrológicos também afetam os regimes de vazão dos rios, afetando suas enchentes históricas, visto que o represamento altera o comportamento da vazão do rio. Algumas barragens do mundo, como a barragem Nierji, situado na bacia do Nenjiang, controlou sua vazão, utilizando a barragem, (Cheng, 2021).

Contudo, devido as mudanças climáticas, há eventos esporádicos de transbordo e efeito de pulso, nas quais os ajustes dos atuais modelos de distribuição não conseguem ajustar, causando falhas nas barragens para evitar enchentes, pois o tempo para realizar o esvaziamento preventivo da barragem seria demasiadamente curto (Boulangue, 2021).

Da mesma forma que as enchentes tiveram aumento, os períodos de seca podem ter seus efeitos aumentados por efeitos climáticos, visto que houve um aumento sistemático de temperatura em todo o Brasil (Regoto, 2021), que aliado ao desmatamento e uso inadequado do solo, aumentam os períodos de seca. Portanto, agravam os regimes fluviais e suas vazões mínimas (Boulton, 2022), causando mais problemas as barragens, diminuindo sua produtividade energética (Wan, 2021). Em consultas com a Agência Nacional de Águas (ANA), muitas das estações pluviométricas e fluviométricas próximas das barragens possuem registros com menos de 20 anos, o que dificulta os estudos de impactos ambientais e os estudos fluviométricos.

O conhecimento indígena ou local pode ser um indicativo de aumento dos níveis fluviais e os impactos ambientais relacionados (Baird, 2021). A alteração climática afetou localmente o rio e, por consequência, a usina, a qual, no mês de outubro de 2023 operou com menos de 50% da média histórica (Infomoney, 2023).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho conclui que a falta de planejamento potencializa os possíveis impactos em barragens na região, sendo essa prática sistemática, tanto em barragens antigas como em Balbina, quanto no Xingu e, pelos estudos analisados, também acontecem nas barragens do rio Madeira. O aquecimento global, juntamente com o processo de desmatamento potencializam os efeitos de seca e enchente do rio Madeira, causando discrepâncias entre os valores usados na barragem e os valores atualmente coletados.

## REFERÊNCIAS

ASSAHIRA, Cyro *et al.* Tree mortality of a flood-adapted species in response of hydrographic changes caused by an Amazonian river dam. **Forest ecology and management**, v. 396, p. 113-123, 2017.

AB'SABER, A. N. **A Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: EDUSP, 1996.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. 1991. **II Tribunal Internacional das Águas**. Caso: as hidrelétricas na Amazônia Brasileira. São Paulo. 172 p.

BAIRD, I. G., Silvano, R. A. M., Parlee, B., Poesch, M., Maclean, B., Napoleon, A., ... Hallwass, G. (2021). The downstream impacts of hydropower dams and indigenous and local knowledge: examples from the Peace–Athabasca, Mekong, and Amazon. **Environmental Management**, 67(4), 682-696. DOI:10.1007/s00267-020-01418-x

AMAZÔNIA REAL. 2014. **Consórcio confirma parada total de 17 turbinas de Santo Antônio**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/consorcio-confirma-parada-total-de-17-turbinas-de-santo-antonio/> Acesso em: 2 out. 2023.

BOCANEGRA, Camille, **Santo Antônio Energia, da Eletrobras (ELET3), interrompe operação de hidrelétrica no rio Madeira por baixo nível de vazão**. Infomoney, 2023 Disponível em: [www.infomoney.com.br/mercados/santo-antonio-energia-da-eletobras-elet3-interrompe-operacao-de-hidreletrica-no-rio-madeira-por-baixo-nivel-de-vazao/](http://www.infomoney.com.br/mercados/santo-antonio-energia-da-eletobras-elet3-interrompe-operacao-de-hidreletrica-no-rio-madeira-por-baixo-nivel-de-vazao/). Acesso em: 5 out. 2023.

BOULANGE, Julien *et al.* Role of dams in reducing global flood exposure under climate change. **Nature Communications**, v. 12, n. 1, p. 417, 2021.

BOULTON, Chris A.; LENTON, Timothy M.; BOERS, Niklas. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. **Nature Climate Change**, v. 12, n. 3, p. 271-278, 2022.

BRASIL. Eletrobras (Centrais Elétricas do Brasil). (1987). **Plano 2010: relatório geral**. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (dezembro de 1987). Brasília, 269 p.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). (2007). **Manual de inventário hidroelétrico de bacias hidrográficas**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. Brasília, 686 p.

BRASIL. Ministério do planejamento (MP). (2018). **Plano de aceleração do crescimento**. Disponível em: [www.pac.gov.br/infraestrutura-energetica/geracao-de-energiaeletrica](http://www.pac.gov.br/infraestrutura-energetica/geracao-de-energiaeletrica). Acesso em: 7 fev. 2019.

CAMARGO, M.; GHILARDI JR., R. **Entre a terra, as águas e os pescadores do médio rio Xingu: uma abordagem ecológica**. Belém: Eletronorte, 2009. 329 p.

CASTELLO, L.; McGrath, D.G.; Hess, L.L.; Coe, M.T.; Lefebvre, P.A.; Petry, P.; Macedo, M.N.; RENÓ, V.F.; ARANTES, C.C. (2013). The vulnerability of Amazon freshwater ecosystems. **Conservation Letters** 0: 1-13.

CASTRO, Edna. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. **Na trilha dos grandes projetos. Cadernos do Naea**, v. 10, 1989.

CHEN, Liwen *et al.* Alteration of flood pulses by damming the Nenjiang River, China—Implication for the need to identify a hydrograph-based inundation threshold for protecting floodplain wetlands. **Ecological Indicators**, v. 124, p. 107406, 2021.

DAVIS, S. H. (1977). **Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 205 p.

DE FREITAS, Helen Cristina PARAZZI; DA COSTA DORIA, Carolina Rodrigues; SOUSA, Raniere Garcez Costa. Hydroelectric dams from madeira river seasonally impacts the fisheries production in the Guaporé basin (Rondônia, Brazil). **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 46, n. 4, 2020.

DE RESENDE, Angélica Faria *et al.* Mortalidade maciça de árvores devido a distúrbios de pulso de inundação nas florestas de várzea da Amazônia: os efeitos colaterais da produção de energia hidrelétrica. **Ciência do Meio Ambiente Total**, v. 659, p. 587-598, 2019.

DEBERDT, G., Teixeira, I., Lima, L. M. M., Campos, M. B., Choueri, R. B., Koblitz, R., Branco, S. R. e Abreu, V.L.S. 2007. **Parecer Técnico n. 014/20007 – FCOHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Brasília. 221 p.

FEARNSIDE, P.M. **A hidrelétrica de Balbina – o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia**. Estudos Iamá I. São Paulo: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. 1990. 69 p.

FEARNSIDE, P.M.. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. 2. ed. Manaus: Editora INPA, 2003. 134 p

FEARNSIDE, Philip M. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/ncn/article/view/315/501> Acesso em: 1º out. 2023.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. 2015. Disponível em:

[https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4684/1/hidreletricas\\_na\\_Amazonia\\_v1.pdf](https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4684/1/hidreletricas_na_Amazonia_v1.pdf).

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Vol. 2. 2015.

FEARNSIDE, P.M. 2017. As barragens do rio Madeira: Uma espada de Dâmocles pairando sobre Porto Velho. p. 31-40. *In*: Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e José Antônio Herrera (eds.) **Hidrelétricas na Amazônia: interpretações geográficas sobre as usinas no Madeira e no Xingu**. Universidade Federal do Pará, Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia, Belém-PA, 262 p. [Publicado 25 de junho de 2019].

FEARNSIDE, 2014. **Barragens do rio Madeira - sedimentos - 1: Resumo da série**. 28 de abril de 2014. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-sedimentos-1-resumo-da-serie>. Acesso: 1º out. 2023.

FEARNSIDE. 2015. **As barragens do rio madeira como espada de Dâmocles - 2: O risco para Porto Velho**. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/as-barragens-do-rio-madeira-como-espada-de-damocles-2-o-risco-para-porto-velho/>. Acesso: 2 out. 2023.

FEARNSIDE, **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEARNSIDE, P. M. (2014). Impacts of Brazil's Madeira River dams: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Science & Policy**, 38: 164-172. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2013.11.004>

FORSBERG, Bruce R. *et al.* The potential impact of new Andean dams on Amazon fluvial ecosystems. **PloS One**, v. 12, n. 8, p. e0182254, 2017.

FURNAS (Furnas Centrais Elétricas S.A.); CNO (Construtora Noberto Odebrecht S.A.). **Respostas às Perguntas 38 Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e José Antônio Herrera apresentadas pelo IBAMA no Âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental do Complexo Madeira, Informações Técnicas n. 17, 19 e 20/2007**  
COHID/CGENE/DILIC/ IBAMA, 2007.

HESS, Laura L. *et al.* Dual-season mapping of wetland inundation and vegetation for the central Amazon basin. **Remote Sensing of Environment**, v. 87, n. 4, p. 404-428, 2003.

JUNK, W.J.; PIEDADE, M.T.F. 2010. An Introduction to South American wetland forests: distribution, definitions and general characterization. Chapter 1. *In*: Junk, W.J.; Piedade, M.T.F.; Wittmann, F.; Schöngart, J.; Parolin, P. (Eds.). Amazonian floodplain forests. Ecophysiology, biodiversity and sustainable management. **Ecological Studies** 210. Springer.

JUNK, W.J. Wetlands of Tropical South America. *In*: Whigham, D.; Dykyjova, D.; Hejny, S. **Handbook of vegetation science** - wetlands of the world: inventory, ecology and management. 1993. p. 679-739. 785 p.

JUNK, W.J.; Bayley, P.B.; Sparks, R.E. (1989). The flood pulse concept in river floodplain systems. p. 110-127. *In*: D. P. Dodge (Ed.) Proceedings of the International Large River Symposium. **Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.** 10.

JUNK, W. J. (1989). Flood tolerance and tree distribution in central Amazonia. *In*: Holm-Nielsen, JUNK, W. J. (1979). Recursos hídricos da região amazônica: utilização e preservação. **Acta Amazonica**, 9(4): 37-51.

JUNK, W. J. *et al.* **Tropical forests** – botanical dynamics, speciation and diversity. 1989.

KUBITZIK, K. 1989. The ecogeographical differentiation of Amazonian inundation forests. **Plant Systematics and Evolution** 162: 285-304.

KILLEEN, T. J. (2007). **A perfect storm in the Amazon wilderness:** development and conservation in the context of the initiative for the integration of the regional infrastructure of South America (IIRSA). Conservation International, Arlington, Virginia, EUA. 98 p. Disponível em: [www.conservation.org/publications/pages/perfect\\_storm.aspx](http://www.conservation.org/publications/pages/perfect_storm.aspx).

LATRUBESSE, Edgardo M. *et al.* Damming the rivers of the Amazon basin. **Nature**, v. 546, n. 7658, p. 363-369, 2017.

LOBO, G.; Wittmann, F.; Piedade, M.T.F. Response of black-water floodplain (igapó) forests to flood pulse regulation in a dammed Amazonian river. **Forest Ecology and Management** 434: 110-118, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.foreco.2018.12.001>.

PIEIDADE, Maria Teresa Fernandez *et al.* Impactos ecológicos da inundação e seca a vegetação das áreas alagáveis amazônicas. **Eventos climáticos extremos na Amazônia:** causas e consequências. São Paulo: Oficina de Textos, p. 268-305, 2013.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa; SILVA, YYP da; VIDAL, C. da L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens—o caso Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 37, p. 111-134, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328066149.pdf> Acesso: 1º out. 2023.

MELACK, John M.; HESS, Laura L. Remote sensing of the distribution and extent of wetlands in the Amazon basin. **Amazonian floodplain forests:** ecophysiology, biodiversity and sustainable management, p. 43-59, 2011.

MONOSOWSKI, Elizabeth. Lessons from the Tucuruí experience. **International water power and dam construction**, v. 42, n. 2, p. 29-34, 1990.

MOUGEOT, Luc JA. Future hydroelectric development in Brazilian Amazonia: Towards comprehensive population resettlement. *In: The*

**future of Amazonia: destruction or sustainable development?** London: Palgrave Macmillan UK, 1990. p. 90-129.

NEVES, Juliana Rocha Duarte. **Variação da fitofisionomia e dinâmica em florestas alagáveis de igapó na Amazônia Central relacionada aos distúrbios.** 2018.

REGOTO, Pedro *et al.* Observed changes in air temperature and precipitation extremes over Brazil. **International Journal of Climatology**, v. 41, n. 11, p. 5125-5142, 2021.

WAN, Wenhua *et al.* Analisando o impacto da seca na produção de hidroeletricidade: Um estudo em escala global. **Pesquisa em Recursos Hídricos**, v. 57, n. 4, pág. e2020WR028087, 2021.

ROCHA, Camila Cherem *et al.* **Impactos de barragens na Amazônia: uma visão ecossistêmica das barragens hidroelétricas no Brasil.** 2020.

Disponível em:

[https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/36476/2/Dossie\\_Politico\\_Barragens\\_Amazonia\\_USAID\\_RTAC%2010\\_2020.pdf](https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/36476/2/Dossie_Politico_Barragens_Amazonia_USAID_RTAC%2010_2020.pdf) Acesso em: 1º out. 2023.

ROCHA, Maíra. **Efeito da alteração no ciclo hidrológico do Rio Uatumã sobre a regeneração de plântulas a jusante da barragem da Hidrelétrica de Balbina**, AM. 2019. Disponível em:

[https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/36385/1/Tese\\_Maira\\_Rocha\\_.pdf](https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/36385/1/Tese_Maira_Rocha_.pdf) Acesso: 1º out. 2023.

SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. de (Ed.). **Hydroelectric Dams on Brazil's Xingu River and Indigenous Peoples.** Cultural Survival Report 30. Cambridge, Massachusetts, E.U.A: Cultural Survival, 1990.

SEVÁ, O. Works on the great bend of the Xingu - A historic trauma. Hydroelectric Dams on Brazil's Xingu River and Indigenous Peoples. **Cultural Survival Report**, v. 30, p. 19-35, 1990.

SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.  
**Atlas Climatológico da Amazônia Brasileira.** Belém, PA, Brasil:  
SUDAM/PHCA, 1995. 125 p.

SIOLI, Harald. **Amazônia:** fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. (Sem título), 1985.

SMITH, Nigel JH *et al.* Impactos ambientais da exploração de recursos na Amazônia. **Mudança Ambiental Global**, v. 4, p. 313-320, 1991.

Tucci, C.E.M. 2007. **Análise dos estudos ambientais dos empreendimentos do rio Madeira. Fevereiro de 2007.** Relatório para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Brasília, DF, Brasil

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília: ABA, 2012.

Disponível em:

[https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/k3100001\\_0.pdf](https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/k3100001_0.pdf). Acesso em: 3 out. 2023.

# A CRIATIVIDADE COMO UM DOS FATORES ESTRATÉGICOS PARA O AVANÇO DAS ORGANIZAÇÕES

Denilson Nunes Moreira<sup>42</sup>

Daniel Ribeiro Rodrigues<sup>43</sup>

Melria Larque Santos de Souza<sup>44</sup>

Edney Costa Souza<sup>45</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem objetivo de analisar a utilização da criatividade como ferramenta indutora ao processo inovador em um tempo de mudanças e transformações sociais, econômicas e culturais a que enfrentam as organizações. Neste sentido, a partir de um olhar frente a relação entre criatividade, inovação e competitividade, percebe-se a importância da aplicação destes contextos às organizações. Diante do atual contexto mercadológico de intensa competitividade e a busca por produtividade, a criatividade tem despontado como uma característica necessária às organizações que necessitam estar em constante evolução frente a um mercado competitivo e de mudanças tecnológicas na busca por resultados inovadores lastreados por ações disruptivas, centradas em oferecer alternativas em novos produtos e serviços aos consumidores e usuários. Assim, o modelo tradicionalista de algumas organizações necessitará de revisão e adaptação, desfazendo as barreiras que impedem o desenvolvimento da criatividade ao estimular um ambiente criativo favorável. A metodologia pautou-se por uma ampla análise teórica em livros,

---

<sup>42</sup> Administrador, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede BIONORTE/Universidade Federal de Rondônia, e-mail: prof.denilsonpvh@gmail.com.

<sup>43</sup> Administrador, Centro Universitário Aparício Carvalho, e-mail: danielrodrigues160714@gmail.com.

<sup>44</sup> Administradora, Centro Universitário Aparício Carvalho, e-mail: melryalarque5@gmail.com.

<sup>45</sup> Administrador, doutor, Faculdade Católica de Rondônia, e-mail: professor\_edney@hotmail.com.

manuais e artigos científicos disponibilizados em bancos de dados físicos e eletrônicos disponíveis na internet por universidades e organizações públicas e privadas. Os resultados demonstraram que a criatividade é uma ferramenta capaz de estimular a inovação e a geração de respostas que possam conduzir as organizações a novos patamares em desenvolvimento e de vantagens corporativas, mas para a efetivação destas ações torna-se necessário o envolvimento de pessoas comprometidas e de organizações com foco em resultados. Conclui-se que a criatividade é uma ferramenta valiosa na execução de ações inovadoras, quando associada ao uso de tecnologia e ao estímulo de pessoas criativas na busca por resultados.

**Palavras-chave:** Competitividade. Estratégias. Inovação. Imaginação.

## INTRODUÇÃO

A criatividade, ao longo das últimas décadas, tem emergido como um elemento crucial para o sucesso e avanço das organizações em um ambiente empresarial cada vez mais dinâmico e competitivo. Com a crescente complexidade dos desafios enfrentados pelas empresas no século XXI, a capacidade de inovar e criar soluções únicas se tornou não apenas desejável, mas também uma necessidade imperativa. Neste contexto, este artigo científico busca explorar o papel da criatividade como um dos principais fatores estratégicos que impulsionam o progresso das organizações (Chaubey; Sahoo, 2022; Conceição, 2022).

Em um cenário de mudanças e transformações globais, as organizações estão cada vez mais valorizando e investindo em soluções inovadoras, buscando profissionais criativos alinhados na busca por resultados. Neste sentido, a criatividade é um processo do pensamento que leva a um resultado inovador de aprendizagem, de questionamento e desenvolvimento, integrando-se à imaginação, à intuição, à criação, ao sentimento, à lógica, à razão, à sistematização e ao planejamento, tendo como objetivo alcançar a eficiência dos resultados propostos (Ghosh, 2015; Grabner; Klein; Speckbacher, 2022).

As análises teóricas e a visão dos principais autores sobre o papel da criatividade nas organizações estabelecem um entendimento sobre a relação da integração da cultura organizacional aos processos organizacionais e como uma organização poderá impactar positivamente os seus negócios, quando aplica as adequações corretas.

Além disso, o estudo propõe modelos de processos criativos que podem ser aplicados às organizações como ferramentas no auxílio a expansão do processo criativo em um cenário de mudanças e transformações tecnológicas crescentes que possibilitam as organizações adotarem abordagens criativas bem-sucedidas na busca por resultados e benefícios (Marion Filho; Sonaglio, 2017).

O estudo foi dividido desta forma, na primeira parte, a introdução, na segunda, o desenvolvimento, na terceira, a metodologia e na quarta, as considerações finais, assim, o tema central se propôs a contribuir para uma reflexão teórica sobre a importância da criatividade nas organizações e fornecer insights valiosos para líderes, gestores e pesquisadores interessados na promoção de mudanças necessárias as organizações.

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIATIVIDADE**

A criatividade é uma habilidade nascida do ser humano, em maior ou menor estado, de acordo com seu desenvolvimento e suas experiências, o meio ambiente e o meio social no qual o indivíduo se desenvolve podem ampliar uma maior ou menor quantidade de estímulos físicos, sensoriais e experienciais, fazendo assim, uma mediação entre o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e da criatividade (Araújo Filho, 2003, Gurgel, 2006).

No entendimento de Barreto (2009), os seres humanos são criativos, devido todos terem uma criança dentro de si. Prossegue o autor explicando que o fator criatividade aparece desde a fase da infância, na tentativa de descobrir o mundo, conhecer o que está ao redor, as

constantes perguntas, as travessuras, as brincadeiras, a habilidade e a atividade infantil é o espelho da criatividade em ação, uma demonstração de sua personalidade em desenvolvimento. A criatividade também é um método de sobrevivência utilizado pelo homem desde a antiguidade, auxiliando a solução de problemas e dando origem às principais descobertas do homem.

Pinheiro e Pinheiro (2005) relatam em sua obra que ao longo dos anos a criatividade vem sendo objeto de estudo pela sociedade, despertando interesse de diversos pesquisadores, tendo atualmente uma visão mais clara da sua importância e relevância em vários contextos, por profissionais de diferentes áreas que apontam para uma grande dificuldade em conceituá-la e explicar o que está relacionado a ela, tornando evidentes as divergências e complexidade envolvida.

Pinheiro e Cruz (2009) afirmam que nos tempos passados a criatividade não despertava interesse científico, era somente associada às artes e por sua vez, com pessoas que apresentavam comportamentos estranhos, indicando alguns problemas psicológicos, como por exemplo, Da Vinci e Van Gogh, com isso, a ideia de “genialidade” e “loucura” estavam muito relacionadas. Menciona o autor que até o século XVII a criatividade era entendida sob um aspecto subjetivo, onde não era passível de investigação, sendo comparada à genialidade, inspiração e sorte.

Outra concepção da criatividade que esteve presente por muito tempo, consistia em associá-la à imaginação e esta seria a livre combinação de ideias obtida por inspiração e dom, que favorecia apenas os gênios, mentes criativas, capazes de criar em uma condição diferenciada dos demais indivíduos (Souto, 2022; Saintilan; Schreiber, 2023).

A ideia de que a criatividade era algo que somente algumas pessoas poderiam obtê-la, ou seja, algo inato e inexplicável, também atribuiu à ideia de que não poderia ser desenvolvida e assim, nada poderia

ser feito no sentido de estimulá-la (Sousa, 2009, Silva Filho, 2010; Volpato; Cimbalista, 2017).

Porém, o grande marco que incentivou os estudos da criatividade, foi o ilustre discurso de Guilford em 1950 à comunidade científica. Na ocasião, como Presidente da American Psychological Association (Associação Americana de Psicologia), Guilford contesta os testes de Inteligência, o QI (Quociente de Inteligência) tão aceito e difundido, uma vez que os testes avaliariam apenas respostas relativas a conhecimentos assimilados anteriormente, já a criatividade seria a capacidade do indivíduo de inventar novas respostas (Rocha, 2016).

## CONCEITOS SOBRE O PROCESSO DE CRIATIVIDADE

A criatividade é um sistema dinâmico multifacetado que envolve uma interação ativa entre elementos relativos à pessoa, envolvendo características de personalidade e habilidade de pensamento, e ao ambiente, como o clima psicológico, os valores e normas da cultura e as oportunidades para expressão de novas ideias (Ulbricht; Vazin, 2013; Kaveski; Beuren, 2020).

A criatividade, do latim *creatus*, que significa criar (*creatus est* = foi criado), pode ser definida como a qualidade ou característica de quem é criativo; inventividade, inteligência e talento, natos ou adquiridos, para criar, inventar, inovar. O comportamento criativo é produto de uma visão de vida, de um estado permanente de espírito, de uma verdadeira opção pessoal quanto a desempenhar um papel no mundo (Predebon, 2006, p. 36).

A criatividade está relacionada à ação, ao movimento e ao agir, por exemplo: expressar-se, processo, evolução, desenvolvimento, flexibilidade, fluidez, originalidade e elaboração, fazendo com que as ideias mudem de pessoa para pessoa, no entanto, quase sempre, seus conceitos se completam. Prossegue o autor afirmando que

etimologicamente, as palavras criar e criatividade estão ligados ao termo grego *greer* = fazer, produzir e ao termo em latim *crescere* = crescer, onde a origem da palavra dá vida à ideia de criatividade, nos impulsionando a realizar, agir e fazer. A criatividade é um potencial do ser humano, e a realização desse potencial é uma de suas necessidades. O homem cria não por gostar ou porque quer, e sim, porque precisa (De Sousa; Monteiro, 2010; Sousa, 2009; Ostrower, 2014).

No entendimento de Zinker (2007), a criatividade é a celebração da grandeza de uma pessoa, a sensação de que ela pode tornar qualquer coisa possível, sendo considerada a celebração da vida.

Comenta Moreira (2008) que a criatividade é um fenômeno essencial à existência humana, acompanhando a evolução do homem desde o início da civilização, permitindo que em todas as etapas da vida, a criatividade aconteça de maneira natural, marcada pela presença do pensamento criativo.

## **PROCESSO CRIATIVO**

O processo criativo origina-se da criatividade. Ou seja, a criatividade permite criar algo e este trabalho de criação é chamado de processo criativo, no qual envolve originalidade, criatividade e inovação. Como todo trabalho, o processo criativo requer esforço, tanto físico como mental (Aranda, 2009; Burgo, 2016).

De acordo com Silva Filho (2010), no processo criativo não há um conjunto de métodos, informando passo a passo como um momento criativo pode ser gerado, pelo contrário, ele envolve a interação e a repetição de três elementos: análise, síntese e mapeamento. Assim, para desenvolver esta habilidade é necessário entender o que é criatividade a partir de três princípios, atenção, fuga e movimento, ver Quadro 1.

### Quadro 1 – Princípios do processo criativo

Princípios	Características
Atenção	Concentração na situação ou no problema.
Fuga	Ir além dos pensamentos convencionais e fugir dos paradigmas estabelecidos pelo ambiente.
Movimento	Possibilita exercer a atividade criativa em si, dando asas à imaginação.

**Fonte:** Adaptado de Moraes (2009)

As ações mentais destacadas no Quadro 1 formam uma estrutura integrada em que se baseiam todos os métodos de pensamento criativo, com destaque para o princípio da fuga que estabelece o rompimento dos paradigmas estabelecidos.

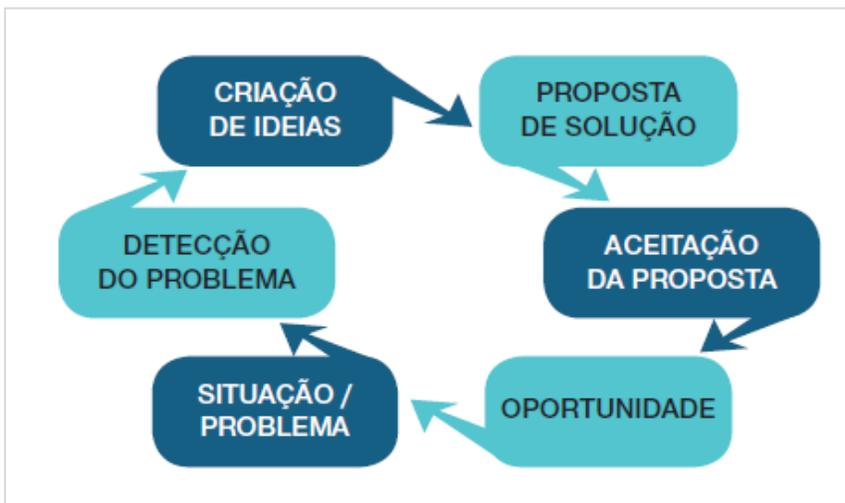
Silva Filho (2015) escreve que a criatividade humana está incluída com a necessidade de transcender os limites pré-estabelecidos. A pessoa criativa possui algumas características que o diferenciam das que não são, sendo elas altruístas, persistentes, motivadas, ousadas, sensíveis, intuitivas, possuem percepção aguçada, são flexíveis, observadoras, receptivas, tem espírito investigativo, são autoconfiante, tem visão holística, são autocríticas, são autossuficientes e independentes.

Na visão de Ostrower (2014), criar é basicamente formar algo, é dar forma a algo novo, abrangendo a capacidade do indivíduo de compreender, relacionar, configurar, ordenar e significar, em qualquer que seja o ramo de atividade.

Gonçalves *et al.* (2010) e Gomes e Lapolli (2014) descrevem que a criação de ideias, e sua utilização sob a forma de inovação, adota um processo cuja análise e aplicação admite solucionar problemas e formular estratégias de mudança, permitindo a adaptação de uma nova situação. O

processo criativo segue um esquema simples, constituído pelas seguintes fases, ver Figura 1:

**Figura 1** – Processo criativo de geração de ideias



**Fonte:** Adaptado de Gonçalves *et al.* (2010)

Como destacado na Figura 1, a geração de ideias está associada a outros critérios, conforme pondera Gurgel (2006) ao considerar que as extensões do processo criativo incluem a pessoa criativa, as relações interpessoais, o ambiente e as relações com os líderes e com os projetos organizacionais.

Pode-se verificar na Figura 2 que o processo criativo não envolve apenas o indivíduo ou o processo em si, mas existe todo um conjunto de fatores que o compõe.

**Figura 2** – Extensões do processo criativo



Fonte: Adaptado de Gurgel (2006)

Como a Figura 2 demonstra, a criatividade necessita de condições adequadas para se desenvolver, e de um modo geral, estas condições envolve a valorização de ideias inovadoras, administração orientada para o futuro, estrutura organizacional marcada por autonomia e flexibilidade e outros pontos como pessoa, produto, ambiente e processo.

## **CRIATIVIDADE ORGANIZACIONAL**

Panizzon, Milan e De Toni (2013) relatam que a Criatividade Organizacional é definida como a criação de novos produtos, ideias, serviços ou procedimentos, com valor agregado, onde os indivíduos realizam seus trabalhos em equipe em um ambiente social complicado.

Conforme analisa Araújo Filho (2003), a criatividade estimula o desconhecido e o desconhecido requer parâmetros à razão, mas se a razão não tem as ferramentas necessárias do conhecimento para embasar o raciocínio de forma lógica, surge, então, a insegurança e essa gera o medo. Fazendo com que a criatividade não se desenvolva de forma satisfatória nos indivíduos, pois o medo inibe o pensar lógico e consequente.

Gomes, Lapolli (2014) afirmam que as organizações modernas devem empenhar-se na identificação dos fatores que bloqueiam a criatividade e a inovação, aos agrupamentos de ideias, à aplicação de técnicas de estimulação do pensamento divergente ou à contratação dos serviços de entidades externas, a fim de melhorarem a criatividade dentro delas.

Araújo Filho (2003) menciona em sua obra, que a criatividade depende de um somatório de fatores e eventos que, quando combinados de maneira harmoniosa, produzem motivação, companheirismo, produtividade, inovações consequentes e lucratividade sustentada.

O ambiente criativo, antes de qualquer coisa, é um dos maiores agentes para o estímulo da felicidade, onde os seres felizes se tornam mais produtivos. O autor destaca ainda, que para o florescimento da criatividade nas organizações é necessário instalações adequadas para o bom desempenho das tarefas, acesso às fontes de informação, disponibilização de tempo, reconhecimento e motivação, controle das preocupações, treinamento sistematizado e total colaboração na aplicação de novas ideias (Araújo Filho, 2003; Marshall Junior *et al.*, 2012).

Aranda (2009) expõe que o clima organizacional adequado para a criatividade é aquele que promove a geração e consideração de ideias com a utilização ajustada de produtos, serviços e fluxos de trabalho. Argumenta a autora que, como um atributo da organização, o clima organizacional tem sido identificado como uma construção produtiva a ser utilizada como diagnóstico para desenvolver e sustentar os esforços. Esse clima suporta o desenvolvimento, assimilação e utilização de abordagens e conceitos novos e diferentes.

As organizações devem mostrar compreensão pelas ideias sugeridas de qualquer colaborador, independente da hierarquia que possuir, evitando preconceitos e críticas destrutivas, assim, as organizações, ao encorajar os integrantes da equipe a não se limitarem a

somente apontar os problemas, mas também encaminharem soluções que acharem relevantes, facilitam um clima para boa motivação e comprometimento espontâneo (Calderaro, 2009).

De acordo com Chibás (2014), existem vários caminhos que levam a estimular a criatividade que transborda nos seres humanos. Estes caminhos passam por formas de promover o pensamento criativo, libertando o potencial criativo de cada pessoa.

Aranda (2009) e Ed Oliveira (2017) explicam que a criatividade pode ser estimulada através de técnicas e ferramentas, sendo estas, facilitadoras no momento de gerar ideias com potencial inovador. Neste sentido, existem estratégias que fomentam o potencial criativo dos colaboradores.

### **TÉCNICA TEMPESTADE DE IDEIAS (*BRAINSTORMING*)**

Meireles (2001) comenta que o *Braistorming* é uma ferramenta ligada à criatividade, seu nome deriva do Inglês “Brain” = mente e “Storming” = tempestade, que traduzido seria Tempestade Cerebral, utilizada na fase de Planejamento para a busca de soluções. Esta técnica foi inventada por Alex F. Osborn em 1939, quando comandava uma importante agência de propaganda. O autor complementa que o *Brainstorming* é usado para que seja criado um maior número de ideias em um grupo de pessoas, de acordo com o tema antecipadamente selecionado, sendo realizadas em seis etapas, ver Quadro 2.

**Quadro 1** – Etapas do *Brainstorming*

<b>1º etapa</b>	<b>Constituir a equipe</b> – São selecionados alguns participantes de um setor que procura resolver o problema, é escolhida uma pessoa exclusiva para secretariar e facilitar a reunião, ou seja, para anotar as ideias de cada membro.
---------------------	---

<p>2<sup>a</sup> etapa</p>	<p><b>Definir Foco e Enfoque</b> – O foco é o tema principal (assunto), onde geralmente está associado a um problema ou a um desafio que se quer vencer. Após ser definido o Foco é necessário estabelecer o Enfoque, este mostrará como o foco vai ser abordado.</p>
<p>3<sup>a</sup> etapa</p>	<p><b>Geração de Ideias</b> – Nesta etapa, o que importará será a quantidade de ideias geradas e não a qualidade da mesma. Será nesse momento que os participantes deverão concentrar-se no foco definido; as ideias emitidas nesta etapa deverão ser anotadas pelo Facilitador, não podendo ser alvo de críticas. O objetivo é elaborar o máximo de ideias que possam ser associadas com outras já emitidas, e frequentemente o facilitador deve realizar leitura de todas as ideias até então anotadas. Esta etapa dura em torno de 10 a 20 minutos, passando para a próxima etapa.</p>
<p>4<sup>a</sup> etapa</p>	<p><b>Crítica</b> – Nesta etapa, busca-se a qualidade, onde será obtida através de uma crítica inicial às ideias geradas. O facilitador lê todas as ideias uma a uma e, em conjunto é feita uma primeira análise, onde será verificado se a ideia está voltada ou não para o foco do problema, caso a resposta for sim, ela continua, caso contrário, é retirada.</p>
<p>5<sup>a</sup> etapa</p>	<p><b>Agrupamento</b> – Depois de selecionadas as ideias em harmonia com o foco, estas são juntadas por grau de semelhança de conteúdo, de forma a gerar subtítulos ou múltiplas respostas.</p>
<p>6<sup>a</sup> etapa</p>	<p><b>Conclusão</b> – Realizada as análises das respostas ou subtítulos, seleciona-se as que combinadas ou isoladamente respondem à questão exposta no foco.</p>

Fonte: Adaptado de Meireles (2001)

Destaca Meireles (2001) que o *Brainstorming* funciona muito bem em problemas simples, se utilizado de maneira correta e, se nas primeiras

tentativas forem escolhidas pessoas reconhecidas por sua capacidade de obterem ideias com considerável facilidade.

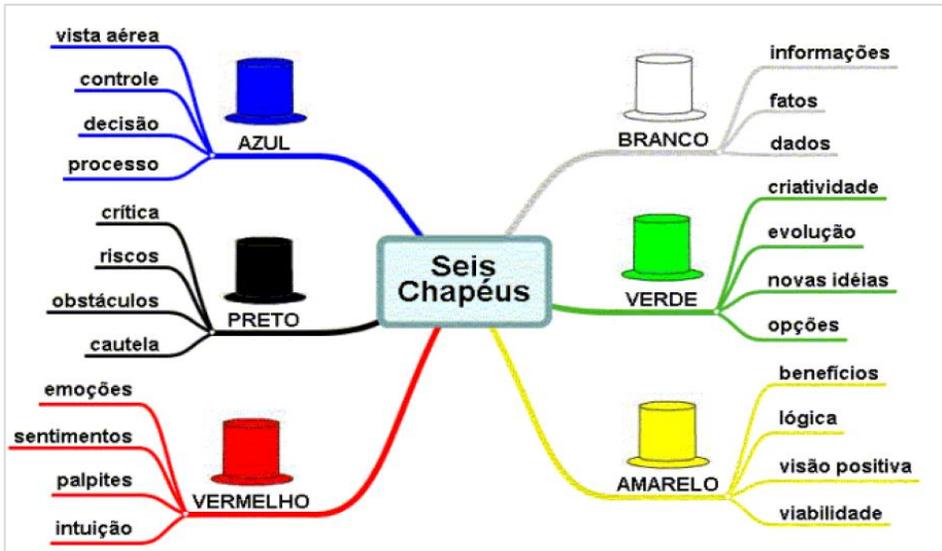
Marchal Junior *et al.* (2012) relata que o *Braistorming* é a reunião de um grupo em que novas ideias são buscadas, e a livre expressão dos participantes deve ser garantida. Esta técnica tem como objetivo maximizar o fluxo de ideias, a criatividade e a capacidade analítica do grupo.

Daychoum (2013) concorda que o *Brainstorming* é a clássica técnica criativa de um grupo, onde a sessão de sugestões livres permite as pessoas pensarem criativamente. Uma vez liberadas, elas precisam de modos para refletir sobre seus problemas e gerar soluções construtivas. O autor ainda complementa que o *Brainstorming* ou tempestade de ideias, mais que uma técnica de dinâmica de grupo, é uma atividade desenvolvida para explorar a potencialidade criativa do indivíduo, colocando-a a serviço de seus objetivos.

## **TÉCNICA DOS SEIS CHAPÉUS**

Conforme Plentz (2011), esta técnica foi desenvolvida por Edward de Bono, onde seis pessoas diferentes utilizam chapéus, simbolicamente, por rodada, encenando o jogo de acordo com a cor do chapéu em questão, representado pelas cores brancas que representam os fatos, informações, questionários, figuras e lacunas existentes; a vermelha, os sentimentos, intuições e emoções; a preta, as lógicas negativas para identificar barreiras; a amarela, a lógica positiva, para a busca de benefícios e harmonia; a verde, para desenvolver a criatividade, proposta, alternativas, provocações e mudanças; a azul, o pensar sobre o controle do processo geral.

Figura 3 – Representação da Técnica Seis Chapéus



Fonte: Adaptado de Plentz (2011)

Afirma Ortiz (2014) que esta ferramenta é utilizada para facilitar a produção de pensamentos, para análise e solução de problemas de pontos de vistas diferentes ou perspectivas. Permitindo, também, pensamentos de diversos ângulos, onde os seis chapéus de cores diferentes simulam outras maneiras de pensar, utilizando a metáfora como base do raciocínio, potencializando a produção de várias ideias.

Burgo (2016) escreve que, a Técnica Seis Chapéus organiza de forma ordenada e consciente a mudança de vários pontos de vista para o mesmo problema. Com esta técnica, o grupo ou o indivíduo usa figurativamente seis chapéus coloridos que cogitam seis tipos de atitudes a tomar na desconstrução de um problema. Esta técnica é bastante interessante de se realizar nas organizações, pois os colaboradores simbolizam o papel atribuído, tentando abandonar os seus próprios padrões de pensamento.

## A IMPORTÂNCIA DA CRIATIVIDADE PARA AS ORGANIZAÇÕES

Todos os seres humanos são criativos, porém, alguns possuem a característica criativa mais elevada que outros, onde estes contêm uma superior capacidade de percepção e de ação (Faria; Veiga, 2008; Feldman; Ruthes; Cunha, 2008).

Segundo Grabner, Klein e Speckbacher (2022), o desenvolvimento da humanidade depende cada vez mais do que acontece no campo das ideias, da inovação e do descobrimento, nesse sentido, a criatividade é fundamental para as organizações atuais, para dar respostas a novos problemas e buscar fórmulas para situações de mudanças enfrentadas.

Um dos principais combustíveis para a criatividade é a imaginação, sendo um aspecto intrínseco ao ser humano que lhe possibilita trabalhar e combinar ideias e fatos conhecidos, a fim de gerar novas criações (Silva Filho, 2010; Ulbricht; Vazin, 2013). Ostrower (2014) afirma que pelo fato de o ser humano ser o principal responsável pela exploração desse fenômeno chamado criatividade, as organizações devem buscar capacitar e estimular todos os colaboradores, independente de suas funções, visto que hoje, mais do que no início da história conhecida, é o capital humano o maior responsável pelo diferencial das empresas, por isso, criar envolve desde o clima organizacional à satisfação do cliente.

Silva Sousa (2005) transcreve que a capacidade de criar é uma das competências mais exigidas no cenário atual, por permitir que as organizações se diferenciem uma das outras, destacando-se e alcançando a aprovação de clientes e novos mercados, adotando a filosofia do estímulo ao processo criativo e entendendo a importância que este fator exerce no sucesso de seus empreendimentos. Com certeza se manterão firmes no mercado, e mais forte da cadeia predatória.

## FATORES FAVORÁVEIS AO ESTIMULO DA CRIATIVIDADE

Araújo Filho (2003) menciona sete fatores motivacionais da criatividade nas empresas, sendo eles, revelar compreensão pelas ideias sugeridas, contemplar e respaldar as oportunidades do pensar diferenciado, criar condições para testar as novas ideias na pratica, encorajar o encaminhamento de soluções pelos que lidam diretamente com a tarefa, demonstrar reconhecimento e aceitação pelo envolvimento do colaborador na busca da solução, divulgação dos resultados obtidos pela equipe e recompensa às participações vitoriosas e individualmente.

Porém Alencar (1995), vai além, ao listar alguns fatores favoráveis à criatividade e inovação em uma organização, ver Quadro 2.

**Quadro 2 – Fatores favoráveis à criatividade**

<b>Fatores</b>	<b>Descrição</b>
<b>Autonomia</b>	Grau em que se dá aos colaboradores liberdade para inovar.
<b>Sistema de premiação dependente do desempenho</b>	Considera-se que há maior probabilidade de surgirem novas ideias quando os colaboradores percebem que o sistema de premiação é justo e apropriado, e se baseia na competência e desempenho.
<b>Apoio à criatividade</b>	Percepção, por parte dos colaboradores, de que a organização está aberta a novas ideias.
<b>Aceitação das diferenças e interesse pela diversidade entre os membros</b>	Propostas inovadoras ocorrem quando há espaço para a divergência de pontos de vista e propostas.

<b>Envolvimento pessoal</b>	Um indivíduo motivado, com alto grau de envolvimento, apresentará, certamente, alto nível de dedicação ao trabalho.
<b>Apoio da direção</b>	Um clima criativo só ocorrerá caso haja apoio dos escalões superiores da organização.

**Fonte:** Adaptado de Alencar (1995)

O Quadro 2 destaca os fatores que contribuem para o florescimento da criatividade dentro das organizações, evidenciando fatores como o apoio à criatividade quando os colaboradores percebem que a organização está aberta a novas ideias, situação que permite a prática da disseminação da criatividade e a exploração do potencial criativo.

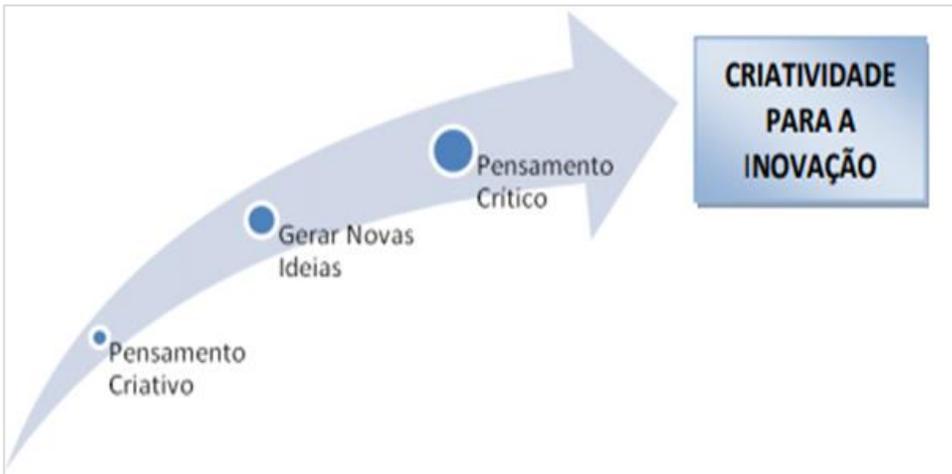
As características de um ambiente que beneficiam a criatividade incluem práticas de valorização das pessoas e de promoção de condições para que cada colaborador procure dar o melhor de si. Para que os trabalhadores produzam ideias criativas, é essencial que tenham autonomia, que percebam que a organização está aberta a novas ideias e a aceitar possíveis mudanças que sejam benéficas (Gonçalves *et al.*, 2010).

Vários são os fatores que influenciam o conhecimento, a concentração e o uso do talento criativo nas organizações, muitos desses fatores residem no ambiente de trabalho e podem apresentar tanto um caráter facilitador quanto agentes repressores da criatividade e ao seu aproveitamento (Feldman *et al.* 2007).

## **A GERAÇÃO DE INOVAÇÃO PELA CRIATIVIDADE**

A criatividade ainda não é aplicada de forma plena no meio empresarial, onde se tem a ideia de que o importante é apenas inovar. Neste sentido, a efetivação não se limita apenas na geração de novas ideias, mas envolverá o pensamento criativo e crítico, ver Figura 4.

**Figura 4** – Etapas do processo criativo



Fonte: Adaptado de Figueiredo (2022)

A Figura 4 evidencia as principais etapas do processo criativo, sendo os caminhos que fortaleceram a efetivação da criatividade nas organizações.

## **BARREIRAS AO ESTIMULO DA CRIATIVIDADE**

As organizações, ao abrirem espaços para a criatividade e inovação, poderão encontrar soluções a mudanças qualitativas no ambiente organizacional. A criatividade e a inovação renovam o cotidiano das pessoas, trazendo um hábito saudável para o ambiente organizacional, sendo pouco a pouco transferidos para outros contextos e outros ambientes, pois a criatividade dá permissão às pessoas para que se percebam criativas (Feldman *et al.* 2007).

Sousa (2009) menciona que muitas empresas não buscam juntar no desenvolvimento de suas atividades fatores que estimulem a criatividade de seus funcionários, pelo contrário, permanecem em estruturas tradicionais e centralizadoras que não permitem que a criatividade se desenvolva como propulsora de ideias, gerando novas soluções para seu

empreendimento. Essas empresas fazem com que a capacidade de criar fique estagnada em agravo de fatores como produtividade mecanicista, a qual não exige dos trabalhadores uma capacidade de planejar soluções, já que tudo é muito habitual e direcionado.

O processo de implantação de uma nova ideia ou solução poderá encontrar barreiras e dificuldades, pois a mudança e a inovação, geralmente são vistas como ameaçadoras, e a rejeição dessas novas ideias tem sido regra e não exceção em muitos contextos organizacionais. A autora afirma que o medo é um dos principais bloqueios da criatividade, onde os colaboradores não conseguem expressar suas ideias com receio de serem criticados, gerando o medo de não ser capaz de solucionar determinado problema. Ou seja, o medo de errar é constante, assim, uma solução viável é promover condições para o desenvolvimento do potencial dos colaboradores, e aguçar a consciência das organizações para as potencialidades de seus recursos humanos, que na maioria das vezes não são reconhecidas e aproveitadas (Parolin, 2013; Costa, 2014).

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa consistiram em uma análise qualitativa, utilizando dados teóricos em livros, artigos, dissertações e teses em base de dados em plataformas abertas na internet e em banco de dados de órgãos públicos e privados em suporte ao tema central. Esses dados forneceram informações teóricas e documentais relevantes para o tema central da pesquisa.

Creswell (2010) destaca que a abordagem qualitativa é uma maneira eficaz de capturar dados e informações relevantes para a pesquisa, proporcionando a oportunidade de descobertas inovadoras ao longo do processo.

De acordo com Richardson *et al.* (2015), o método qualitativo permite uma compreensão aprofundada do comportamento de grupos e

indivíduos, explorando suas experiências em contextos reais e fornecendo resultados significativos para o tema em estudo. Essa abordagem possibilita uma análise mais fluída e detalhada dos fenômenos estudados, promovendo uma maior compreensão dos aspectos subjetivos envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou abordar as diversas perspectivas em relação aos desafios, estratégias, ferramentas e fatores associados à criatividade como ferramenta indutora ao desenvolvimento das organizações. Atualmente, as organizações estão cada vez mais preocupadas e somando esforços no sentido de serem criativas e competitivas. Para uma empresa se manter competitiva no mercado global, ela necessita de estratégias baseadas em inovações e criatividade, requerendo capacidades internas em constantes e intensas transformações em vista das frequentes mudanças tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Portanto, conforme ponderam os diversos autores a respeito do processo criativo, as organizações que oferecem visões melhoradas de seus produtos, agregando valor ao que já existe, possuem maiores chances de dominar o mercado, considerando os novos produtos ou serviços como parte central de suas estratégias de negócio, e não simplesmente algo complementar, trabalham a criatividade e estão comprometidos com ela e investem profundamente para se destacar dos concorrentes.

A utilização dos processos criativos poderá gerar um fluxo de inovações benéficas ao crescimento das organizações, resultando em vantagem, agregando valor aos produtos e serviços e assegurando seu potencial empresarial, a criatividade considerada válida quando da obtenção dos resultados positivos, conforme afirmação dos teóricos sobre o assunto.

Conclui-se que um dos grandes desafios ao Brasil é o de impulsionar o seu crescimento e desenvolvimento regional sustentável em

suas diversas regiões, destacando-se a Amazônica, pelo elevado grau de desafios como logística, reduzido mercado consumidor e de pequeno parque industrial, mas com elevado potencial socioambiental que precisa ser explorado de forma controlada e conservado de forma adequada. Portanto, é fundamental buscar um equilíbrio entre a sustentabilidade, criatividade, inovação e produtividade como estímulo ao avanço das organizações.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. L. S. de. Desenvolvendo a criatividade nas organizações o desafio da inovação. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 6, p. 6-11, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38304>. Acesso em: 2 out. 2023.

ARANDA. M.H, **A importância da criatividade no processo de inovação (PI)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.168f.Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ARAÚJO FILHO. G. F. **A criatividade corporativa na era dos resultados**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.

BARRETO. R. M. **Criatividade no trabalho e na vida**. 3. ed. rev. São Paulo: Summus, 2009.

BURGO, Filipa. Contemplar a teoria e prática da criatividade no Ensino Superior. **Atas do VII Encontro do CIED–II Encontro Internacional, Estética e Arte em Educação**, p. 7182, 2016.

CALDERARO, Priscila Giseli. Estímulos e barreiras à criatividade nas organizações: estudo em uma organização pública do Distrito Federal. 2009.

CHAUBEY, Akriti; SAHOO, Chandan Kumar. The drivers of employee creativity and organizational innovation: a dynamic capability view. **Benchmarking: an International Journal**, v. 29, n. 8, p. 24172-449, 2022.

CHIBÁS, Felipe Eugenio. Métodos de criatividade para gerir a comunicação. **Comunicação & Inovação**, v. 15, n. 29, p. 139-155, 2014.

CONCEIÇÃO, Luiz Henrique Santana. **Criatividade, percepção e aprendizagem**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: doi:10.11606/T.47.2022.tde-20072022-135223.

COSTA. Francisco Araújo. **Empreendedorismo**. 9. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed. 2010

DAYCHOUM. Merhi – **40 + 10 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DE SOUSA, Fernando Cardoso; MONTEIRO, Ileana Pardal. Inovação organizacional A eficácia do método de resolução criativa de problemas. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 9, n. 3, p. 38-48, 2010.

ED OLIVEIRA, Gilson Batista. Algumas considerações sobre inovação tecnológica, crescimento econômico e sistemas nacionais de inovação. **Revista da FAE**, v. 4, n. 3, 2017.

FARIA, Maria de Fátima Bruno de; VEIGA, Heila Magali da Silva; MACÊDO, Laura Ferreira. Criatividade nas organizações: análise da produção científica nacional em periódicos e livros de Administração e Psicologia. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** v.8 n.1 Florianópolis jun. 2008

FELDMAN, Liliane Bauer; RUTHES, Rosa Maria; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. Criatividade e inovação: competências na gestão de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, p. 239-242, 2008.

FIGUEIREDO, José Augusto L. *et al.* Uma década de pesquisas sobre liderança e seus efeitos na criatividade-inovação: uma revisão sistemática e narrativa da literatura. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 24, p. 66-91, 2022.

GHOSH, Koustab. Developing organizational creativity and innovation: Toward a model of self-leadership, employee creativity, creativity climate and workplace innovative orientation. **Management Research Review**, v. 38, n. 11, p. 1126-1148, 2015.

GOMES, Roberto Kern; LAPOLLI, Édis Mafra. Os estímulos e barreiras à criatividade no ambiente organizacional. **Revista Borges**, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2014.

GONÇALVES *et al.* Crea Business Idea - Manual de Criatividade Empresarial. **Sudoe Interreg IVB**. 2010.

GRABNER, Isabella; KLEIN, Aleksandra; SPECKBACHER, Gerhard. Managing the trade-off between autonomy and task interdependence in creative teams: The role of organizational-level cultural control. **Accounting, Organizations and Society**, v. 101, p. 101347, 2022.

GURGEL, M. F, **Criatividade & inovação: uma proposta de gestão da criatividade para o desenvolvimento da inovação**. Universidade Federal de Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

KAVESKI, Itzhak David Simão; BEUREN, Ilse. Influência dos sistemas de controle gerencial e da criatividade sobre o desempenho no trabalho. **Cadernos EBAPE. Br**, v. 18, p. 543-556, 2020.

MARION FILHO, Pascoal José; SONAGLIO, Claudia Maria. A inovação tecnológica em arranjos produtivos locais: a importância da localização e das interações entre empresas e instituições. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 2, p. 306-318, 2017.

MARSHALL JUNIOR, I. *et al.* **Gestão da qualidade e processos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MEIRELES, Manuel. **Ferramentas administrativas para identificar observar e analisar problemas**. Vol. II. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

MORAES, PR de. **Criatividade e inovação: o segredo da administração**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração de Empresas. Centro Universitário Monte Serrat, 2009.

MOREIRA, Mafalda Vaz Pinto *et al.* **Criatividade organizacional, uma abordagem sistêmica e pragmática**. 2008.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 30. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014.

PANIZZON, Mateus; MILAN, Gabriel Sperandio; DE TONI, Deonir. Internacionalização, criatividade organizacional e as capacidades dinâmicas baseadas em conhecimento como determinantes da inovação. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 10, n. 4, p. 253-282, 2013.

PINHEIRO, I.; PINHEIRO, I. Estimulando a solução criativa de problemas: casos em gestão e design [Resumo]. **Anais do XI Seminário de Gestão Tecnológica da ALTEC**, 2005.

PINHEIRO, Igor Reszka; CRUZ, Roberto Moraes. Fundamentos históricos e epistemológicos da pesquisa objetiva em criatividade. **Psico**, v. 40, n. 4, 2009.

PLENTZ, Samuel Sebben. **Taxonomia para técnicas criativas aplicadas ao processo de projeto**. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/38959>

PORALIN; HIERRO. **Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo 2003**. Disponível em: [www.regeusp.com.br/arquivos/v10n1art2.pdf](http://www.regeusp.com.br/arquivos/v10n1art2.pdf) Acesso em: 2 out. 2023.

PREDEBON, José. **Criatividade**: abrindo o lado inovador da mente. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarryet *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. 16 reimpr. São Paulo: Atlas. 2015.

ROCHA, Karina Nalevaiko; WECHSLER, Solange Muglia. A criatividade nas organizações: das concepções às formas de avaliação. **ReCaPe** v. 6 n. 3 (2016), São Paulo.

SAINTILAN, Paul; SCHREIBER, David. Managing organizations in the creative economy: organizational behaviour for the cultural sector. **Taylor & Francis**, 2023.

SILVA FILHO, Antonio Mendes. Inovação requer criatividade e informação. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 111, p. 21-25, 2010.

SOUSA, Marcosuel Silva. A importância do fator criatividade para o ambiente organizacional e para o Administrador de empresas. 2009.

SOUTO, Jaime E. Organizational creativity and sustainability-oriented innovation as drivers of sustainable development: overcoming firms' economic, environmental and social sustainability challenges. **Journal of Manufacturing Technology Management**, v. 33, n. 4, p. 805-826, 2022.

ULBRICHT. V. R.; e VAZIN. T. Criatividade na educação inclusiva na escola ou via Web. Curitiba: Juruá, 2013.

VOLPATO, Maricilia; CIMBALISTA, Silmara. O processo de motivação como incentivo à inovação nas organizações. **Revista da FAE**, v. 5, n. 3, 2017.

ZINKER, Joseph. **Processo criativo em gestalt-terapia**. Summus Editorial, 2007.

**EDUCAÇÃO, LINGUAGEM, LÍNGUA PORTUGUESA,  
LITERATURA, LEITURA E IMPACTOS DA LINGUAGEM E DA  
CULTURA NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE E DA CULTURA  
DO LUGAR E DO PODER LOCAL**

Natiele Cardoso Ciríaco<sup>46</sup>

Maria Cristina Victorino de França<sup>47</sup>

Dorosnil Alves Moreira<sup>48</sup>

**RESUMO**

Trata-se da análise dos resultados preliminares da pesquisa realizada na cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, fronteira Brasil/Bolívia,

---

<sup>46</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Jorge Vassilakis (2014). cursando Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Instituto Federal de Educação, Guajará-Mirim (RO).

<sup>47</sup> Doutora em Linguística – Fonética e Fonologia, pela UNIR/*Campus* de Guajará-Mirim (RO). Mestre em Linguística, pela UFSC, Florianópolis (SC). Especialista em Língua Portuguesa pela PUC/Belo Horizonte (MG). Graduada em Letras-Português-Inglês, pela FAFIL/USC – Universidade do Sagrado Coração, *Campus* de Bauru-SP. Professora Associada IV, lotada no Departamento Acadêmico de Línguas Vernáculas, *Campus* José Ribeiro Filho de Porto Velho, da Universidade Federal de Rondônia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Literatura, Língua(gens) e Memórias das/nas Fronteiras Amazônicas - GEPELLIM. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas – GEIFA. Membro do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo – GEL. E-mail: cristina@unir.br.

<sup>48</sup> Doutor em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005); Mestre em Educação: Ciências Sociais: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001); Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1981). Professor Adjunto, lotado no Departamento Acadêmico de Ciências da Educação, no *Campus* Jorge Vassilakis de Guajará-Mirim, da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Literatura, Língua(gens) e Memórias das/nas Fronteiras Amazônicas - GEPELLIM. E-mail: drdorosnil@gmail.com.

cujo objetivo foi identificar e analisar as interferências e os impactos da Linguagem e da Literatura e a importância da leitura e da Língua Portuguesa na formação da personalidade e da cultura do lugar e do poder local com abordagem da metodologia qualitativa e fundamentada nos clássicos do pensamento e da literatura universal. Este trabalho apresenta resultados relevantes como por exemplo, a falta do hábito e o descaso com a leitura como determinantes no processo de fragilização e fracasso social, educacional e cultural. Destacamos, em nosso referencial teórico, Platão, Aristóteles, Napoleão Mendes, Antônio Cândido e Wittgenstein, dentre outros clássicos, pensadores e escritores da literatura universal, que fundamentam nosso esforço, nossa experiência de vida e a prática acadêmica, bem como, em nossa vida intelectual.

**Palavras-chave:** Educação. Linguagem. Literatura. Leitura. Cultura.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho,<sup>49</sup> no contexto Amazônia sustentável, fronteira Brasil/Bolívia, valorando os fundamentos da gestão social do empreendedorismo, da autogestão e da liderança gestora, frente aos desafios humanos, na direção dos novos caminhos para o futuro, apostamos, com convicção intelectual no poder da linguagem, da literatura universal, da literatura e da leitura, no enfrentamento dos desafios vindouros, o que nos leva a praticar a tese da articulação das potencialidades dispersas e a cultivar a arte curricular para a superação de obstáculos a cada propósito, tem por objetivo principal analisar aspectos da educação, linguagem, língua portuguesa, literatura, leitura e impactos da linguagem e da cultura na formação da personalidade e da cultura na fronteira Brasil-Bolívia, mais em particular, no município de Guajará-Mirim, estado de Rondônia, Brasil. Pretendemos subsidiar nosso referencial teórico, por um lado, em autores que, ao longo dos séculos

---

<sup>49</sup> Esta pesquisa trata de dados preliminares, considerando que está inserida num projeto maior e, portanto, outros aspectos estão sendo objeto de reflexão e análise.

postularam teorias sobre tais áreas do conhecimento; e, de outro, analisar dois livros de Dorosnil Alves Moreira: 1. *Ética, educação, universidade e sociedade* (2007) e 2. *O líder gestor* (2021), que nos remetem ao pensamento sobre a arte curricular, que tem o poder de potencializar ou fragilizar a educação, o indivíduo, a cultura e o poder local. Ressaltamos que se tratam de abordagens preliminares, cujos resultados ainda consideramos embrionários e, portanto, necessitam de um arcabouço narrativo mais amplo, contundente e aprofundado. Dessa forma, nesse cenário, importa destacar a relevância da Língua Portuguesa na fronteira geográfica, problemas decorrentes e, dentre questões de estudo, questionar por que a maioria dos estudantes bolivianos<sup>50</sup>, e moradores desta fronteira, interessam-se em aprender a língua portuguesa e, paralelamente, estudantes brasileiros<sup>51</sup> muito poucos deles se interessam pelo aprendizado da língua falada pelo povo além do Rio Mamoré, do lado boliviano? Esse destaque inicial é de ordem cultural e pode ter raízes históricas, antropológicas, políticas, econômicas e sociológicas que nos remetem à formulação do problema: “Quais são os impactos e interferências da linguagem e da literatura na formação da personalidade, da cultura, do indivíduo e da sociedade?”

Nossa hipótese está relacionada à ética, à política e à educação sintetizada na palavra *cultura* e no desejo, na necessidade e nos interesses sintetizados na palavra *personalidade* na relação indivíduo/natureza e sociedade.

Para responder ao problema e às respectivas questões de estudos, elaboramos um plano no campo da pesquisa em Educação e Linguagem. O artigo “Educação, Universidade, Sociedade: campo de atuação dos

---

<sup>50</sup> Estudantes bolivianos – trata-se do estudante morador na cidade de Guayaramerín/Beni/Bolívia.

<sup>51</sup> Estudantes brasileiros – trata-se do estudante morador na cidade de Guajará-Mirim/Rondônia/Brasil.

pesquisadores em educação”, do livro intitulado *Ética, educação, universidade e sociedade* organizado por Moreira (2007), foi determinante para a nossa pesquisa e, do mesmo autor, o livro *O líder gestor* (2021) serviu-nos de base para nossas reflexões sobre o que acontece na cidade, na personalidade e na cultura local. Nesse processo, destacamos o poder da boa ideia relacionada à lógica da leitura, da literatura e da linguagem em nossas teorias e práticas vividas, onde somos influenciados e influenciamos no que acontece e no como acontecem os impactos e interferências dos afetos ativos e reativos no indivíduo e na própria sociedade, na cultura e poder local. Assim, questionamos: o que acontece no lugar, na cultura local, onde insistimos em ficar? Quais são as linguagens e literaturas que potencializam nossos desejos, necessidades, interesses relacionados a tudo aquilo que acontece na cidade?

Enfatizamos que o que acontece na cidade consiste em conjunto de hábitos, rede de relações de seres desejantes e interessantes relacionados aos costumes, eventos e ações, invenções, ideias decorrentes de pensamentos, reflexões, análises, teorias e práticas, expressões e materializações que somam afetos, sentimentos, percepções, utopias motivadores de alegrias, de tristezas e sofrimentos geradores de problemas que devem ser enfrentados por gestores através de políticas públicas o que exige de cada gestor social a máxima vivência, consciência para o máximo entendimento, esclarecimento e compreensão acerca da iniciativa, da atitude e da ação necessária para respectiva intervenção no poder e na realidade social da cultura local” (Moreira, 2021, p. 146).

O livro *O líder gestor* apresenta uma síntese das múltiplas determinações que nos remete à realidade vivida e que nos potencializa para reflexões acerca dos elementos constitutivos da linguagem, da literatura e da cultura local nas várias relações estabelecidas, decorrentes das conexões entre a cultura, a personalidade, a realidade e respectivas verdades. Nesse sentido, o pensamento, acima referido, sinaliza a síntese

das múltiplas determinações da cultura local e, nesse processo, o poder da literatura, da linguagem e da leitura, na visão de conjunto, podem revelar fatos e fenômenos decorrentes do que acontece na cidade. A possibilidade da revelação e da verdade passa pelo circuito do projeto descrito no livro *O líder gestor* (Moreira, 2021, p. 369), onde o que acontece na cidade, do ponto de vista físico e metafísico, pode ser identificado como a dialética da observação, percepção, sensibilidade e, conseqüentemente, pela dialética da imaginação. Entretanto, entendemos que “quase tudo” está relacionado aos pilares da formação e da cultura escolar devendo, devido às próprias diretrizes do sistema educacional vigentes, ao longo dos anos, a priorização da literatura, da linguagem e da leitura em todo processo, dinâmica da cultura escolar e da cultura existencial.

Nossa análise, acerca dos livros de “Ética, Educação, Universidade e Sociedade” e o “*O líder gestor*”, remete-nos ao pensamento sobre a arte curricular que tem o poder de potencializar ou fragilizar a educação, o indivíduo, a cultura e o poder local. Conforme MOREIRA (2005), quando trata da tese da articulação das potencialidades dispersas, arte curricular e o uso do *Trivium*<sup>52</sup> e do *Quadrivium*<sup>53</sup> no processo de escolhas de conteúdo para ensinar e aprender, onde a educação surge como meio de ensino, capacitação, currículo e a arte aparece como capacidade do aprimorando através da gramática, retórica, geometria aritmética, música e astronomia.

Quanto às respostas ao problema e às questões de estudos, apresentamos como fundamentos para a nossa reflexão sobre leitura, linguagem e literatura, bem como aos elementos constitutivos da cultura e do poder local, a ideia da diagonal da sabedoria descrita no livro *O líder gestor* de Moreira (2021, p. 400), que trata do itinerário da liderança e da

---

<sup>52</sup> *Trivium*: interpretamos o termo como a síntese dos elementos constitutivos da Lógica, da Retórica e da Gramática.

<sup>53</sup> *Quadrivium*: por sua vez, entendemos o termo como a síntese dos elementos constitutivos da Aritmética, da Geometria, da Música e da Astronomia.

formação do líder gestor pelas trilhas do circuito do projeto, do poder da matemática, da linguagem e, principalmente, do poder da leitura.

Na linha reflexiva, deste trabalho, entendemos que a partir de uma boa ideia, podemos elaborar um plano e um planejamento para um projeto exequível. Exatamente, nesse processo, encontramos como pilares potencializadores da cultura local, a língua, a linguagem, a língua falada, no nosso caso, o destaque para a Língua Portuguesa, o Espanhol e o poder da literatura do lugar. Isso remete-nos à lembrança da presença e da relevância da produção científica e da produção literária, onde destacamos a presença e a atuação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e a Academia Guajaramirense de Letras (AGL).

Dentre os clássicos do pensamento filosófico e obras da literatura universal, para tratar da leitura, literatura, linguagem e impactos e interferências decorrentes, destacamos: *Tópicos*, de Aristóteles; *Como ler livros*, de Adler e Doren; *O trivium*, de Miriam Joseph; *Quadrivium*, de John Martineau; *Didascalicon: a arte de ler*, de Hugo de São Vitor; *A vida intelectual*, do pensador Setillanges e as obras: *O líder gestor*, de Moreira, Bastos e Cavalcante (2021) e *Ética, educação, universidade e sociedade*, de Moreira (2007), autores que estudam e pesquisam o tema da identificação, da formação e do aprimoramento de lideranças para o desenvolvimento local, relacionado ao poder da linguagem e da literatura no processo de articulação das potencialidades dispersas, bem como na relação do poder da matemática, do poder da linguagem e da literatura no processo de formação de personalidade da cultura local e que afirmam: “defina o seu propósito com arte curricular e garanta a sua felicidade e o seu sucesso na razão do Propósito Maior”.

No itinerário da observação da pesquisa, e desta análise, sobre os resultados em relação à realidade atual, destacamos o nosso ponto de partida na questão sobre o que acontece no lugar em que vivemos. Temos

constatado o espírito estoico, presente no sentido do valor para intensidade do agir e do viver aqui/agora. Entretanto, não nos limitamos ao estoicismo como regra e padrão, mas sim nos posicionamos na perspectiva de fazer da obra literária, a grande oportunidade para o despertar para o poder da literatura e da obra literária alterar e modificar comportamentos e a própria condição humana, nas múltiplas relações estabelecidas para interferências e inovações necessárias. Assim, teorias e experiências empíricas, teológicas, filosóficas, científicas e, especificamente, literárias podem impactar realidades e interferir na realidade e na cultura do indivíduo e da sociedade. Por exemplo, na Idade Média, temos o poder papal e as interpretações da literatura conhecida. Dessa forma, temos o exemplo da interferência do pensamento de Aristóteles em toda a cultura medieval, chegando aos dias hodiernos.

Tais impactos e interferências podem ser observados no livro *O nome da rosa*, de Umberto Eco, cujo desdobramento e detalhes do poder papal têm implicações decorrentes da força geradora produzida pelo poder da ideia de Aristóteles que chega aos mosteiros da Idade Média, na forma de livros e de livros proibidos. O livro explicita o poder da ideia que determina atenção, conflito, mal-estar social, imperativo da manipulação e controle pelo medo e pela ignorância, levando-nos a refletir sobre o poder do medo e da nossa ignorância como fonte de controle, manipulação e de escravidão mental, corporal, material e espiritual, o que pode levar o indivíduo a uma dissociação cognitiva, tornando-o um alvo fácil para controle de suas ações. Exatamente, nesse exemplo, podemos estabelecer relação com a literatura que tem o poder de observar, perceber, imaginar coisas sobre o homem, a natureza e os desejos, necessidades e interesses. Trazendo a realidade na forma escrita e nos gêneros literários, temos a oportunidade de, lendo cada parágrafo, ter a revelação das emoções, das alegrias, das tragédias e comédias e demais ações, reações e manifestações expressas decorrentes da forma, do momento e de como

cada personalidade pode ser afetada e reagir ao padrão moral da força da formação da mídia e da contra informação alternativa.

Nessa perspectiva, e observando os dias atuais, essa nossa reflexão ganha materialidade no contexto pandêmico vivenciado há pouco tempo pela humanidade, onde temos um protocolo sanitário em que a nossa linguagem, literatura e nossa respectiva leitura do mundo e dos escritos lidos, na soma, determina nossas escolhas, modos de agir e decisão acerca dos desafios, enfrentamentos e riscos, que limitam nossa vida e nossa própria existência. Trata-se, então, da necessidade do leitor estabelecer relação sobre o que está fazendo e como isso é determinado e influenciado por uma determinada leitura de um escrito de ficção ou gêneros quaisquer que impactam a sua personalidade e cultura.

Tudo a partir de uma ideia, de uma prática, de uma verdade, de uma realização. Cada ideia pode vir a ser o gatilho da alegria, tristeza, ignorância, manipulação, do medo e do controle da vida e da morte. Nesse sentido, e buscando o poder de cada escrito, temos exemplo da Bíblia, de cunho cristão, que reúne vários livros com muitas mensagens e lições que alimentam espíritos e fortalecem almas na perspectiva da vida eterna. Entretanto, não o medo, mas as palavras que temos em relação aos mandamentos sagrados, quando assimilados pelos leitores da Bíblia, são determinantes. Dessa forma, podemos constatar mudanças de vidas a partir da interpretação dos escritos. Na assimilação da ideia de vida e morte, no pensamento dos respectivos leitores, podemos verificar afetos ativos e afetos reativos.

## **POTENCIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE MÚLTIPLAS FORMAS DA LINGUAGEM, DO PROCESSO E DA DINÂMICA DA LEITURA**

Num primeiro momento, entendemos o problema da pesquisa como sendo a questão principal relacionada à problematização temática

realizada. Portanto, o problema é exatamente a pergunta mais importante que consideramos e decidimos responder no momento da definição e da delimitação do problema. Questionando o que acontece na cidade de Guajará-Mirim, decidimos perguntar e responder “quais são os impactos da linguagem no processo de formação da personalidade, da cultura, do indivíduo e da sociedade?” Na dinâmica da pesquisa e da análise, deste trabalho, estabelecemos uma relação e uma articulação entre os elementos constitutivos do projeto; por um lado, temos o poder da linguagem, do outro temos o da literatura. Na aquisição e domínio dessas fontes de poder, apropriamo-nos da oportunidade para os desafios e os enfrentamentos que se avizinham na práxis do cotidiano. Assim, a partir do itinerário, desenhamos nosso circuito do projeto, destacando a sequência: o tema, problema, objeto, a meta, a metodologia, o cronograma e o referencial teórico. Quais são os referenciais teóricos que nós temos incorporado em nosso mundo mental, referências impressas na memória, para melhor perceber, sentir e interpretar os fatos e os fenômenos do mundo físico e metafísico? Exatamente nessa resposta é que pode ser revelado o poder da literatura e da leitura. Constatamos que a leitura é o poder de entender, compreender e interpretar o mundo e elementos constitutivos da comunicação, do processo e da dinâmica da comunicação que acontecem pelo poder da linguagem e aproxima-nos ou afasta-nos de todas as coisas. Assim, a leitura significa o poder de assimilar, entender, compreender, interpretar o que a literatura registra a partir da percepção da memória e da imaginação.

Devemos enfatizar que as interferências que ocorrem na personalidade e na cultura, a partir do problema, aqui definido e delimitado, acontece após a leitura de mundo. Esta leva o seu olhar para o mundo empírico e daquilo que você vê, observa e registra na memória. Potencializa a imaginação e de posse das múltiplas formas da linguagem, no caso, a própria literatura, somos capazes de registrar e viabilizar a imaginação, alterar as vivências na perspectiva de ficção, somos capazes

de prever pela literatura acontecimentos do futuro. Temos exemplos da obra *1984*, de Orwell; temos a obra *O senhor do mundo*, de 1910, do autor Robert Hugh Benson, dentre outros, que olhando para o presente e a partir do poder da imaginação, escreveram sobre eventos que poderiam acontecer muitos anos à frente. Damos destaque, aqui, para o pai da ficção da literatura moderna, Júlio Verne, que nos direciona para o entendimento do poder da ficção literária na vida das pessoas, principalmente pelo fato do acerto em previsões decorrentes dos limites da imaginação humana. Por exemplo, a previsão da possível chegada do homem à lua e de várias conquistas e invenções imaginados na obra literária desse escritor.

Partindo do princípio que a literatura potencializa o ser humano a saber, esse saber o bem-fazer fazendo, está exatamente depois da assimilação dos escritos literários. Dessa forma, temos, nessa reflexão, a revelação determinante quanto ao equívoco do imperativo filosófico de que é preciso saber pensar, pois em nosso entendimento, importa aprender a saber, a saber o que fazer, fazendo no ato de fazer o fazer com o aprimoramento constante. Quando o ser humano descobre que tudo que ele imagina fazer já foi pensado, realizado e que ainda, já pode ter sido escrito; esse ser, na condição de estudante, pesquisador, curioso epistemológico, conclui ser necessário sempre um cuidado e atenção com o processo da revisão da literatura, onde fica comprovado tudo quanto já foi realizado, escrito e registrado. Entretanto, o exercício da literatura, da linguagem e das reflexões filosóficas decorrentes levam-nos para a ideia do inacabamento das coisas e a conclusão de que sempre podemos acrescentar um ponto na sequência de cada ponto.

Em um segundo momento, fica evidente, a necessidade da importância da intervenção no inacabado para novas pesquisas, descobertas e novos achados. Nesse contexto e campo de atuação, apresentamos os resultados da pesquisa, acerca do que acontece na cidade e das reflexões dos impactos e das interferências decorrentes relacionadas à leitura, literatura e linguagem, bem como a ênfase aos destaques dos

eventos, das inovações e das transformações sociais que impactaram e alteraram modos de agir, escolhas e decisões do indivíduo e da sociedade, da personalidade e da cultura da fronteira de Guajará-Mirim/Rondônia-Brasil com Guayaramerín/Beni-Bolívia.

Apesar do circuito do projeto ter início pelo tema passando do problema da pesquisa e nesse ponto definindo e delimitando com precisão o problema, temos a seguinte lógica para meta, justificativa, metodologia, cronograma e referenciais teóricos<sup>54</sup>. O que aparece como último ponto de partida, desse itinerário do projeto, isto é, do referencial teórico, na verdade deve ser o primeiro ponto a ser tratado, pois os referenciais teóricos são todos os escritos da literatura universal a serem considerados, entendendo aqui a literatura universal como soma de todos escritos já realizados, já produzidos. Portanto, sempre é bom enfatizar o perigo do pesquisador achar que está inventando a roda. Nesse sentido, nossa concepção acerca do que acontece na cidade nos faz retornar à importância ao poder da boa ideia para uma boa literatura, uma boa ideia para qualquer plano, planejamento, projeto, isto é, tudo começa com uma boa ideia.

Assim, uma boa ideia na concepção e na convicção de que o conhecimento e a sabedoria são pilares para o desenvolvimento, chamamos a atenção para a proposta de Moreira, Bastos e Cavalcante (2021) sobre a boa ideia relacionada à importância do ato de ler:

Leitura significa decodificar, refletir e analisar a palavra, o ser, as coisas, o mundo dado, experimentado, experienciado. Implica em boa alfabetização e consciência fonológica e ter a noção e a dominação do Trivium e assimilar o poder da lógica, retórica, gramática, o que possibilita o domínio da linguagem para melhor

---

<sup>54</sup> Embora registrar essas etapas possa parecer uma explicitação desnecessária nesta forma de trabalho, consideramo-las relevantes e, portanto, as mantivemos, pela própria característica desse fazer um itinerário do projeto.

entender, compreender, interpretar o mundo, cada palavra, cada escrita relacionado aos textos e contextos, símbolos, imagens e mensagens (p. 73).

Entretanto, assim que a leitura de mundo os potencializa para a leitura escrita, que só pode existir em função das primeiras imagens, percepções e sensibilidade gravadas na memória e após o processo mental e operacionalidade das boas ideias por meio de múltiplas linguagens, poderemos produzir a literatura em todos os gêneros. O fato do homem produzir literatura em todos os gêneros e a cultura acadêmica nos oferecer a literatura universal, nos faz pensar na importância do ato de ler como ato político e prática de liberdade, e nesse sentido, importa saber o que ler e como devemos ler para o bom conhecimento, e nessa direção, nós temos a afirmação de Hugo de São Vitor:

é principalmente por dois instrumentos que alguém adquirir conhecimento, a leitura e a meditação. De pronto afirma o seguinte: são três os preceitos mais necessários para a arte de ler. O primeiro preceito afirma que devemos saber previamente o que devemos ler e segundo: a ordem a seguir durante a leitura, isto é, qual é o primeiro texto a ser destrinchado, qual o segundo e assim por diante; terceiro preceito: como devemos ler” (São Vitor, 2001, p. 19).

Esse pensamento que nos motiva à leitura está no livro intitulado *Didascalicon: a arte de ler*. O que devemos ler na forma e na sequência idealizada para uma leitura durante uma vida inteira. Encontramos por exemplo, também na obra de *Como ler livros*, escrito por Adler e Doren. Assim, enquanto *Didascalicon* nos ensina como ler, como ler livros, na perspectiva de um guia clássico para leitura inteligente, nos ensina a ler uma rica relação a partir das obras de Homero até os limites da literatura universal. Dessa forma, para cada problema que nos interessa, existe a necessidade de um mapa conceitual e da articulação e da relação necessária entre o poder da palavra e o poder do respectivo escrito para

extração da mensagem como resposta à necessidade social, pessoal e/ou institucional.

## LÓGICA DO MAPA CONCEITUAL

A lógica do mapa conceitual é a perfeita relação estabelecida entre o problema, entre as palavras relacionadas, e o pensamento do respectivo autor, com suas respectivas contribuições, as quais afetam a personalidade e a cultura do indivíduo.

Conforme Moreira, Bastos e Cavalcante (2021), no livro *O líder gestor*:

Uma boa ideia como uma semente que contém tudo quanto precisa para se transformar em algo extraordinário, não pode ser simplesmente ser jogado em qualquer lugar. Identificando a origem da ideia geradora que expressa e materializa o que acontece na cidade e identificando a ainda cada respectivo responsável pela ideia disseminada temos maior clareza e segurança para avaliação e diagnóstico do problema relacionado. Por outro lado, a ideia de Semente da Serpente nos leva a convicção da existência da semente do mal, o que deve ser radicalizada e eliminada do lugar (2021, p. 73-74).

Nesse sentido, o que acontece no lugar é impactado pelas ideias que dão origem a cada fato e fenômeno social e, nesse processo, o poder da literatura manifesta-se quando existe gente com preparo para todos os registros fundamentados na filosofia da linguagem, isto é, na boa lógica para respectiva boa forma do pensar, a boa retórica para o bem falar com precisão e ainda a boa gramática para a perfeita forma de escrever.

Assim, entendemos que o universo da literatura e cada escrito ou texto é potencializado pelo poder da observação, percepção e memória. Paralelamente, a literatura é potencializada pela linguagem que interfere diretamente na personalidade por meio do discurso retórico, o qual destaca a defesa ou ataques para certas possibilidades. O discurso

dialético trata-se de uma matriz geradora do próprio discurso. O discurso lógico que se apresenta como temático com o problema bem definido e totalmente delimitado é caracterizado pelo poder da linguagem. E ainda temos o poder do discurso poético que ultrapassa o real, potencializando o possível, que pode ser alcançado pelo poder da imaginação.

Dessa forma, a literatura se faz tematizando e problematizando o mundo real, mental, virtual na ficção pensada e imaginada no poder do agora. Tudo sendo transformado em múltiplos escritos. Cada resposta a cada problema, torna-se um escrito. Como uma leitura pode impactar e interferir na vida, na sociedade, na personalidade e na cultura do indivíduo? Nesse processo da leitura, como que a literatura e a linguagem interferem no ser, nas coisas, na própria natureza da vida e da existência? Pela leitura da literatura podemos conhecer a vida de um Dostoiévski (2011), a obra do escritor e os impactos decorrentes na personalidade daqueles que assimilam lições e respectivas mensagens, por exemplo, a tese da ingratidão, defendida por esse autor em *Notas do subsolo*. Nesse livro, o autor vincula a ideia de ingratidão ao mal-estar da sociedade, ao transtorno mental e aos elementos constitutivos de um caráter e o que acontece com um caráter “estragado”.

Cada pensador, cientista, filósofo, escritor nos oferece conceitos, interpretações, limites, possibilidades e condição humana do potencial pessoal, do imaginário social e nos proporcionam energia e coragem para vencer ou ser derrotado pelo medo de convicções relacionadas ao poder do pecado bem como ao poder da oração, da ação e do próprio poder do agradecimento.

Importa, nesse trabalho, a relevância de um mapa conceitual como resposta ao problema pesquisado para nos fortalecer frente ao um problema narrativo, tensão, conflitos ou acomodação social. Cada leitura nos oferece o poder para ser mais e as múltiplas opções já elaboradas e ainda possibilitam ao leitor criar, construir sua própria ponte que deverá

passar. A cada leitura temos uma oportunidade de informação, de conhecimento e de aprimoramento na perspectiva da sabedoria e da maximização do nosso horizonte de consciência. Como resposta ao problema apresentado, destacamos o poder das palavras-chave em cada obra clássica e da literatura universal, trazendo, aqui, os exemplos relacionados ao poder da leitura, da literatura, da linguagem vinculados à formação da personalidade e da cultura.

## AMOSTRAS DE UM MAPA CONCEITUAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Abaixo, apresentamos algumas amostras de um mapa conceitual.

*Ordem vigente*: Ordem vigente sempre sintetiza o momento político, onde uns mandam e outros obedecem e a força motriz que determina quem manda e quem obedece, pode ser revelada exatamente pela literatura universal e dentre muitas situações, delimitando-as para o respectivo entendimento no que nós chamamos de mapa conceitual. Assim, falamos da Educação, da Linguagem e da Literatura.

Vamos para a palavra *leitura*. Hugo de São Victor traz para os leitores a obra *Didascalicon: a arte de ler*. E quem assimila esse livro, passa a ter fundamentos sobre o poder dos escritos e o poder das artes que aprimoram o ato de fazer o escrito e o ato de interpretar os escritos, e ainda possibilita a ideia e a prática do ato de aprender. Portanto, a ideia de leitura está associada ao escrito, a cada arte e à vontade de aprender. Nesse sentido, podemos enumerar vários conceitos para esse mapa conceitual que está no livro *O líder gestor* em um de seus apêndices e traz conceitos como ação, afeto, agenda mundial, angústia, temperamentos, arte curricular, dentre muitos outros registrados pela literatura universal e, especificamente, ele aborda 161 conceitos. Portanto, 161 palavras e expressões vinculadas a obras clássicas e da literatura universal que oferecem contribuições para o aprimoramento do indivíduo e da sociedade. Essa ideia de mapa conceitual aparece também no livro *Ética*,

*educação, universidade e sociedade*, onde Moreira (2007) destaca a palavra sociedade vinculada ao pensamento do pensador Augusto Comte. E, estudando este autor e esta palavra, leitura, temos a contribuição relacionada ao entendimento do positivismo e como este interfere na vida do indivíduo e da sociedade, impactando e interferindo nas ações, nos modos de agir e decidir, na perspectiva da ordem e dos valores conservadores.

Nessa linha de raciocínio das matrizes do pensamento das ciências sociais com impacto direto na Educação, temos o autor Weber (1999) e aqui a palavra-chave passa a ser ação e toda ação está relacionada ao modo como podemos obter compreensão dos fatos e fenômenos. Em sua obra, intitulada *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, a grande contribuição desse autor está relacionada à utopia da compreensão dos elementos constitutivos que determina a ação humana. Uma quarta palavra a ser destacada é revolução. A ideia aqui é da revolução política e econômica a partir das ideias de Marx (2009). E a contribuição decorrente é o protocolo que pode ser usado para fazer a revolução comunista, isto é, a partir da filosofia socialista, você vai para a prática e pela revolução social podemos mudar o modo de produção capitalista para o modo de produção comunista. Aqui, nós temos o livro referência que é *O manifesto Comunista* de 1848, embora também possamos encontrar alguma edição intitulada *Manifesto do partido comunista*. Nessa linha das matrizes sociais do pensamento social uma quinta palavra pode ser aqui esclarecimento e o autor Adorno (1999) com o livro *Dialética do esclarecimento*, cuja contribuição é você entender quais são os determinantes de uma vida emancipada, além do autor trazer o risco, a ameaça e os determinantes da própria escravidão como primeiro: ignorância, segundo: medo e terceiro: obediência. Então, como por meio do medo e o medo que ocorre por falta de liberdade e por fatores de ignorância levam a obedecer e essa obediência ao controle pelo outro. Esse outro pode ser um parente, um empresário, um político, um governo. Uma sexta palavra, aqui, numa

linha mais funcionalista temos solidariedade. Em *Educação e sociologia*, de Durkheim (1955), solidariedade orgânica e solidariedade mecânica são formas de vínculos. Estudando esse autor, você chega à conclusão de que solidariedade é aquele elo que faz acontecer o seu vínculo com o outro. É a ligação entre *eu* e *você*. Uma sétima palavra seria reforma, cujo estudo, foi baseado no pensamento de Merton (1938), vinculado a ações pragmáticas, ações que não levam muito em consideração a história. Então o pensamento pragmático busca nos oferecer iniciativas rápidas para respostas aos problemas sociais. Dessa forma, temos uma quantidade ilimitada de pontes que você pode passar uma vida buscando e ainda terá conhecimento, a fim de poder dominar do ponto de vista da palavra e da relação da palavra com todos os escritos já apropriados por você, daí a necessidade do recorte da definição e da delimitação.

Enfatizamos que o problema e as questões de estudo, isto é, da problematização temática devam-se aos impactos e às interferências da linguagem, da literatura e da leitura na formação do indivíduo e da sociedade. Dentre as várias contribuições, observamos, aqui, a relevância do pensamento do filósofo brasileiro Olavo de Carvalho (2009), especificamente, na mensagem sobre as *12 camadas da personalidade*. Por que consideramos essa leitura obrigatória? Em nosso entendimento, esse escrito estabelece relação de convergência entre o ternário da personalidade com o ternário da cultura, isto é, as 12 camadas da personalidade explicam e esclarecem o que acontece com seus desejos, necessidades e interesses relacionados a uma ética, a uma educação, a uma política no âmbito de uma cultura local. Assim, esse autor estabelece e entende as 12 camadas da personalidade como fonte geradora do que acontece nas principais situações e condições pessoais em nosso mundo real e mental, relacionado ao que acontece na prática ética, política, educacional do mundo real e da dialética do concreto frente à dialética da mentalidade. Entendemos que o que faz a articulação acontecer no processo de conexão e realização humana, como ponto de convergência de

articulação de potencialidades dispersas, é exatamente o ternário da linguagem, da literatura e da leitura que resulta na comunicação.

Respondendo ao problema apresentado, analisando que as interferências e impactos da linguagem, da literatura e da leitura são determinantes pela boa ou má formação da personalidade e da cultura relacionada ao que acontece no lugar das circunstâncias, das tendências e necessidades, constatamos intenções, onde dificilmente identificamos o ponto determinante da ignorância e/ou da má fé. O poder da literatura é capaz de revelar para o leitor os impactos e múltiplas ações, modos de agir, escolhas e decisões. Por exemplo, quando fazemos a leitura de Platão, o impacto de seu mundo mental é assimilação do poder da ideia. O seu interesse sobre os elementos constitutivos da ideia passa a ser inevitável. Paralelamente, quando entramos no mundo da leitura aristotélica, a prática do mundo real e do mundo concreto, como síntese de múltiplas determinações, revela-nos um impacto do pensamento de Aristóteles.

Nessa direção, todos os autores oferecem leituras que vão afetando e que vão interferindo na vida do indivíduo e da sociedade, direta ou indiretamente. Como nos afirma Espinosa (1992), somos afetados ativamente e reativamente entendendo, aqui, os afetos ativos como aqueles que nos alegram e os afetos reativos aqueles que causam bloqueios e nos entristecem. Nessa reflexão e retorno ao pensamento de Espinosa, podemos destacar tristezas e alegrias a cada contribuição literária que nos afeta. Assim, desde a nossa primeira leitura de mundo e hábito da leitura dos clássicos e da literatura universal, somos afetados e a cada afeto constatamos interferências na formação, gerando razões e emoções em cada manifestação das nossas múltiplas linguagens na nossa educação, personalidade, no poder de leitura e do impacto literário. Por exemplo, vejamos o que acontece com o leitor que radicaliza sua leitura em Nietzsche (2001) e aquele outro leitor que se limita a estudar Dostoiévski (2011). O resultado é a produção de um ateu e, na contramão, a produção e o aprimoramento de um cristão.

Evidentemente que estamos falando aqui de radicalismo, porque no mundo literário, por conta da imaginação e da ficção, tanto o produtor como o leitor da obra literária podem viajar na corrente da epistemologia. Na perspectiva da matriz do pensamento social enfatizando o que nós destacamos há pouco, focados nas matrizes do pensamento social, quando nos aprofundamos na literatura de Comte (1853), a tendência é para o conservadorismo. Note a interferência do impacto no nosso mundo mental e a conseqüente opção e convicção ideológica.

Optando pela literatura marxista, tem-se o oposto, ou seja, uma tendência contestadora e revolucionária. Entretanto, existe uma ideia acerca da neutralidade, da prática política que pode ser extraída do pensamento de Weber (1997), isto é, a possibilidade da neutralidade científica. Temos ainda uma opção crítica da Escola de Frankfurt e dentre outras possibilidades, o pensamento conformista, cujo método funcionalista nos transforma em indivíduos pragmáticos com respostas rápidas para cada problema que surge nas práxis do cotidiano e, assim, cada leitura dos pensadores da literatura universal impacta e interfere na personalidade, na cultura, no indivíduo e na sociedade, nas relações pessoais, interpessoais e no poder da cultura local. Tal afirmação encontra-se em Moreira (2007).

A literatura impacta e interfere no como acontece no ato do aprender à medida que o indivíduo vai lendo, ele vai aprendendo muito mais. Então o ato de aprender, o desejo de saber o problema da verdade, o desejo natural de saber acerca da verdade, a prática da própria utopia da sabedoria, aguçam a curiosidade do educando. O desejo de conhecer o homem e de conhecer a máxima socrática “conhecer a si mesmo”, pode resumir essa busca e aprendizado. O aprimoramento no ato de ver, constatar, observar, perceber, sentir e memorizar, tudo isso a literatura traz para o âmbito da formação do indivíduo e da sociedade, mas não para o motivo pelo qual a literatura nos remete para o mundo da verdade, do conhecimento, do entendimento do valor antológico, da atividade

eminente, da atividade transitiva, do poder de entender, compreender, interpretar todas as coisas rumo à aquisição da verdade.

Nessa direção, a literatura aponta múltiplos propósitos e leva o leitor a estabelecer relação com deuses ou com um propósito maior. Aqui, no sentido de um Deus único. A literatura traz impacto no nosso mundo físico e metafísico e nos leva à pergunta: existe um sentido último para a nossa existência? Dessa forma, o como a literatura impacta está diretamente vinculado ao *Trivium* e ao *Quadrivium* que são as artes liberais que aprimoram o nosso ato de pensar, falar, escrever, nossa habilidade com os cálculos, o nosso interesse pelas formas, o nosso apreço pela música e a nossa relação com a própria astronomia no sentido da relação entre o eu e tudo quanto possa existir. Dessa forma, o como a literatura impacta está ligado exatamente ao pensamento, isto é, está ligado ao pensamento lógico, à retórica, ao poder da gramática. O que significa a importância da linguagem somada àquilo que chamamos de *Quadrivium*, isto é, a aritmética, por conta dos cálculos, a geometria por conta das formas, a música por conta da harmonia e a astronomia por conta dessa relação existencial. No que consistem as matemáticas e quando nós as somamos com a linguagem, você tem o poder da filosofia impactando a vida dos indivíduos e da sociedade, da personalidade e da própria cultura.

Uma dedução epistemológica a destacar é que na falta da filosofia, nós temos a falta de uma lógica, retórica e gramática, gerando, como consequência, um cidadão que não sabe escrever. Nessa direção, a literatura surge para potencializar o pensamento, a fala e a escrita. Ela estabelece relação com a formação do indivíduo e da sociedade, a partir da boa ideia no ato da produção da escrita e no ato da escolha de um escrito para ser lido. Então a partir de uma boa ideia, passa-se para um bom plano, de um bom plano para um conjunto de ações e daí temos a possibilidade de um projeto e com o projeto a necessidade do gerenciamento, da própria gestão e da governabilidade do projeto.

Quando estamos em um nível de planejamento, importa entender o custo do escopo do projeto, o tema, problema, a definição do problema, a delimitação, os objetivos, metas, metodologia, métodos, justificativas e referenciais teóricos. Tudo isso o mundo literário nos oferece com exemplos práticos de projetos realizados. Muitas vezes, projetos que não passavam de ficção científica, tornam-se realidade. Por exemplo, a possibilidade do homem voar, a possibilidade do homem viver mais, a possibilidade do homem controlar tudo, a possibilidade da existência de um senhor do mundo. Podemos exemplificar a maximização do poder na utopia de uma agenda intencional.

Nesse processo de reflexão, acerca das interferências da leitura, da linguagem e da própria leitura na vida do cidadão, importa destacar a importância de qualquer pergunta que já foi respondida ou deverá ser respondida, relacionada com o poder da revisão de uma literatura. Então a necessidade de rever a literatura é algo inerente na Literatura Universal. Daí a ideia do mapa conceitual da linguagem, e nesse mapa encontramos a retórica e a gramática. Em uma palavra é o que nós podemos chamar de *Trivium*. Nesse passo-a-passo para o entendimento das interferências, destacamos o poder da linguagem em uma linguagem do poder. Já o mapa conceitual das matemáticas nos remete para o poder da aritmética, geometria, música e o poder da astronomia, em uma palavra o poder do *Quadrivium*, isto é, das matemáticas. E, nesse sentido, chamamos atenção para o poder da matemática, onde no livro *O líder gestor* aponta a ideia de matemática do poder: “ganhamos o poder da matemática e geramos a matemática do poder”. O exercício da matemática do poder possibilita fazer todos os cálculos no dia de hoje no momento em que estamos tomando uma decisão decorrente das escolhas e modos de agir acerca de variáveis possíveis do dia seguinte, que geram diversas consequências, que afetam políticas e situações econômicas, sociais e culturais.

Portanto, a práxis da matemática do poder nos ajuda a prever cenários indesejáveis, transtornos e mal-estar social. Assim, o *Quadrivium*

como motriz do poder das matemáticas e o *Trivium* como motriz do poder da linguagem, somam em uma palavra a nossa vontade de poder e da nossa capacidade de poder assimilar e dominar os limites da filosofia. Tratando-se das interferências, destacamos, aqui, que a interferência da literatura na pessoa interessada, em qualquer escrito, ocorre por conta do poder da linguagem. A linguagem aproxima ou afasta os livros das pessoas. Evidentemente, que a personalidade de cada pessoa tem determinantes e determinantes que foram interferidos pelas linguagens e pelas literaturas do passado e do presente e que motivam o leitor a seguir, a pensar e fazer novas leituras. As relações decorrentes da leitura realizada, trazem para o leitor, isto é, para a formação da personalidade e da cultura novos fatores. Fatores que interferem diretamente na vida das pessoas, a começar pela formação das camadas da personalidade interferindo na ética, na política, na educação, e em todo o processo que envolve a arte curricular.

A partir da literatura, potencializamos nossos afetos e passamos a produzir e controlar nossas próprias necessidades, desejos, interesses materiais, pessoais, institucionais, físico, metafísico, onde somos direcionados para a dialética do desejo, da felicidade e do amor. A literatura, por conta de todos os registros que compõem todos os elementos constitutivos de uma personalidade e de uma cultura, traz para o leitor elementos acerca das angústias, do estresse, da depressão, da alegria do sofrimento da sensibilidade, da dialética, do concreto, da forma e da condição da percepção humana, da sensação, das emoções, dos temperamentos. E, aqui, quando aborda a questão dos temperamentos, a literatura tem um papel determinante na vida daquelas pessoas mais fragilizadas no campo da depressão, do estresse, da ansiedade e da própria vulnerabilidade frente aos espertalhões e aproveitadores do mundo real. Ela traz para o leitor a revelação do que acontece quando você se relaciona com a pessoa colérica, com a pessoa sanguínea, com a pessoa fleumática ou com a pessoa melancólica.

Nessa direção, possibilita-nos uma razão ética curricular colocando em questão o currículo tradicional, o currículo crítico e pós-crítico. De uma maneira geral, a literatura nos encaminha para a possibilidade de entender, compreender, assimilar os níveis de consciência e, aqui, destacando a consciência ingênua, crítica e crítica-organizativa com estágios que nós podemos superar exatamente a partir da dela.

Todo esforço de entender a literatura, na formação do indivíduo e da sociedade, pode ser melhor entendido em Moreira, Bastos e Cavalcante (2021, p. 399) que trata da ignorância e da verdade pela dupla fase da escada de Jacó. Nesse capítulo do livro, a mensagem de Gênesis é ressignificada no livro de Mateus, onde Jesus trazendo a mensagem do arrependei-vos, nos coloca à disposição a lição da necessidade da mudança pelo comportamento, comportamento entendido aqui como o hábito da boa leitura, da boa observação, da boa ponderação, e da perspectiva do eterno. Dessa forma, temos a concepção ética desdobrada em um ângulo reto, onde a horizontal determina os níveis de consciência e a vertical os níveis de consciências, sendo os graus a ética necessária e os níveis de consciência a moral.

Assim, pensando nos resultados da pesquisa do problema e das respostas, podemos afirmar que um primeiro destaque na cidade de Guajará-Mirim (RO), como decorrência da falta de leitura e da boa linguagem, seria o desinteresse pelo conhecimento. Esse desinteresse pelo conhecimento está vinculado ao hábito inadequado, qual seja a falta do interesse pela leitura. A ausência de políticas públicas mais contundentes e efetivas, na direção do incentivo à prática da leitura, certamente, corrobora para o fracasso intelectual do cidadão, justamente, em momentos em que ele mais necessita de expor suas competências idiossincráticas. Tudo isso pode ser um dos fatores que contribuem para a fragilidade da personalidade e da cultura local. Paralelamente, constatamos um esforço contínuo de estudantes bolivianos, residentes em

Guajará-Mirim, cujas perspectivas educacionais e profissionais estão fundamentadas no interesse do conhecimento, posturas e atitudes não identificadas em estudantes locais. Quando nos deparamos com bolivianos nas fronteiras, é visível a valorização e respeito à oportunidade de acesso à leitura, linguagem e literatura universal.

## CONDIDERAÇÕES FINAIS

Nosso esforço intelectual, neste trabalho científico, finalizado na forma de capítulo vinculado a questões da Amazônia, foi fazer o percurso de um projeto de pesquisa e fazer cumprir o circuito dele, tematizando e problematizando a relação do poder da linguagem, da literatura e da leitura com o impacto e interferências na formação da personalidade e da cultura do indivíduo e da sociedade na fronteira Brasil/Bolívia. Responder quais são as interferências da literatura universal e do próprio pensamento clássico e do poder da linguagem, nesse processo de comunicação, levou-nos à revisão da literatura conforme pensadores e autores citados, ao longo deste trabalho, aqui proposto, e a reflexão acerca dos resultados da pesquisa, onde concluímos que a sequência do passo a passo do relatório ou do discurso de uma realidade ou tese defendida ou ainda de qualquer registro literário depende do nosso domínio da linguagem, fundamentada nos pilares da lógica, da retórica e da gramática, assim podemos entender a linguagem como síntese do bem pensar, do bem falar e do bem dominar a geometria da gramática.

Entendendo a literatura como sínteses dos registros das emoções, das razões, da personalidade, da cultura e, após análise das constatações dos escritos clássicos e da literatura universal, chegamos à conclusão de que o poder da literatura está no fato de oferecer à filosofia e à ciência uma verdadeira fonte de informações, sensibilidades, extraídas da realidade social do mundo concreto e da própria natureza humana.

Nesse processo de assimilação e compreensão da realidade das práxis cotidianas empiricamente, teologicamente, filosoficamente ou cientificamente nós, frente a cada problema, intuitivamente ou cientificamente fazemos exercício da tematização, problematização, definição e delimitação de problemas e metas, os quais são todos bem justificados ou aparecem nas múltiplas formas de desculpas dos pedidos e reclamações, cujos exemplos, constatamos na cultura local.

Assim, cada problema passa a ser respondido por meio dos vários métodos relacionados a um cronograma, bem como relacionado e determinado por um ponto de vista literário e pelo acerto e potencial de cada referencial teórico. Cada referencial teórico assimilado e incorporado no mapa conceitual, oriundo de uma obra literária, leva-nos às convicções, modo de agir e pensar, acabando por potencializar rumos e direções, ou seja, somos impactados e sofremos as interferências da literatura universal na nossa rotina e/ou na nossa práxis cotidiana.

A partir dos resultados da nossa vivência empírica, da nossa experiência no local, observamos e constatamos o desinteresse pelas histórias e pelo respeito às pessoas que fizeram a história da fronteira, cuja observação nossa, leva-nos a perceber um descaso com o cemitério, com a biblioteca, prédios históricos, literatura regional ou pela desorganização de um espaço cultural.

Nessa perspectiva, a falta de interesse é também da gestão pública pela produção literária, pelo conhecimento e pela sabedoria e ainda constatamos a falta de uma cultura política para o itinerário da verdade, por meio do circuito do projeto. Isso nos leva a convicção de que tais ações simplesmente travam o desenvolvimento local. A partir dessa nossa observação, dentre outras que observamos e anotamos, durante a pesquisa, e dentre outros resultados verificados, importa o nosso entendimento sobre educação.

Entendemos a educação como ensino, capacitação e currículo para potencializar o ato do aprender e do aprimorar pelo conhecimento empírico, teológico, filosófico e científico. Nossa concepção de cultura tem a convicção nos pilares de toda produção cultural, na ética, na educação e no poder da política, entendendo a política como relação estabelecida entre seres humanos para potencializar ações, iniciativas e eventos, cujos participantes ganham dividendos na proporção da participação do propósito idealizado e planejado.

O entendimento sobre linguagem sintetiza sistema, processo, dinâmica da comunicação e da literatura como arte, potencializa pela própria linguagem para o registro de todas as observações, impactos e imagens impressas na memória percebidos e conectados pela dialética da sensibilidade, pelas antenas de nossas almas.

Quanto ao poder da literatura para aprimorar o ser humano, frisamos os impactos para o itinerário da verdade e circuito do projeto, isto é, a literatura, como poder de ampliar a visão do estudante, quando do propósito das coisas, da vida e da existência, bem como, o poder de aprimorar nossa capacidade de pensar, de pensar bem pela lógica formal e lógica dialética, pelo falar bem, pelo bom uso da gramática e da retórica, escrever bem, pelo poder da boa gramática, potencializa a formação daquele que pretende fazer a intervenção. Assim, a literatura torna-se fonte do aprimoramento da própria linguagem e a linguagem determina a nossa aproximação ou afastamento dos seres, das coisas, da natureza das coisas, da natureza da própria personalidade e no limite a radicalização ou ressignificação cultural.

Consequentemente, chegamos à conclusão de um ternário que interfere na personalidade e na cultura; portanto, no indivíduo e na sociedade causa impacto de conformação ou de transformação social. Eis o ternário LLL ou 3L, isto é, leitura, literatura, linguagem. Entendemos, aqui, como um ternário expresso pelo poder da geometria dos lados

equivalentes, isto é, você pode começar pela literatura, linguagem; contudo, também pode começar a análise pela linguagem e a partir da linguagem pela literatura e leitura.

Entretanto, a nossa convicção está no sentido de que primeiro é necessário ter a boa leitura. Essa boa leitura possibilita a nossa viagem no mundo da literatura e exatamente a literatura que você extrai da leitura literária vai reforçar a linguagem que você já tem incorporada na sua própria pessoa.

Finalizando este trabalho, com a convicção de que essa equação do conhecimento e sabedoria para o entendimento e resposta aos problemas da fronteira Brasil/Bolívia, e da cultura do lugar, potencializada no tripé e pilares do poder da leitura, literatura e linguagem, bem como nos múltiplos problemas da personalidade e da cultura assimilada, interpretada e dominada pela personalidade, cultura do indivíduo e sociedade. Dessa forma, importa o cuidado e atenção pedagógica aos ajustes e desajustes, arranjos e desarranjos, comportamentos sociais e cultura do lugar. Ao concluirmos, fica evidente que toda fragilidade pessoal, social, interpessoal, institucional, intelectual, acadêmica tem raízes nos problemas da má formação, da geometria da leitura do mundo, dos desafios e limites da leitura escrita, da literatura e da respectiva linguagem.

Assim, a valorização da literatura universal e o cuidado com o ato de aprender e assimilar as múltiplas linguagens, fortalece-nos frente aos desafios e enfrentamentos relacionados aos projetos, eventos e realizações da vontade de poder. Por sua vez, o livre pensar passa pela educação como prática de liberdade, como ato político para noção e dimensão da importância do pensamento clássico e da literatura universal como forças que impactam e interferem na personalidade e na cultura do lugar. Ficando, aqui, comprovado que o poder da leitura, da literatura e da linguagem possibilita-nos a saída da ignorância e da má fé para a negação

dos múltiplos medos, levando-nos para o caminho da liberdade que, a partir do livre pensar, podemos chegar à condição de seres emancipados.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADLER, M. J.; DOREN, C. V. **Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente**. São Paulo: É Realizações, 2011.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005. 608 p.

BENSON, R. H. **O senhor do mundo**. Campinas: Ecclesiae, 2013.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAPEAUX, O. M.. **História da literatura ocidental**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 4 v. (Edições do Senado Federal; v. 107 - A).

DOREN, C. V. **Uma breve história do conhecimento: os principais eventos, pessoas e conquistas da história mundial**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

DOSTOIÉVSKI, F. **Notas de subsolo**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

DURKHEIM, Ê. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955. p. 25-26. Disponível em: [www.gutierrez.pro.br/cdpead/pead/textos/durkheim.pdf](http://www.gutierrez.pro.br/cdpead/pead/textos/durkheim.pdf).

ECO, U. **O nome da rosa**. São Paulo: Record, 2019.

ESPINOSA, B. **Ética**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

JOSEPH, M. **Trivium**. São Paulo: É realizações, 2014.

HOMERO. **Iliada**. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Ediouro, 2009.

MARTINEAU, J. **Quadrivium**. São Paulo: É realizações, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERTON, R. K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, n. 3, 672-682, 1938.

MOREIRA, D.A. **Processo de interiorização da Universidade Federal de Rondônia, na cidade de Guajará-Mirim, no período de 1982 a 1999**. 2001, 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade: Educação e Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2001.

MOREIRA, D.A. **Universidade Federal de Rondônia (UNIR): desafios e enfrentamentos na constituição de uma instituição multicampi**. Tese de Doutorado em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2005.

MOREIRA, D.A. (Org.) **Ética, educação, universidade, sociedade**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192 p.

MOREIRA, D. A., MATOS, E. B., CAVALCANTE, F. R. C. **O líder gestor**. Brasília: Os Semeadores, 2021.

NIETZSCHE, F. **Vontade de potência**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras: 2009.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural. 2004.

SÃO VITOR, H. de. **Didascalicon**: da arte de ler. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÊNECA, L. A. **Sobre a brevidade da vida**. Trad. Lúcia Sá Rebello, Ellen Itanajara Neves Vranas e Gabriel Nocchi Macedo. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SETILANGELES, A. D. **A vida intelectual**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho Coimbra: Armênio Amado, 1957.

VERNE, J. **Vinte mil léguas submarinas**. São Paulo: Princípios, 2019.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção "Os Pensadores")